



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE**

NÍVEL MESTRADO

GABRIEL SANTOS LISBOA

**DESAFIOS À REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO DIANTE DOS
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS MONOCULTIVOS DE CANA-DE-AÇÚCAR
E EUCALIPTO EM JAPOATÃ/SE**



**São Cristóvão/SE
Julho de 2025**

GABRIEL SANTOS LISBOA

**DESAFIOS À REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO DIANTE DOS
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS MONOCULTIVOS DE CANA-DE-AÇÚCAR
E EUCALIPTO EM JAPOATÃ/SE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Núbia Dias Dos Santos

Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão ambiental

São Cristóvão/SE

Julho de 2025

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L769d Lisboa, Gabriel Santos.
Desafios à reprodução social do campesinato diante dos impactos socioambientais dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto em Japoatã/SE / Gabriel Santos Lisboa; orientadora Núbia Dias dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2025.
189 f.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –
Universidade Federal de Sergipe, 2025.

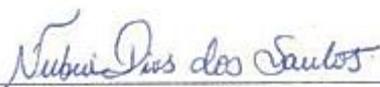
1. Meio ambiente - Sergipe. 2. Agricultura – Aspectos sociais. 3. Agricultura – Aspectos ambientais. 4. Agricultura e política. 5. Impacto ambiental. 6. Biodiversidade. 7. Cana-de-açúcar – Cultura. 8. Eucalipto – Cultivo – Brasil. 9. Produtos químicos agrícolas. I. Santos, Núbia Dias dos, orient. II. Título.

CDU 502.171(813.7)

GABRIEL SANTOS LISBOA

DESAFIOS À REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO DIANTE DOS
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS MONOCULTIVOS DE CANA-DE-AÇÚCAR
E EUCALIPTO EM JAPOATÁ/SE

Dissertação de Mestrado defendida em 28 de julho de 2025, sendo a Banca Examinadora
constituída por:



Prof. Dr.^a Núbia Dias dos Santos – Orientadora
PRODEMA/UFS



Profa. Dr.^a Maria José Nascimento Soares – Examinadora Interna
PRODEMA/UFS

Documento assinado digitalmente

gov.br

TICIANO RODRIGO ALMEIDA OLIVEIRA

Data: 11/09/2025 10:49:01-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira – Examinador Externo
UNEB

Documento assinado digitalmente

gov.br

JONIELTON OLIVEIRA DANTAS

Data: 11/09/2025 15:52:51-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Jonielton Oliveira Dantas – Examinador Externo
UNEB



Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa – Suplente
PRODEMA/UFS

São Cristóvão/SE

Julho de 2025

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe – UFS.



Prof.^a. Dr.^a. Núbia Dias dos Santos - Orientadora
PRODEMA/UFS

São Cristóvão/SE
Julho de 2025

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe – UFS responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta dissertação, emprestar ou vender tais cópias.

Gabriel Santos Lisboa

Gabriel Santos Lisboa
PRODEMA/UFS

Núbia Dias dos Santos

Prof.^a Dr.^a Núbia Dias dos Santos - Orientadora
PRODEMA/UFS

São Cristóvão/SE
Julho de 2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Gustavo e Eniene.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, criador da natureza.

Sou grato também, a minha mãe Maria Eniene pelo apoio no início, ela me disse “vai meu filho!”. Da mesma forma, tenho gratidão a meu pai Gustavo que me ajudou nos momentos de cuidado com minha saúde.

Agradeço a meu tio Erinaldo e minha tia Flávia. Que me ajudaram bastante desde a graduação, até às mudanças de residência no ano de 2024.

Assim, agradeço as minhas tias Maria José e Marileide, pela hospitalidade de sempre ao chegar a vossos lares. E também, ao meu tio Ariosvaldo e a minha grande amiga Tainara. Sou grato a minha tia Ninha pelo apoio em sua casa no povoado Tatu.

Agradeço ainda na minha família, meu irmão Willams e minha cunhada Elissa pelo período que morei com vocês no começo do mestrado.

E também agradeço ao meu irmão Gustavo Jr. e minha irmã Tamires pelo companheirismo de sempre.

Sou grato aos meus avós Nivalda e Eraldo (que fora descansar em agosto de 2024), por nossa vivência que ficou distanciada durante esse tempo de estudo.

Presto agradecimentos a Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A” onde me formei. Principalmente, aos professores Sérgio, Wagner, Francisco, Ricardo e as professoras Itamara, Elisabete, Raimunda e Taislayne. Agradeço também, aos alunos e as alunas que participaram da pesquisa.

Sou grato aos moradores da minha comunidade Ladeirinhas “A”, a dona Zefa, ao Sr. Nelson, ao Sr. Bras, ao Estevão, ao Moacir, a madrinha Damiana, a minha amiga Mazé, aos meus queridos amigos Luan, Alex, Eyck e Ezequiel.

Agradeço a minha turma de mestrado, a 2023.2, aos colegas Antônio Osvaldo, Jhon Álex, Rafael Rodrigo, José Edgar, Charles, Geovane e as colegas Amanda, Yasmin, Fernanda, Tayanne, Emanuely e Inara.

Ao pessoal do PRODEMA, Cícero e Lavínia, sou grato. A Genisson, André, Joeliton, Márcio Eric, Victória, Caciana, Beatriz e Ticiano, agradeço pelo câmbio de experiências. E aos professores e as professoras que fizeram parte deste processo.

Aos meu colegas da Geografia Eriky, Christopher, Samuel, Iuri e Brenda. Obrigado pela consideração que tiveram por mim.

Agradeço a Marcelo do IBAMA, pela ajuda dada.

Agradeço a professora Núbia Santos pela hospitalidade para minha pesquisa, as reuniões e orientações.

Agradeço a CAPES, pelo apoio financeiro.

Muito obrigado a vocês!

*Eu queria ter na vida simplesmente
Um lugar de mato verde
Pra plantar e pra colher
(Gilson Vieira da Silva e Joran Ferreira da Silva)*

RESUMO

O campesinato como sujeito histórico é guardião de práticas sustentáveis que confrontam os limites sociais e ecológicos da agricultura empresarial. No entanto, tanto o sujeito, a sua família e o seu modo de vida e reprodução social, convivem constantemente com múltiplos desafios. Na presente pesquisa, evidenciamos a expansão dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto no território de Ladeiras “A”, no município de Japoatã/SE. A monocultura da cana-de-açúcar causa a diminuição da biodiversidade, além da poluição do solo, do ar e da água devido ao uso de agrotóxicos. Já a monocultura do eucalipto reduz a fauna e a flora, como também gera o risco de escassez hídrica devido ao alto consumo de água. Portanto, geram impactos ao campesinato e ao meio ambiente. Assim, tem-se como objetivo geral analisar a expansão dos monocultivos e seus impactos ao ambiente e a reprodução socioespacial do campesinato em Japoatã/Sergipe, assim como analisar as alterações socioespaciais advindas das monoculturas na vida e na reprodução socioespacial camponesa; identificar os elementos que evidenciam a importância socioambiental do modo de vida camponês em Japoatã; e refletir possibilidades de empoderamento do campesinato no município. Para tanto, realizou-se um estudo de caso a luz da Fenomenologia Hermenêutica. Realizamos a elaboração do referencial teórico, seguido da pesquisa documental e coleta de dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com base na coleta de dados, tem-se como produtos a espacialização da realidade objetiva através da elaboração de mapas de Ladeiras “A”. Na pesquisa de campo, utilizou-se das técnicas de observação, caderno de campo, registros fotográficos e entrevistas. Constata-se a expansão territorial dos monocultivos pesquisados e a retração dos policultivos, ao tempo em que, a pesquisa evidencia a importância socioespacial das práticas agrícolas camponesas japoatãenses como modo de produção e meio para a manutenção do ecossistema e para a vida em consonância com o que preconiza os ODS, apesar da ausência e efetividade de políticas públicas para esta classe social e para o meio ambiente.

Palavras-chave: *Saccharum officinarum*, *Eucalyptus*, Monoculturas, Camponês, ODS.

ABSTRACT

The peasantry, as a historical subject, is a guardian of sustainable practices that confront the social and ecological limits of commercial agriculture. However, both the individual, his or her family, and his or her way of life and social reproduction constantly face multiple challenges. In this research, we highlight the expansion of sugarcane and eucalyptus monocultures in the Ladeiras "A" area, in the municipality of Japoatã, Sergipe. Sugarcane monoculture causes a decrease in biodiversity and soil, air, and water pollution due to the use of pesticides. Eucalyptus monoculture reduces fauna and flora and also creates the risk of water scarcity due to high water consumption. Therefore, they generate impacts on the peasantry and the environment. Thus, the overall objective is to analyze the expansion of monocultures and their impacts on the environment and the socio-spatial reproduction of peasants in Japoatã, Sergipe. It also analyzes the socio-spatial changes resulting from monocultures in peasant life and socio-spatial reproduction; identifies the elements that demonstrate the socio-environmental importance of the peasant way of life in Japoatã; and reflects on possibilities for peasant empowerment in the municipality. To this end, a case study was conducted using Hermeneutic Phenomenology. We developed the theoretical framework, followed by documentary research and data collection at the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Based on data collection, the results were the spatialization of objective reality through the creation of maps of Ladeiras "A". Field research employed observation techniques, field notebooks, photographic records, and interviews. The territorial expansion of the monocultures studied and the contraction of polycultures were observed. At the same time, the research highlights the socio-spatial importance of Japoatã peasant agricultural practices as a mode of production and a means of maintaining the ecosystem and life in line with the SDGs, despite the lack of effective public policies for this social segment and the environment.

Keywords: *Saccharum officinarum*, *Eucalyptus*, Monocultures, Peasant, SDGs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Os 17 ODS da ONU.....	43
Figura 2: Localização do recorte espacial: Japoatã/SE, 2024.	62
Figura 3: Localização da Comunidade Ladeiras “A” em Japoatã/SE, 2024.	66
Figura 4: Mapa de Cobertura vegetal e outras áreas em Japoatã/SE, 2023.....	77
Figura 5: Mapa Geológico das subprovíncias estruturais de Japoatã/SE, 2023.....	79
Figura 6: Mapa geomorfológico de Japoatã/SE, 2023.	80
Figura 7: Mapa de solos em Japoatã/SE, 2023.....	81
Figura 8: Mapa Hidrográfico de Japoatã/SE, 2010.	82
Figura 9: Distribuição do módulo fiscal em alguns municípios sergipanos com destaque para Japoatã, 2013.	89
Figura 10: Uso e cobertura do solo em Japoatã/SE em 1985.	95
Figura 11: Uso e cobertura do solo em Japoatã/SE em 2023.	97
Figura 12: Uso e cobertura do solo em Japoatã/SE em 1985 – 2023.....	99
Figura 13: Processo de delimitação de Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 1980.	103
Figura 14: Processo de delimitação de Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 2024.	104
Figura 15: Delimitação e localização de Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 2025.	105
Figura 16: O monocultivo de eucalipto em Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 2024.....	106
Figura 17: Ladeiras “A”, Japoatã/SE – espacialização dos policultivos versus os monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto em 2012.	107
Figura 18: Desmatamento em Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 2025.....	108
Figura 19: Mapa de desmatamento em Ladeiras “A” (Japoatã/SE) entre 2012 e 2024. ...	109
Figura 20: Ladeiras “A”, Japoatã/SE – espacialização dos policultivos versus monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto em 2024.	111
Figura 21: Ladeiras “A”, Japoatã/SE – espacialização dos policultivos versus monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto em 2012 e 2024.	112
Figura 22: Monocultivo de cana-de-açúcar em Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 2024.....	115
Figura 23: Principais cultivos agrícolas realizados pelos camponeses de Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 2025.	125
Figura 24: Criações de animais em Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 2025.	126
Figura 25: A policultura dos sítios em Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 2024.	130
Figura 26: A presença camponesa em Japoatã/SE e em seu entorno (2025).	135

Figura 27: Espiral da resistência camponesa em Ladeirashas “A”, Japoatã/SE, 2025.....	137
Figura 28: Cooperativa em Ladeirashas “A”, Japoatã/SE, 2025.	141
Figura 29: Sede da AMPLA, Ladeirashas “A”, Japoatã/SE, 2025.	142
Figura 30: Jardim e edificações da EFAL, Japoatã/SE, 2024.	144
Figura 31: Área de campo da EFAL, Japoatã/SE, 2024.....	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 : Pessoal ocupado em Japoatã/SE (2006-2021).....	64
Gráfico 2: Cobertura vegetal e outros usos do solo em Japoatã/SE, 2023.	78
Gráfico 3: Área plantada ou destinada à colheita (Hectares) de cana-de-açúcar em Japoatã/SE, de 1990 a 2023.....	100
Gráfico 4: Área de silvicultura em hectares em Japoatã/SE, entre 2014 e 2023.....	101
Gráfico 5: A relação entre as áreas ocupadas com cana-de-açúcar, eucalipto versus os policultivos em Ladeirashas “A”, Japoatã/SE, entre 2012 e 2024.....	113
Gráfico 6: Direções lineares da cana-de-açúcar, eucalipto e policultivos em Ladeirashas “A”, Japoatã/SE, entre 2012 e 2024.....	113
Gráfico 7: Dados relativos da produção de cana-de-açúcar, eucalipto e policultivos em Ladeirashas “A”, Japoatã/SE entre 2012 e 2024.	114
Gráfico 8: Dinâmica dos grupos etários de Japoatã/SE entre 1970 e 2022.....	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Característica do deserto verde.....	52
Quadro 2: Resultados Ambientais, Socioculturais e Econômicos da “Revolução Verde”.	54
Quadro 3: Critérios de inclusão e exclusão dos participantes para a pesquisa.....	73
Quadro 4: Uso e cobertura do solo segundo o MapBiomias, 2024.	96
Quadro 5: Uso de agrotóxicos em Japoatã/SE (2006 e 2017).	130
Quadro 6: Alunas e alunos da EFAL (Japoatã/SE) que pretendem morar ou continuar na cidade.....	147
Quadro 7: Alunas e alunos da EFAL (Japoatã/SE) que pretendem continuar ou morar no campo.	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área colhida de cana-de-açúcar em hectares e número de eucaliptos plantados no Brasil, no Nordeste e em Sergipe (1995-2017).	25
Tabela 2: População de Japoatã/SE total, urbana e rural (1970-2022).....	64
Tabela 3: Classificação da agricultura familiar em Japoatã/SE (2017).....	83
Tabela 4: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em Japoatã/SE (2017).....	85
Tabela 5: Idade do pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor em Japoatã/SE, 2017.	86
Tabela 6: Estrutura Fundiária do Baixo São Francisco Sergipano (2012).	87
Tabela 7: Malha fundiária do município de Japoatã/SE – 1995, 2006 e 2017.....	90
Tabela 8: Distribuição etária de Japoatã/SE entre 1970 e 2022.	148
Tabela 9: Distribuição etária das populações urbana e rural de Japoatã/SE entre os anos de 1970 e 2010.	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AMAFIL – Indústria e Comércio de Alimentos LTDA de Teotônio Vilela
- AMEFAL – Associação Mantedora da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A”
- AMPLA – Associação dos Moradores do Povoado Ladeirinhas “A”
- APP – Área de Preservação Permanente
- ASCONDIR – Associação dos Concessionários do Distrito de Irrigação do Platô de Neópolis
- BDIA – Banco de Informações Ambientais
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAAE – Certificado de Apresentação para a Apreciação Ética
- CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
- CAFe – Comunidade Acadêmica Federada
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- COOFAMA – Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca do Município de Campo do Brito
- COOFAMJAP - Cooperativa de Agroecologia e Agricultura Familiar de Japoatã
- COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe
- EFA – Escola Família Agrícola
- EFAL – Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A”
- EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
- ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAIS – Projeto Agroecológico Integrado Sustentável
- PE – Plano de Estudo

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRODEMA - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

RL – Reserva Legal

SE – Sergipe

SEMARH – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

O EU CAMPONÊS NA PESQUISA	21
INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1: CAMPESINATO VERSUS AGRONEGÓCIO MONOCULTOR	29
1.1 As Teorias Clássicas do Campesinato	29
1.1.1 O Campesinato no Brasil.....	33
1.1.2 O Lugar do Campesinato no Capitalismo	37
1.2 A importância socioambiental do Campesinato	40
1.3 Campesinato e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.....	43
1.4 As Monoculturas da Cana-de-açúcar e do Eucalipto.....	49
1.5 Espaço em disputa: capitalismo x campesinato.....	53
1.6 Questão agrária em Japoatã e Ladeirashas “A”	58
CAPÍTULO 2: PERCURSO METODOLÓGICO	62
2.1 Área de Estudo.....	62
2.1.1 O Município de Japoatã	62
2.1.2 O Povoado Ladeirashas “A”.....	65
2.1.3 A Escola Família Agrícola de Ladeirashas “A” – EFAL.....	67
2.2 Método.....	68
2.3 Procedimentos Metodológicos.....	70
2.3.1 Levantamento Bibliográfico.....	70
2.3.2 Pesquisa documental de dados	71
2.3.3 Produção cartográfica das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto	71
2.3.4 Pesquisa de Campo realizada em Ladeirashas “A”, na EFAL e em Japoatã 2024-2025.....	72
CAPÍTULO 3: AS MONOCULTURAS DA CANA-DE-AÇÚCAR E DO EUCALIPTO E SEUS IMPACTOS EM JAPOATÃ E LADEIRINHAS “A”.....	76
3.1 Aspectos Ambientais de Japoatã.....	76
3.2 Caracterização da agricultura em Japoatã/SE.....	83
3.3 A Estrutura Fundiária de Japoatã.....	86
3.4 Uso e Cobertura do solo de acordo com o MapBiomas	94
3.5 As monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto em Japoatã.....	100
3.6 Mapeando Ladeirashas “A”	102
3.7 O Campesinato Cercado em Ladeirashas “A” (Japoatã/SE).....	106

CAPÍTULO 4: O CAMPESINATO EM JAPOATÃ/SERGIPE.....	121
4.1 A cultura camponesa de Ladeirashas “A”, sua formação histórica e questões atuais .	121
4.2 A função social da propriedade da terra camponesa em Ladeirashas “A” (Japoatã/SE)	124
4.3 A agroecologia japoatãense	129
4.4 A percepção dos camponeses de Ladeirashas “A” sobre a roça	132
4.5 As possibilidades de fortalecimento do campesinato frente aos impactos dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto	134
4.5.1 Cooperativa de Agroecologia e Agricultura Familiar de Japoatã (COOFAMJAP)	140
4.5.2 Associação dos Moradores do Povoado Ladeirashas “A” (AMPLA).....	142
4.5.3 Escola Família Agrícola de Ladeirashas “A” (EFAL)	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICES	168
ANEXOS	182

O EU CAMPONÊS NA PESQUISA

Eu, Gabriel Lisboa, sou um camponês nordestino do povoado Ladeiras “A” do município de Japoatã em Sergipe. Me formei como Técnico Agrícola na Escola Família Agrícola de Ladeiras “A” (EFAL) e fiz licenciatura plena em Geografia na Universidade Federal de Sergipe - UFS. Minha família chegou a Ladeiras “A” na década de 1980 na gênese de Ladeiras “A”. Meus avós maternos, Eraldo e Nivalda, foram parte dos primeiros moradores da comunidade, camponeses que viveram toda sua vida da roça e mesmo após aposentados continuaram no modo de vida camponês. Na década de 1980 saíram do povoado Currais também em Japoatã para tomarem posse de um lote de terra em Ladeiras “A” promovido pela Secretaria de Agricultura do Estado de Sergipe.

Comecei a trabalhar na roça desde a 4ª série do Ensino Fundamental junto com meu pai Gustavo e meus irmãos Willams e Gustavo Júnior. Meu pai Gustavo e minha mãe Maria Eniene me ensinaram a lavrar a terra: do plantio aos tratamentos culturais; da colheita ao consumo; e a venda dos excedentes nas feiras livres de Ladeiras “A”, Propriá, Japoatã e Penedo (Alagoas). É na feira que enxergo o papel social do campesinato, uma vez que compõe parte dos alimentos básicos da dieta alimentar da população.

Na EFAL aprendi sobre a importância de alimentos livres de agroquímicos para a saúde e para o meio ambiente. Com a disciplina de Agroecologia foram aprendidas práticas orgânicas como compostagem, defensivos naturais, consórcio de culturas, policultivos, Projeto Agroecológico Integrado Sustentável (PAIS), sementes crioulas etc. Outro modelo conhecido nessa escola foi o sistema agroflorestal, modelo de agricultura integrado a natureza e diversidade. Na EFAL conheci o termo campesinato pela primeira vez, em uma viagem a Poço Redondo numa reunião do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), logo comecei a me identificar como camponês.

Também na EFAL, a pedagogia da alternância contribuiu para o meu enraizamento na terra e na identidade com meu lugar de vivência, uma vez que eram duas semanas na escola e duas semanas em casa podendo desenvolver as atividades na roça com minha família. A escola a partir de um Plano de Estudo (PE) solicitava para a quinzena de casa uma atividade a ser desenvolvida na minha comunidade, após essa atividade ser desenvolvida ocorria a apresentação na escola, com o produto do PE se construía uma atividade de retorno a ser realizada na referida comunidade. Dessa forma, essa pedagogia enriquecia o conhecimento sobre meu lugar e minha identidade camponesa.

Assim, juntando minha vivência, meus conhecimentos técnicos em agricultura e meus estudos em Geografia, principalmente em Geografia Agrária e Geografia Rural, as quais mais me chamaram atenção no curso de Geografia por fazerem estudos sobre meu território de vivência e história, surge o interesse de realizar uma pesquisa observando a realidade do meu povoado e meu município para refletir sobre a agricultura camponesa e o meio ambiente.

Fazendo parte do objeto de estudo, eu tenho uma vivência da realidade do campesinato de Japoatã e de outros municípios próximos pelos caminhos das feiras livres. Assim, percebo a importância das produções camponesas para as pessoas desde a casa até na banca da feira. Esses alimentos que compõem a alimentação das mesas das famílias são produzidos na roça de forma geralmente orgânica e vendidos a preços acessíveis para sociedade na comercialização realizadas nas feiras livres.

É vendo de perto os problemas do modelo monocultor do capitalismo no campo que justifico a necessidade de mudanças que busquem fortalecer o campesinato. A pesquisa é necessária para a continuação de estudos que buscam evidenciar o processo de resistência camponesa. A permanência dessas pessoas no campo, no seu modo de vida e na classe social camponesa, alimenta os membros da sociedade e causa menos impactos negativos a natureza.

Dessa forma, cheguei ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) em 2023, procurando conhecer e elaborar pesquisas sobre agricultura e meio ambiente que valorizem o verdadeiro povo do campo, da roça e da feira, meu povo.

Com o conhecimento do meu lugar, Ladeirashas “A”, insatisfeito com a expansão dos monocultivos, principalmente da cana-de-açúcar e do eucalipto, desafiei-me a estudar mais sobre o problema e relatar em escritos minha inquietação. Sabemos que monocultura causa impactos negativos ao meio ambiente e conseqüentemente a sociedade, mas infelizmente temos um modelo monocultor em expansão tão recentemente. Por isso, é necessário fortalecer o campesinato embasado na cultura tradicional camponesa, associada aos conhecimentos científicos comprometidos com as questões socioambientais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado integrado ao Iyá N'lá – Grupo Interdisciplinar de Estudos Coloniais, Pós-Desenvolvimento e Ecologias Ancestrais da Universidade Federal de Sergipe, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA).

Um aspecto evidente para o campesinato é a dinâmica da sua realidade a qual exige tenacidade para lavrar a terra, plantar e colher. No Brasil, no contexto capitalista, o campesinato foi e é ainda desvalorizado, principalmente nos vieses econômico e político. Viver da terra é difícil, mas o camponês e a camponesa cumprem um papel social necessário na produção de alimentos para o consumo da classe trabalhadora.

O campesinato é uma forma social de produção (Chayanov, 1981), vida e trabalho no campo. Tem, como um dos seus pilares, o caráter familiar nas finalidades produtivas, orientado para as necessidades da família e para a organização do trabalho com a participação dos membros familiares, correspondente a um modo de vida e a uma cultura (Silva, 2019).

Segundo Machado e Borquez (2021) os camponeses são impactados pela agricultura capitalista, pelas políticas neoliberais e pela forma como os países estão inseridos na divisão internacional do trabalho. O objeto de estudo desta pesquisa é o espaço agrário do município de Japoatã em Sergipe, onde ocorre, principalmente, a expansão das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto que causam a destruição do meio ambiente e afetam a sociedade rural local.

A monocultura, modelado do agronegócio, traz sérios impactos ambientais. As monoculturas ocupam terras, desgastando-as, causando erosão, perda da biodiversidade, desequilíbrios ecológicos gerando pragas e doenças, sem falar no uso de aditivos químicos que essa técnica utiliza para ser desenvolvida. O meio de produção campesino, que utiliza práticas sustentáveis como a semente crioula e adubação orgânica não causa impactos ao ecossistema como as monoculturas estão causando.

As monoculturas são cultivos em que se plantam apenas um tipo de cultivo na lavoura. No Brasil, o modelo de monocultivos é bastante utilizado, pois desde a colonização até o desenvolvimento como país agrário, cultivavam-se poucos tipos de culturas, como exemplo a cana-de-açúcar e o café. Atualmente, temos também a soja, o trigo, o eucalipto, entre outros. Essas produções em grande escala, geralmente, tem o destino comercial inserido na cadeia produtiva de exportações (Zimmermann, 2009).

No geral, o estudo do campesinato é interdisciplinar, recorrendo a conhecimentos de vários campos científicos para obter uma compreensão abrangente da vida rural e das experiências das comunidades camponesas. Algumas ciências que se propõem a estudar o campesinato são a Antropologia, a Sociologia, a História, a Economia, a Ciência Política, a Geografia e os Estudos de Desenvolvimento Rural. Essa pesquisa se utilizará, principalmente, da Geografia para dialogar com os estudos nos âmbitos agrários e rurais em uma perspectiva interdisciplinar.

O campesinato pode ser um caminho para a satisfação das metas do *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2: Fome zero e agricultura sustentável*. Principalmente a meta 2.4, que no geral, busca até 2030 garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas que aumentem a produtividade e ajudem a manter os ecossistemas, que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo (Nações Unidas Brasil, 2024). Todavia, é impossível atingir essa meta até 2030, em razão de como o sistema econômico capitalista vem se comportando em parceria com os agentes do Estado e suas políticas, planos e programas para a agricultura e para o espaço rural brasileiro. Destarte, com caráter de urgência, existe a necessidade de mudança desse paradigma.

Problematização

O Brasil, a partir da década de 1960, passou a disseminar o pacote da “Revolução Verde” na agricultura, disponibilizando subsídios para o modelo químico-mecânico. Com a lógica capitalista de produção econômica a monocultura, o desmatamento, as sementes transgênicas, a exploração intensa do solo, a intoxicação de trabalhadores, a exploração de mão de obra e o uso excessivo de venenos se ampliaram. (Navas, Hirai e Oliveira, 2021).

A preocupação está em pensar um desenvolvimento sustentável no campo centrado em relatar a realidade atual, suas contradições e os problemas graves. Pondo o campesinato como um meio de vida necessário para a sociedade e ao meio ambiente, mostrando o arranjo geográfico híbrido do espaço agrário em que se tem de um lado o modelo monocultor de produção agrícola e, de outro lado, o modelado policultor realizado pelo campesinato. O campesinato é um modo de vida e de produção e reprodução social, com diversificação da agricultura, busca de sobrevivência e cultura identitária articulada ao seu ecossistema.

A monocultura da cana-de-açúcar deixa pouco espaço para outros cultivos, assim uma das suas consequências é a redução da produção de cultivos alimentícios como, também, a diversificação de alimentos e a elevação de seus preços. Em relação aos impactos ambientais

tem-se a diminuição da biodiversidade, as queimadas, a poluição do solo, do ar e das águas devido ao uso de agrotóxicos. Por outro lado, é possível mensurar o campesinato como ensejo para a consolidação das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) que envolve agricultura e meio ambiente.

Nas entrelinhas dos cultivos de eucalipto raras são as espécies que conseguem sobreviver, as folhas de eucalipto são tóxicas para parte da fauna e flora do solo, reduzindo a biodiversidade. A monocultura do eucalipto produz escassez hídrica pelo seu consumo de água no solo e subsolo. Os monocultivos de eucalipto na prática são desertos verdes, mesmo que sejam formados por árvores, jamais serão florestas. Discute-se então, se o modelo monocultor do agronegócio atende as metas estipuladas nos ODS.

Para se entender o panorama evolutivo dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto podemos observar os dados do IBGE em seus censos agropecuários e assim analisar a expansão ou retração em diferentes escalas em determinados períodos de tempo (Tabela 1).

Tabela 1: Área colhida de cana-de-açúcar em hectares e número de eucaliptos plantados no Brasil, no Nordeste e em Sergipe (1995-2017).

Cana-de-açúcar (área colhida em hectares)			
Censo	Brasil	Nordeste	Sergipe
1995	4.216.427	1.003.305	14.257
2017	9.127.645	784.427	38.926
Eucalipto (número de árvores de eucaliptos)			
Censo	Brasil	Nordeste	Sergipe
1995	4.809.524.425	141.719.497	153.560
2017	8.986.611.000	1.077.173.000	11.264.000

Fonte: IBGE (2023). Organização: Os autores, 2025.

Segundo os censos agropecuários 1995 e 2017 (o mais antigo e o mais recente) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a área colhida de cana-de-açúcar no Brasil em 1995 foi de 4.216.427 hectares, aumentando em 2017 para 9.127.645 hectares. Na Região Nordeste em 1995 foram 1.003.305 hectares de cana-de-açúcar colhida, com redução para 784.427 hectares em 2017. Já no estado de Sergipe, em 1995 foram 14.257 hectares e em 2017 cresceu para 38.926 hectares de área colhida de cana-de-açúcar.

Em 1995, o número de árvores de eucaliptos existentes (unidades) foram: no Brasil 4.809.524.425; no Nordeste 141.719.497; e em Sergipe 153.560. Já em 2017, esse número

creceu no Brasil para 8.986.611.000, no Nordeste para 1.077.173.000 e em Sergipe para 11.264.000 de unidades de pés de eucalipto plantados.

Em Japoatã, o IBGE começou a quantificar a produção de eucalipto em 2014 estabelecendo uma área de 76 hectares plantados, o dado mais recente, de 2022 apresenta 142 hectares de eucalipto plantados, ou seja, um crescimento de mais de 90%. A monocultura da cana-de-açúcar cresceu nos últimos anos no município, em 2000 eram 1.120 hectares e em 2022 foram 4.179 hectares plantados com cana-de-açúcar.

O que se observa na região de Japoatã é a expansão das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto ao longo dos anos em detrimento do modo de vida camponês. É necessário pensar como fortalecer o campesinato para resolução de tal problema que é ambiental, social e econômico. Pois, a expansão de monoculturas afeta o meio ambiente, iniciando com o desmatamento da vegetação nativa e posteriormente com o uso de agroquímicos.

A monocultura, modelada do agronegócio, traz sérios impactos socioambientais. A produção camponesa, geralmente policultora, não causa impactos ao ecossistema como as monoculturas. Dessa maneira, o problema de pesquisa está relacionado aos impactos ao campesinato e ao meio ambiente causado pela expansão dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto no espaço rural de Japoatã ao longo dos anos. A pergunta norteadora da pesquisa é: De que maneira a expansão dos monocultivos da cana-de-açúcar e eucalipto está impactando o meio ambiente e a reprodução socioespacial do campesinato em Japoatã/Sergipe?

Poucos estudos foram realizados na região nessa direção dos impactos socioambientais de monoculturas. Na literatura encontram-se apenas os estudos de Antão e Santos (2017) e Siqueira, Santos e Antão (2017). Assim, tem-se a questão: como fortalecer o campesinato afetado pelo avanço das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto em Japoatã?

Logo, este trabalho é relevante para refletir a realidade de como o campesinato tem sido afetado negativamente e como as monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto estão em crescimento em detrimento das policulturas e do meio ambiente. Existe a necessidade de buscar urgentemente o empoderamento das pessoas do campo que são resistentes às repressões existentes.

A pesquisa está embasada na fenomenologia (Husserl, 1990) como método de investigação científica. Assim, no lugar de hipóteses, o trabalho será guiado por inquietações

do pesquisador sobre o fenômeno pesquisado. A inquietação principal é que as monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto estão causando impactos negativos ao modo de vida camponesa em Japoatã ao longo dos últimos anos, tornando necessário projetar cenários futuros condizentes com os ODS.

Objetivo Geral:

Analisar a expansão das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto e seus impactos ao ambiente e a reprodução socioespacial do campesinato em Japoatã/Sergipe.

Objetivos Específicos:

1. Analisar as alterações socioespaciais advindas das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto na vida e na reprodução socioespacial camponesa no município sergipano de Japoatã;
2. Identificar elementos que evidenciam a importância socioambiental do modo de vida camponês em Japoatã/Sergipe.
3. Refletir possibilidades de empoderamento do campesinato em Japoatã/Sergipe com relação aos impactos socioambientais causados pelos monocultivos da cana-de-açúcar e do eucalipto.

Dessa forma, esta dissertação está estruturada da seguinte maneira:

I. O Capítulo 1 apresenta o arcabouço teórico, abordando o campesinato, os aspectos ambientais contemporâneos relacionados ao espaço agrário brasileiro, bem como a questão agrária nos contextos de Japoatã/Sergipe e da comunidade de Ladeiras “A”.

II. O Capítulo 2 trata do percurso metodológico, detalhando a área de estudo, os procedimentos adotados e as etapas da pesquisa. Assim, elucida dados socioespaciais do recorte de pesquisa, reflete a Fenomenologia Hermenêutica como método de pesquisa, além das etapas realizadas para a obtenção dos resultados da presente pesquisa.

III. No Capítulo 3, desenvolve-se uma análise dos avanços dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto nos territórios mencionados. Neste capítulo, têm-se mapas com aspectos ambientais e de uso e cobertura do solo de Japoatã/SE, gráficos dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto nesse município, além de mapas de Ladeiras “A” sobre o contexto pesquisado com uma discussão com base na teoria.

IV. O Capítulo 4 discute a importância do modo de vida camponês, destacando caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural de Japoatã/Sergipe e Ladeiras “A”, por meio do trabalho de campo realizado.

V. Em sequência têm-se as considerações finais da pesquisa em que são refletidos os principais pontos do estudo numa síntese acerca dos resultados obtidos em campo com diálogo com o quadro referencial teórico construído no tempo estipulado de investigação científica.

CAPÍTULO 1: CAMPESINATO VERSUS AGRONEGÓCIO MONOCULTOR

O presente capítulo busca estabelecer os fundamentos conceituais e analíticos necessários à compreensão da dinâmica do campesinato no Brasil. Construindo, também, um quadro teórico sobre os impactos da expansão das monoculturas de cana-de-açúcar e eucalipto em contraponto a relevância socioambiental do modo de vida camponês.

Neste capítulo apresentam-se as teorias clássicas do campesinato; o campesinato no Brasil; o lugar do campesinato no capitalismo; a importância socioambiental do campesinato; o campesinato e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); as monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto; o espaço agrário em disputa entre o capitalismo e o campesinato; e por fim a questão agrária em Ladeirinhas “A” e Japoatã/SE. Dialogando com autores clássicos e atuais com a finalidade de embasar o referencial teórico da pesquisa.

A partir das teorias clássicas do campesinato, busca-se compreender a especificidade desse modo de vida e de produção, contrastando-o com os processos de modernização agrícola e de apropriação dos territórios rurais por modelos de uso intensivo da terra. A revisão da literatura permite situar historicamente o campesinato brasileiro, bem como discutir as transformações socioambientais decorrentes da presença de empreendimentos monocultores nas regiões onde esses grupos sociais residem.

Posteriormente, estreita-se a revisão teórica centrando-se no problema da pesquisa especificamente. Com isso, buscamos produções científicas sobre Japoatã e Ladeirinhas “A” para a formulação textual do contexto existente numa síntese por meio das autorias que se enquadraram na problemática e ao problema de pesquisa.

1.1 As Teorias Clássicas do Campesinato

O campesinato ficou marcado na História pelo Feudalismo, pois com a transição do Feudalismo para o Capitalismo houve a gênese das teorias clássicas do campesinato. Duas teorias apontavam o fim do campesinato, a do alemão Kautsky (1986) e a do russo Lenin (1982). Outra teoria, do russo Chayanov (1981), presumia a permanência do campesinato no sistema capitalista. Sobre as teorias, Silva ressalta que:

Entre os principais autores clássicos que discutem a condição camponesa, é preciso fazer menção a Lenin, Karl Kautsky e Alexander Chayanov. Enquanto Lenin estudou a diferenciação social do campesinato russo a partir da introdução do trabalho assalariado, Kautsky destacou a subordinação da agricultura à indústria, em que o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado no contexto alemão. Chayanov defendeu a dinâmica não capitalista da economia camponesa na Rússia (Silva, 2019, p. 42).

Esses autores fundaram as três principais teorias clássicas do campesinato que vão influenciar os estudos agrários ao longo do tempo. Tais teorias são relevantes, pois contribuem no embasamento de políticas públicas para espaço agrário. A partir delas podem ser pensadas leis, programas e planos para os camponeses de modo a fortalecê-los ou destruí-los por meio da linha de pensamento adotada pelos segmentos de formulação de políticas públicas. Assim, ocorreu ao longo do processo histórico a construção teórico-conceitual do campesinato e a sua projeção no processo de organização socioespacial.

As pesquisas sobre campesinato no Brasil também se fundam nos estudos relacionados à transição do Feudalismo para o capitalismo. Oliveira afirma que o “estudo da agricultura sob o modo capitalista de produção tem-se caracterizado pelo debate político entre as muitas correntes de pensamento que dedicam atenção especial ao campo” (2007, p. 8). Esse autor organiza seus estudos nas três teorias principais: **I – Teoria da destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios (Lenin, 1982); II - Teoria da permanência das relações feudais (Kautsky, 1986); e III – Teoria da criação e recriação do campesinato e do latifúndio (Chayanov, 1981).**

I – Teoria da destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios (Lenin, 1982).

A base de sustentação dessa teoria dá-se a partir da visualização sobre o futuro do campesinato a partir da sua integração ao mercado capitalista. Lenin prevê que haveria um processo de diferenciação interna do campesinato, configurando a composição de duas classes sociais distintas e antagônicas: de um lado, os camponeses ricos, situados como pequenos capitalistas rurais (algo parecido, na atualidade, com a ideia/concepção da agricultura familiar enquanto modelo integrado à lógica de reprodução ampliada do capital) e, de outro, os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados proletários.

E também por outro processo dar-se-ia a modernização do latifúndio em empresas rurais capitalistas, por meio da introdução de máquinas e insumos modernos. Os interesses dos camponeses ricos (pequenos capitalistas) e dos latifundiários (grandes capitalistas) estariam unificados e os camponeses pobres seriam transformados em trabalhadores assalariados a serviço do capital industrial ou agrário (Oliveira, 2007).

Para compreender o contexto social na Rússia no início do século XX, Moura (1986) relata que se polarizaram duas correntes políticas, os bolcheviques e os populistas, que interpretavam diferentemente as características do campo russo.

Os bolcheviques enfatizavam a decomposição do campesinato e a penetração do capitalismo no seu interior (Moura, 1986). Assim, ao escrever sobre o capitalismo na Rússia,

Lenin (1982) assentia que com o processo de desenvolvimento agrícola capitalista, os camponeses seriam expropriados dos seus meios de produção sendo forçados a vender sua força de trabalho como assalariados ofertando a sua mão de obra no mercado urbano ou rural. Esse movimento levaria a extinção camponesa.

Haveria um processo de diferenciação em que o camponês desapareceria, sendo substituído por outras classes rurais, como a burguesia rural que acumularia capital a qual seria detentora dos meios de produção e o proletariado rural que venderia sua força de trabalho, por despossuir os meios de produção (Silva, 2019).

II – Teoria da permanência das relações feudais (Kautsky, 1986).

Nessa teoria, elaborada por Karl Kautsky (1986), pressupunha que a inserção do pequeno produtor familiar de subsistência ao mercado capitalista traria como resultados o processo de destruição da sua economia comunitária baseada na sua pequena indústria doméstica. O advento do capitalismo no campo desmontaria as bases de sustentação desse campesinato, tornando-o exclusivamente em um agricultor, produtor individual. Uma característica desse processo seria a separação entre agricultura e a indústria rural.

Para Kautsky (1986), a introdução do caráter industrial nas relações de trabalho no campo, a divisão do trabalho agrícola modificaria as relações do camponês com o mercado, aumentando consideravelmente a dependência da agricultura com o comércio capitalista e a fatores externos às propriedades.

Nesse contexto, o camponês estaria integralmente inserido na agricultura de mercado, e isso o levaria ao endividamento por empréstimos, em função dos baixos preços que recebe por seus produtos, e dos altos preços que tem que pagar pelas mercadorias industrializadas. Dessa forma sendo obrigado a vender a propriedade (seu principal meio de produção, sua terra) e se tornando um trabalhador assalariado (Oliveira, 2007). Com essas mudanças, o campesinato estaria fadado a ser destruído.

III – Teoria da criação e recriação do campesinato e do latifúndio (Chayanov, 1981).

Os populistas russos viam na permanência do campesinato a manutenção da propriedade comum do solo (Moura, 1986), o campesinato e o latifúndio corresponderiam a contradição do capitalismo em se reproduzir também com base em relações não-capitalistas de produção.

Os estudos de Chayanov (1981) tiveram em seu cerne na tese da permanência dos camponeses pela relação entre o trabalho e o consumo camponês. Como principal objetivo para a família, “a produção é a garantia da própria existência e reprodução enquanto unidade

camponesa, que é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo” (Silva, 2019, p. 45). O modo de produção camponesa faria com que o campesinato sobrevivesse dentro do sistema capitalista.

As duas teorias já citadas proclamavam o fim do campesinato. Todavia, o que é notável recentemente para vários pesquisadores da agricultura foram casos de permanência do campesinato na agricultura, dentro do próprio contexto do modo capitalista de produção. Oliveira (2007) destaca que:

[...] é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste, como querem as duas correntes anteriores. O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações (Oliveira, 2007, p. 11).

Como afirma o autor, “o campesinato não é uma categoria residual ou transitória, mas uma classe social com formas próprias de produção, reprodução e resistência, ainda que subordinada às imposições do capital” (Oliveira, 2007, p. 35). Essa perspectiva é fundamental para compreender a permanência e a resistência camponesa diante do avanço do agronegócio monocultor no Brasil, sobretudo nas regiões onde se intensificam os conflitos por terra e território. Concordamos com este autor, pois o campesinato é classe social atualmente existente, tendo passado, presente e futuro. Classe social, pois cumpre o papel de produzir alimentos e também luta por direitos básicos como acesso a terra, a saúde, educação, segurança e cultura.

Quando as camponesas e camponeses resistem seja com a luta pela terra ou pela permanência na terra dentro do modo de vida camponês, o campesinato é recriado. Para uma relação ser capitalista “é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção” (Oliveira, 2007, p. 11). Dessa forma, seria necessário um sujeito possuidor de meios de produção capitalista e outros sujeitos tendo apenas sua força de trabalho a ser trocada por salário. Já a recriação do latifúndio ocorre no,

[...] desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção

como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra. A terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada. Então, os autores dessa corrente entendem principalmente que o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra (Oliveira, 2007, p. 11).

Com isso, ocorre um processo contraditório de reprodução ampliada do capital, que além de redefinir antigas relações de produção subordinando estas a sua reprodução, integram relações não capitalistas necessárias à sua reprodução (Oliveira, 2007). A concentração fundiária, característica do latifúndio, continua presente no capitalismo, sendo um meio de acumulação de capital e de exploração da força de trabalho rural. Dessa forma, o latifúndio também é recriado no sistema capitalista de produção como meio de exploração e acumulação de capital.

1.1.1 O Campesinato no Brasil

As palavras “camponês” e “campesinato” são recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. O camponês no Brasil tinha denominações próprias em cada região. A palavra caipira usada para designar o camponês em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul. Caiçara no litoral paulista. Tabaréu no Nordeste e cabloco em outros lugares (Martins, 1981). Assim, Woortmann (1990) evidencia que apesar da variedade de conceitos de camponês, existe um ponto em comum, que é o caráter familiar do trabalho. O trabalho familiar na terra “seria o elemento central de uma lógica econômica própria do “modo de produção” camponês”. (Woortmann, 1990, p. 24). Neste sentido,

O campesinato, aqui entendido como uma categoria social de grande importância para a formação do sócio territorial brasileira se formou à margem do processo de desenvolvimento socioeconômico do país e permanece existindo ainda nos dias de hoje. Por isso, seu conceito é atual e permanente, pois apesar de ser por muitas vezes negado, se faz presente na contradição das forças sociais e econômicas do mundo contemporâneo (Silva, 2019, p. 41).

O campesinato pode ser compreendido tanto como categoria social (conforme interpreta o autor supracitado) quanto como classe social (Oliveira, 2007). Como categoria social, o campesinato é definido por suas características culturais, identitárias e sociais, englobando a diversidade de pequenos produtores e suas formas tradicionais de vida e organização comunitária (Silva, 2019). Já enquanto classe social, o campesinato é visto como um grupo com uma posição econômica e política específica dentro do modo de produção

capitalista, que, apesar de subordinado, mantém formas próprias de produção e reprodução social (Oliveira, 2007).

O camponês é, quase sempre, um morador do campo que planta junto a sua família para a sobrevivência e manutenção do lar, tendo a roça como eixo central da sua produção agrícola de policultivos de fruteiras e culturas anuais, e tem uma vivência comunitária com familiares e vizinhos. Assim, “sitiantes em Sergipe, agricultor na Paraíba, colono no Sul do país, são termos que se referem sempre ao trabalho realizado pela (e realizador da) família” (Woortmann, 1990, p. 42). Esse sujeito do campo se apresenta no Brasil de várias maneiras, com vários nomes distintos.

Para Wanderley (1996), a agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações particulares, o campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, sendo um modo específico de produzir e de viver em sociedade. Para essa mesma autora, o campesinato brasileiro tem características particulares, em relação ao conceito clássico de camponês, como resultado do enfrentamento de situações próprias da História social do Brasil e que servem atualmente de fundamento ao patrimônio sócio-cultural camponês que deve se adaptar às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna.

Duval, Ferrante e Bergamasco (2015, p. 68) declaram que “na prática, não há diferença entre camponeses e agricultores familiares, a não ser o preconceito e o desuso do termo camponês em benefício do agricultor familiar mais capitalizado”. Isso reflete que a maioria dos agricultores familiares são camponeses, porém o uso do termo agricultura familiar gera um processo ambíguo. Assim, como Marques (2012, p. 58) defendemos “a atualidade e a pertinência da utilização do conceito de camponês para a compreensão de nossa realidade agrária baseado na análise de sua história e de seu conteúdo sócio-político e cultural”.

Santos (1978), com base em seus estudos no Sul do Brasil, estabeleceu nove elementos estruturais da produção camponesa:

- a) a força de trabalho familiar;
- b) a ajuda mútua entre os camponeses em momentos de necessidade de maior força de trabalho;
- c) a parceria, ação estratégica para os pequenos camponeses em colaborar com um parceiro, dividindo as demandas e os ganhos;

d) o trabalho acessório, o camponês trabalha como assalariado temporário por determinado período para ter uma fonte de renda monetária necessária para a unidade camponesa;

e) a jornada de trabalho assalariada, combinação da força de trabalho familiar e da assalariada nos momentos que o ciclo agrícola necessita;

f) a socialização do camponês, onde as crianças iniciam a aprender as atividades camponesas;

g) a propriedade da terra, onde o camponês é proprietário, camponês-rendeiro ou camponês-possuidor. Como terra de trabalho, não é instrumento de exploração alheia;

h) a propriedade dos meios de produção, exceto a terra, são mercadorias compradas e produzidas na unidade camponesa, como por exemplo, os instrumentos de trabalho;

i) a jornada de trabalho, diferente da produção capitalista ela não segue uma rigidez de horário diário, variando em períodos de pouco e intenso trabalho de acordo com a época do ano e segundo os produtos cultivados.

Ao observarmos os elementos estruturais da produção apresentados por Santos (1978) podemos relacioná-los com a perspectiva de Santos (2012). Segundo esta autora, o campesinato deve ser compreendido através da tríade terra-família-trabalho, categorias interligadas presentes em todas as sociedades camponesas que constituem o núcleo de sua organização social e de reprodução material e cultural.

Em seus estudos no Nordeste Brasileiro, Garcia Jr. (1989) apontou que em sua observação inicial foi possível assinalar a diferença entre os sítios de pequenos proprietários e as grandes propriedades representadas pelos engenhos, a usina de açúcar e as fazendas. Segundo o autor nos sítios existiam árvores frutíferas e cultivos de feijão, milho, algodão e mandioca, durante o inverno. Os camponeses entrevistados na pesquisa não reconheciam o plantio da cana-de-açúcar como agricultura. Pois, segundo Garcia Jr. (1989). durante a sua pesquisa de campo, foi comum ouvir relatos de proprietários de pequenos sítios opondo locais que tinham agricultura à áreas de cana-de-açúcar.

Referida ao presente ou ao passado, a expressão terra de agricultura marca sempre o espaço em que são reproduzidas as condições sociais dos cultivos realizados por grupos domésticos de pequenos produtores. A exclusão da cana-de-açúcar e da agave da categoria agricultura está diretamente relacionada à exclusão dos pequenos produtores destes cultivos (Garcia Jr, 1989, p. 24).

É importante salientar que não é a cana-de-açúcar em si que afasta a noção de agricultura camponesa, mas sim o modelo monocultor que se distancia das práticas

camponesas. O camponês pode utilizar a cana-de-açúcar na sua roça como barreira de vento, para produzir rapadura, açúcar mascavo, caldo de cana-de-açúcar entre outros. Assim, a cana-de-açúcar pode ser parte da agricultura camponesa quando no modelo diversificado de culturas, o policultivo.

Para Garcia Jr (1989), a agricultura estaria ligada ao negócio de vendas e compra de mercadorias em feiras livres. Segundo o autor, agricultor “é esse que mora no sítio, na roça, que produz o produto e leva para a feira.” (Garcia Jr, 1989, p. 104). Por outro lado, segundo Wanderley (1996) a atividade mercantil se soma ao autoconsumo, pois é natural que dispondo de meios de produção, mesmo que em condições precárias e insuficientes, o camponês procure, antes de tudo, assegurar o consumo alimentar da família. Dessa maneira, “vender a própria produção e realizar o valor monetário do trabalho é expressão da autonomia camponesa” (Woortmann, 1990, p. 39), ou seja, a produção de autoconsumo e o excedente vendido em feira são elementos da autonomia camponesa. Assim,

ao estudar o uso do tempo de cada indivíduo feirante, - nem precisa ser durante a semana, basta ser durante as próprias feiras - o observador verá que: nas feiras o indivíduo negocia, o que é evidente; ele adquire produtos para o consumo da unidade doméstica a que pertence, ele faz a feira da casa-, e ele leva para a feira, para apurar-lhe o valor, o produto de sua agricultura; se além de negociante for simultaneamente agricultor (a maioria absoluta dos feirantes) (Garcia Jr, 1989, p. 104).

Nesse contexto, percebe-se uma relação entre campesinato e a feira livre, ao realçar que “os circuitos curtos de comercialização são um modelo de produção e consumo desenvolvido em escala local” (Leme, 2021, p. 93). As feiras livres são exemplos desses circuitos curtos de comercialização, característica de mercado local, pois “esta dupla preocupação - a integração ao mercado e a garantia do consumo - é fundamental para a constituição do que estamos aqui chamando de patrimônio sócio-cultural, do campesinato brasileiro” (Wanderley, 1996, p. 11).

Neste sentido, Woortmann (1990) reflete que a feira é um espaço importante para o pai de família, que no roçado realiza o trabalho familiar e na feira transforma esse trabalho em ganho monetário utilizado para as necessidades básicas do lar. Segundo Garcia Jr. (1989) a propriedade de meios de produção e a posse de meios de subsistência para consumir, enquanto produz e vende o produto de seu trabalho, permitem evitar a venda da força de trabalho. Nessa dinâmica, “a autonomia camponesa manifesta-se no controle de seu tempo e espaço, diferentemente da lógica existente no capitalismo” (Silva, 2019, p. 57).

Leme (2021) ressalta que a comercialização nas feiras livres é uma característica importante para o desenvolvimento da autonomia do camponês, que define o que será produzido e a sua quantidade, selecionando quais produtos receberão algum tipo de beneficiamento e o que será vendido in natura¹. Além de o camponês escolher o que será revertido para o autoconsumo e o que será destinado à venda. No caso dos produtores que integraliza a produção a algum tipo de indústria, esta definirá o que será produzido, a quantidade e a normatização da produção. Nesse circuito, há a perda da autonomia do produtor, em que ele passa a ser identificado na academia como agricultor integrado ao circuito de produção, sem alusão a sua subordinação que é, geralmente, naturalizada.

1.1.2 O Lugar do Campesinato no Capitalismo

Apesar das teorias de destruição do campesinato terem sido repensadas ao longo dos tempos, o campesinato continua a sobreviver. Sendo assim, “a presença dos camponeses nos dias atuais tem mostrado que esta categoria explicita as contradições do processo histórico de formação do território brasileiro” (Silva, 2019, p. 59).

Porém a história do campesinato brasileiro sempre foi dura e árdua. Várias foram às formas de lutas e resistências que contribuíram para a presença campesina e para a discussão do próprio conceito de camponês no Brasil. Dentre estas, estão às lutas dos quilombos, as lutas indígenas, Canudos, Ligas Camponesas, dentre outras. As lutas pela terra remontam ao século XVI e vem até o nosso momento atual. Durante os séculos XVI e XVII, ocorreram diversas lutas indígenas contra a servidão e escravidão, dos índios contra os seus colonizadores. (Silva, 2019, p. 45).

O campesinato como uma forma de produção (Chayanov, 1981) não-capitalista sofreu ao longo dos séculos. Foi deixado como subalterno, esquecido e excluído pelo sistema-mundo que se desenvolveu posteriormente ao Feudalismo. Todavia, sua permanência deve levar em consideração a luta e a resistência por autonomia contra o sistema vigente².

Para Moura (1986), o capitalismo não liquidou a produção camponesa por esta ser necessária ao próprio sistema, pois o pequeno produtor se dedica a cultura de produtos que oferecem um nível de renda pouco atraente para o empreendimento capitalista, por gerarem uma taxa de lucro insatisfatória ao padrão capitalista.

¹ Em estado natural.

² O Capitalismo, segundo Boff (1999), possui a ideologia latente no modo-de-ser-trabalho-dominância é a conquista do outro, da natureza e do mundo. Já Oliveira (2007) ressalta que uma relação capitalista dar-se pela exploração do sobre trabalho do outro.

A produção camponesa pode ser expressa pelas relações não capitalistas de produção. Seu fortalecimento dá-se como resultado das contradições do modo de produção capitalista que, ao mesmo tempo em que cria relações extremamente capitalistas, cria também relações não capitalistas de produção, como, por exemplo, as relações camponesas de produção (Silva, 2019, p. 53).

Isso significa que o campesinato tem um papel social importante que o capitalismo abdica de fazer por ser economicamente pouco rentável para saciar sua ganância. Dessa forma, “é essencial compreender o lugar do camponês no desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro” (Silva, 2019, p. 59).

Para Cubas (2016, p. 11) quando “se fala de renda da terra também se coloca em pauta a função social da terra e sua propriedade privada da terra”. Esse autor ressalta que o campesinato cumpre a função social da terra: trabalhar e produzir alimentos. Porém, “desde o início da colonização brasileira se depara com a concentração fundiária e com um modelo de propriedade para poucos, que tornou precário o acesso à terra” (Oliveira e Sollazi, 2019, p. 56-57).

Na medida em que o agricultor, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, ocorre à sujeição da renda da terra ao capital (Martins, 1981). Uma característica importante do modo camponês de fazer agricultura é a busca para a produção e crescimento do máximo de valor agregado possível, que reflete, evidentemente, a condição camponesa, onde os ambientes hostis são enfrentados através da produção de renda independente, usando fundamentalmente recursos de criação e manejo próprio (Ploeg, 2008).

Além disso, é necessário entender que o campesinato está dentro do sistema capitalista, mas não como produção eminentemente capitalista, e sim, como necessidade de acumulação para o próprio sistema. Assim é um “processo de sujeição do campesinato ao capital que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção” (Oliveira, 2007, p. 12).

A sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, uma parte da produção agrícola entra no consumo de subsistência imediata (autoconsumo), e o excedente como mercadoria é comercializada. Já na produção capitalista o objetivo é lucrar, ocorrendo o movimento de circulação do capital em $D — M — D$ (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro) na sua versão simples. Enquanto na produção camponesa, ocorre em $M — D — M$ (Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria), a forma simples de circulação das mercadorias, onde se vende

mercadorias para ter dinheiro com objetivo de adquirir outras mercadorias necessárias à satisfação das necessidades (Oliveira, 2007).

Dessa maneira, Woortmann (1990) afirma que a comida produzida pelo trabalho na terra é o elemento central da produção e do consumo, ambos realizados pela família. Enquanto os camponeses e camponesas tendem a trabalhar para sobreviver com dignidade, os capitalistas são gananciosos em explorar, seja a natureza, seja outras pessoas, para acumular riquezas, razão pela qual

A produção artesanal e a produção camponesa podem ser produções mercantis, mas não serem produção capitalista, pois não se identificam com a presença da forma salário como pagamento em dinheiro ao trabalho fornecido. Consequentemente, para que a diferenciação do campesinato desemboque em produção capitalista seria necessário que acumulasse terras e dinheiro, transformando a auto exploração do trabalho doméstico em exploração do trabalho assalariado de trabalhadores livres que tivessem como única alternativa a venda de sua força de trabalho (Garcia Jr, 1989, p. 271).

Sendo assim, os membros da família camponesa podem recorrer a outros tipos de trabalho nas cidades ou ainda em outros estabelecimentos agrícolas, quando a força de trabalho supera as necessidades do estabelecimento ou quando a produção familiar fica aquém das necessidades do estabelecimento doméstico. Isso caracteriza o trabalho acessório (Santos, 1978) realizado pelo camponês em atividades que podem ou não estar relacionadas diretamente à agricultura (Valério, 2021).

A agricultura camponesa não é simplesmente uma agricultura de subsistência. Há momentos em que por motivos históricos e sociais diferentes, camponeses e camponesas organizam sua produção visando a sobrevivência imediata, sem estratégias produtivas ao projeto do futuro da família. A pluriatividade (Wanderley, 1996) e o trabalho acessório (Santos, 1978) de membros da família não representam a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem em elementos para viabilizar as estratégias de reprodução da família (Wanderley, 1996; Santos, 2012).

A produção camponesa, geralmente, é pequena, possuindo poucos recursos e com restrições para potencializar sua força produtiva, porém, o que define as produções camponesas são as suas relações internas e externas (Wanderley, 1996). Destarte, o “campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local” (Wanderley, 1996, p. 4). Essa cultura define as relações internas e externas camponesas.

Para Oliveira (2007), existem três componentes fundamentais no processo de reprodução camponesa. O primeiro são os proprietários de terras que especulam e ao venderem a terra, principalmente em loteamentos e colonização agrícolas, contraditoriamente, criam condições para a recriação do camponês-proprietário. O segundo é o Estado, ao atuar como agente distribuidor de terras em projetos de reforma agrária ou de colonização, e fixar preços mínimos agrícolas ou cotas de produção, dando condições mínimas, contraditórias, para que o camponês se reproduza. E o terceiro é a formação das cooperativas no campo que nasceram no Século XIX como instrumento de defesa dos agricultores contra o comerciante, que, explorava os camponeses, levando-os à proletarização. Assim, as cooperativas operam no setor do crédito e da comercialização e se tornaram um instrumento de defesa tanto do pequeno como do grande agricultor.

Na visão de Woortmann (1990), a ética camponesa é uma categoria do discurso acadêmico que expressa um valor do discurso camponês. Para o autor é uma forma “aristotélica” de representação da atividade econômica. Nessa ética a terra não é vista como algo em que se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio sobre o qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor (Woortmann, 1990).

Para Moura (1986), o trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra, onde a família camponesa, nuclear ou extensa, se envolve nas diversas atividades produtivas, visando sua reprodução. Logo, como “patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (Woortmann, 1990, p. 12).

1.2 A importância socioambiental do Campesinato

Ora, são tantos fatos no mundo contemporâneo que podemos delinear sobre a necessidade desse modo de vida camponês para a sociedade e para o meio ambiente. Nesse momento abre-se um leque de pesquisas que buscam refletir e dar relevância ao campesinato. Noutro momento, no tópico 1.3, será realizada uma análise teórica referente ao campesinato relacionando aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – ONU.

Na história agrária brasileira é desvelado o lugar do campesinato. No espaço agrário, a terra deve ter um papel essencialmente de sua função social, que é a produção de alimentos. Quem mais cumpre essa função social é a classe camponesa que tem “a terra para trabalhar” (Cubas, 2016, p. 1). Para Cubas (2016) o agronegócio é rentista, onde se coloca a terra para negócio, a terra para especulação fundiária.

Para Antunes Junior (2022) o campesinato conserva o conhecimento acerca de todos os processos alimentares: do plantio, cultivo, criação, manejo, colheita e abate de animais, assim como das receitas, dos preparos e do ato de se alimentar integrado ao seu ecossistema, ao tempo da natureza. É visto aqui a importância da cultura campesina na culinária brasileira, que guarda saberes alimentares ancestrais de suas diferentes matrizes, seja a indígena, africana, europeia etc.

Um estudo de Bezerra e Vinha (2021) abordou o processo de construção e desenvolvimento de uma cooperativa através da luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que desde a década de 1980 organiza ações na região noroeste do estado de São Paulo. Segundo os autores, na região noroeste do estado de São Paulo, com a conquista da terra as famílias começaram a produzir pequenas lavouras para garantir a sua sobrevivência, como mandioca, quiabo, folhagens e abóbora, provocando uma mudança na alimentação das famílias na época. Por trabalharem de forma agroecológica, contribuem para a promoção da saúde e encaminham-se na direção da soberania alimentar, também refletindo na criação dos animais. Ainda nessa linha da produção de alimentos:

A produção camponesa valoriza a produção local, o saber-fazer dos povos da terra e coloca no mercado alimentos de qualidade, sem a utilização de agrotóxicos. Trata-se de um modelo de produção e consumo totalmente contrário ao imposto pelo agronegócio, que possui tendências de homogeneizar os espaços rurais, expropriando ou subordinando camponeses, que deixam de produzir a diversidade de alimentos (Leme, 2021, p. 98).

O conceito de soberania alimentar tem a ver com a produção autônoma, diversificada, saudável, que garante a subsistência familiar e comunitária, respeitando o meio ambiente com a preservação e a conservação dos ecossistemas (Costa Silva e Conceição, 2017). É diferente de segurança alimentar, que é a capacidade de adquirir alimentos para as três refeições básicas cotidiana, sem levar em consideração como foi produzido o alimento, por quem e onde.

Outra questão a ser refletida é na posse da propriedade em área de assentamento, no tocante que uma parcela da terra é destinada para as Áreas de Preservação Permanente (APP) em que se localiza a Reserva Legal (RL). Isso permite a recuperação das áreas que sofreram com a degradação ambiental. Além da recuperação de córregos, movimento contrário das terras ocupadas pela produção de cana-de-açúcar (Bezerra e Vinha, 2021). É elucidada a importância dos assentamentos de reforma agrária para os ecossistemas locais, pois a forma de trabalho camponesa não impacta a natureza da forma que o modelo monocultor.

No assentamento Dom Helder Câmara no município de Murici/Alagoas, Navas, Hirai e Oliveira (2021) quantificaram o uso de agrotóxicos em 13,8% dos agricultores do assentamento, justificando-se na dificuldade para conseguir produção em alguns tipos de cultivo, mesmo tendo consciência dos malefícios de seu uso. Nesse assentamento, os cultivos são majoritariamente destinados ao autoconsumo e venda do excedente, com baixo uso de agrotóxicos.

No sentido de medidas para a salvaguarda dos patrimônios alimentares do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2024), Antunes Junior (2022) considera que as políticas públicas para o patrimônio cultural imaterial (IPHAN, 2024) podem contribuir para a reprodução social das comunidades camponesas. E as políticas públicas que beneficiem o campesinato podem se tornar medidas de salvaguarda de patrimônios alimentares. Dessa maneira, é verídica a necessidade de políticas públicas para o campesinato que de tal forma assegura a cultura alimentar brasileira da roça.

Parafrazeando uma expressão utilizada para definir meios de preservação dos patrimônios genéticos, o campesinato é um agente de preservação dos patrimônios alimentares *in situ*. Isto é, os diferentes patrimônios culturais imateriais são componentes do cotidiano das comunidades camponesas e nelas se reproduzem (Antunes Junior, 2022, p. 12).

Perante um estudo etnográfico de Santi e Prado (2022) no Sudoeste do estado de São Paulo, os agricultores mais antigos de uma comunidade baseavam-se principalmente nas fases da lua para fazer o plantio. Na região a fase da lua minguante é o melhor período para o plantio de culturas das quais se aproveita a parte subterrânea da planta, como a mandioca, a batata e o amendoim (Santi e Prado, 2022). Este é um saber campesino relacionado à natureza advindo da percepção da experiência dos anos de vivência na determinada região. Tal conhecimento é valioso para a agricultura e não carece ser perdido, para tanto é necessário o respeito ao campesinato.

No assentamento Dom Helder Câmara (Murici/Alagoas), os agricultores relataram que as culturas que mais contribuem para a alimentação e renda são macaxeira, feijão, inhame e milho, por serem diretamente relacionadas aos costumes alimentares da região. Dessa forma, tem-se uma variedade de culturas agrícolas, o que representa uma estratégia utilizada pela agricultura familiar para garantir a manutenção da família. Os cultivos são caracterizados pelo plantio de hortaliças e frutíferas, além da criação animal (Navas, Hirai e Oliveira, 2021).

O trabalho familiar camponês abastece a moradia alimentando seus membros, mas também é destinado a lugares e pessoas exteriores a esta realidade (Moura, 1986). O

campesinato produz alimentos para o consumo da família e para a comercialização no mercado local. Uma das características da produção camponesa é a diversidade de alimentos na unidade de produção (Leme, 2021).

Os alimentos vendidos em feiras oriundos da roça possuem preços acessíveis para a realidade econômica da sociedade brasileira, diferente dos supermercados em que os preços dos alimentos são mais elevados. Nesse sentido, a agricultura “ao mesmo tempo que recebe estímulos à capitalização, enfrenta permanentemente a questão de produzir alimentos a custo mais baixo, missão desempenhada, ainda que não com exclusividade, pela produção camponesa” (Moura, 1986, p. 64).

1.3 Campesinato e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS

A Organização das Nações Unidas – ONU, por meio das Nações Unidas Brasil (2024), retrata que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade que busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. A Agenda 2030 reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Boff (1999) afirma que não existe desenvolvimento em si, mas sim uma sociedade que opta pelo desenvolvimento que quer e que precisa. Essa agenda universal então traçou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³ (ODS) e as 169 metas que buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas (Figura 1).

Figura 1: Os 17 ODS da ONU.



Fonte: Nações Unidas Brasil, 2024.

³ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>

Assim, todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementaria este plano decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estando determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Comprometendo a não deixar ninguém para trás nesta jornada que a agenda considera coletiva (Nações Unidas Brasil, 2024).

No entanto, a competição é anti-social porque implica a negação do outro⁴, a recusa da partilha e do amor. A sociedade moderna neoliberal, especialmente na atual sociedade de mercado, se assenta na competição. Por isso é excludente, inumana e faz tantas vítimas (Boff, 1999). Dessa forma, não deixar nenhum país para trás nesse mundo perverso é difícil de imaginar.

Os ODS são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. São os três pilares requisitados no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) em suas redes de pesquisa na Pós-Graduação Pública Federal.

O Campepinato pode ser pensado, apesar de sua grafia ausente nos ODS, em vários desses objetivos, porém é inteligível elencar os ODS que a prática camponesa pode contribuir para a satisfação dos objetivos e metas. Aqui nessa pesquisa serão selecionados três: *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 – Fome zero e agricultura sustentável; Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 – Vida terrestre.*

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2: Fome zero e agricultura sustentável almeja erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Algumas das suas metas, resumidamente, foram:

A) até 2020:

1. Manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificadas e bem geridos em nível nacional, regional e internacional;

2. Garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente;

B) até 2030:

⁴ O outro representa os excluídos e marginalizados na sociedade capitalista (Boff, 1999).

3. Acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;

4. Dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro à terra;

5. Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo (Nações Unidas Brasil, 2024).

Porém, se o sistema capitalista valoriza o agronegócio por meio da produção de monoculturas para exportação de produtos transgênicos, envenenados e ultraprocessados como alcançar o ODS 2?

O agronegócio está distante de atender as metas estipuladas pela Agenda 2030, sua falha futura será inevitável com o capitalismo no campo no contexto atual da crise civilizatória (Boff, 1999). O referido autor afirma que vivemos para além de uma crise ambiental, mas uma crise civilizatória que envolve a crise ética (perda do sentido de responsabilidade coletiva), a crise ecológica (destruição dos ecossistemas), a crise social (exclusão, pobreza, desigualdade), a crise espiritual (falta de sentido, vazio existencial), e a crise do modelo de desenvolvimento moderno. “As populações camponesas são, em todas as partes, capazes de reinventar suas sociedades, até radicalmente, quando alcançadas por alguma crise” (Martins, 2014, p. 27). O campesinato apresenta-se como caminho que pode atender a satisfação dos problemas e resoluções citadas nas metas do ODS 2. Sendo assim, qual é o motivo do seu apagamento político social!

É imperativo fortalecer o campesinato em conjunto com a agroecologia. Pois a “agroecologia é antes de qualquer coisa um modo de vida baseado na valorização simbólica e cultural da produção alimentar pela família no campo, nas suas mais diversas facetas” (Cubas, 2016, p. 14). A agroecologia também é entendida como um “enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis” (Caporal e Costabeber, 2004, p.11). Dessa forma, esse desenvolvimento rural sustentável ocorreria partindo do conhecimento local integrado ao conhecimento científico, construindo saberes

socioambientais, logo um processo de transição agroecológica (Caporal e Costabeber, 2004). No campo, um dos modos de vida que mais atua de forma agroecológica é o campesinato.

A transição agroecológica, por se tratar de um processo social (depende da intervenção humana) implica numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (Caporal e Costabeber, 2004). É lícito destacar que a ação do Estado é essencial para potencializar essa mudança e avançar para que a mesma se torne o modelo proposto pelo próprio Estado.

No entanto, existe no Brasil um duplo apagamento no jogo do desenvolvimento rural, tanto no que se refere ao sujeito social camponês, quanto na prática agroecológica. Esse paradoxo promove, no cenário contemporâneo, os malefícios socioambientais refletidos no presente estudo. Tem-se uma opção que gera e promove problemas socioambientais, quando o fortalecimento e o investimento público nas práticas agroecológicas são essenciais para reverter o atual quadro de insustentabilidade em curso no espaço rural brasileiro, fortalecido pelo investimento público. Segundo Altieri (2004, p. 109), as contribuições da agroecologia devem incorporar estratégias de desenvolvimento que, ao mesmo tempo:

- a) melhorem a qualidade de vida dos camponeses que hoje produzem em pequenas propriedades e/ou em terras marginais, com o desenvolvimento de estratégias de subsistência ecologicamente fundamentadas;
- b) aumentem a produtividade da terra daqueles agricultores que competem no mercado, através do planejamento e promoção de tecnologias de baixo uso de insumos que reduzam os custos de produção;
- c) promovam a geração de renda – e trabalho – através do planejamento de tecnologias apropriadas que aumentem o valor agregado do que é produzido dentro das pequenas propriedades, particularmente na área de processamento de alimentos.

A compreensão aprofundada da ecologia humana aplicada aos sistemas agrícolas é fundamental para a implementação de medidas compatíveis com uma agricultura efetivamente sustentável. Dessa forma, o surgimento da agroecologia enquanto ciência emergente e dinâmica constitui um avanço significativo na direção adequada. A agroecologia oferece os princípios ecológicos essenciais para o estudo e manejo de ecossistemas, tanto produtivos quanto conservadores dos recursos naturais, que sejam culturalmente apropriados, socialmente equitativos e economicamente viáveis (Altieri, 2004).

Todavia, a opção do Estado Brasileiro foi por um modelo mecanicista de larga produção e alto impacto a natureza que produz alimentos industrializados em nome do modelo de desenvolvimento econômico e como forma de equilíbrio da balança comercial. Trata-se de uma inserção subordinada do Estado Brasileiro na divisão internacional do

trabalho, com acentuadas implicações socioambientais. Esse contexto privilegia um modelo de agricultura contrária a preservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, distancia o Brasil em atender os componentes do ODS 2. A questão política conservadora da elite nacional tem prevalecido.

O *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12* almeja assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Para isso **até 2030**:

1. Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais;
2. Garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, apoiando países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo, como também racionalizando subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas (Nações Unidas Brasil, 2024). É relevante a promoção de ações, projetos e programas do Estado Brasileiro nessa direção.

E o *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15: Vida terrestre* visa proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter à degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade. Assim, como exemplos de metas:

A) até 2020:

1. Promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;
2. Proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;

B) até 2030:

3. Combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo;

4. Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, deter a perda de biodiversidade (Nações Unidas Brasil, 2024).

É pertinente afirmar que tais objetivos e metas podem ser plenamente atingidos quando finalmente a atividade camponesa for, de fato, priorizada em sintonia com a agroecologia, mediante as políticas públicas que visem o cuidado com o ser humano, o ambiente e o planeta. Destarte, o campesinato é um dos melhores caminhos para atender a satisfação de algumas das metas estipuladas nos ODS da ONU. Assim, Cubas (2016) reflete que com a ineficiência do agronegócio nos aspectos ambiental e social surge a necessidade para pensar modos ecológicos e rentáveis de produção, com qualidade e fartura por meio das propriedades camponesas que são a base da produção alimentar brasileira.

Como expresso no ODS 15, cuidar da terra e do solo é necessário. “O solo é o produto da ação conjunta do material de origem, clima, relevo, organismos e tempo, sendo a base física de quase todas as atividades agrícolas” (Resende et al., 2014, p. 15). É do solo que tiramos os alimentos para a nossa mesa.

A subjugação da natureza pela sociedade criou um distanciamento dos humanos da sua matriz, do seu ponto de equilíbrio, tornando a compreensão da natureza como algo de fora da própria natureza humana, desumanizando a relação do homem com o meio que o circunda e com os outros homens (Santos, 2010). Para Boff (1999), a sociedade contemporânea do conhecimento e da comunicação, cria, de forma contraditória, cada vez mais isolamento e solidão entre as pessoas. Assim, ressalta que precisamos de um novo paradigma de convivência que funde uma relação mais benfazeja para com a Terra e inaugure um novo pacto social entre os povos no sentido de respeito e de conservação de tudo o que existe e vive.

Para que se tenha realmente um desenvolvimento sustentável é necessária mudança no sistema global, pois no capitalismo é visado apenas o lucro que se obtém por meio da extração da mais valia e a transformação/metabolização da natureza em mercadoria-capital. Assim, a natureza é mera mercadoria. No contexto capitalista o campesinato foi e é excluído constantemente. O Estado opta pelo agronegócio como modelo de desenvolvimento, favorecendo o sistema capitalista produtor de alimentos não saudáveis que destrói a natureza.

O contexto capitalista atual foi chamado por Boff (1999) de “modo-de-ser-no-mundo pelo trabalho”, em que a sociedade interfere na natureza e o antropocentrismo instaura uma atitude centrada no ser humano e as coisas têm sentido somente na medida em que a ele se ordenam e satisfazem seus desejos.

O modo-de-ser-no-mundo exclusivamente como trabalho pode destruir o planeta. Ele nos mantém reféns de uma lógica que hoje se mostra destrutiva da Terra e de seus recursos, das relações entre os povos, das interações entre capital e trabalho, da espiritualidade e de nosso sentido de pertença a um destino comum (Boff, 1999).

1.4 As Monoculturas da Cana-de-açúcar e do Eucalipto

Foi observado que nos últimos anos, o território brasileiro tem sido palco de disputa regionalizada por terras, privilégios, benefícios e isenções entre grupos empresariais canavieiros. Assim, tem se tornado cenário para novas alianças entre políticos, entidades de classe, capitalistas e latifundiários (Barreto e Thomaz Júnior, 2012).

A produção de agrocombustíveis contribui para manter uma modernidade colonizadora do espaço a partir da exploração de territórios habitados, tradicionalmente por segmentos sociais como povos indígenas, populações camponesas, ribeirinhos e quilombolas (Assis, 2014).

A colonialidade foi aquilo deixado pela colonização como herança, uma vez que a “colonialidade do poder é parte constituinte da modernidade, e seu berço nascente foi a formação do sistema-mundo moderno/colonial que emergiu com a conquista da América pelo processo de expansão colonial da Europa Ibérica em 1492” (Holanda, 2023, p. 73).

Com o fim da colonização e a chegada da modernidade a estrutura de dominação mundial mudou com um novo instrumento, a colonialidade. Em síntese, “colonialidade diz respeito à violência epistêmica exercida pela modernidade sobre as outras formas de produzir conhecimentos, práticas, instituições, organizações, imagens, símbolos e modos de significação.” (Holanda, 2023, p. 73). O pensamento hegemônico moderno/colonial influencia o mundo com a ideia de que o capitalismo é o caminho correto.

A colonialidade na apropriação da natureza é resultado de formas econômico-instrumentais de se pensar e explorar o meio ambiente e processos de expropriação territorial direcionado a sustentar a lógica prevaiente da acumulação capitalista. É um fato que não existe modernidade sem colonialidade (Assis, 2014). Um traço importante dessa modernidade e colonialidade é a precariedade relacionada aos trabalhadores:

Nos campos considerados mais modernos, o trabalho é precário e degradante, seja pela extração da mais-valia absoluta (intensificação da jornada de trabalho), seja pela mais-valia relativa (uso de novas tecnologias), ou pela combinação de ambas, o capital lucra sobre as vidas das trabalhadoras e dos trabalhadores, sem se importar com os seres humanos que exercem o trabalho (Machado e Borquez, 2021, p. 188).

Essa modernidade é extremamente capitalista, ou seja, é exploradora de seres humanos em que o objetivo é o lucro e o acúmulo de riquezas nas mãos de tão poucos. Essa colonialidade serve para manipular as pessoas fazendo-as acreditar que tal perversidade é normal e não tem solução. Porém, a necessidade de sobrevivência leva a classe trabalhadora rural ao cativeiro da lei do cão⁵ (Woortemann, 1990), pois, nas “representações camponesas do Nordeste, a proletarização e a escravidão se fundem e se expressam pela categoria cativeiro” (Woortmann, 1990, p. 14).

Em relação ao avanço do monocultivo da cana-de-açúcar em áreas de produção de alimentos, ocorre um “impacto considerável na substituição de cultivos de gêneros alimentícios” (Gosch *et al.*, 2014, p. 331). Pois, aos moldes capitalistas esta cultura é “cultivada em grandes áreas, em forma de monocultura, deixando pouco espaço para outros cultivos” (Baccarin, Oliveira e Mardegan, 2020, p. 54). Com isso, Gosch *et al.* (2014, p. 331) relatam que “uma das consequências observadas é a elevação nos preços de alimentos produzidos na região”.

No que se refere aos impactos ambientais, Maximino Lelis e Avelino Júnior (2017) realçam que alguns dos principais problemas ambientais gerados pela expansão da monocultura canavieira são a poluição do solo, do ar e dos recursos hídricos devido à utilização demasiada de agrotóxicos, a diminuição da biodiversidade e as queimadas. Como também, ocorre a proliferação de pragas e doenças derivadas da cultura canavieira em culturas circunvizinhas sendo mais um dos impactos negativos para o meio ambiente.

Carson (1969) refletiu que com o avanço das monoculturas houve aumento no uso intensivo dos pesticidas e as áreas que recebiam esse tratamento totalmente desnecessário, assim os aeroplanos proporcionavam “chuvas de mortes” nos Estados Unidos em meados do século XX. “Atualmente, força-se a produção à custa de enormes quantidades de adubos e defensivos. Se existe a necessidade de defensivos, isto ocorre porque as plantas não são vigorosas e saudáveis” (Primavesi, 2020, p. 81).

Com o modelo monocultor dependente do uso intensivo de venenos, o impacto socioambiental só aumenta. Segundo Carson (1969) ao usar agrotóxicos nas plantas para combater pragas, ocorrerá impacto mortal aos animais, como as abelhas que deixarão de polinizar as flores. Ana Primavesi ressalta que a monocultura “uniformiza a vida pela matéria orgânica sempre idêntica que fornece, e mesmo queimando a palha ainda fornece as excreções de suas raízes. As raízes são fracas e limitadas e não existe possibilidade de manter a terra

⁵Amplamente, qualquer situação considerada de muita exploração e perda de autonomia é identificada como cativeiro. Porém, em sentido restrito, o cativeiro é a escravidão (Velho, 2009).

produtiva” (Primavesi, 2020, p. 81). Então, plantar monocultura é enfraquecer o solo e comprometer a vida em amplas dimensões.

A queima da palha da cana-de-açúcar, também é um grave problema ambiental recorrente da expansão dessa monocultura (Barreto e Thomaz Júnior, 2012). Segundo Britts, Silva e Abrita (2016), a queima da palha da cana-de-açúcar é um risco eminente à vida do ser humano causando doenças respiratórias, pois é comprovado cientificamente que o aumento das doenças respiratórias no Brasil está relacionado às queimadas dos canaviais, que prejudica diretamente a saúde humana e aumenta os gastos públicos com despesas em tratamento de saúde da população.

O cultivo de cana-de-açúcar em assentamentos rurais é permitido por lei, mas o arrendamento de terras para esse fim nessas áreas é ilegal (Gosch *et al.*, 2014). Porém, acontecem casos de arrendamento de terras em assentamentos rurais para o plantio monocultor da cana-de-açúcar e áreas que deveriam ser direcionadas a Reforma Agrária “vem sendo gradativamente dominadas por vastos canaviais, sob o aval do Estado, que atua como avalista de latifundiários/grileiros e do capital canavieiro” (Barreto e Thomaz Júnior, 2012, p. 54). Além do problema da invasão da monocultura em áreas que deviam ser policultivas, a monocultura da cana-de-açúcar também contribui para a concentração fundiária, como o exemplo em São Paulo que através de indicadores do censo agropecuário “comprovou-se que a expansão da lavoura canavieira em São Paulo, entre 1995/96 e 2006, reforçou a participação de estabelecimentos agropecuários acima de 1.000 ha e foi decisiva para elevação da concentração da terra agrícola paulista” (Baccarin, Oliveira e Mardegan, 2020, p. 58).

Dessa maneira, como ressaltam Britts, Silva e Abrita, (2016) as lavouras de cana-de-açúcar tendem a ser cultivadas em grandes extensões de terras degradando elementos como solo e água para o desenvolvimento da monocultura, o que preocupa na questão de contaminação de recursos hídricos e na erosão e desgaste do solo.

A Monocultura de eucalipto, apesar de algumas semelhanças, não é floresta.. Uma floresta é um sistema, que se autorregenera e que possui solo, água, microclima, energia e ainda, ampla variedade de plantas e animais em mútua relação (Lima *et al.*, 2017), ou seja, florestas são ecossistemas, monocultivos são unidades de plantação com uma única espécie, sem biodiversidade.

Os monocultivos de eucalipto são, na sua essência, contrários à biodiversidade de fauna e flora. Diversos fatores relacionados à monocultura de eucalipto sustentam a expressão “deserto verde”, conforme as características que seguem no quadro 1:

Quadro 1: Característica do deserto verde.

Deserto de fauna e flora	<p>a) São raras as espécies que conseguem sobreviver nas entrelinhas dos monocultivos de eucalipto.</p> <p>b) Ao priorizar uma só espécie, eliminando as demais (fauna e flora), tornando um ambiente de baixa biodiversidade, impedem o desenvolvimento de alimento, refúgio e condições de reprodução de outras espécies. O uso de agrotóxico altera drasticamente a vida e estrutura do solo e das águas. São prejudiciais ao ecossistema, destruindo o habitat de diversas espécies animais e plantas, assim como fungos, bactérias e outros, tornando um solo estéril a outras espécies.</p>
Deserto de alimento	<p>c) Algumas espécies de animais e plantas que conseguem se adaptar no interior dos monocultivos de eucalipto encontram nessa plantação a única fonte de alimento, como é o caso de cupins e formigas cortadeiras, as quais são eliminadas, pois se tornam pragas e podem destruir amplas áreas. O seu combate com agrotóxico, prejudica e/ou elimina outros seres vivos inofensivos à plantação. Além disso, as folhas de eucalipto são tóxicas para grande parte da fauna e flora do solo, reduzindo sua biodiversidade.</p>
Deserto populacional e de emprego	<p>d) Em função do baixo uso da força de trabalho nos monocultivos do eucalipto sazonalmente, dispensa a residência de moradores no seu interior e arredores. Diferente de uma floresta, nos monocultivos de eucalipto, qualquer espécie de planta e animais, inclusive o ser humano, é indesejável às empresas do ramo que se utilizam de instrumentos para a controlar e combater.</p> <p>e) As atividades nos monocultivos de árvores são as que menor quantidade de emprego geram, por unidade de área, principalmente em âmbito local e regional, pois são substituídas pelo uso cada vez mais intenso de máquinas e insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos).</p>
Deserto hídrico e biológico	<p>f) Há uma relação entre a vegetação local e o ciclo hidrológico, pois a morfologia e fisiologia das espécies componentes do ecossistema foram, no decorrer dos tempos, adaptadas para o uso mais eficiente da precipitação disponível, diferente dos monocultivos de eucalipto. O monocultivo de eucalipto produz escassez hídrica (consumo de água no solo e subsolo, além de drenagem principalmente de lagos); e interfere na biologia local e na fertilidade do solo (folhas de eucalipto tóxicas para os organismos e micro-organismos);</p>
Deserto Verde	<p>g) Contrárias à opção de áreas subutilizadas e degradadas, como costumam divulgar, as empresas buscam extrair vantagens comparativas, pois, para garantir o desenvolvimento rápido das plantas, reduzindo o tempo e custo no ciclo entre plantio e colheita, buscam e se apropriam de áreas e regiões com características favoráveis a esses objetivos, porque o que almejam não está relacionado à recuperação do solo e preservação ambiental, mas à redução de custo e geração de lucros às empresas e seus acionistas. Os monocultivos industriais de espécies exóticas como o eucalipto mesmo que sejam formados por árvores, jamais constituem florestas, são desertos verdes.</p>

Fonte: Lima *et al.*, 2017, p. 31. (adaptado).

Apesar do monocultivo de eucalipto ser composto de árvores, não tem a complexidade de uma floresta em termos bióticos e abióticos. A análise do impacto da monocultura do eucalipto deve levar em consideração a propriedade alopática exalada pela planta que segundo Antão e Santos (2017, p. 14) “afasta espécies importantes no processo de polinização”.

Os seres polinizadores são de suma importância para a biodiversidade, a maioria das plantas necessita desses polinizadores para sua reprodução, isso pode impactar roças camponesas que circundem áreas de monocultivos de eucalipto, prejudicando a prática de policultivos. E “as folhas também apresentam esta propriedade que ao cair das copas e ao se decompor no solo ocasiona o impedimento de que outras plantas se desenvolverem na sua sombra” (Antão e Santos, 2017, p. 14).

Na pesquisa realizada por Lima *et al.* (2017), constatou-se que houve uma redução das áreas com produção alimentícia no estado do Espírito Santo para dar lugar a ampliação de monocultura de cana-de-açúcar e eucalipto, assim, famílias foram expropriadas de suas terras, a Mata Atlântica e áreas com o cultivo de alimento foram substituídas por monocultivos.

A expansão da monocultura de cana-de-açúcar destinada à produção de agrocombustíveis vem sendo legitimada no Brasil por empresários e governantes (Assis, 2014). Da mesma maneira, Barbosa *et al.* (2019) ressaltam que a quantidade de extensão de área para monocultura do eucalipto está relacionada diretamente com a expansão da produção do setor de papel e celulose no Brasil.

1.5 Espaço em disputa: capitalismo x campesinato

A partir dos meados do século XX o cenário agrícola brasileiro vivenciou expressivas transformações com a chamada “Revolução Verde”, caracterizada pela mudança da escala produtiva por meio da mecanização, transgenia de plantas, utilização de insumos químicos e de agrotóxicos (Santi e Prado, 2022).

Esse processo de transformação no campo, se por um lado alavancou a produção agropecuária brasileira, por outro trouxe como consequências a expansão das monoculturas, a intensificação da concentração fundiária, o êxodo rural, o assalariamento da força de trabalho, a degradação ambiental, dentre outros efeitos (Santi e Prado, 2022). Assim, desde “la década del setenta el mundo asiste a una serie de transformaciones económicas como resultado de la implantación del neoliberalismo en la mayoría de países, con efectos diferenciados en cada uno de ellos” (Benavides, 2023, p. 3). Pois,

Na década de 1960, o Brasil passou a disseminar o pacote da revolução verde na sua agricultura, disponibilizando subsídios para que os agricultores se adaptassem ao modelo químico-mecânico. Dessa forma, a monocultura, o desmatamento, as sementes transgênicas, a exploração intensa do solo, a intoxicação de trabalhadores, a exploração de mão de obra e a uso excessivo de venenos se ampliaram, sob a lógica capitalista de produção econômica (Navas, Hirai e Oliveira, 2021, p. 214).

Esse “preço” do modelo de “desenvolvimento rural” foi assumido como métrica do progresso. Com o pacote tecnológico da “Revolução Verde” os capitalistas buscaram o lucro máximo possível da terra sem se preocupar com o meio ambiente. Além dos danos ambientais da expansão do agronegócio, destacam-se a “diminuição de pessoas ocupadas no campo, a expropriação do campesinato e o intenso processo migratório de pessoas do campo para a cidade” (Leme, 2021, p. 95). Tem-se, no Quadro 2, alguns resultados da “Revolução Verde” para o ambiente quanto para a sociedade.

Quadro 2: Resultados Ambientais, Socioculturais e Econômicos da “Revolução Verde”.

Dimensão	Resultados
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema híbrido cada vez mais colapsado, degradado, águas contaminadas, rios assoreados e nascentes degradadas; ▪ Sistemas produtivos cada vez mais suscetíveis às intempéries das mudanças climáticas; ▪ Solos cada vez mais degradados, depauperados, contaminados, erodidos e compactados; ▪ Biodiversidade e agrobiodiversidade cada vez mais degradadas, com sérios impactos para as diferentes formas de vida, com extinção de espécies e de variedades de cultivares agrícolas.
Sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Invasão de sementes híbridas e geneticamente modificadas pela biotecnologia é cada vez maior, causando dependência nos agricultores, perda da qualidade dos alimentos e contaminação genética das variedades crioulas; ▪ Perda da soberania alimentar nacional; ▪ Redução e perda dos conhecimentos tradicionais pela ausência de valorização e perpetuidade; ▪ Consumo de baixa qualidade pela cidade, muitas vezes com alimentos industrializados e contaminados por agrotóxicos; ▪ Trabalhadores contaminados ao utilizar os agroquímicos, com impactos negativos à saúde; ▪ Intensificação do êxodo rural, com uma população cada vez mais envelhecida no campo e saída de jovens para os centros urbanos.
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agricultores com dificuldade de permanecer no campo devido à descapitalização e aos altos custos de produção, enquanto os grandes produtores renegociam suas dívidas e apostam na exportação de grãos e carne; concentração de terra e renda.

Fonte: Navas, Hirai e Oliveira, 2021, p. 215. (adaptado).

Como visto no Quadro 02, vários foram e são os efeitos negativos do modelo de modernização do campo brasileiro na chamada “Revolução Verde” baseado apenas na mudança técnica, que deveria ser chamada de “Retrocessos Químicos”, em razão das consequências que são sociais, ambientais e econômicas. Para mudar esse cenário urge uma revolução ou evolução da agricultura camponesa pautada na agroecologia e nos diferentes modelos de produção e modo de vida que não causem grandes impactos a natureza como vem acontecendo com a ação do agronegócio.

O Brasil sempre foi um espaço de apropriação desigual do seu território. A lógica colonialista de acumulação de riqueza e expropriação das terras dos povos que aqui viviam foi predominante, seja pela exploração das riquezas minerais, seja pelos grandes monocultivos inaugurados no País, a partir do século XVI. Pode-se citar como exemplo a cana-de-açúcar para fabricação e exportação do açúcar em larga escala para países da Europa. Posteriormente, outras culturas, como o cacau e o café, somaram-se a esse cenário e contribuíram para a consolidação desse modelo agrícola concentrador (Barbosa *et al.*, 2019, p. 71).

O Brasil possui consideráveis extensões de terras sendo utilizadas para o cultivo de monocultivos voltados para atender ao mercado agroexportador. Tal processo de expansão capitalista no campo faz-se mediante a expropriação do campesinato, obrigando-o a emigração e aumentando o inchaço da população urbana, assim, implicando de forma imediata no modo de viver das pessoas no campo e na cidade (Leme, 2021). Embora, geralmente, o capitalismo não exproprie radicalmente o agricultor, ele expropria indiretamente por meio da concentração de muita terra nas mãos de poucos (Martins, 1981).

Entende-se por capitalismo avançado o modo de produção capitalista fundado na interação entre os Departamentos I (produtor de meios de produção) e II (produtor de bens e meios de consumo). Essa interação organiza e estrutura a totalidade das forças produtivas e das relações sociais de produção na formação brasileira, incorporando, em seu processo reprodutivo, tanto o pequeno modo de produção quanto o modo de produção comunitário, os quais se inserem nas dinâmicas locais e nacionais orientadas pelo capital (Moreira, 2018).

Pode-se, de forma sintética, caracterizar a formação social brasileira como resultante da articulação entre três modos de produção: o capitalismo avançado (hegemônico), o pequeno modo de produção (campesinato) e o modo de produção comunitário (comunidades indígenas, por exemplo). A reprodução do grande capital, fortemente mediada pela ação do Estado, constitui o eixo estruturante que sustenta e perpetua essa configuração como um todo (Moreira, 2018).

A expansão do agronegócio nas últimas décadas no Brasil deixa em evidência a aliança Estado-capital (Leme, 2021). Na história brasileira é explícita a aliança de uma elite com o sistema político para atendimento de interesses capitalistas próprios. “O modelo de desenvolvimento do Estado-Capital ocasiona o aumento da dependência dos camponeses em relação ao aparato do Estado” (Antão et al., 2020, p.21).

Portanto, evidenciamos que a opção política pelo desenvolvimento da agricultura por meio de grandes conglomerados empresariais, nacionais e transnacionais, coloca as famílias camponesas em situação de vulnerabilidade em diversos aspectos da vida, pois são obrigadas a vender sua força de trabalho ao agronegócio, enfrentando diárias laborais precárias e degradantes (Machado e Borquez, 2021, p. 188).

O Estado é responsável direta e indiretamente pela existência e expansão da vulnerabilidade socioambiental ao longo do processo histórico brasileiro. Sempre foi de cunho capitalista e todas as conquistas sociais advieram de lutas coletivas da população. Enquanto o “agronegócio é a expressão macabra de uma elite que controla não apenas os setores agropecuário e agroindustrial, mas também o mercado, além de ser protegido pela grande mídia e exercer poder político através da Bancada Ruralista” (Lima, Santos e Ribeiro, 2021, p. 221).

Por sua vez, historicamente no Brasil, a ausência de um conceito ou de uma categoria para o campesinato, que o localize socialmente e o defina de modo completo constituiu exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação política nesse processo de vários anos, participando como se não fosse essencial e como se não estivesse participando. A exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico (Martins, 1981).

Já Machado e Borquez (2021) advertem como os camponeses são impactados pela agricultura capitalista, pelas políticas neoliberais e pela forma como os países estão inseridos na divisão internacional do trabalho. Sua pesquisa realizada no Valle de San Quintín (localizado no estado de Baja California, no México), e no Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil) evidenciou o potencial da agricultura camponesa de produzir alimentos saudáveis a partir de relações de trabalho baseadas para a emancipação e não para a exploração de terceiros. No entanto, tem-se clareza que para uma mudança dessa situação de repressão ao campesinato são necessárias políticas públicas para a agricultura camponesa que a reconheça como produtora de alimentos, de modo que as famílias não precisem se submeter ao trabalho precário nas monoculturas.

Leme (2021) aborda que historicamente as políticas públicas brasileiras para o campo têm privilegiado grandes grupos econômicos, em detrimento da produção familiar camponesa. Quando são estabelecidas políticas para a agricultura camponesa apresentam características voltadas para a integração subordinada do campesinato ao mercado capitalista, porém a luta dessas pessoas é por sua emancipação, autonomia na produção e reprodução do modo de vida camponês.

A integração do campesinato ao sistema capitalista, como visto na teoria da destruição do campesinato, levaria o camponês ao endividamento pelo alto custo da produção capitalista (agroquímicos e maquinários), fazendo-o perder seu bem maior, a terra, e se transformando em proletário, tendo agora apenas sua força de trabalho para vender. Logo, essa forma de integrar o campesinato ao sistema capitalista não é solução, provavelmente seria mais uma contradição, já que o capitalismo congrega a exploração de terceiros, podendo tornar alguns camponeses capitalistas e a maioria dos outros em mão de obra barata.

Com o objetivo de converter a massa camponesa em consumidora das suas mercadorias, o capitalismo tenta eliminar a economia natural e a produção de subsistência, assim como as formas combinadas de agricultura e artesanato, implantando em seu lugar a economia mercantil capitalista, onde ocorre a mais-valia (Valério, 2021).

As repressões territoriais se agravam no campo, de um lado tem-se o território do agronegócio tentando ampliar suas áreas de influência e manter seu sistema hegemônico dominador, e do outro tem-se o território do campesinato que resiste as forças do capital globalizado e busca continuar desenvolvendo a policultura por meio do trabalho familiar (Costa Silva e Conceição, 2017).

Os conflitos entre o capitalismo e o campesinato são afetados, geralmente, pela barbárie e violência. Assim, esses conflitos têm causado mortes e no Brasil entre os anos de 2000 e 2013 foram registrados 497 assassinatos (Maximino Lelis e Avelino Júnior, 2017).

Maximino Lelis e Avelino Júnior (2017), averiguaram que os principais fatores viabilizadores da permanência camponesa não são de ordem econômica, mas sim, relacionado ao modo de vida camponês pelos fatores de afetividade com o lugar e tranquilidade da vida no campo, do interesse pelo trabalho na roça e propriedade adquirida por meio de muito trabalho. Destarte, os camponeses querem “o direito de desenvolver uma agricultura saudável, autônoma e que possa garantir uma vida justa para suas famílias, sem que necessariamente o outro modelo possa prejudicar o seu trabalho” (Costa Silva e Conceição, 2017, p. 64).

Com mais de 30 anos de luta e conquistas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁶ tem resultados das mais variadas formas e condições de luta em cada período e espaço construindo assentamentos. O MST afirma que para a realização da reforma agrária é necessário integrar relações amplas entre o ser humano e a natureza, negando a apropriação privada da terra e dos demais elementos da natureza (Lima *et al.*, 2017).

O campesinato brasileiro é também marcado pela instabilidade das situações vividas. Assim, é possível identificar os processos de “campesinização”, “descampesinização” e “recampesinização” que, de certa forma, revelam os caminhos de sua instabilidade estrutural (Wanderley, 1996).

Exemplo de campesinização foi a ocupação das serras gaúchas pelos colonos imigrantes da Europa, em que um campesinato de origem européia se implantou em condições mais favoráveis no interior do país. É de descampesinização o processo brutal, pelo qual o Estado e os latifundiários desestruturaram a economia e as formas sociais de “cultivadores pobres livres” no Nordeste oriental. Porém, a busca de novas terras no sertão trazem condições para as comunidades camponesas fazerem a recampesinização (Wanderley, 1996).

1.6 Questão agrária em Japoatã e Ladeirashas “A”

Na história do município de Japoatã ficam em evidência ao menos dois processos de expropriação de terras da população camponesa, o da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba CODEFASV e o do platô de Neópolis. Essas expropriações tiveram aval do Estado.

De acordo com Oliveira (2007, p. 8), "o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento", o que significa que, ao mesmo tempo em que incorpora determinadas regiões ao circuito produtivo, também as submete a novas formas de dependência, expropriação e subordinação. Nesse sentido, a atuação da CODEVASF pode ser compreendida como agente de reestruturação territorial dentro das lógicas do capitalismo contemporâneo.

⁶ O próprio MST, movimento mais atuante e dinâmico no campo brasileiro é testemunho vivo do processo contraditório e paradoxal da atuação do Estado Brasileiro ao atuar em nome do progresso e do desenvolvimento econômico dissociado da justiça socioambiental. O MST surge no Brasil, inicialmente como Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) quando camponeses são desapropriados das terras para ampliação das barragens para a produção de energia elétrica. As hidroelétricas são construídas deixando um vasto número de desapropriados que se unem para lutar como uma única opção contra tal injustiça promovida pelo ente que devia protegê-los.

Segundo Farias (2022) a cultura do arroz ajudou no desenvolvimento do município Japoatã, em que várias famílias utilizaram dessa cultura para sobreviverem. Porém, essa cultura acabou sendo reprimida para os japoatãenses com o surgimento da CODEVASF, que desapropriou as terras cultiváveis da chamada Lagoa da Cotinguiba. Esta empresa pública federal, embora institucionalmente vinculada a uma proposta de desenvolvimento sustentável para os vales hidrográficos do Nordeste, insere-se dentro de uma lógica de modernização conservadora do campo brasileiro.

Além do arroz, Farias (2022) cita que o milho, o feijão, a mandioca, as fruticulturas sempre foram utilizadas como culturas de subsistência e a agropecuária também sempre teve um lugar de destaque, desde os primórdios, Japoatã era uma fazenda, destinada à criação de gado. “Recentemente, a cultura canavieira voltou à região com muita força” (Farias, 2022, p. 96).

Em 2022, com uma população de 13.407 habitantes e 1.644 pessoas ocupadas (12,26% da população do município), o município de Japoatã (IBGE, 2022) por ser considerado pequeno município (em relação a sua população ser menor que 20 mil habitantes) é mais vulnerável ao capitalismo no campo, pois “os pequenos municípios estão mais vulneráveis e desarticulados, frente ao capital canavieiro” (Barreto e Thomaz Júnior, 2012, p. 55).

Nesse viés, a pesquisa de Barreto e Thomaz Júnior (2012), permitiu observar que quanto menor o município em termos populacionais e do número de emprego formais (como é o caso de Japoatã), maior é sua vulnerabilidade frente ao poder do capital e maior o valor atribuído à unidade canavieira. Geralmente, o corpo político do município valoriza o capitalismo no campo na perspectiva da geração de emprego e deixa a população tradicional de lado.

Para Lima, Santos e Ribeiro (2021), o Projeto Platô de Neópolis foi implantado em 1992, a partir de incentivos governamentais e com a fiscalização sendo realizada pela empresa estatal Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe – COHIDRO. O Projeto integrou os municípios de Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco. A área do Platô é de 10.432 hectares, dos quais 7.230 hectares são irrigados a partir de canais que bombeiam águas do Rio São Francisco. As terras do projeto do Platô de Neópolis foram divididas em 40 lotes para empresários integrantes da Associação dos Concessionários do Distrito de Irrigação do Platô de Neópolis (ASCONDIR).

No Platô de Neópolis a respeito da produção, Almeida (2023) aduz que no planejamento da área do projeto os cultivos selecionados eram relacionados à fruticultura, mas, hoje se destacam a produção de cana-de-açúcar, coco e grama. Outras duas características ressaltadas pelo autor foi que uma grande parte da produção é para exportação, seja para outros estados, seja para o mercado europeu e, além disso, ocorre elevado consumo de água no perímetro irrigado do Platô de Neópolis.

Na implantação do Projeto houve a desapropriação de terras camponesas para serem somadas as áreas do projeto. Como Lima, Santos e Ribeiro (2021) trazem como exemplo a comunidade do Povoado Tatu, nos limites do Platô de Neópolis, no município de Japoatã – SE. Nesse povoado, as pessoas foram desapropriadas de suas terras pelo Governo de Sergipe que financiava o Projeto do Platô de Neópolis. “Isso dificulta o acesso do camponês à terra e à água, interferindo nas condições básicas de sua reprodução” (Almeida, 2023, p. 16). Hoje, camponeses ainda resistem acampados e assentados em lotes ociosos nas proximidades do Platô de Neópolis na luta pela terra.

Assim, os camponeses se encontram subordinados à informalidade caracterizada por trabalhos temporários/parciais, imersos em uma realidade que não garante condições dignas de vida (Lima, Santos e Ribeiro, 2021). “Além disso, essa apropriação resulta em uma grande degradação dos recursos naturais” (Almeida, 2023, p. 16).

Para Lima, Santos e Ribeiro (2021) o modelo de apropriação do Projeto Platô de Neópolis são estratégias de dominação capitalistas, tendo o aval do Estado, disseminando discursos de geração de emprego e erradicação da pobreza e da miséria. Porém, a realidade é uma intensa concentração de renda, desemprego estrutural, informalidade e pobreza. Pois, na “medida em que a natureza e o território são apropriados por grandes empresas que desfrutam de lotes irrigados no Platô, aumenta a desigualdade e a pobreza, principalmente no campo” (Almeida, 2023, p. 16).

Em relação a Ladeiras “A”, o Governo do Estado de Sergipe na década de 1980 realizou o Projeto de Colonização Ladeiras, etapa A e etapa B, que ficaram conhecidas como Projeto Ladeiras “A” e Projeto Ladeiras B. Todavia, para que o Estado formulou e executou o Projeto Ladeiras em Japoatã?

José Vicente Tavares dos Santos (1978) descreve que as pequenas propriedades dos projetos de colonização surgiram como complemento do latifúndio, em condição da reprodução da grande lavoura. Dessa forma, Ladeiras “A” e B surgem de projetos do

governo para manter trabalhadores rurais no campo como mão-de-obra para as Usinas canavieiras e para as empresas agrícolas próximas.

Antão e Santos (2017) afirmam que, inicialmente, na comunidade Ladeiras “A” os camponeses assentados se reproduziam a partir do policultivo alimentício, posteriormente, o cultivo da cana-de-açúcar passou a ser um elemento geográfico presente na paisagem e, por volta de 2008, as plantações de eucalipto tonaram-se presente na comunidade.

Da década de 1980 até os anos 2000 ocorreu à redução das roças comunitárias, das lavouras em que imperava a heterogeneidade, em contraposição ocorre o aumento das lavouras de cana-de-açúcar e recentemente o cultivo de eucalipto (Antão e Santos, 2017).

Diante das discussões apresentadas, é possível afirmar que o campesinato constitui um sujeito social historicamente marginalizado pelos modelos hegemônicos de desenvolvimento rural. Além de enfatizar os impactos socioambientais das monoculturas de cana-de-açúcar e eucalipto do modelo capitalista de produção, situou o campesinato brasileiro no contexto de sua relevância ambiental e social. Assim, este capítulo forneceu os fundamentos teóricos para a interpretação do objeto de estudo, estabelecendo bases conceituais que orientarão a análise nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2: PERCURSO METODOLÓGICO

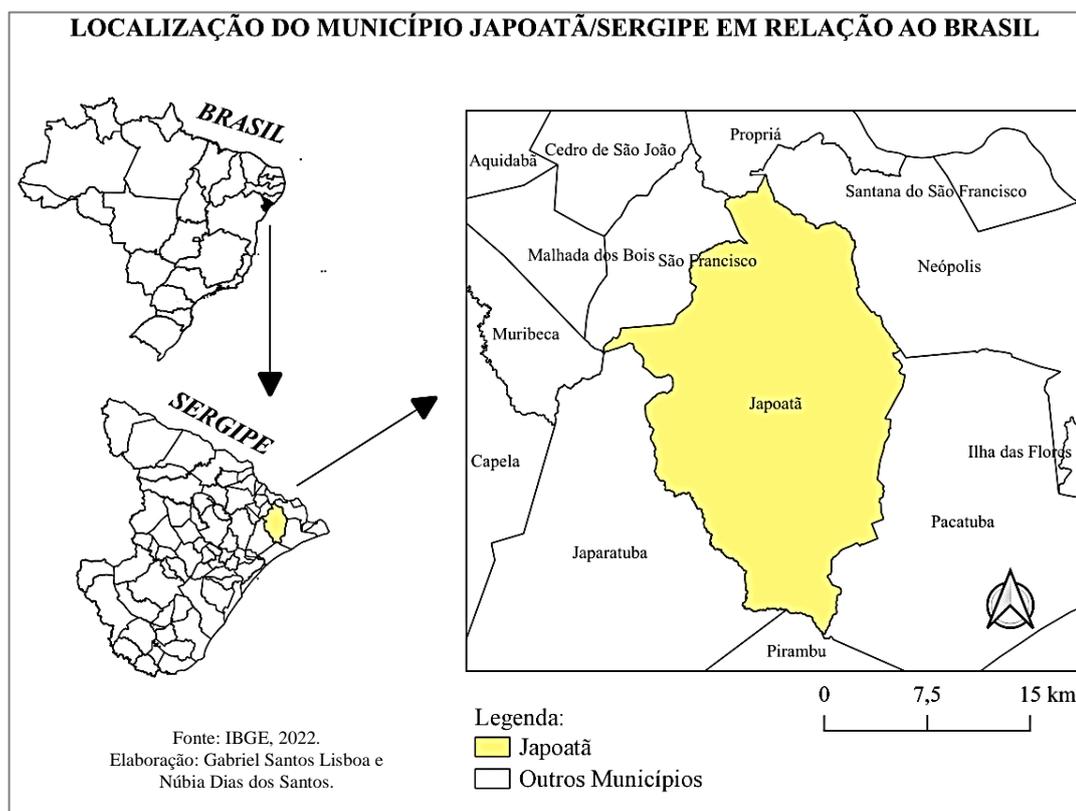
A construção deste trabalho fundamenta-se em uma abordagem metodológica coerente com os objetivos propostos. Assim, este capítulo tem como finalidade explicitar os procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, desde a escolha da abordagem teórico-metodológica até a definição das técnicas de coleta e análise dos dados. Neste capítulo apresentam-se aspectos inerentes a área de estudo, a identificação e caracterização do método de abordagem e os procedimentos metodológicos.

2.1 Área de Estudo

2.1.1 O Município de Japoatã

Localizado no estado de Sergipe, Nordeste Brasileiro, o município de Japoatã (Figura 2) é um pequeno município (no quantitativo populacional) do território da cidadania conhecido como Baixo São Francisco. Limita-se com os municípios São Francisco, Propriá, Neópolis, Pacatuba, Pirambu e Japaratuba. Sua área da unidade territorial segundo o IBGE (2022) é 402.353 km².

Figura 2: Localização do recorte espacial: Japoatã/SE, 2024.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Elaboração dos autores, 2024.

No município de Japoatã, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022 a população era de 13.407 habitantes e a densidade demográfica era de 33,32 habitantes por quilômetro quadrado. Sobre os dados do censo demográfico de 2022 em relação à situação domiciliar dos 13.407 habitantes, 4.576 pessoas viviam em situação urbana e 8.831 viviam em situação rural em Japoatã. Logo, o município é de base rural.

No início Japoatã era conhecido como Jaboatão, nome cuja origem está dividida em duas correntes. Uma afirma que Japoatã advém de Frei Jaboatão que dirigindo um grupo de franciscanos fundou um convento e uma igreja no lugar Riacho do Meio. Outra corrente afirma que foram os jesuítas e não os franciscanos que fundaram a Missão Riacho do Meio, onde fundaram um convento no morro Jaboatão e perto do Monte Cruzeiro de Pedra uma igreja sob o orago de Nossa Senhora das Agonias, sendo os mesmos substituídos pelos franciscanos após a expulsão daqueles pelo Marquês de Pombal (IBGE, 2012).

Para Farias (2022), Jaboatão era uma sesmaria da família Dabreu da Bahia, conforme se vê na Carta de Sesmaria, de Manoel Dabreu, datada de 08 de agosto de 1602, a família fizera uma fazenda nomeando-a de fazenda Jaboatão. Segundo o autor, no ano de 1736, a sesmaria da família Dabreu foi adquirida pelos jesuítas, passando para sua ordem a administração, na pessoa do Padre João Nogueira. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, todos os bens da Companhia de Jesus foram catalogados e dispostos à venda, através do edital de arrematação, datado de 12 de outubro de 1761, que incluía a Fazenda Jaboatão.

Até o dia 06 de fevereiro de 1935, as regiões de Pacatuba e Japoatã pertenciam à Vila Nova (hoje Neópolis). Em 13 de maio de 1864 Pacatuba foi elevada a vila, tendo sua autonomia em 02 de maio de 1874, sendo seu território desmembrado de Neópolis e incluído Japoatã como território pertencente à Pacatuba. Porém, em 20 de outubro de 1926 Pacatuba foi rebaixada a povoado e Japoatã elevado a sede municipal. Em 31 de janeiro de 1955, quando foi instalado o município de Pacatuba, desmembrado de Japoatã (Farias, 2022). Para atender a legislação federal relativa a multiplicidade de topônimo, Jaboatão passou a denominar-se Japoatã, confirmando-se pela Lei Estadual nº 525-A de 25 de novembro de 1953 (IBGE, 2012).

Durante muito tempo, portanto, Japoatã pertencia ora a Neópolis, ora a Pacatuba, mesmo com a edição da Lei nº 583, de 23 de novembro de 1910, que nos dá o direito de comemorar nosso aniversário de emancipação política, a criação do município propriamente dito somente ocorreu no dia 20 de outubro de 1926, através da Lei nº 960. Portanto, Japoatã passou a ser reconhecida no Cenário Político Estadual, no dia 23 de novembro de 1910,

permanecendo nessa condição de vila até o dia 20 de outubro de 1926, quando, através da Lei nº 960, foi elevada à categoria de cidade (Farias, 2022, p. 60).

Nos censos 1970, 1980 e 1991, as populações rurais e urbanas de Japoatã tiveram crescimento (Tabela 2). A população rural apresenta-se maior que a urbana em todos os censos demográficos. Nas contagens de 2000 e 2010 houve uma redução na população rural e total, enquanto a população urbana apresentou crescimento. Entretanto, no último censo demográfico em 2022, o município obteve elevação em sua população total, urbana e rural.

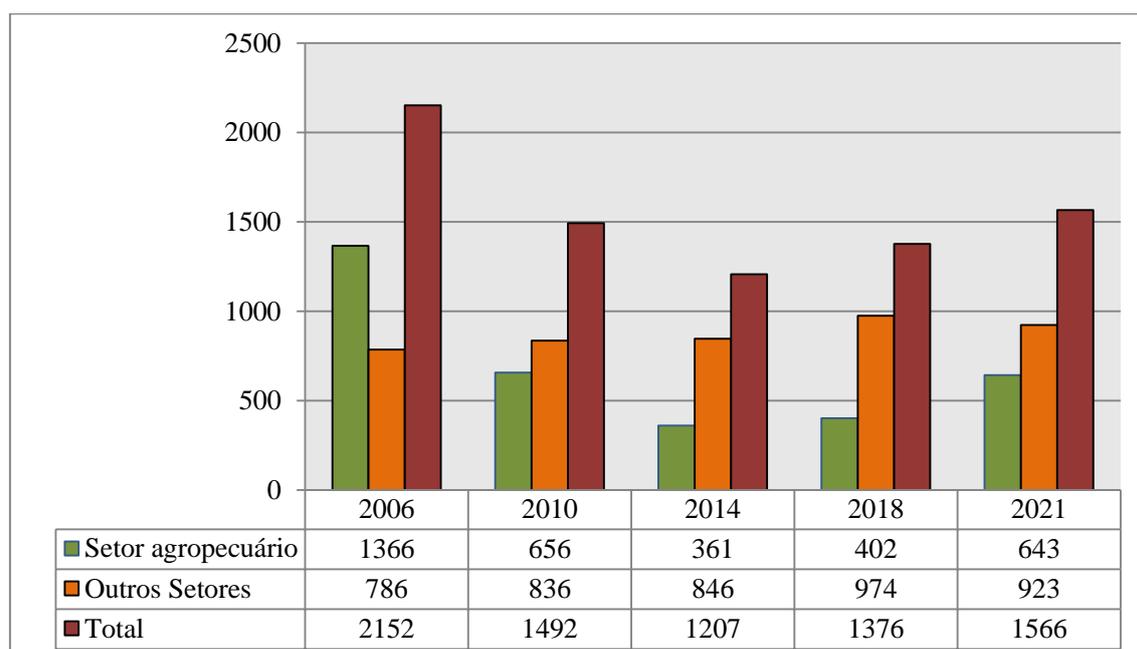
Tabela 2: População de Japoatã/SE total, urbana e rural (1970-2022).

Ano	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Urbana	2.263	2.562	3.325	3.866	4.312	4.576
Rural	4.715	5.235	7.224	9.154	8.626	8.831
Total	6.978	7.797	10.549	13.020	12.938	13.407

Fonte: SIDRA (IBGE), 2023.

Em relação ao número de pessoas ocupadas por setores em Japoatã (Gráfico 1), o setor agropecuário, em 2006, tinha mais gente ocupada do que outros setores, porém esse número se reduziu bastante até 2014, entre 2018 e 2021 ocorreu um leve crescimento, mas não se aproxima do número que era em 2006.

Gráfico 1: Pessoal ocupado em Japoatã/SE (2006-2021).



Fonte: SIDRA (IBGE), 2023.

Nos outros setores da economia o número de empregos cresceu timidamente. O setor agropecuário demonstra ser de suma importância no município, pois influenciou no número total de empregos formais, que seguiu o movimento do setor agropecuário. Aquele “argumento econômico” de que se reduz emprego ali e cresce em outros setores com a modernização não se verifica em Japoatã, já que entre 2006 e 2021 demonstra uma queda de 586 empregos formais no período.

Os empregos no setor agropecuário foram se reduzindo e a população rural acabou seguindo a mesma linha, apresentando um crescimento negativo e quase na mesma intensidade (redução da população rural em 2000 e 2010 = 528, redução do pessoal ocupado no setor agropecuário entre 2006 e 2010 = 710). Assim, reduziram 710 empregos formais no setor agropecuário e 528 pessoas saíram da zona rural entre os anos 2000 e 2010. Com isso, pode-se ter ocorrido uma influência da questão de empregos formais no movimento da população.

A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) relata que o acumulado de chuvas em Japoatã em 2022 foi de 1.636,5 mm. Segundo os índices mensais do ano os meses mais chuvosos são de Março a Agosto e os meses mais secos são de Setembro a Fevereiro (EMDAGRO, 2023). Assim, Antão e Santos (2017) relatam que o município de Japoatã apresenta um clima seco e sub-úmido. Ou seja, existem estações de anos bem definidas, uma seca e outra mais chuvosa.

Segundo o IBGE (2022) a taxa de mortalidade infantil média no município era de 13,89 para 1.000 nascidos vivos em 2020. Apresenta 2,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 21,3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 14,7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). O bioma registrado em 2019 é a Mata Atlântica.

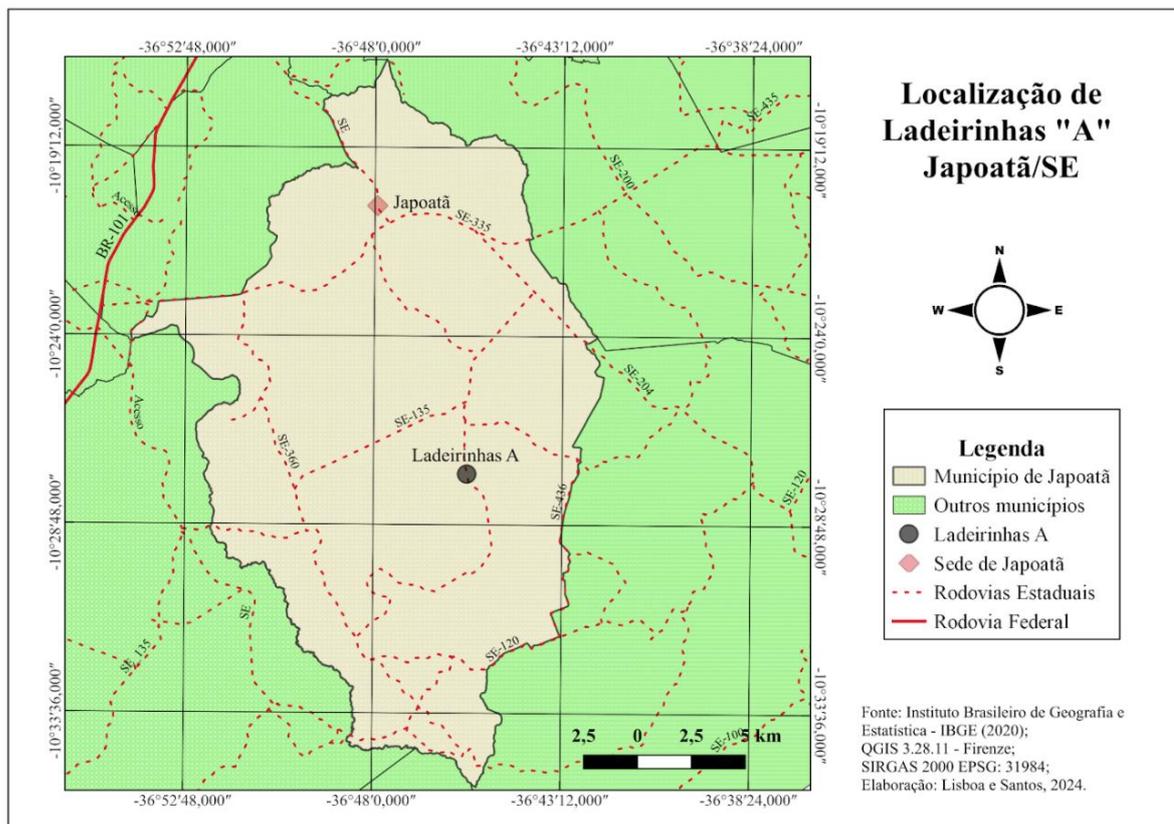
Em 2021, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11,67%. Em 2010 (por não haver dados mais recentes ainda), o Índice de Desenvolvimento Humano era 0,560 (considerado baixo) e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,7% (IBGE, 2022).

2.1.2 O Povoado Ladeirashas “A”

A Comunidade Ladeirashas “A” está localizada no município de Japoatã/SE (Figura 3), segundo o posto de saúde local possui 1.406 moradores em 2024. Ladeirashas “A” foi um

projeto da Secretária de Agricultura do Governo de Sergipe que sorteou loteamentos na área durante o início da década 1980 para camponeses sergipanos.

Figura 3: Localização da Comunidade Ladeirasnhas “A” em Japoatã/SE, 2024.



Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

Antão e Santos (2017) destacam que foi na década de 1980 que Ladeirasnhas “A” se formulou por meio de uma regularização fundiária, onde os camponeses do próprio litoral norte e do sertão de Sergipe iniciaram o processo de recuperação do solo através das práticas camponesas, com o uso de esterco, da policultura e o plantio de árvores frutíferas, possibilitando a sobrevivência no novo local de morada.

A comunidade Ladeirasnhas “A” por estar próxima ao perímetro irrigado do Platô de Neópolis tem tido influencias do setor empresarial agrícola, principalmente, no que se refere à demanda dos produtos e valores a eles agregados (Siqueira, Santos e Antão, 2017).

Para Araújo (2021) a região de Ladeirasnhas “A” já foi destaque na produção e no comércio de goiaba, banana, maracujá, mangaba, manga, coco, caju, mandioca, milho, feijão e inhame. Todavia, “vê-se hoje esse espaço tomado pela monocultura da cana-de-açúcar e do eucalipto” (Araújo, 2021, p. 91).

Na última década Ladeirashas “A” tem passado por transformações com a expansão do monocultivo de eucalipto nos seus arredores e em algumas propriedades, que estão nas proximidades de cultivos como mandioca, coco, milho, feijão, que são utilizados para autoconsumo e para os circuitos curtos de comercialização (Siqueira, Santos e Antão, 2017).

2.1.3 A Escola Família Agrícola de Ladeirashas “A” – EFAL

A Escola Família Agrícola de Ladeirashas “A” (EFAL) está localizada em Ladeirashas “A” no município de Japoatã, Sergipe. Fundada no ano de 1994 para promover a educação dos filhos(as) dos pequenos agricultores em Ladeirashas “A” e proximidades. O método de educação no campo chegou ao Brasil advindo da França no século passado e a EFAL é um exemplo da chamada pedagogia da alternância.

A EFAL resulta de uma mobilização de camponeses, lideranças comunitárias, associações, pessoas e entidades religiosas comprometidas e preocupadas com o desenvolvimento agroecológico desta região, de modo que os jovens permanecessem no campo, fortalecendo assim a agricultura familiar camponesa (Araújo, 2021).

A escola atende jovens provenientes de diversos municípios da região, baseia-se na dinâmica de formação sócio-político-educacional e ecológica de jovens filhos(as) de agricultores por meio do sistema educativo da pedagogia da alternância, que em diferentes tempos e espaços, pratica-se instrumentos pedagógicos que operacionalizam o processo de ensino-aprendizagem da formação de sujeitos, tanto no ambiente escolar quanto em suas comunidades (Silva *et al*, 2020).

Dessa forma, a EFAL pode ser um espaço educacional com possibilidade de fortalecer o campesinato a partir do uso de técnicas orgânicas de trabalhar a terra. Por outro lado, pode ter um efeito contrário, formando técnicos para as empresas agrícolas ou agricultores que trabalhem com o uso de agroquímicos. Porém, em conformidade com Araújo (2021), o modo de ser camponês é importante porque suas produções são agroecológicas e possui a capacidade de sustentar uma grande parte da população, assim, a defesa de suas propostas políticas estaria em conformidade com a sociedade e seus valores para o desenvolvimento humano.

A escola abriga os educandos uma quinzena por mês, passando os demais dias em casa, em que possibilita aplicar as técnicas e teorias construídas no âmbito escolar. Oferece o Curso de Educação Profissional Técnico de Nível Médio em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio aos jovens filhos dos camponeses (Melo, Soares e Lucini, 2017).

O curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária da EFAL é ofertado em regime de tempo integral, estruturado na alternância entre o espaço escolar e o meio socioprofissional, em conformidade com os princípios da Pedagogia da Alternância. Nessa dinâmica, os estudantes são acompanhados por uma equipe de docentes e monitores, que orientam e supervisionam as atividades. A carga horária diária das atividades teóricas e práticas na escola é de 8 (oito) horas, acrescida de intervenções externas realizadas em campo (Araújo, 2019).

2.2 Método

O método de pesquisa adotado é a fenomenologia. O pioneirismo foi de Husserl em colocar a fenomenologia como método filosófico. Para Husserl (1990), a fenomenologia é diferente da corrente positivista, com tarefas diversas e com um método completamente distinto, que é a redução fenomenológica, método especificamente filosófico que pertence essencialmente ao sentido da crítica do conhecimento e de toda a crítica da razão em geral. Todavia, “a transposição do método fenomenológico da filosofia para as ciências empíricas não é obra de Husserl, mas de seus seguidores” (Siani, Alves Correa e Luzzi Las Casas, 2016, p. 205).

Não é lícito utilizar o transcendente (o não inclusivamente imanente), por isso o uso da redução fenomenológica, que é uma exclusão de todas as posições transcendentais (Husserl, 1990). Ou seja, a redução fenomenológica seria uma suspensão de tudo aquilo que não está ali evidente naquilo que é visto. É o que Husserl chamou de *epoché*. É “uma postura do pesquisador de se isentar e, de suspender qualquer julgamento, crenças, predicados, hipóteses e teorias” (Siani, Alves Correa e Luzzi Las Casas, 2016, p. 210).

Para Husserl (1990) o conhecimento é apenas humano ligado às formas intelectuais humanas, incapaz de atingir a natureza das próprias coisas. Assim, a abordagem fenomenológica se desenvolve numa perspectiva que privilegia os fenômenos humanos. “Tudo que é percebido pode ser conhecido, a percepção é uma forma de perceber qualquer coisa vista pela aparência” (Pereira, Correia e Oliveira, 2010, p. 176). A percepção põe existência e também uma essência, o próprio conteúdo posto como existente na representação (Husserl, 1990).

Segundo Siani, Alves Correa e Luzzi Las Casas (2016) na abordagem fenomenológica o fenômeno é algum tipo de experiência vivida, comum aos diversos participantes. A fenomenologia troca a “objetividade” dos seres pela “vivência” dos fenômenos, na consciência (experiências vividas por uma pessoa).

Essa experiência consiste na capacidade de se obter percepções ou dados empíricos por meio da observação. Consequentemente, na percepção, “a coisa percebida deve imediatamente ser dada. Aí está a coisa diante dos meus olhos que a percebem; vejo-a e agarro-a” (Husserl, 1990, p. 42).

Sobre o espaço geográfico, os autores Pereira, Correia e Oliveira (2010) relatam que a apropriação do método fenomenológico tem uma ampliação por meio da interdisciplinaridade para o entendimento do espaço, ao considerar o mundo percebido, vivido e imaginado pelos indivíduos, sabendo que o indivíduo tem contato com o mundo por via da percepção.

A pesquisa se estruturou como um estudo de caso a luz da fenomenologia hermenêutica (dialética da interpretação). Assim, como a pesquisa se voltou para um fenômeno humano que envolve a agricultura e o meio ambiente numa região envolta do modo de vida camponês, a fenomenologia como método de investigação científica contribuiu qualitativamente para o alcance de resultados científicos satisfatórios sobre o objeto de estudo. Dessa maneira foram colocadas em prática estratégias para entender a complexidade do fenômeno estudado.

Na perspectiva de compreensão proposta por Heidegger (2005), é formulado de maneira explícita o conceito de círculo hermenêutico⁷, segundo o qual toda compreensão se configura por uma estrutura de natureza circular. Nesse processo, a compreensão emerge da interpretação, sendo condicionada por uma pré-compreensão do objeto a ser interpretado, ou seja, compreende-se algo na medida em que já se possui, de forma antecipada, uma noção interpretativa do mesmo.

A fenomenologia, para compreender o espaço, necessita levar em consideração a dimensão do vivido e do percebido. Inspirada na subjetividade da realidade, faz com que a intuição se torne um elemento importante no processo do conhecimento, na qual a representação subjetiva do espaço por meio da percepção faz o homem recuperar o humanismo que traz significados e valores ao espaço vivido que é construído através do cotidiano social (Pereira, Correia e Oliveira, 2010).

Geralmente, os resultados da pesquisa fenomenológica são descritos a partir da orientação dos participantes e não codificadas em linguagem científica ou teórica. Na fenomenologia hermenêutica o pesquisador identifica temas nos dados obtidos onde é

⁷ Para Heidegger (2005), o círculo hermenêutico é uma estrutura ontológica da compreensão. Ele expressa a ideia de que a compreensão sempre parte de um pré-entendimento, ou seja, já temos pressupostos, experiências e significados prévios que influenciam nossa interpretação de algo. Esse "pré-compreender" é o ponto de partida de qualquer ato de compreender.

desenvolvida uma interpretação das respostas dos participantes da pesquisa (Siani, Alves Correa e Luzzi Las Casas, 2016).

Para Medeiros (2016), a análise fenomenológica hermenêutica é constituída do movimento circular hermenêutico e da história de vida do pesquisador em suas concepções, visões de mundo, indagações, anseios, reflexões, conhecimentos, como ser atuante no próprio texto trabalhado. Segundo a autora, para o desenvolvimento da hermenêutica, faz-se necessário ao pesquisador compreender os seguintes agentes:

1. Eu: descrição do pesquisador, como aporte para a contextualização da pesquisa, suas motivações e objetivos ao propor a ação de pesquisa.
2. Fenômeno: trazida para a luz daquilo que se mostra - fenomenologia. Pôr à luz a totalidade de tudo o que se apresenta. Descrever o fenômeno como este aparece, além das aparências e manifestações.
3. Registro: texto escrito que perpassa o “Eu” do pesquisador, em seus aspectos transcendentais e intuitivos; e o fenômeno, deixando transparecer o que se mostra, retornando “para as coisas mesmas”.
4. Potencial de Significado: síntese analítica mediada pela observação, interação intrapessoal e aportes teóricos. Nesse momento, o pesquisador aplicará a hermenêutica à elaboração ontológica da historicidade da presença do fenômeno, constituindo a síntese exigida pela investigação na própria interpretação compreensiva. O pesquisador precisa permitir-se a apreensão dos entes (fenômenos e “Eu”) em seu ser (Medeiros, 2016, p. 42-43).

A interpretação essencial sintética proposta por Medeiros (2016) compreende-se como um movimento analítico que articula descrição e interpretação das ações, objetos ou discursos investigados, integrando a dimensão existencial do pesquisador. Esse processo envolve suas concepções, visões de mundo, questionamentos, inquietações, reflexões e, sobretudo, os conhecimentos que orientam a construção do sentido durante a pesquisa.

Assim, a presente pesquisa buscou seguir de forma flexiva os parâmetros de um estudo de caso qualitativo junto à fenomenologia hermenêutica na forma retratada pelas autorias supracitadas. Sabemos do desafio que é a construção de um trabalho científico fenomenológico, mas a necessidade de refletir questões sociais nos traz a pesquisar e trabalhar com a fenomenologia.

2.3 Procedimentos Metodológicos

2.3.1 Levantamento Bibliográfico

Inicialmente, foi construída uma pesquisa bibliográfica de artigos científicos e livros que possibilite a construção do referencial teórico sobre o campesinato. Posteriormente, foram pesquisados estudos sobre as monoculturas e os impactos ao meio ambiente para complementar o arcabouço teórico sobre campesinato, agricultura e meio ambiente. Também

foi realizada uma pesquisa teórica para caracterizar Japoatã, Ladeirinhas “A” e a EFAL no Google Acadêmico e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A pesquisa dos artigos científicos ocorreu, principalmente, no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio da rede de Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) a partir dos descritores campesinato, monocultura da cana-de-açúcar, monocultura do eucalipto e impacto ambiental, dos quais foram analisados os títulos e resumos, para seleção dos textos para a base teórica. Selecionamos os livros conforme a necessidade de estudos clássicos que pudessem enriquecer o quadro referencial teórico e as discussões dos resultados.

2.3.2 Pesquisa documental de dados

Nesta etapa, realizamos uma busca de dados para caracterizar o município de Japoatã (buscando dados diversos) para evidenciar uma representação relacionada, principalmente, ao espaço agrário e ambiental do município de Japoatã. Para tanto, foram consultados os sites do IBGE (no Banco de Informações Ambientais – BDIA e no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA), da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do MapBiomas e demais fontes que possuíam dados referentes ao município de Japoatã.

Posteriormente, retratamos a expansão dos monocultivos da cana-de-açúcar e eucalipto em Japoatã a partir de um levantamento de dados dos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio de gráficos, um da cana-de-açúcar e outro do eucalipto, em que elaboramos uma contextualização com a base teórica.

2.3.3 Produção cartográfica das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto

Em gabinete foram produzidos mapas que demonstraram a espacialização das monoculturas de cana-de-açúcar e eucalipto versus os policultivos entre 2012 e 2024, e também construímos um mapa sobre o desmatamento de vegetações naturais no território de Ladeirinhas “A” desse mesmo período. Foi necessário solicitarmos o mapa base do Projeto Ladeirinhas (etapa A e B) na EMDAGRO para delimitação da área de tratamento e construção de dados cartográficos.

Para esses mapeamentos utilizamos o *Google Earth Pro* e o *Qgis* na produção cartográfica findando na análise qualitativa por meio de descrições, comparações e

contextualizações com o arcabouço teórico. Os anos comparados, 2012 e 2024, foram escolhidos a partir da qualidade das imagens de satélite obtidas.

Simultaneamente, ainda nesta etapa elaboramos mapas da Geografia Física de Japoatã utilizando os dados do BDIA e da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH). Além disso, elaboramos dois mapas comparativos de uso e cobertura do solo em Japoatã segundo os dados do MapBiomias Brasil.

2.3.4 Pesquisa de Campo realizada em Ladeirinhas “A”, na EFAL e em Japoatã 2024-2025

Posteriormente, já com as bases teóricas e de dados prontos, realizamos a retratação em campo da região delimitada para o estudo. Foi nesse momento que construímos o estudo de observação, registros e descrição com uso de caderneta de campo. Nessa etapa fizemos registros fotográficos em campo para representar uma visão mais próxima à realidade vista nesses determinados momentos. O plano de ação contou com a realização de entrevistas para camponeses com temática central nas percepções sobre o camponato nas diferentes vivências, experiências e percepções.

Procurando ações educacionais que visem uma produção agrícola que preservem o bioma, outro local de estudo foi a Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A” (EFAL). Essa escola mantida pela Associação Mantedora da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A” (AMEFAL) ensina em defesa da agricultura orgânica e de resistência, apoiando famílias de agricultores de várias localidades. Nossa imersão na escola aconteceu através da observação da realidade da escola e de entrevistas com estudantes e corpo docente.

As entrevistas foram semiestruturadas com perguntas abertas, o diálogo com cada participante de pesquisa aconteceu de forma individual em momento oportuno. A população a ser estudada foi dividida nos seguintes grupos: Camponeses e camponesas enquanto moradores/as antigos/as de Ladeirinhas “A” em Japoatã/Sergipe (Apêndice 1); Camponeses e camponesas adultos/as de Ladeirinhas “A” em Japoatã/Sergipe (Apêndice 2); Estudantes e professores do curso técnico profissionalizante em Agropecuária integrado ao Ensino Médio da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A” – EFAL em Japoatã/Sergipe (Apêndices 3 e 4).

Foram garantidas aos participantes as informações sobre os possíveis riscos e benefícios da pesquisa por meio da documentação do comitê de ética: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para maiores de 18 anos (Apêndice 5), outro

TCLE para responsáveis legais de participantes de pesquisa menores de 18 anos (Apêndice 6) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para menores de idade (Apêndice 7).

A privacidade de todos os participantes foi respeitada, ou seja, todos os nomes ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificar qualquer participante, ficou mantido em sigilo. O anonimato dos participantes ocorreu por meio de siglas e números. Por exemplo, se o estudante da EFAL “Beltrano” fosse o primeiro entrevistado, citaríamos como (E.E.B.1), ou seja, Estudante EFAL Beltrano 1. Em geral, os critérios de inclusão e exclusão dos participantes utilizados na pesquisa estão contidas no quadro 3:

Quadro 3: Critérios de inclusão e exclusão dos participantes para a pesquisa.

Para camponeses de Ladeirasinhas “A” em Japoatã/Sergipe:
Inclusão: ser homem ou mulher camponês/a, morar na zona rural de Japoatã, ser morador/a antigo ⁸ , conhecer a história local e desejar participar da pesquisa por meio de entrevista;
Exclusão: Apresentar-se menor de idade, não ser camponês, estar alcoolizado ou sintomas similares relacionados à perturbação mental/psicológicas ou informar que não deseja participar da pesquisa.
Para estudantes e professores da Escola Família Agrícola de Ladeirasinhas “A” – EFAL:
Inclusão: ser estudante ou professor na Escola Família Agrícola de Ladeirasinhas “A” – EFAL, ter idade acima de 14 anos no caso dos alunos, ter interesse em participar da pesquisa por entrevista e ter autorização escrita assinada pelos responsáveis legais por meio de termo de autorização (para estudantes menores de 18 anos);
Exclusão: Não ter vínculo com a EFAL, não ter interesse em participar da pesquisa ou não possuir a autorização dos responsáveis (para estudantes menores de 18 anos).

Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

Buscando dados para a discussão e compreensão do problema de pesquisa, ainda visitamos a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) de Japoatã, a Cooperativa de Agroecologia e Agricultura Familiar de Japoatã (COOFAMJAP), a Associação dos Moradores do Povoado Ladeirasinhas “A” (AMPLA) e as secretarias

⁸ Aqueles/as que chegaram nos anos iniciais da comunidade Ladeirasinhas “A”.

municipais de Agricultura, Saúde, Educação e Meio Ambiente. Todavia, as secretarias de Educação e Saúde negligenciaram a entrega de dados.

O número de participantes de pesquisa foi designado pela saturação de dados, quando o acréscimo de informações por meio de entrevista não alterava a compreensão do fenômeno estudado, ou seja, os dados obtidos já eram suficientemente satisfatórios para um resultado inteligível. Porém, delimitamos uma quantidade prévia de participantes a partir da contribuição de Silva et al., (2006, p. 253) que corroboram que para cada pesquisador o “limite varia entre 15 e 25 entrevistas individuais”. De tal forma realizamos o número de entrevistas:

1. Em Ladeirinhas “A”: 6 camponeses/as (2 do sexo feminino e 4 do sexo masculino) entre 24 e 74 anos. Além de 3 moradoras (todas do sexo feminino) antigas (camponesas). Ainda dialogamos com o presidente da COOFAMJAP e o presidente da AMPLA. Assim, entrevistamos um total de 11 pessoas na comunidade.
2. Na EFAL: 7 alunos e 7 alunas com idade entre 14 e 20 anos, deste total de 14, 7 discentes eram do 1º ano, 3 discentes do 2º ano e 4 discentes do 3º ano do Ensino Médio. Ainda entrevistamos 1 professor e 1 professora. Logo, realizamos um total de 16 entrevistas na escola. Na época o 3º ano possuía 14 discentes, o 2º era composto por 13 discentes e o 1º ano por 25 discentes, em geral a EFAL comportava 52 alunos/as.
3. Em Japoatã: na sede municipal dialogamos com o chefe local da EMDAGRO.
4. Total: foram realizadas 28 entrevistas individuais.

Na EFAL, realizamos visitas no final do segundo semestre de 2024. Convidamos os/as discentes das turmas do Ensino Médio para participar da pesquisa explicando os objetivos e relatando sobre os termos assentimento e consentimento do comitê de ética. Primeiramente realizamos o convite na quinzena da turma está na escola para que os responsáveis legais assinassem o termo de consentimento para que na outra quinzena destes alunos/as na EFAL realizássemos as entrevistas.

Já na comunidade Ladeirinhas “A”, iniciamos os diálogos no final de 2024 e finalizamos na metade do primeiro semestre de 2025. Atuamos por indicação, pedindo recomendação de possíveis participantes para a pesquisa a primeira entrevistada em que, com o tempo, por meio dos outros participantes gerou ramificações de indicações. Procuramos dialogar inicialmente com três moradoras antigas, reconhecidas como fundadoras da

comunidade. Sempre atuamos com convites e agendávamos a entrevista em um momento oportuno na residência do/a camponês/a e explicávamos os objetivos da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas ocorreram com a aprovação do projeto no Comitê de Ética da plataforma Brasil. O presente projeto foi submetido e aprovado no comitê de ética Nº 5546 da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com o Certificado de Apresentação para a Avaliação Ética (CAAE): 79581624.0.0000.5546.

Com isso, realizamos uma descrição dos resultados e contextualização a partir da discussão com a teoria existente sobre agricultura e meio ambiente. Dessa forma, foram selecionadas e citadas diretamente ou indiretamente, de forma anônima, às respostas dos participantes nas entrevistas que se enquadravam na discussão proposta pela pesquisa, se relacionando com a teoria trabalhada e enriquecendo o conhecimento teórico.

Dessa forma, finalizamos o capítulo de percurso metodológico ressaltando que a metodologia adotada nesta pesquisa buscou integrar dimensões sociais e ambientais considerando a complexidade que envolve o modo de vida camponês e suas relações com o meio ambiente. A escolha por uma abordagem qualitativa permitiu apreender as percepções, práticas e estratégias dos sujeitos do campo no contexto dos impactos socioambientais do avanço dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto em Ladeirinhas “A” e em Japoatã.

CAPÍTULO 3: AS MONOCULTURAS DA CANA-DE-AÇÚCAR E DO EUCALIPTO E SEUS IMPACTOS EM JAPOATÃ E LADEIRINHAS “A”

O presente capítulo foi escrito com o objetivo de analisar as alterações socioespaciais advindas das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto na vida e na reprodução socioespacial camponesa no município sergipano de Japoatã. Essas alterações implicam em impactos socioambientais em razão de alterações no ambiente e nas estratégias de reprodução social camponesa.

Para tanto, realizamos uma caracterização ambiental de Japoatã, uma caracterização das atividades agrícolas a partir do IBGE, construindo uma malha fundiária do município. Foram produzidos, também, mapas de uso e cobertura de solo por meio do MapBiomass, do mais antigo (1985) ao mais recente dado disponível (2023). Em sequência, com as informações disponíveis no IBGE, foram refletidas as expansões e retrações da cana-de-açúcar e do eucalipto em Japoatã, assim como as atividades camponesas.

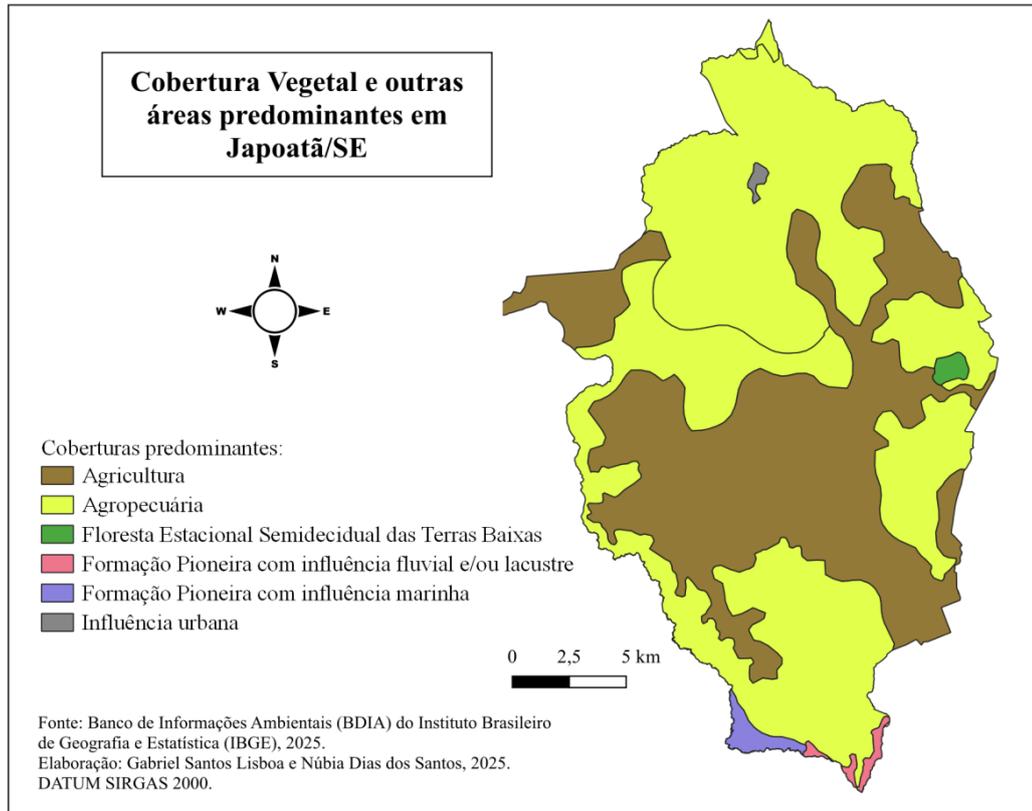
Posteriormente, mostra-se como foi construída a delimitação de Ladeiras “A”, lugar de concentração das duas monoculturas do fenômeno pesquisado. Finalizando com mapeamentos dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto, e também as áreas policulturas de Ladeiras “A” entre 2012 e 2024.

De tal forma, iniciaremos o diálogo neste capítulo com os aspectos ambientais de Japoatã/SE. A relação entre agricultura e meio ambiente é complexa, pois, ao mesmo tempo em que a produção agrícola depende da natureza, ela também pode ser uma das principais fontes de impactos ambientais. A expansão das atividades agrícolas, quando realizada de forma inadequada, contribui para o desmatamento, a degradação do solo, a contaminação da água e a perda de biodiversidade. Por isso, é fundamental considerarmos os aspectos ambientais, contribuindo para a construção de práticas mais sustentáveis e compatíveis com a conservação dos ecossistemas. Assim, é importante ter conhecimento acerca dos elementos físicos do município e dos modelos de atividade agrícola condizentes com a sociobiodiversidade.

3.1 Aspectos Ambientais de Japoatã

A partir do Banco de Informações Ambientais (BDIA) do IBGE (2023), construímos mapas sobre algumas características ambientais japoatãenses, como cobertura vegetal, geologia, geomorfologia, pedologia e hidrografia. Inicialmente, a figura 4 expõe informações sobre as áreas predominantes de cobertura do solo.

Figura 4: Mapa de Cobertura vegetal e outras áreas em Japoatã/SE, 2023.



Fonte: Banco de Informações Ambientais (BDIA), 2023.

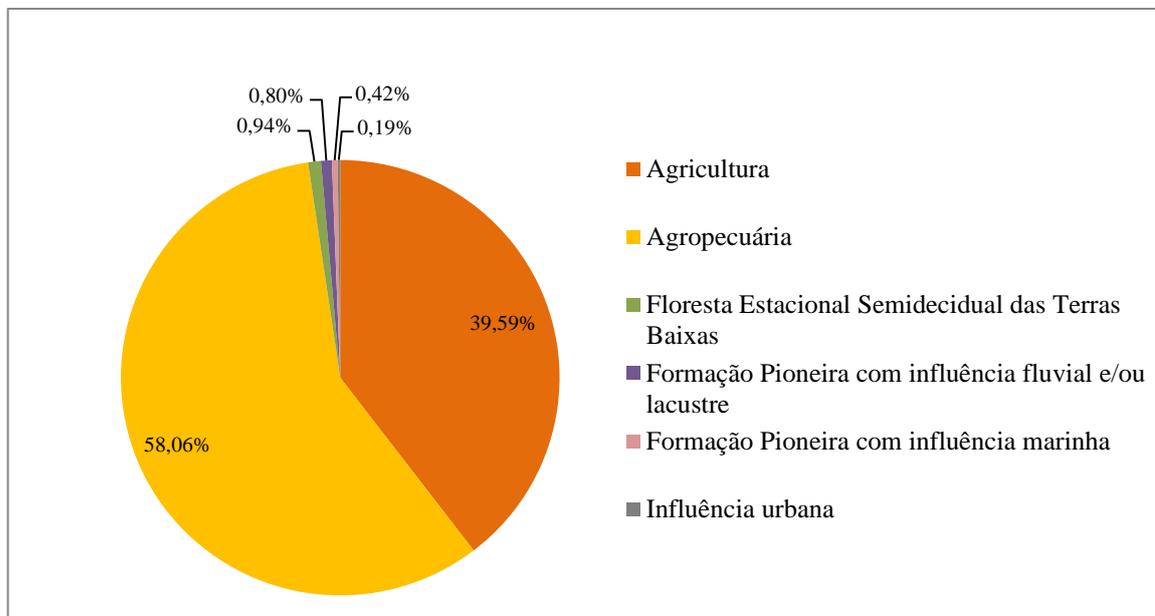
Organização: Os autores, 2025.

A presença da agricultura e agropecuária como áreas predominantes é perceptível no mapa, apresentando apenas três tipos de vegetações principais. Áreas de mata atlântica pequenas em relação aos usos influentes da agricultura e agropecuária.

A Floresta Estacional Semidecidual das Terras Baixas é a vegetação natural encontrada frequentemente revestindo os tabuleiros costeiros do grupo Barreiras no Brasil, distribuindo-se na faixa altimetricamente de 5 a 100 metros. A Formação Pioneira com influência marinha é a vegetação de primeira ocupação de caráter edáfico sob influência direta do mar, conhecida como restinga, abrange as faixas de praias, as formações dunares e dos cordões arenosos litorâneos, bem como o "pontal rochoso" que lhe dá origem. A Formação Pioneira com influência fluvial e/ou lacustre é também vegetação de primeira ocupação, que ocupa os terrenos sedimentares das planícies aluviais, que refletem os efeitos das cheias dos rios nas épocas chuvosas, ou então, das depressões alagáveis parcial ou temporariamente nos terrenos pantanosos, campestres e arbustivos (BDIA, 2023).

Para ter uma melhor noção dos percentuais de áreas predominantes, o gráfico 2 apresenta detalhadamente os números das coberturas no município.

Gráfico 2: Cobertura vegetal e outros usos do solo em Japoatã/SE, 2023.



Fonte: Banco de Informações Ambientais (BDIA), 2023.

Organização: Os autores, 2025.

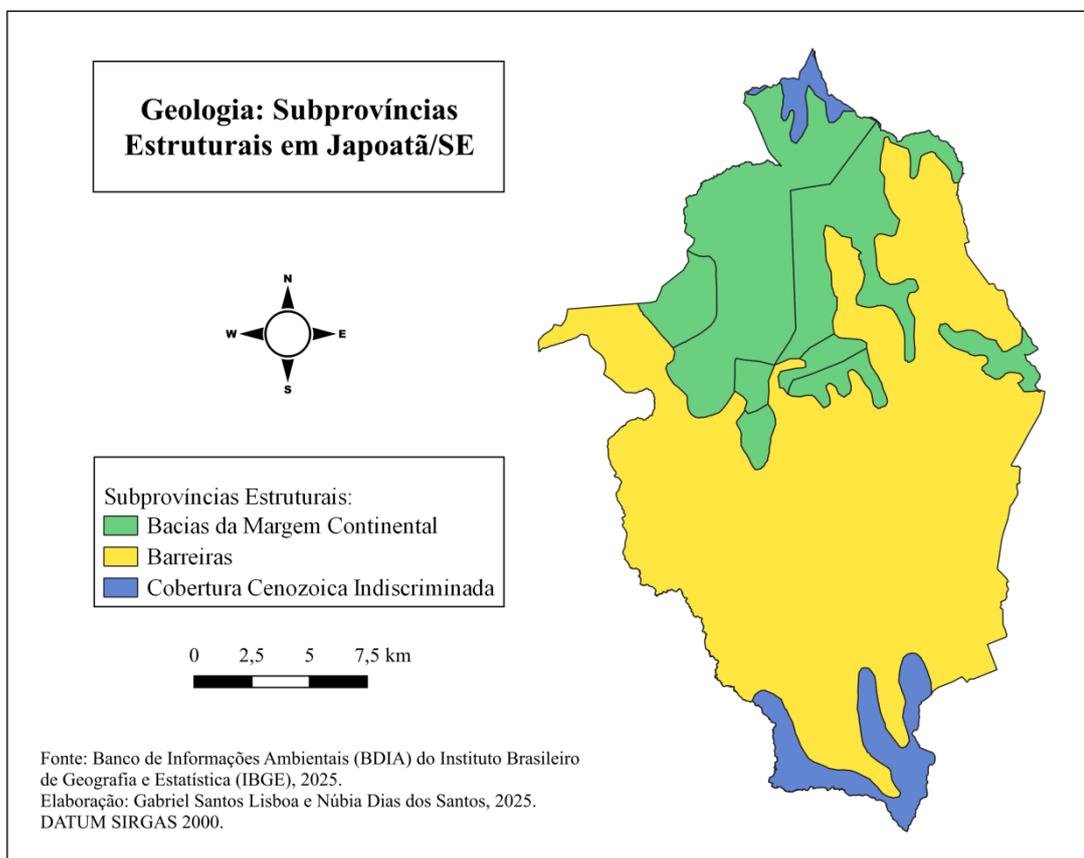
O gráfico de cobertura vegetal e outros usos do solo em Japoatã/SE evidencia que a agricultura e agropecuária ocupam juntas mais de 97,5% de predominância no território, em comparação as formações naturais que constituem apenas 2,16%. Isso é uma alerta para o desmatamento e para a necessidade de preservação, conservação e restauração das formações vegetais do bioma Mata Atlântica e das outras formações vegetais no município.

Devemos analisar a relação entre agricultura e meio ambiente à luz dos compromissos globais assumidos pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030. O ODS 15 (Vida Terrestre) destaca a importância de proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, além de combater a degradação ambiental e a perda da biodiversidade (ONU, 2024). Pode-se considerar esses princípios como essenciais para pensar práticas agrícolas que respeitem os limites ecológicos e contribuam para o equilíbrio ambiental, o que na prática, o município em tela requer outra forma de organização e relação socioambiental distinta da que se observa no gráfico 2.

Para além da cobertura e uso do solo, outros aspectos são relevantes como a geologia que em suas classificações regionaliza áreas de predomínios litológicos que dão origem aos

diferentes tipos de solo e influenciam na ocupação da terra. Foi possível fazer um Mapa geológico das subprovíncias estruturais de Japoatã/SE (Figura 5).

Figura 5: Mapa Geológico das subprovíncias estruturais de Japoatã/SE, 2023.



Fonte: Banco de Informações Ambientais (BDIA), 2023.

Organização: Os autores, 2025.

É visto que na composição geológica, tem-se a predominância da subprovíncia estrutural geológica do grupo barreiras em todo centro do município de Japoatã e partes do norte e sul. Com a presença de bacias de margem continental ao norte do município, e em menor área uma cobertura cenozoica nos extremos norte e sul do território.

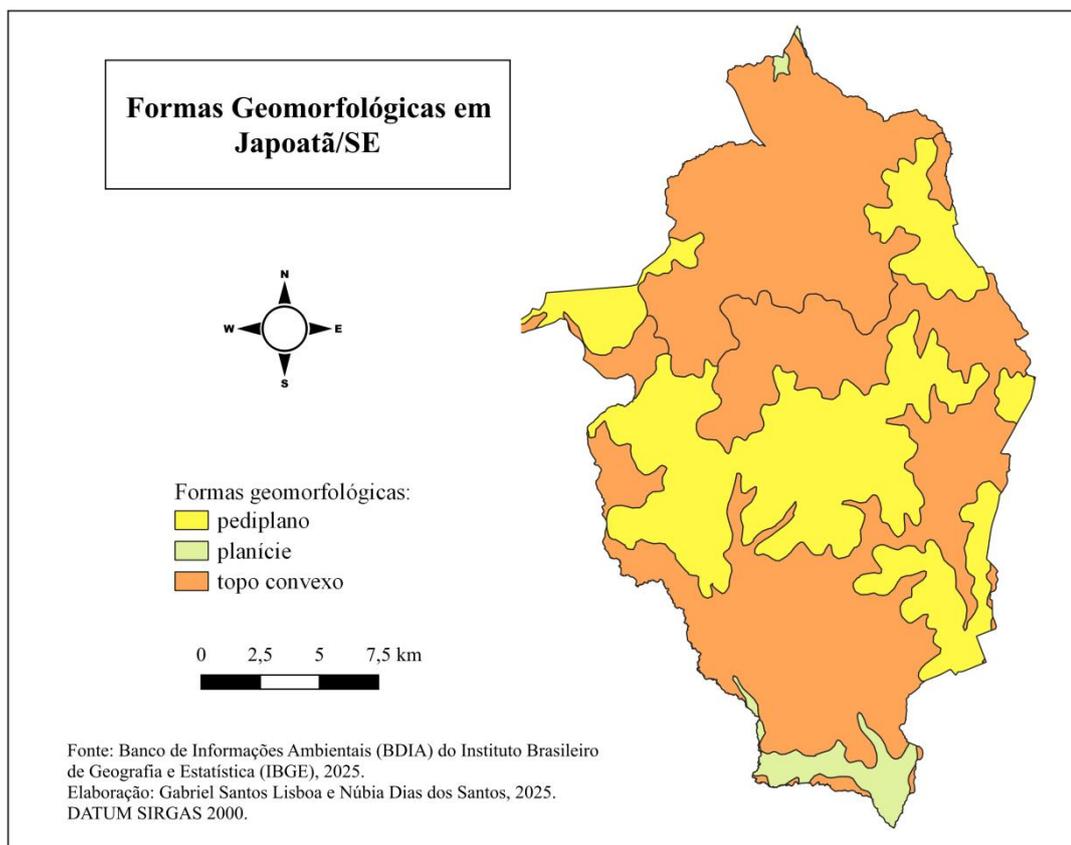
Sendo predominante, a subprovíncia barreiras é composta por arenitos, siltitos, argilitos e conglomerados de cores diversas, depositados em ambiente majoritariamente continental por sistemas fluvial, fluviolacustre e de leques aluviais. Esses tipos litológicos são presentes nas diferentes áreas de ocorrência do Grupo Barreiras ao longo da região costeira brasileira, desde o Amapá até o Rio de Janeiro (BDIA, 2023).

A relação entre geologia e agricultura revela-se fundamental para compreender os limites e as potencialidades do uso da terra. As características geológicas de uma região

influenciam diretamente a formação e a qualidade dos solos, determinando sua profundidade, textura, composição mineral e capacidade de retenção de água e nutrientes. Esses fatores são decisivos para o tipo de cultivo a ser desenvolvido, bem como para a necessidade de práticas de manejo específicas. Além disso, o relevo e a presença de aquíferos, também estudados pela geologia, impactam a erosão, a disponibilidade de água para irrigação e a viabilidade do uso agrícola de determinadas áreas (Resende, 2014).

Em seguida, aliado aos aspectos geológicos podem ser vistas as diferentes formas geomorfológicas de Japoatã, que se relacionam com o relevo presente no município (Figura 6). Existem três formas predominantes: pediplano, planície e topo convexo. Esses relevos podem influenciar na ocupação e uso do solo, sendo um aspecto a ser levado em consideração na agricultura.

Figura 6: Mapa geomorfológico de Japoatã/SE, 2023.



Fonte: Banco de Informações Ambientais (BDIA), 2023.

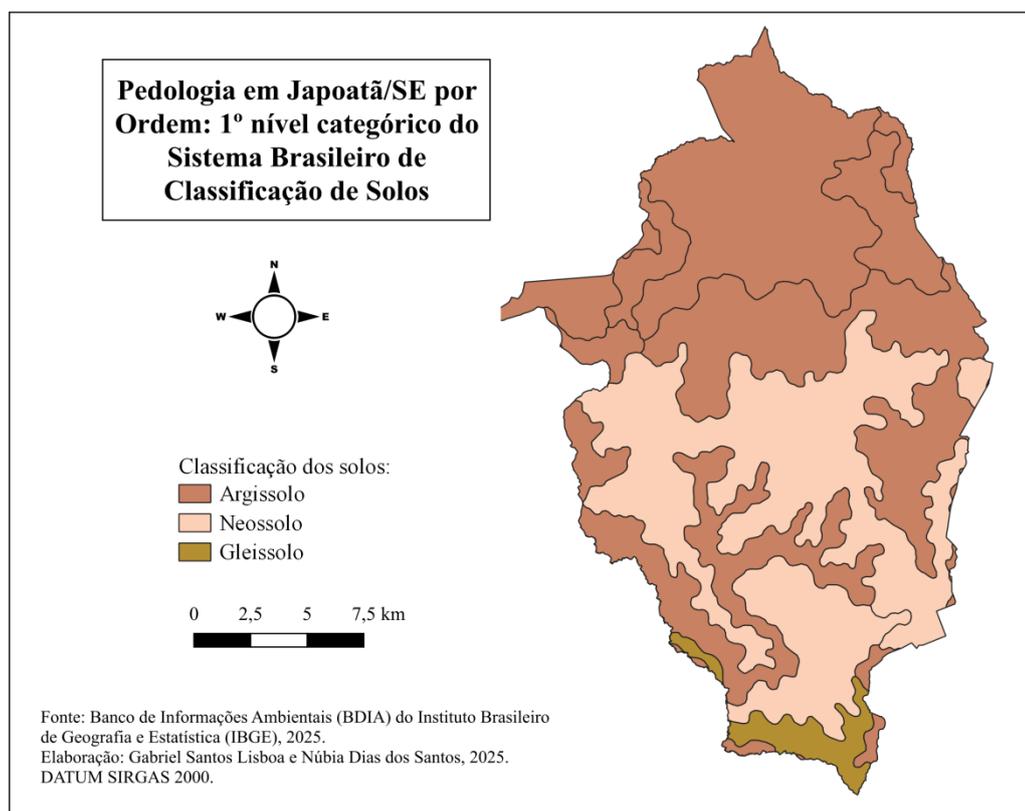
Organização: Os autores, 2025.

Dentre as geomorfologias de Japoatã, as formas de topo convexo que são os morros presentes em regiões com geologia do grupo barreiras, apresentam-se em destaque na área

municipal. Em conseguinte, o pediplano ocupa uma área mais central do território e se faz importante para a agricultura japoatãense por ter as áreas planas propícias para os plantios. E existe uma pequena faixa no extremo sul do município de planície.

O tipo de solo é um componente basilar para viabilizar a reprodução social camponesa mediante o uso da terra. Principalmente porque os camponeses se identificam com a terra, chegando a ser algo sentimental e de pertencimento. Algo que se fala entre os agricultores é o tipo do solo, se é arenoso ou argiloso, principalmente. Consequentemente, algumas culturas são propícias para solos argilosos e outras para solos arenosos, por exemplo. Portanto, o mapa de solos é fundamental para o arranjo agrário e agrícola de Japoatã (Figura 7).

Figura 7: Mapa de solos em Japoatã/SE, 2023.



Fonte: Banco de Informações Ambientais (BDIA), 2023.

Organização: Os autores, 2025.

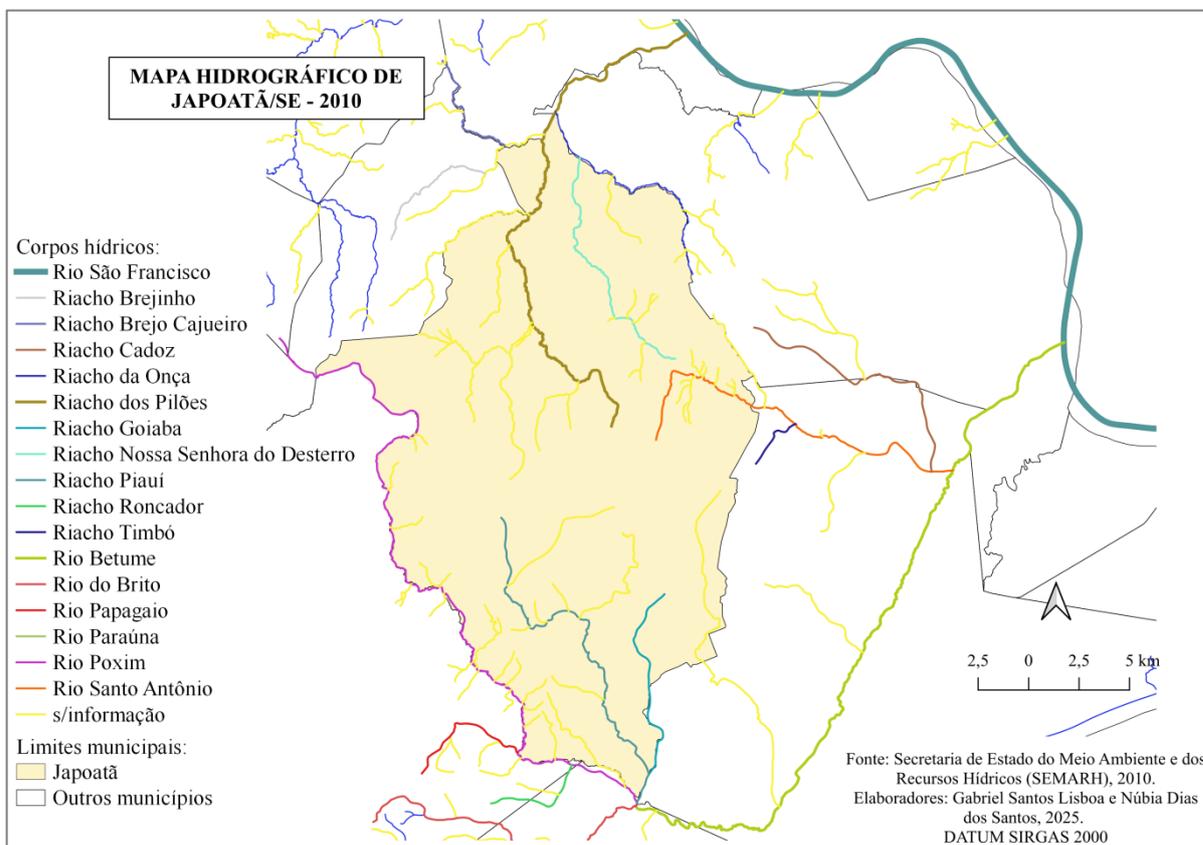
Sobre a pedologia em Japoatã, ao norte se tem forte presença de argissolos do latim argilla, conotando solos com processo de acumulação de argila. Grupamento de solos com horizonte B textural, com argila de atividade baixa, ou atividade alta desde que conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alumínico (BDIA, 2023).

Na região central, além de argissolo têm-se áreas de neossolos em direção ao sul do município. Neossolo do grego néos, novo, moderno; conotativo de solos jovens, em início de formação. Grupamento de solos pouco evoluídos, sem horizonte B diagnóstico definido (BDIA, 2023). E no extremo sul, se tem áreas de gleissolo, do russo gley, massa de solo pastosa; conotativo de excesso de água. Grupamento de solos com expressiva gleização (BDIA, 2023).

Zimmermann (2009) destaca que a monocultura extensiva, ao simplificar os ecossistemas, compromete a sustentabilidade ambiental, levando à degradação dos solos e à perda de biodiversidade. A autora enfatiza que, embora a monocultura possa aumentar a produtividade em curto prazo, ela depende de insumos externos, sem ser sustentável a médio e longo prazo. Ela também alerta para os efeitos negativos da monocultura de eucalipto, que utiliza intensivamente os nutrientes do solo e ameaça a biodiversidade.

Já a figura 8 apresenta o mapa hidrográfico da região estudada a partir dos dados disponíveis na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) de Sergipe, evidenciando os principais cursos d'água existentes no município de Japoatã.

Figura 8: Mapa Hidrográfico de Japoatã/SE, 2010.



Fonte: SEMARH, 2010. Elaboração os autores, 2025.

A figura 8 ilustra o mapa hidrográfico de Japoatã, permitindo observar a distribuição dos cursos d'água e sua relação como território do município. Essa configuração hidrográfica influencia diretamente o regime de irrigação, o risco de erosão e a disponibilidade de recursos hídricos para a produção rural. Podemos perceber uma baixa quantidade de cursos hídricos, porém é perceptível um intenso número de nascentes, algumas desaguam no Rio São Francisco, as predominantes na região norte do município. Assim, dois riachos são afluentes do Rio São Francisco, o Riacho dos Pilões que nasce dentro do território de Japoatã e o Riacho Betume que recebe alguns dos seus primeiros afluentes advindos do município em tela.

Segundo Araújo (2021), os plantios da cana-de-açúcar, eucalipto, pastos e demais formas de cultivos agroquímicos vão tomando o lugar da biodiversidade das florestas nativas em Japoatã, que está inserido no bioma Mata Atlântica, cuja cobertura florestal encontra-se atualmente fragmentada em pequenas porções isoladas e ecologicamente vulneráveis. Assim, para autora, observa-se no município o comprometimento dos recursos hídricos, com esgotamento das águas superficiais (como rios e riachos) e indícios de contaminação das águas subterrâneas por resíduos tóxicos. Segundo ela, os impactos são intensificados pelo aumento da demanda hídrica para fins de irrigação e pela degradação do solo associada ao uso intensivo de agrotóxicos no contexto do modelo agroquímico.

3.2 Caracterização da agricultura em Japoatã/SE

Uma caracterização da agricultura em Japoatã é relevante para entender o contexto dessa atividade tão próxima aos ecossistemas e os paradoxos atuais. Para tal, veremos a classificação do IBGE sobre a agricultura familiar do município de Japoatã (Tabela 3), em relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Tabela 3: Classificação da agricultura familiar em Japoatã/SE (2017).

Agricultura não familiar	Agricultura familiar	PRONAF B	PRONAF V	Não PRONAF	Total
148	835	684	149	2	983

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

Isso mostra que a maioria dos estabelecimentos agropecuários de Japoatã no ano de 2017 era de base da agricultura familiar, todavia pode existir a agricultura familiar

empresarial neste quantitativo. Dos 983 estabelecimentos, 148 foram classificados com agricultura não familiar e 835 como agricultura familiar. Um percentual de (84,94%) de agricultura familiar em Japoatã.

O grupo identificado como PRONAF “B” são os agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 20 mil e o grupo PRONAF “V” são os agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 360 mil e renda familiar superior a R\$360 mil é classificado como “Não Pronafiano” (IBGE, 2017). Em Japoatã a agricultura familiar apresentou os grupos PRONAF B, V e não PRONAF.

A população rural (8.831 segundo o IBGE, 2022) junto ao quantitativo da agricultura familiar (835) é um possível primeiro traço da presença do campesinato em Japoatã, pois são as pessoas que moram no campo e possuem a agricultura de base familiar. Apesar que, como dito antes, nem todos os agricultores familiares se configuram como camponeses, o próprio IBGE ressalta a diversidade complexa da agricultura familiar, porém corrobora com uma classificação teórica em:

- Família agrícola de caráter empresarial - conhecido como o “verdadeiro agricultor”, possui uma estrutura econômica, social, técnica e patrimonial que lhe garante investir em uma produção rentável e voltada, sobretudo, para o mercado;
- Família camponesa - tem como principal objetivo a manutenção da produção agropecuária e da propriedade familiar, sem orientar sua prática pelos padrões produtivistas de mercado; e
- Família agrícola urbana - sistema de valores próprios que orientam a produção com foco na qualidade de vida, sem desmerecer, de um lado, a realidade de mercado, e de outro, os valores da família camponesa (IBGE, 2020, p. 293).

Assim, temos uma classificação “da diversidade interna à agricultura familiar brasileira. Ainda que diversos em termos tecnológicos, econômicos ou sociais, os estabelecimentos familiares ancoram-se na premissa básica da reprodução material e cultural da família pela relação com a terra” (IBGE, 2020, p. 293). Porém, é perceptível a perversidade teórica em relação à agricultura familiar camponesa quando a família agrícola de caráter empresarial é dita como a “verdadeira agricultura”, podendo fazer os leitores acreditarem que o campesinato é improdutivo. Esse caso se relaciona com a teoria de Lenin (1982) que defendia um processo de diferenciação interna do campesinato a partir da integração ao mercado capitalista que levaria ao desaparecimento da classe camponesa.

Apesar de saber dessas tipificações, o IBGE não contabiliza e segrega os dados a partir dessas classificações. Seria interessante ter dados sobre as famílias camponesas para o reconhecimento de tal grupo e construção de políticas públicas de apoio e fortalecimento ao

campesinato brasileiro. Assim, constata-se como o modelo teórico do Estado-Capital (Antão e Santos, 2017) se materializa nas políticas governamentais, nos planos, projetos e programas.

A invisibilidade dos termos camponês/campesinato é fruto político da hegemonia capitalista. “A opção do governo brasileiro desde 1964 foi a da modernização conservadora no campo, gerando maior concentração de renda e terras e maior exclusão social” (Carvalho e Bicalho, 2024, p. 86). Porém, o “camponês existe e resiste em suas tradições, provocando contradições. O camponês persiste e, por sua versatilidade e capacidade de adaptação, demanda soluções para que as ações estatais não aniquilem seu modo de vida e os seus ideais” (Jordão e Silva, 2018, p. 54).

É importante ressaltar como o meio técnico-científico-informacional é colocado a serviço do modelo socioespacial em curso. Nesse sentido, observa-se como é direcionado o uso da mídia para inviabilizar e destoar o significado do campesinato. Ao ligarmos a televisão, em uma emissora com difusão de comunicação em território nacional, assistimos um comercial que diz “o pequeno também é do agro”. Essa narrativa busca legitimar o agronegócio como único modo de fazer agricultura e com uso dessa ideologia faz-se tanta confusão naqueles que são camponeses quanto no conjunto da sociedade que desconhece a identidade do seu modo de vida. O capitalismo tenta criar uma crise de identidade nos agricultores e projetá-la para a sociedade como um todo.

Outro aspecto importante além do número de estabelecimentos agropecuários, é o número de pessoas ocupadas na agricultura. O censo agropecuário apresenta uma classificação por laço de parentesco (Tabela 4).

Tabela 4: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em Japoatã/SE (2017)

Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	Pessoas
Com laço de parentesco com o produtor	1.673
Masculino	1.283
Feminino	390
Sem laço de parentesco com o produtor	1.087
Permanentes	536
Temporários	551
Total	2.760

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

Então, os 983 estabelecimentos agropecuários ocupavam 2.760 pessoas no trabalho com a agricultura em 2017 no município de Japoatã. Desse total de estabelecimentos haviam 1.673 (60,6%) pessoas ocupadas com laço de parentesco com o produtor, dessas pessoas

1.283 eram do sexo masculino e 390 do sexo feminino. Nos estabelecimentos agropecuários ocupavam 1.087 trabalhadores sem laço de parentesco correspondendo a 39,4% do quantitativo total do pessoal ocupado na agropecuária. Desses 1.087 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, 536 (49,3%) possuíam laços permanentes e 551 (50,7%) eram trabalhadores temporários, portanto, a maior parte não trabalhava o ano inteiro na lavoura daquele estabelecimento. Isso pode corresponder ao trabalho acessório dos camponeses (Wanderley, 1996).

O número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários sem laços de parentesco objetiva a agricultura empresarial. Ela ocupava um número fixo de trabalhadores, porém a maioria estava ali sazonalmente, sem expectativa para o futuro. Por outro lado, as pessoas ocupadas com laços de parentesco se alinham com uma das características do campesinato, principalmente a socialização familiar do trabalho com a terra como exposto na tabela 5:

Tabela 5: Idade do pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor em Japoatã/SE, 2017.

Sexo	Masculino	1283 pessoas
Classe de idade	Menos de 14 anos	0 pessoas
	14 anos e mais	1283 pessoas
Sexo	Feminino	390 pessoas
Classe de idade	Menos de 14 anos	2 pessoas
	14 anos e mais	388 pessoas

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

A força de trabalho na unidade produtiva camponesa é utilizada segundo seu valor de uso e a capacidade de trabalho que cada membro possui. A pessoa da família é trabalhadora, mas a sua força de trabalho não é mercadoria. Cada membro da família camponesa desempenha um trabalho útil a partir da necessidade e do momento (Santos, 1978).

3.3 A Estrutura Fundiária de Japoatã

No Relatório de Análise de Mercado de Terras (RAMT) em Sergipe, o INCRA (2012) realizou estudos e elaborou a malha fundiária dos territórios da cidadania. Os dados obtidos do ano 2012 trazem na tabela 6, as estruturas fundiárias por município do território da cidadania do Baixo São Francisco. O INCRA (2012) classifica as propriedades como Minifúndio: imóvel rural com área inferior a “Fração Mínima de Parcelamento”; Pequena

Propriedade: imóvel com área entre a Fração Mínima de Parcelamento e 4 módulos fiscais; Média Propriedade: imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais; Grande Propriedade: imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

Segundo o IBGE (2017), o módulo fiscal é uma unidade de medida agrária criada para representar a área mínima considerada economicamente viável para a exploração de uma propriedade rural em determinado município. O módulo fiscal foi instituído com o objetivo de definir o que se considera um imóvel rural de dimensão familiar. Sua extensão, definida por município, leva em conta as condições econômicas e ecológicas locais.

Tabela 6: Estrutura Fundiária do Baixo São Francisco Sergipano (2012).

Município	Grande prop.	Área (ha)	Média prop.	Área (ha)	Pequena prop.	Área (ha)	Minifúndio	Área (ha)
Amparo do São Francisco	-	-	1	302,50	24	1.894,69	105	1.143,05
Brejo Grande	1	273,80	24	3.555,32	78	2.862,01	217	1.366,15
Canhoba	1	1.179,00	16	4.404,91	96	8.107,91	410	5.612,95
Cedro de São João	-	-	7	1.623,11	34	2.083,70	308	3.568,78
Ilha das Flores	-	-	3	370,11	5	156,50	187	880,33
Japoatã	6	6.533,26	32	9.323,99	142	9.363,14	933	8.676,21
Muribeca	1	666,00	13	3.881,13	35	2.855,56	249	2.511,65
Malhada dos Bois	-	-	6	1.324,20	30	1.943,00	134	1.496,38
Neópolis	5	6.446,50	12	2.857,80	43	2.846,84	506	3.547,93
Nossa Senhora de Lourdes	-	-	1	303,00	26	2.699,86	426	5.201,08
Pacatuba	7	7.516,17	58	10.161,65	112	4.118,66	1.014	6.211,06
Propriá	-	-	6	1.766,67	29	1.808,66	827	3.633,24
Santana do São Francisco	-	-	7	1.942,82	15	1.078,22	81	511,35
São Francisco	3	2.724,40	18	5.068,39	44	3.464,02	90	951,73
Telha	1	1.058,70	4	1.091,60	28	1.718,56	172	1.300,92

Fonte: INCRA, 2012 (adaptação, grifos nossos).

A tabela 6 em relação a estrutura fundiária elaborada pelo INCRA para o território da cidadania Baixo São Francisco⁹ apresenta a classificação por número de propriedade e área de

⁹ O Território da Cidadania Baixo São Francisco, localizado no estado de Sergipe possui 15 municípios que compartilham características socioeconômicas e ambientais comuns, estando inseridos em uma região

ocupação em hectares. Ao realizar uma análise geral dos dados expostos na tabela 6 sobre estrutura fundiária elaborada pelo INCRA no Território da Cidadania Baixo São Francisco fica em evidência uma desigualdade na distribuição da terra nesta região de Sergipe, pois com os quantitativos totais de propriedades:

- A. Grande propriedade: 25 unidades;
- B. Média propriedade: 208 unidades;
- C. Pequena propriedade: 741 unidades;
- D. Minifúndio: 5.659 unidades.

A maioria das propriedades eram minifúndios que ocupavam médias de hectares muito inferiores aos outros seguimentos, principalmente quando comparado com as médias e grandes propriedades. Como visto na sequência as médias de hectares por propriedades:

1. Grande propriedade apresenta a maior média de área por unidade, cerca de 942 hectares, evidenciando a alta concentração fundiária nesse estrato;
2. Média propriedade vem a seguir com cerca de 249 hectares, sendo consideravelmente menor que a grande, mas ainda expressiva;
3. Pequena propriedade apresenta uma média de 65,74 hectares, representando unidades produtivas mais modestas, mas ainda relevantes no conjunto;
4. Minifúndios são os menores, com média de 8,79 hectares por unidade.

Apesar das grandes propriedades ocuparem a maior média de área por unidade, elas representam apenas uma pequena fração numérica do total de propriedades. Já os minifúndios, embora tenham a menor média de área, são expressivamente majoritários em número, evidenciando uma forte concentração fundiária.

Já em relação ao caso específico de Japoatã em 2012 do total de 1.113 propriedades, apresentavam-se 6 grandes propriedades, 32 médias propriedades, 142 pequenas propriedades e 933 minifúndios.

Em Japoatã um módulo fiscal equivale a 35 hectares (Figura 9). Logo, 933 propriedades possuíam área inferior a 35 hectares, 142 propriedades entre 35 e 140 hectares, 32 propriedades com área superior a 140 até 525 hectares e 6 propriedades com área acima de 525 hectares. No município, os 933 minifúndios ocupavam uma área de 8.676 hectares, as 142 pequenas propriedades ocupavam 9.363 hectares, as 32 médias propriedades ocupavam 9.323 hectares e as 6 grandes propriedades ocupavam 6.533 hectares.

Figura 9: Distribuição do módulo fiscal em alguns municípios sergipanos com destaque para Japoatã, 2013.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL											
ÍNDICES BÁSICOS DE 2013											
Relação Alfabética										SR 23 - SERGIPE	
UNIDADE GEOGRÁFICA			ZP	MOD. FISC. (ha)	ZTM IE 50/97	FMP (ha)	LIM. EST. (ha)	SITUAÇÃO CADASTRAL		SUPER. TERRIT. (km ²)	ÁREAS ESPECIAIS
CÓDIGO MUNICÍPIO	NOME DO MUNICÍPIO	MRG						IMOVEIS	ÁREA (ha)		
2802601	GRACHO CARDOSO	001	4	70	B3-6	4	90	643	21.434,6	242,1	S, PA
2802700	ILHA DAS FLORES	007	3	18	B3-6	4	90	199	1.444,0	54,6	ZM
2802809	INDIAROBA	013	2	10	B3-6	4	90	967	21.694,7	313,5	PA, ZM
2802908	ITABAIANA	004	2	20	B3-6	4	90	4.454	27.404,8	336,7	S, ZM
2803005	ITABAIANINHA	012	3	30	B3-6	4	90	3.425	49.299,8	493,3	ZM
2803104	ITABI	001	4	70	B3-6	4	90	813	20.540,9	184,4	S, PA
2803203	ITAPORANGA D'AJUDA	013	2	10	B3-6	4	90	1.710	49.002,5	739,9	L, ZM, PA
2803302	JAPARATUBA	009	3	30	B3-6	4	90	855	34.491,3	364,9	PA, ZM
2803401	<u>JAPOATÃ</u>	009	4	35	B3-6	4	90	1.136	34.163,2	407,4	PA, ZM
2803500	LAGARTO	006	3	35	B3-6	4	90	7.134	92.526,5	969,6	S, PA, ZM

Fonte: INCRA, 2013 (adaptação). Grifo nosso.

É importante ressaltar que um hectare de terra equivale a 100m x 100m, logo 10.000 m² (dez mil metros quadrados). Uma área de 35 hectares são 350.000 m², apesar de ser considerada uma equivalência de pequena propriedade de terra pelo INCRA, é fácil perceber que se trata, a nível de Sergipe, uma porção “grande” de terra. Já uma grande propriedade possui um tamanho maior que 5.250.000m² (o que equivale a 5.250 quilômetros quadrados), aproximadamente, 636 campos de futebol. As 6 grandes propriedade de Japoatã ocupam, aproximadamente, 65.330 km² (6.533 hectares), se o município tem 402.353 km², logo são, aproximadamente, 16% do território japoatãense nas mãos de apenas seis proprietários.

Sabemos que “a terra ainda é o meio de produção fundamental para o camponês” (Santos, 1978, p.48). Então, para isso, a partir de dados dos censos agropecuários de 1995, 2006 e 2017 do IBGE foi possível elaborar uma malha fundiária de Japoatã (Tabela 7).

Tabela 7: Malha fundiária do município de Japoatã/SE – 1995, 2006 e 2017.

Classificação – Módulo fiscal = 35 hectares	Grupos de área total	Número de estabelecimentos			Hectares totais		
	Ano	1995	2006	2017	1995	2006	2017
Minifúndio	Menos de 1 ha	477	268	119	261	142	65
	1 a menos de 5 ha	441	682	435	1.043	1.524	1.008
	5 a menos de 10 ha	92	210	125	696	1.650	993
	10 a menos de 20 ha	371	218	183	4.514	2.898	2.350
Minifúndio e Pequeno	20 a menos de 50 ha	86	96	69	2.737	2.973	2.090
Pequeno e Médio	50 a menos de 100 ha	41	48	24	2.962	3.479	1.789
	100 a menos de 200 ha	24	19	9	3.288	2.691	1.276
Médio	200 a menos de 500 ha	21	13	10	6.555	4.223	3.279
Médio e Grande	500 a menos de 1.000 ha	5	4	5	3.505	2.508	3.757
Grande	1.000 a menos de 2.500 ha	1	1	2	1.425	1.512	3.325
	Produtor sem área	-	72	2	-	0	0
	Total	1.559	1.631	983	26.986	23.600	19.932
Total Minifúndio		1.381	1.378	862	6.514	6.214	4.416
Total Minifúndio e Pequeno		86	96	69	2.737	2.973	2.090
Total Pequeno e Médio		65	67	33	6.250	6.170	3.065
Total Médio		21	13	10	6.555	4.223	3.279
Total Médio e Grande		5	4	5	3.505	2.508	3.757
Total Grande		1	1	2	1.425	1.512	3.325

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017. Organização: os autores.

Levando-se em conta não mais a unidade de propriedade, que é o imóvel, mas sim a unidade de produção, que é o estabelecimento, percebe-se que a situação se torna bem mais complicada. O termo "Imóvel" é a categoria utilizada nas pesquisas do INCRA e o termo "estabelecimento" é a categoria adotada pelo IBGE. Um mesmo imóvel pode conter vários estabelecimentos. Isso ocorre quando o proprietário arrenda a outro agricultor uma parcela da terra, cujo uso passa a ser de responsabilidade exclusiva do arrendatário. No cadastro do INCRA, ambos os estabelecimentos serão registrados como um único imóvel. No recenseamento do IBGE, aparecerão como dois estabelecimentos: um como unidade de propriedade e o outro como unidade de produção (Martins, 1981).

Para classificar os estabelecimentos em relação ao tamanho de acordo com o modelo desenvolvido pelo INCRA é necessário identificar qual é o quantitativo de um módulo fiscal em Japoatã e fazer os agrupamentos. Assim, em Japoatã, um minifúndio teria uma área inferior a 35 hectares; o pequeno estabelecimento teria entre 35 e 140 hectares; o médio estabelecimento teria de 140 hectares a 525 hectares; e o grande estabelecimento teria acima de 525 hectares. Porém, os dados disponíveis dos censos agropecuários de 1995, 2006 e 2007 não seguem essa lógica, sendo organizado por grupos de áreas, que também foram aglutinados para uma leitura ajustada dos dados.

Dessa forma, foram elaboradas seis classificações: I – apenas minifúndio; II – minifúndio e pequeno estabelecimento; III – pequeno e médio estabelecimento; IV – médio estabelecimento; V – médio e grande estabelecimento; e VI – grande estabelecimento. Reflete-se que:

I – Puramente minifúndios (menos de 35 hectares), comporta o maior número de estabelecimentos em Japoatã, de 1995 a 2017 se nota a sua redução no número de estabelecimentos e na sua área total de ocupação em hectares. De 1995 a 2006 houve uma pequena redução nos estabelecimentos de 1.381 para 1.378 (menos 3) estabelecimentos, e uma diminuição maior na sua área de ocupação de 6.514 para 6.214 hectares, uma redução de 300 hectares desse grupo nesse período. De 2006 a 2017, ocorreram grandes reduções, de 1.378 para 862 (menos 516) estabelecimentos e na área total houve uma redução de 1.798 hectares, sendo 6.214 em 2006 e caindo para 4.416 hectares em 2017. As médias de hectares por estabelecimento eram, aproximadamente, em 1995, de 4,7 hectares por estabelecimento, em 2006, 4,5 hectares por estabelecimento e em 2017, 5,1 hectares por estabelecimento, dessa forma percebe-se que apesar de ser maioria, esse grupo detém de pouca terra para trabalhar.

II – Minifúndios e pequenos estabelecimentos (até 50 hectares). Nos anos de 1995 a 2006 houve um aumento de 10 estabelecimentos (86 a 96) e redução nos anos de 2006 a 2017 para 69 estabelecimentos, uma diminuição de 27 estabelecimentos. Entre os anos de 1995 e 2006, a área de ocupação deste grupo cresceu de 2.737 para 2.973 hectares, um aumento de 236 hectares. Porém, decaiu para 2.090 hectares em 2017, uma diminuição de 883 hectares. Fazendo um paralelo, as médias de hectares por estabelecimentos eram, em valores aproximados, 31,8 ha/estabelecimento em 1995, 30,9 ha/estabelecimento em 2006 e 30,3 ha/estabelecimento em 2017.

III – Pequenos e Médios estabelecimentos (até 200 hectares). Nos anos de 1995 eram 65, passando a 67 em 2006, acréscimo de duas, e diminuiu para 33 em 2017 com a redução de 34 estabelecimentos. Em relação à área, em 1995 eram 6.250 hectares, reduziu para 6.170 em 2006 (menos 80 hectares), e reduzido a mais da metade em 2017 chegando aos 3.065 hectares, uma diminuição de 3.105 hectares. Os valores aproximados da média de hectares por estabelecimento eram 96 hectares/estabelecimento em 1995, 92 hectares/estabelecimento tanto em 2006 quanto em 2017. Com esses números são vistas médias que não ultrapassam a pequeno estabelecimento (140 ha) em Japoatã, assim é possível elucidar que nesse grupo se sobressai a maioria dos estabelecimentos compreendidos como pequenas propriedades.

IV – Puramente médios estabelecimentos (de 200 a 500 hectares), no ano de 1995 eram 21 estabelecimentos, em 2006 eram 13 e em 2017 caem para 10, no geral uma redução de mais da metade, 11 estabelecimentos a menos. Em 1995 a área total em hectares desse grupo era 6.555 hectares, com redução para 4.223 em 2006, uma diminuição de 2.332 hectares no período, com outra redução em 2017 chegando a 3.279 hectares, uma contração negativa de 944 hectares. As médias de hectares por estabelecimento em valores arredondados em 1995 eram 312, em 2006 eram 324 e 2017 eram 327 hectares/estabelecimento.

V – Médio e Grande estabelecimento (entre 500 e 1000 hectares), no ano de 1995 eram 5, em 2006 passou para 4, e 2017 voltaram a ser 5 estabelecimentos. Em relação à área, em 1995 eram 3.505 hectares, com menos 997 reduzindo-se para 2.508 hectares em 2006 e crescendo 1.249 chegando a 3.757 hectares em 2017. Sobre as médias de hectares por estabelecimento, em 1995 era 701 hectares por estabelecimento, em 2006 eram 627 e em 2017 eram 751 hectares por estabelecimento, aproximadamente.

VI – Grande (1.000 a menos de 2.500 hectares), em 1995 era 1, continuando em 2006 o mesmo número e em 2017 surgiu outro estabelecimento, agora 2. Em sua área total,

em 1995 ocupava 1.425 hectares, em 2006 crescera para 1.512 hectares, um expansão de 87 hectares, por fim, em 2017 mais que dobrou seu quantitativo, com um acréscimo de 1.813, chegando a ocupar 3.325 hectares de terra. Tal classificação apresentou as médias de hectares por estabelecimento de 1.425 em 1995, 1.512 em 2006 e 1.662,5 em 2017.

É importante lembrar-se dos produtores sem área, que em 1995 não se obteve informações, em 2006 eram 72 e em 2017 eram apenas 2, uma redução de 70 produtores, número em queda, sem ter informações disponíveis no IBGE que explique essa redução dos produtores sem área. Além disso, houve forte redução no número de minifúndios e no espaço utilizado por eles.

Segundo Santos (1978) a geração de camponeses da época de seu estudo se deparava com a impossibilidade de adquirir mais terras para ampliar suas propriedades, o que para o autor era um fator de estagnação da sua situação social, pois a terra é o meio essencial de produção da unidade camponesa e sua reprodução socioespacial.

No século XXI, ocorrendo novos e velhos delineamentos hegemônicos no cenário político e econômico, a questão agrária volta a cena no cenário nacional. A concentração fundiária persiste, reproduzindo injustiças e desigualdades, agora também, com um processo de renovação do imperialismo tendo uma nova onda de internacionalização da agricultura brasileira (Oliveira e Sollazi, 2019). Em síntese, existem muitos estabelecimentos com pouca terra e poucos estabelecimentos com muita terra em Japoatã. Não fugindo da história fundiária do Brasil composta de desigualdades, além do município perder territórios agrários para outras atividades. Isso mostra o quão é difícil o acesso a terra no município de Japoatã, da maneira que o quantitativo de estabelecimentos que foram aglutinados por estabelecimentos maiores, ou que acabaram sendo usados em outras atividades ou ficaram ocultos.

Observa-se um fenômeno a ser investigado na estrutura fundiária do município de Japoatã, evidenciado pela redução do número de estabelecimentos agropecuários e da área destinada à atividade agropecuária. Entre 2006 e 2017 ocorreu o desaparecimento de 648 estabelecimentos. Tal dado suscita questionamentos acerca das possíveis mudanças no uso do solo, incluindo a conversão de terras rurais para uso e ocupação urbana. Diante disso, permanece em aberto a necessidade de aprofundamento de estudos para compreender a dinâmica e os fatores envolvidos nessas transformações territoriais.

A concentração de terra gera males para a economia, para o meio ambiente e para a dignidade das pessoas do campo. A justiça é inexistente na ideia de concentrar a produção em

uma propriedade de terra apenas nas mãos de uma pessoa, uma vez que o interesse social está voltado para o bem da coletividade. Dentro de tal contexto, a reforma agrária objetiva diminuir a elevada concentração fundiária e combater problemas sociais, econômicos e culturais cristalizadas por políticas de um modelo conservador desde os primórdios da questão agrária brasileira (Oliveira e Sollazi, 2019).

Segundo a EMDAGRO (2023) os preços médios de vendas de terras em Japoatã referentes ao ano de 2018 seria de 8 mil reais por hectare em terras com lavouras, 11 mil reais por hectare em terras com pastagens e 3 mil reais em terras com campos ou matas por hectare. Os dados mais atualizados são de 2022, apenas com os preços de terras com campos, 11 mil e 500 reais por hectare, e de pastagens por 20.625 reais por hectare. Entre 2019 e 2021 não se tem informações, porém de 2018 a 2022 são observadas as altas nos preços sobre a venda de terras. Em Japoatã esse é o contexto, o preço da terra é alto, isso é obstáculo para a desconcentração das terras. Aqueles camponeses que possuem suas propriedades rurais devem se precaver para manter suas posses dentro do núcleo familiar.

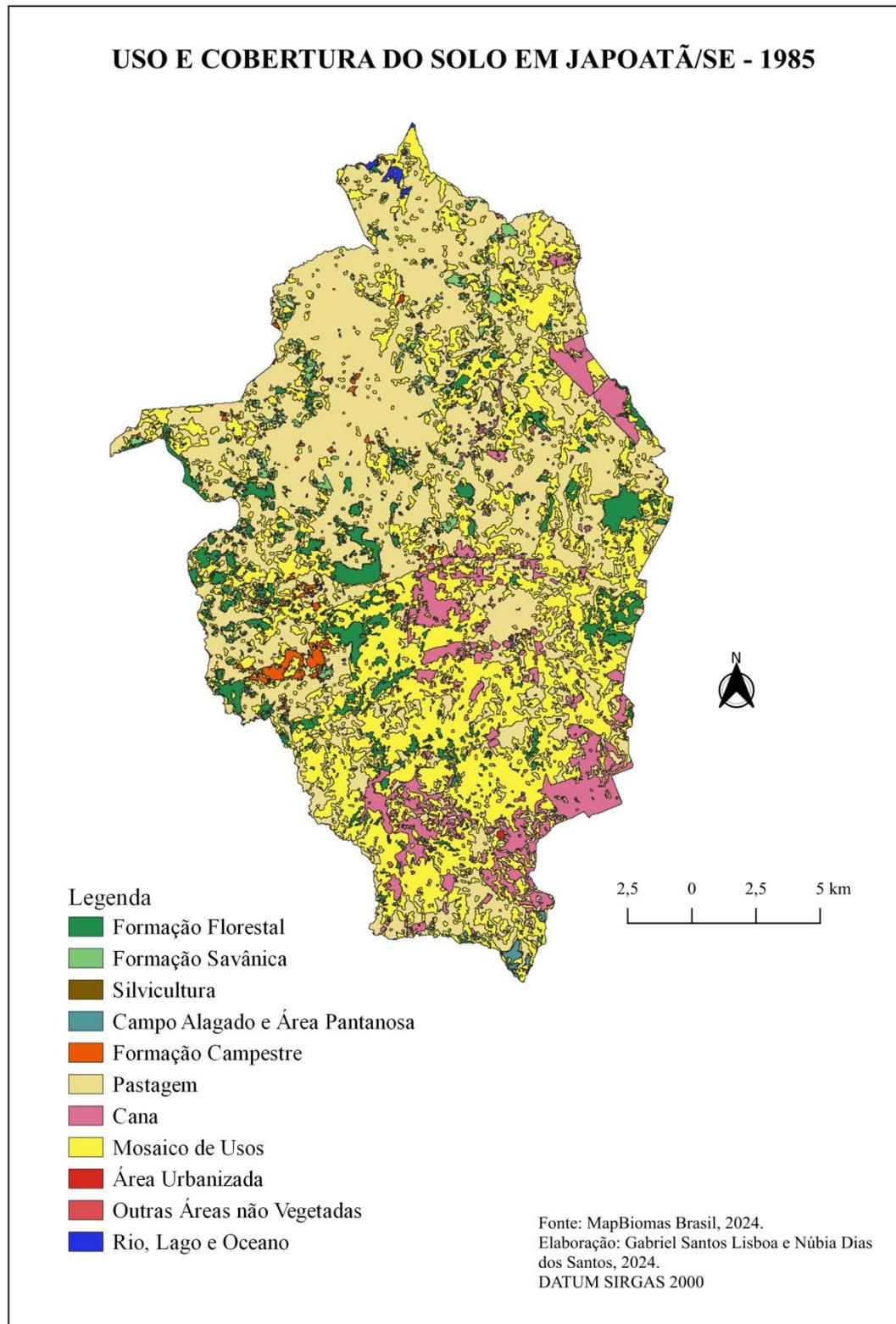
3.4 Uso e Cobertura do solo de acordo com o MapBiomias

O MapBiomias é um projeto colaborativo que tem como objetivo o mapeamento e monitoramento anual da cobertura e uso do solo em todo o território brasileiro, utilizando imagens de satélite de alta resolução e técnicas avançadas de processamento de dados. De acordo com o site oficial do MapBiomias (2024), o projeto disponibiliza informações detalhadas sobre as mudanças na cobertura vegetal e no uso do solo, incluindo desmatamento, regeneração natural, expansão agrícola e urbanização, por meio da geração de mapas temáticos atualizados anualmente. O MapBiomias contribui para o alinhamento das estratégias nacionais e internacionais de conservação ambiental, integrando informações cruciais para o cumprimento de compromissos relacionados à Agenda 2030 e aos ODS. Sua metodologia, baseada em algoritmos de inteligência artificial e classificação supervisionada, possibilita uma atualização anual dos mapas, o que favorece o acompanhamento em tempo quase real das mudanças no uso do solo.

Para uma análise espacial e temporal do uso e cobertura do solo construímos mapas a partir da base de dados do MapBiomias, o mais antigo de 1985 e o mais atual de 2023. O arquivo sobre o uso da terra é exposto em escala nacional, mas com o uso do programa de construção de mapas *Quantum Gis*, conhecido como *Qgis*, conseguimos recortar ao limite

municipal desejado. Destarte, a figura 10 expõe o mapa de Uso e cobertura do solo em Japoatã em 1985.

Figura 10: Uso e cobertura do solo em Japoatã/SE em 1985.



Fonte: MapBiomias Brasil, 2024. Elaboração dos autores, 2024.

O MapBiomias classifica o uso de diferente formas, mas segrega a cana-de-açúcar e a silvicultura (que no caso de Japoatã é apenas eucalipto). Nesse caso específico deve ser levado em consideração o bioma do município, a Mata Atlântica. Dessa forma, o projeto MapBiomias (2024) elenca o uso e cobertura do solo conforme no quadro 4:

Quadro 4: Uso e cobertura do solo segundo o MapBiomias, 2024.

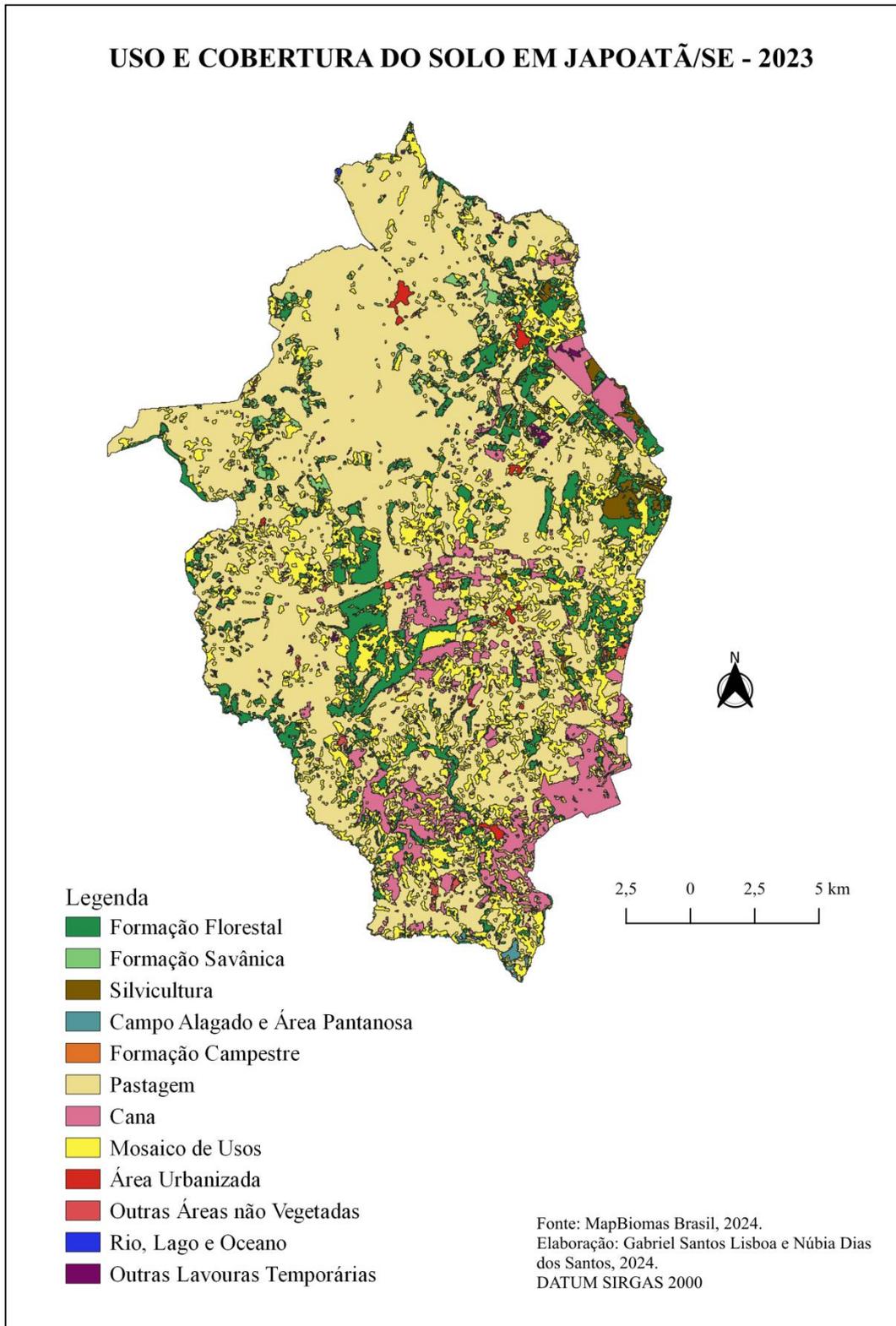
Formação Florestal	Da Mata Atlântica a Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semi-Decidual, Floresta Estacional Decidual e Formação Pioneira Arbórea.
A Formação Savânica	Seriam Savanas, Savanas-Estépicas Florestadas e Arborizadas.
Os Campos Alagados e áreas pantanosas	São vegetações com influência fluvial e/ou lacustre.
Silvicultura	As espécies arbóreas plantadas para fins comerciais (ex. pinus, eucalipto, araucária). Porém no caso de Japoatã segundo o IBGE só existe silvicultura do eucalipto.
Cana	As áreas cultivadas com a monocultura da cana-de-açúcar.
Pastagem	São áreas de pastagem plantadas, diretamente relacionadas à atividade agropecuária.
Formações campestres	As áreas de pastagem natural, predominantemente caracterizadas com formações campeiras ou campo alagado, podendo ser submetidas ou não a práticas de pastejo.
Mosaico de Usos	No bioma Mata Atlântica, são áreas de uso agropecuário onde não foi possível distinguir entre pastagem e agricultura que podem incluir áreas de ocupação periurbana, como chácaras, sítios e condomínios. Ou seja, possíveis áreas camponesas com agricultura ou pastagem.

Fonte: MapBiomias, 2024. Organização: Os autores, 2025.

Em 1985, o uso e cobertura do solo em Japoatã apresentavam, intensamente no norte, áreas de pastagens. Em todo município, principalmente do centro ao sul, é perceptível o forte mosaico de usos, podendo ser pastagens, agricultura ou sítios. Isso é indicio para uma presença do campesinato em Japoatã na época. As formações florestais e savânicas se mostram residuais e é visto alguns lagos no extremo norte. A silvicultura era inexistente no município em 1985. E a presença da cana-de-açúcar já era notória em determinadas área.

Em seguida, tem-se o mapeamento do uso e cobertura do solo com dados do MapBiomias no ano mais recente dos dados, 2023 (Figura 11). Dessa maneira, podem ser vistas transformações nas diferentes coberturas em Japoatã e como está atualmente.

Figura 11: Uso e cobertura do solo em Japoatã/SE em 2023.



Fonte: MapBiomas Brasil, 2024. Elaboração dos autores, 2024.

Agora, é possível visualizar a pastagem especializada intensamente em todo o território do município, principalmente na região norte do território japoatãense. Isso demonstra um avanço capitalista sobre a terra que tornou áreas diversificadas em monotonia. Os espaços com mosaico de usos foram intensamente reduzidos em relação a 1985. A formação florestal e savânica continuam sendo residual. A cana-de-açúcar continua fazendo parte da paisagem e o eucalipto começa a ser visto. Além disso, os lagos do extremo norte desapareceram.

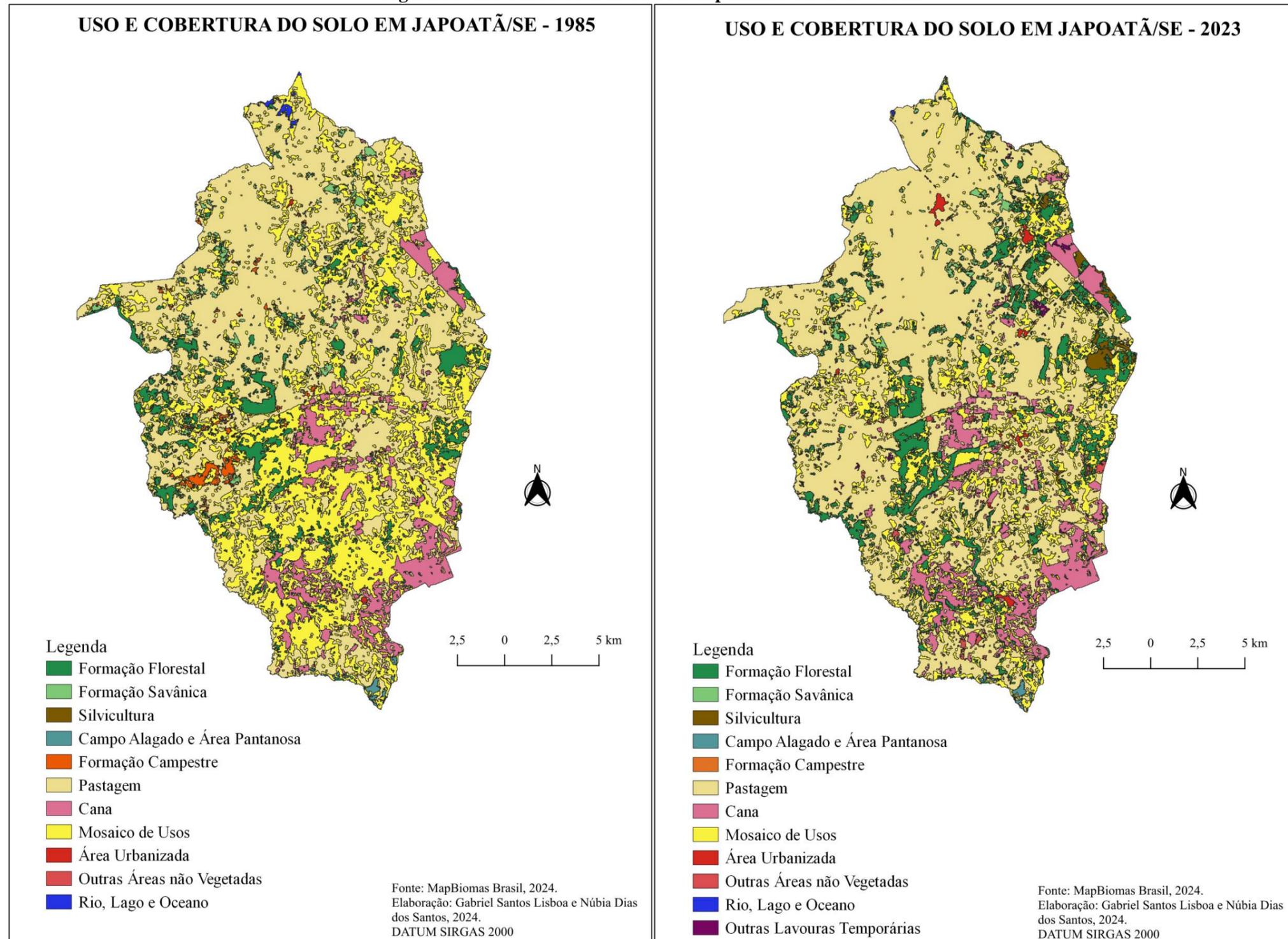
A redução do mosaico de uso entre 1985 e 2023 pode ser considerado como um ponto negativo para o campesinato japoatãense. Essa diminuição nas áreas de sítio e agricultura pode representar um processo de concentração da terra em Japoatã, com intensidade do desmatamento e menor diversidade na produção de alimentos.

Faz-se necessário a fixação do campesinato na terra, mas o principal obstáculo é o sistema capitalista que quando os agentes do capital chegam ao campo tendem a concentrar as terras e expulsar os camponeses através de diferentes formas. Dessa maneira, Japoatã necessita da permanência camponesa em seu território, pois é a métrica para um desenvolvimento rural e sustentável do município na sua verdadeira essência.

Nesse sentido Antão et al. (2020) relata que o modelo cartesiano implantado no mundo adentra o espaço-território rural brasileiro. Ocasionalmente ocasiona uma redução da sociobiodiversidade através da implantação de atividades produtivas capitalistas e que vão na contramão do respeito ao movimento da vida. Em Japoatã, através dos mapas do uso da terra fica nítido o avanço do capitalismo no campo por meio da padronização do uso do solo em monoculturas ou pastagens.

Na produção cartográfica (Figura 12) percebemos que áreas utilizadas com o cultivo da cana-de-açúcar foram postadas como pastagem e áreas de eucalipto como formação florestal ao invés de silvicultura, isso gera uma ambiguidade e demonstra uma fragilidade nos dados do projeto MapBiomas. Projeto que é referência pela abrangência na escala espacial e temporal dos dados. Portanto, o mapeamento local construído a partir das texturas presentes nas imagens de satélite é relevante para a pesquisa.

Figura 12: Uso e cobertura do solo em Japoatã/SE em 1985 – 2023.

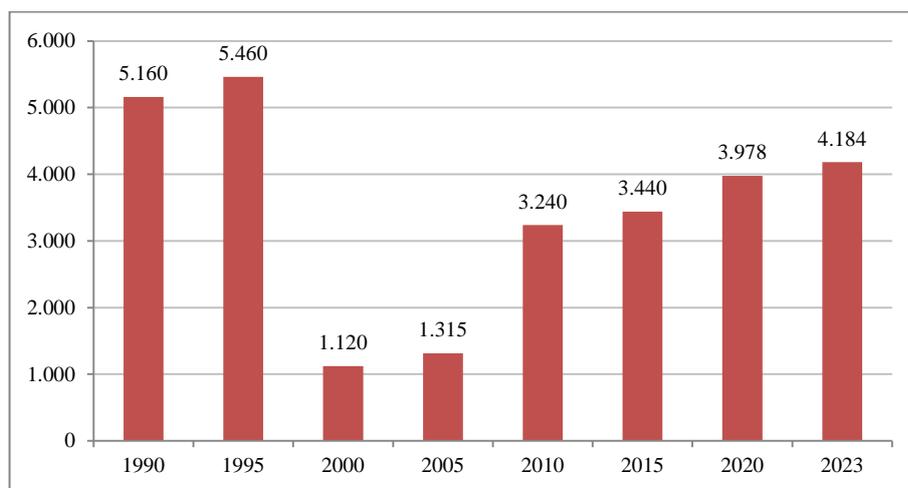


Fonte: MapBiomias Brasil, 2024. Elaboração dos autores, 2024.

3.5 As monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto em Japoatã

Ao realizar a busca de dados sobre a monocultura da cana-de-açúcar em Japoatã no SIDRA do IBGE verificamos a existência de dados a partir de 1990 na variável de área plantada ou colhida. Pela quantidade de anos resolvemos elaborar um gráfico com dados a cada 5 anos a partir de 1990 até o quantitativo mais recente em 2023 (Gráfico 3).

Gráfico 3: Área plantada ou destinada à colheita (Hectares) de cana-de-açúcar em Japoatã/SE, de 1990 a 2023.



Fonte: IBGE, 2024.

O gráfico 3 traz a área plantada ou destinada à colheita em hectares de cana-de-açúcar em Japoatã entre 1990 e 2023. Entre 1990 e 1995, Japoatã possuía mais de 5 mil hectares plantados ou destinados à colheita de cana-de-açúcar. Já no ano de 2000, há uma redução acentuada na produção da cana-de-açúcar, uma decaída de mais de 4 mil hectares. Porém, a partir de 2005 o número cresce, chegando a mais de 3 mil hectares em 2010. Em sequência a produção se elevou entre 2015 e 2023, chegando a mais de 4 mil hectares.

Existe grande possibilidade de futuramente a área de cana-de-açúcar ultrapassar os 5 mil hectares como na década de 1990. Segundo Barreto e Junior (2012), o agronegócio canavieiro, amparado pelo Estado, estende seu território armando-se de estratégias para avançar para terras de outras unidades, desconsiderando a luta pela terra dos movimentos sociais. Dessa maneira:

A produção brasileira de agrocombustíveis vem atraindo expressivos montantes de capital abruptamente territorializados em lugares antes ocupados por populações tradicionais e pequenos agricultores, que têm seus espaços de reprodução econômica

e cultural transformados pela homogeneidade do agronegócio monocultor (Assis, 2014, p. 291).

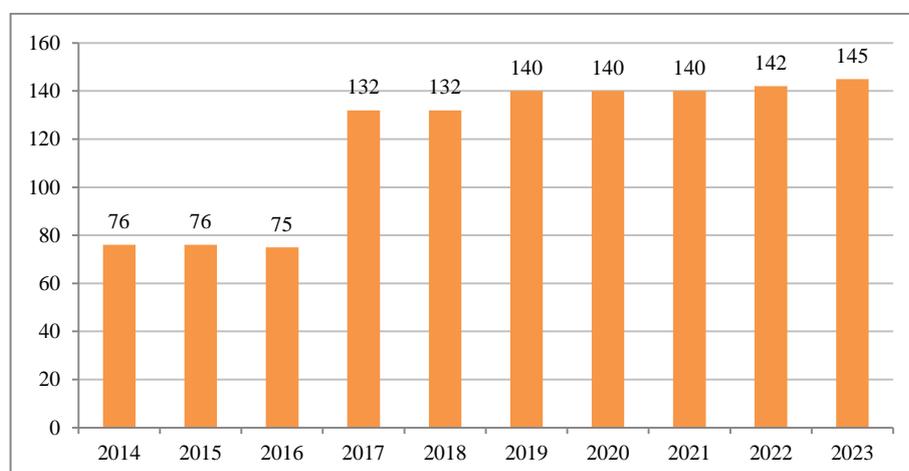
De tal forma, em Japoatã é vista a expansão da monocultura da cana-de-açúcar no município que é de base rural. Com esse crescimento mais atual como registrado no gráfico 3 ocorre os impactos socioambientais refletidos no referencial teórico desse estudo como o desmatamento, a diminuição da biodiversidade, a poluição do ar, o uso de agroquímicos, a concentração das terras, a fragilização da economia local que fica dependente do capital industrial, a subordinação de camponeses, enfim, vários são os impactos negativos.

Segundo Primavesi (2020), a monocultura é seletiva, somente aparecem os que podem utilizar sua palha e suas excreções radiculares. O fogo é seletivo, quando se queima a matéria orgânica, a palha, o único alimento que resta são as excreções das raízes e isso num ambiente seco, quente, anaeróbio, poucos seres suportam. A compactação pelo tráfego excessivo de máquinas pesadas é seletiva, com um anaerobismo acentuado. As situações seletivas refletidas pela autora são parte do manejo da monocultura canavieira.

Baccarin, Oliveira e Mardegan (2020), refletem que a forma como o IBGE delimita o estabelecimento agropecuário, escapatórias jurídicas e a existência de fornecedores de cana-de-açúcar dependentes de usinas em etapas do ciclo agrícola são fatores que levam a supor que a concentração da terra com canaviais seja maior que a constatação dos dados censitários.

No que se refere à silvicultura, no gráfico 4 temos a área total em hectares existente dessa especialidade. Importante ressaltar que existe apenas eucalipto na silvicultura japoatãense e que monocultura não deveria ser considerada como reflorestamento, já que silvicultura é dita como floresta plantada, porém nenhuma monocultura é floresta.

Gráfico 4: Área de silvicultura em hectares em Japoatã/SE, entre 2014 e 2023.



Fonte: IBGE, 2024.

Ao observarmos a área em hectares da monocultura do eucalipto em Japoatã, percebe-se sua expansão ao longo do tempo. Entre 2014 e 2016 o eucalipto possuía mais que 70 hectares, porém esse número cresceu em 2017 e em 2019, chegando a 140 hectares. Posteriormente, em 2022, passa para 142 hectares e chegando a 145 hectares em 2023. Assim, é visto no município um crescimento das plantações de eucalipto.

Sobre o perigo de classificar o monocultivo de eucalipto como floresta:

Defender a “aptidão” para o plantio “florestal” enquanto sinônimo de monocultivo de eucalipto é uma das formas de naturalizar política, econômica e socialmente os processos de implantação e expansão dos monocultivos. As justificativas para a implantação e manutenção dos grandes projetos são construídas e defendidas com arcabouços teóricos, jurídicos, políticos e sociais (Lima et. al., 2017, p. 24).

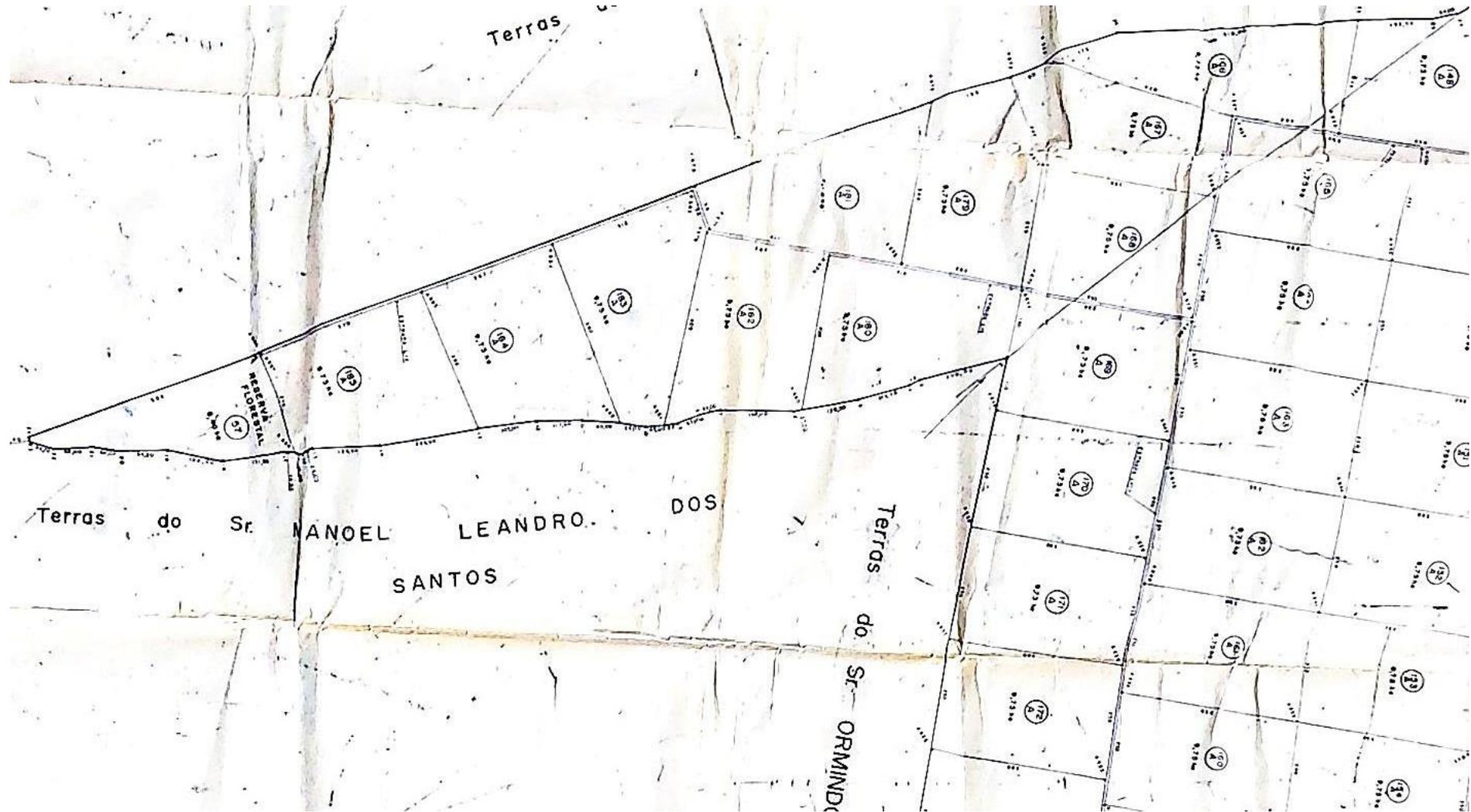
Defendo que monocultura de eucalipto não deve ser considerada como floresta plantada (silvicultura), floresta é um ecossistema, com biodiversidade de fauna e flora. Temos os ecossistemas brasileiros e dentre eles, nenhum é floresta de eucalipto. Sabemos que o eucalipto pode ser usado em sistemas agroflorestais quando há uma diversidade vegetal. Em Sergipe e em Japoatã, floresta são as formações vegetais presentes nesses territórios.

3.6 Mapeando Ladeiras “A”

O projeto de Colonização Ladeiras (Anexo 1) foi dividido em duas etapas: A e B. Conseqüentemente, nomeou as comunidades Ladeiras “A” e Ladeiras “B”. Segundo o traslado de escritura de compra e venda da terra de um dos primeiros moradores da comunidade, o projeto foi organizado pela Secretaria da Agricultura do Estado de Sergipe nas décadas de 1970 e 1980, fazendo parte do Projeto Tabuleiros Norte de Sergipe e sendo aprovado pelo INCRA através da portaria nº 41, de 16/12/1981, processo INCRA/CR-05/R-Q/Nº 836181 (Anexo 2).

Para fazer a delimitação de Ladeiras “A” foi necessário descobrir onde se encontrava o documento base original. Primeiramente, visitamos o INCRA, porém lá se têm dados apenas dos assentamentos de reforma agrária de nível federal. Então, partimos para a EMDAGRO onde informaram que Ladeiras “A” é um projeto já emancipado, mas havia posse das cartas do projeto no acervo histórico. São seis cartas ao total e a partir delas foi possível ter algumas informações. As cartas cartográficas do projeto, por serem antigas, apresentavam desgastes. Assim, por causa da fragilidade do documento histórico realizamos apenas registros fotográficos e depois digitalizamos as imagens, como no exemplo da figura 13.

Figura 13: Processo de delimitação de Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 1980.

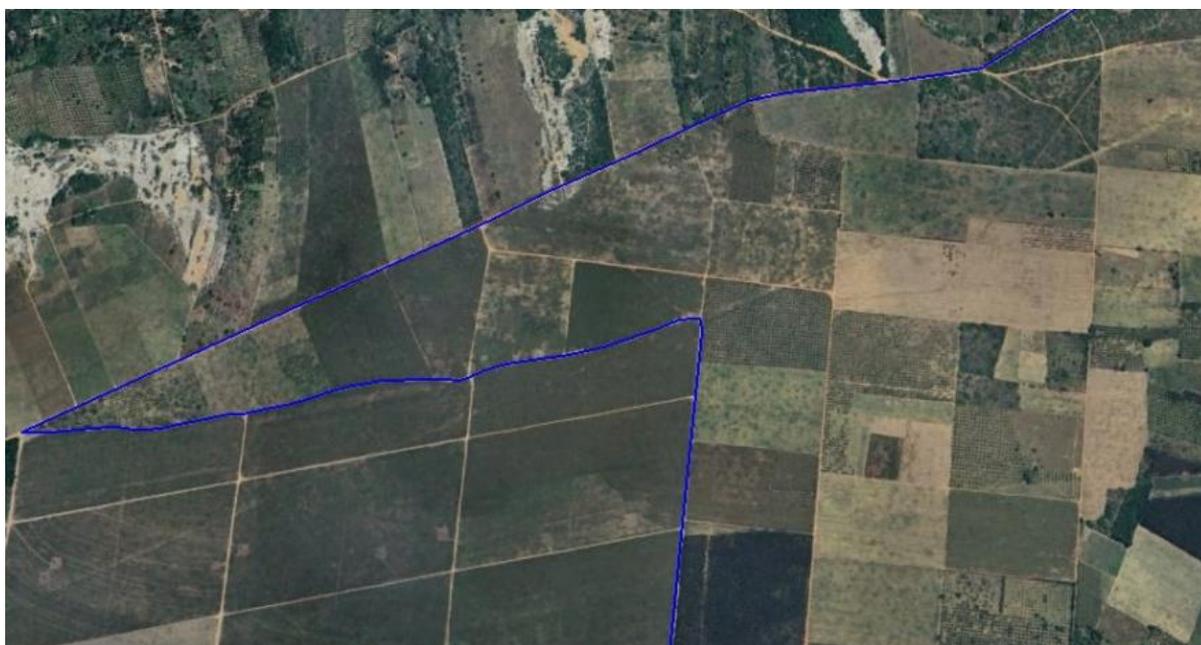


Fonte: EMDAGRO, 2024.

A imagem ilustra uma parcela de umas das cartas cartográficas do projeto Ladeiras. Os quadrantes enumerados representam a área de terreno equivalente a 9,75 hectares destinados a atividades agrícolas, essas terras foram distribuídas espacialmente por meio da projeção elaborada nas cartas.

Por causa da quantidade das cartas do projeto e do tamanho de cada, as fotografias foram em partes. A partir disso, começamos a comparar as imagens do projeto com imagens de satélite do *Google Earth Pro*, assim observamos que era possível fazer uma delimitação de Ladeiras “A”. Em consequência a delimitação da área na imagem de satélite (Figura 14):

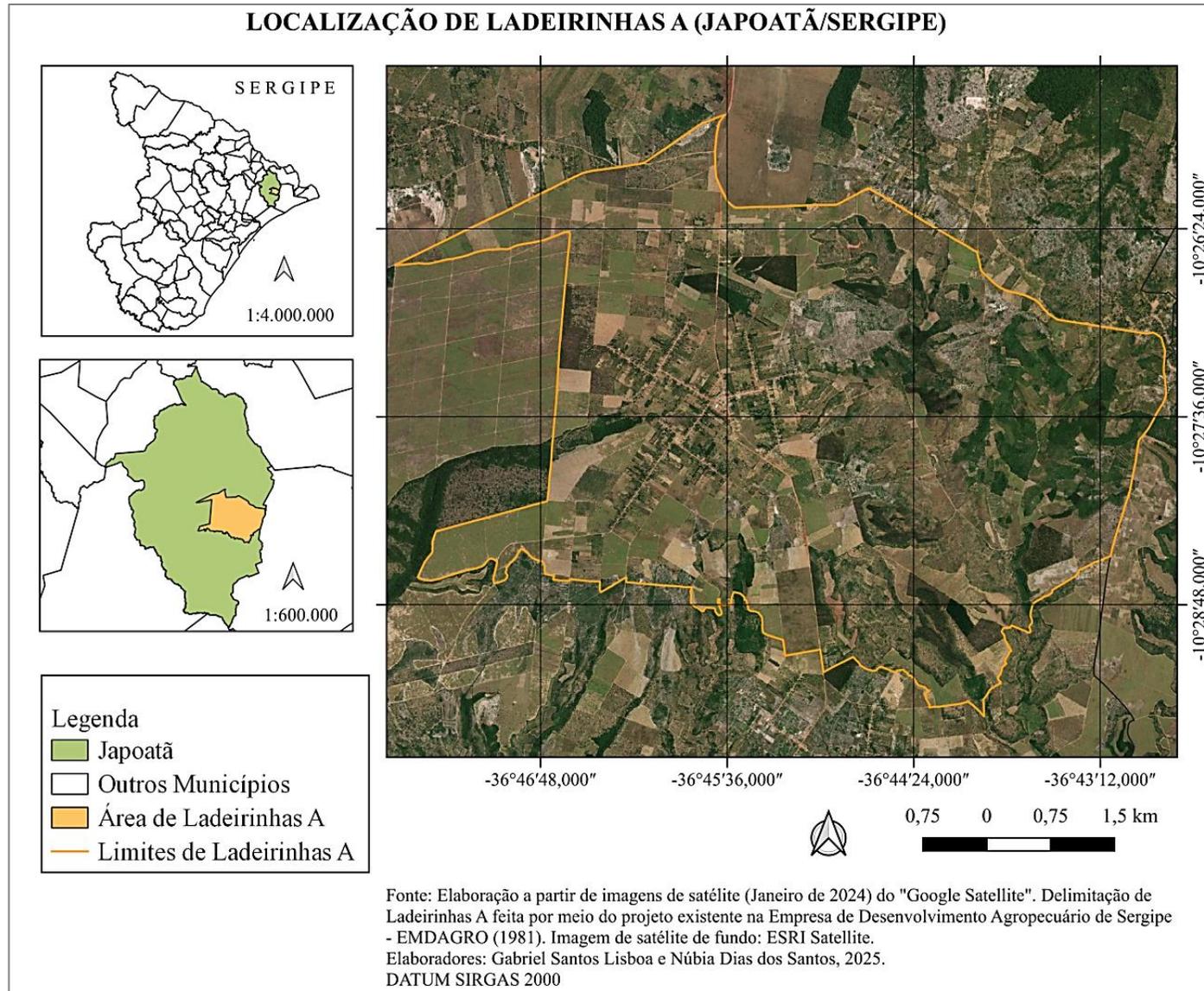
Figura 14: Processo de delimitação de Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 2024.



Fonte: Google Earth Pro, 2024.

A análise da configuração espacial de Ladeiras “A” evidenciou que os formatos dos terrenos, juntamente com a presença de estradas margeando parte significativa de seus limites, desempenharam um papel facilitador no processo de delimitação territorial. A morfologia das parcelas, influenciada por padrões de ocupação e infraestrutura viária preexistente, permitiu identificar com maior precisão as fronteiras da área em estudo. Dessa forma, chegamos numa delimitação como na figura 15.

Figura 15: Delimitação e localização de Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 2025.



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

O mapa apresentado na figura 15 elucida uma delimitação de Ladeiras e sua localização referente ao estado de Sergipe e ao município de Japoatã. Com o uso da imagem de satélite podemos perceber a estrutura territorial da comunidade, resultado do projeto da Secretaria de Agricultura do Estado de Sergipe nas décadas de 1970 e 1980. No centro-oeste de Ladeiras “A” temos a sede urbana, já que a regulamentação colocou um terreno menor nessa área para as residências e outro terreno maior nas áreas circundantes ou mais afastadas do território para a agricultura (Anexo 3). Isso implicou na dificuldade da formação de sítios, além de distanciar os camponeses fundadores da sua produção no lote maior. É um modelo de assentamento que divide as 185 propriedades do projeto Ladeiras Etapa “A” em um lote de terra urbano e outro lote de terra rural.

3.7 O Campesinato Cercado em Ladeiras “A” (Japoatã/SE)

Em Ladeiras “A”, segundo Antão e Santos (2017) da década de 1980 até os anos 2000 foi ocorrendo redução de roças comunitárias e de lavouras onde imperava a diversidade de cultivos, em contraposição foi aumentando as áreas de cana-de-açúcar e mais recentemente o cultivo de eucalipto, que passou a ser outro elemento geográfico na paisagem (Figura 16).

Figura 16: O monocultivo de eucalipto em Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 2024.

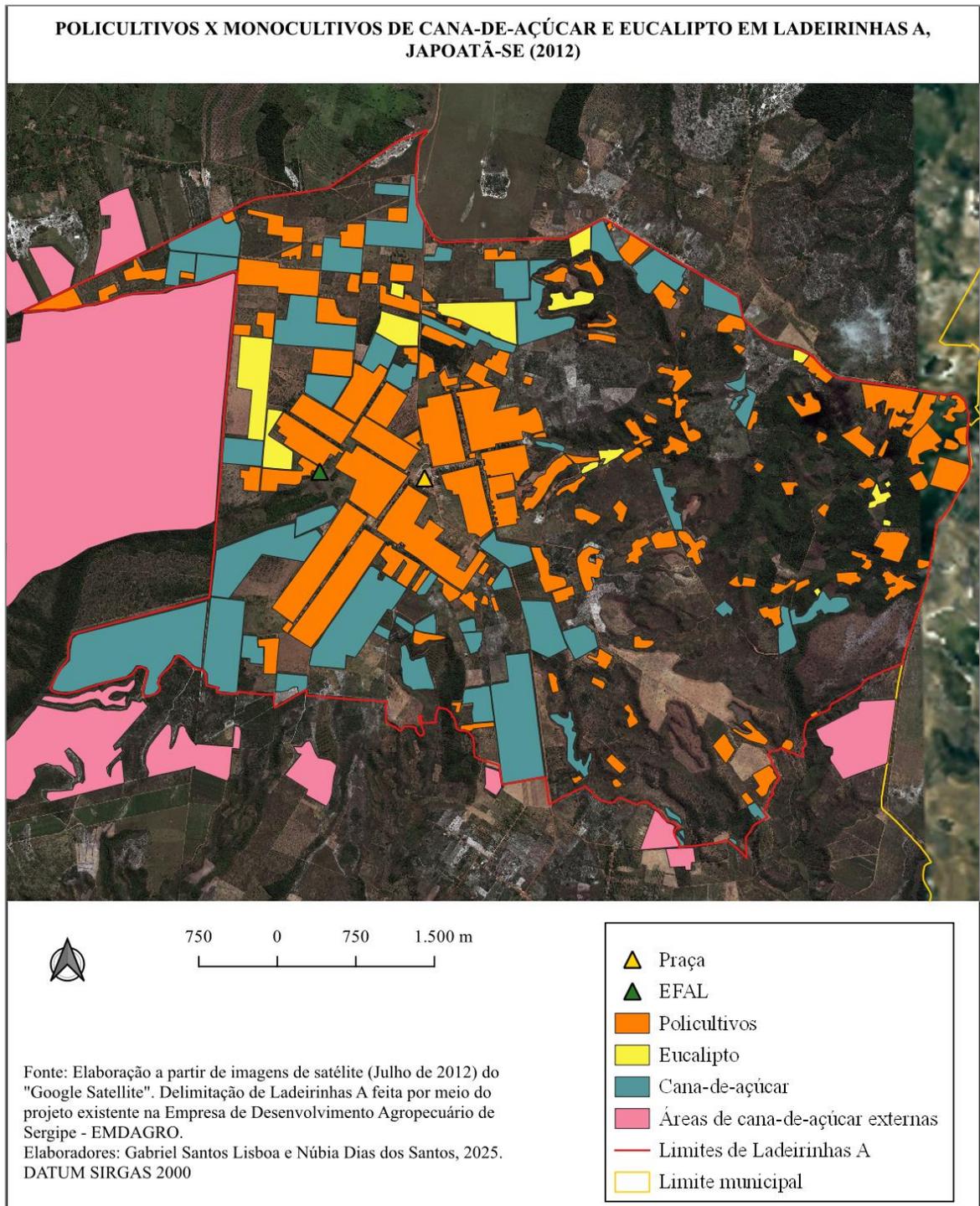


Fonte: Acervo pessoal dos autores, registro de campo, 2024.

Dessa maneira, resolvemos elaborar mapas que mostrassem a dualidade no uso e ocupação do solo. De um lado, as monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto, e de outro, as roças policulturas de Ladeiras “A”. Primeiramente, utilizando a delimitação elaborada a partir do projeto Ladeiras, procuramos imagens de satélite que possibilitasse os recortes das áreas desejadas no *Google Earth Pro*. A imagem de melhor qualidade mais antiga foi a de 2012 e a mais recente de 2024, assim foi possível fazer dois mapas, um de 2012 (Figura 17) e

outro de 2024 (Figura 20). Na construção cartográfica, mapeamos as áreas de cana-de-açúcar, eucalipto e as policulturas da comunidade. Para o tratamento e montagem dos mapas usamos o *Quantum GIS* (QGIS).

Figura 17: Ladeirasinhas “A”, Japoatã/SE – espacialização dos policultivos versus os monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto em 2012.



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Em 2012, já se tinha a presença do eucalipto, assim como já relataram Antão e Santos (2017) onde este teria começado a ser plantado por volta de 2008. Assim, pela textura da imagem delimitada com o eucalipto, percebemos que as árvores já eram de porte elevado, o que denota uma provável idade de 4 anos como nos relatos adquiridos pelos autores supracitados.

É notável a presença de policultivos em Ladeirashas “A” em 2012, principalmente na sede do povoado. Na mesma época, o eucalipto se apresenta em poucas áreas. Todavia, a cana-de-açúcar já se fazia presente em Ladeirashas “A”, porém com uma espacialização pouco acentuada em relação ao processo nas áreas externas do território da comunidade deste monocultivo (em rosa no mapa).

Ao fazer o mapeamento percebemos nas imagens que, geralmente, os policultivos têm certa harmonia com a vegetação circundante. Contrariamente, os monocultivos ocupam grandes áreas de terra e destroem a natureza, desmatando as matas completamente, assim é notada a desarmonia com a vegetação local (Figura 18).

Figura 18: Desmatamento em Ladeirashas “A”, Japoatã/SE, 2025.



Fonte: Acervo pessoal dos autores, registro de campo, 2025.

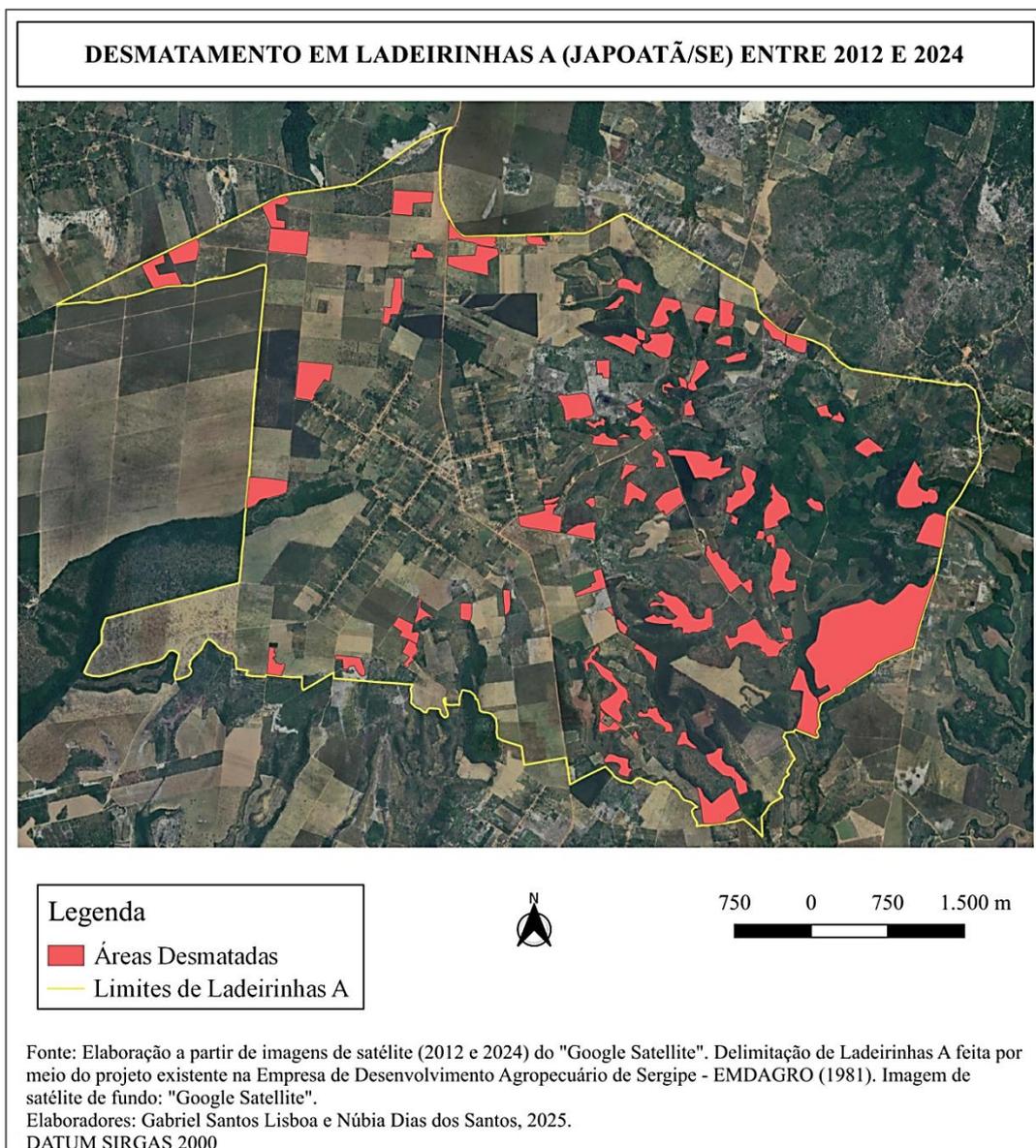
Dialogando com uma camponesa, uma das primeiras moradoras da comunidade Ladeirashas “A”, ela me relatou que acabou vendendo o seu “lote grande” (o terreno de 9,75 hectares) pela falta de interesse da família em trabalhar na terra e a insegurança com casos de furtos em sua roça. Assim, o empreendimento agroindustrial de eucalipto comprou essa terra. Citando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sobre a venda de sua terra, a camponesa ressaltou que:

Madeira tinha um bocado. Vendi com pena, madeira tinha um bocado. Agora, não era pra o IBAMA, não era pra derrubar, mas esse povo que quer plantar eucalipto,

derrubou o meio mundo, né, e tem vez e tem vós. Agora, se fosse eu que fosse tirar uma madeirinha pra vender, não podia, com o IBAMA. “Não! é uma coisa errada”. Agora esse pessoal vem plantar o eucalipto, derruba tudo e não dá nada (J. S., Ladeiras “A”, 2024).

É a inquietação da camponesa em relação à derrubada da vegetação do seu antigo lote grande. Ela respeitava o percentual de reserva da terra, mas com a venda da terra para indústria de eucalipto, a área foi devastada para dar lugar à monocultura. Já a atuação do IBAMA deve ser analisada com calma, pois o órgão tem atuado na região multando terrenos desmatados. Nessa linha, elaboramos um mapa do desmatamento em Ladeiras “A” entre 2012 e 2024 (Figura 19).

Figura 19: Mapa de desmatamento em Ladeiras “A” (Japoatã/SE) entre 2012 e 2024.



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Na elaboração desse mapa, usamos também o *Google Earth Pro* e as melhores imagens disponíveis, em sequência o *Qgis*. Foi um trabalho cauteloso com observação das imagens nos diferentes anos, em que foram sendo demarcadas as antigas áreas de vegetação nativa que foram sendo derrubadas. Áreas de Mata Atlântica foram perdidas, principalmente para dar lugar a monocultura da cana-de-açúcar ou do eucalipto.

Seria interessante a possibilidade de imagens mais antigas, entre 2000 e 2005 para uma linha do tempo maior e uma análise completa. Porém, com as imagens disponíveis temos um panorama da situação. Percebemos a importância das áreas de reserva do Estado, geralmente os morros, elas mantêm a preservação da biodiversidade e devem ser mantidas intocadas.

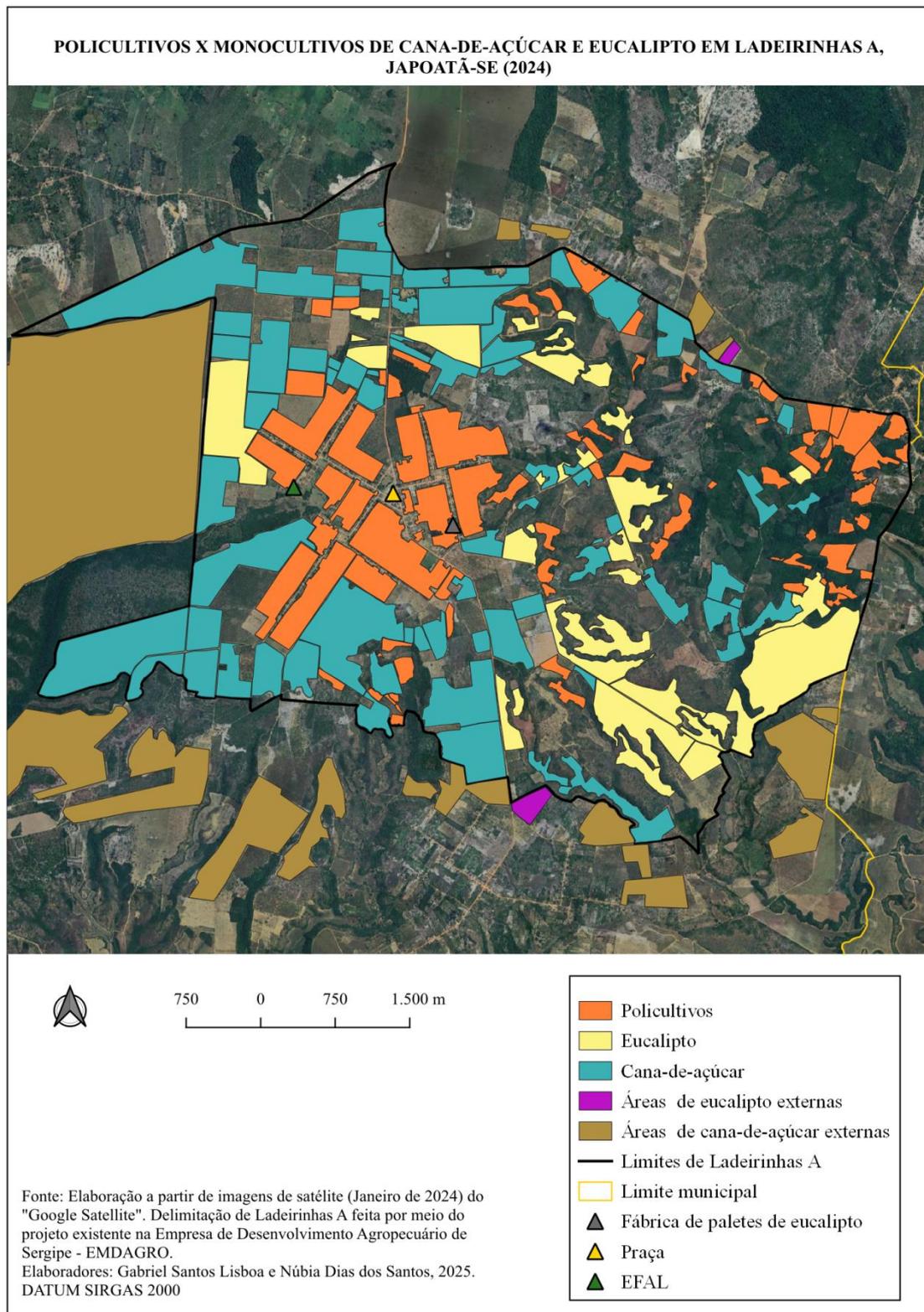
Assim, o mapa ilustra as áreas que foram desmatadas entre 2012 e 2024 no território de Ladeirinhas “A”. Podemos perceber uma concentração do desmatamento na direção leste da comunidade, pois o lado oeste já sofreu com o desmatamento e detém de pouca vegetação nativa, um resultado da presença dos monocultivos na região e a inexistência de áreas de reservas do Estado.

O programa *Google Earth Pro* permite a quantificação da área mapeada, assim nesse geoprocessamento detectamos o desmatamento de 370 hectares em Ladeirinhas “A” entre 2012 e 2024. O desmatamento ainda está em marcha, observamos em campo novas áreas desmatadas, principalmente pelo agronegócio do eucalipto. “A exploração florestal foi, a partir da década de 1980, um dos setores mais criticados pelos ambientalistas em nível mundial, no contexto das preocupações em torno do aquecimento global” (Lima et. al., 2017, p. 28). Dessa maneira, a destruição das diferentes vegetações naturais de Ladeirinhas “A” e Japoatã devem ser vistas com um olhar ambiental crítico.

Segundo Barbosa et. al. (2019, p. 70), a escolha “por esse modelo de produção, caracterizado por um padrão monocultor e intensivo no uso de insumos e de mecanização, fomentou a formação dos chamados complexos agroindustriais e causou uma série de impactos sociais e ambientais”. Assim, o processo de descampenização que concentra as terras em Ladeirinhas “A” nas mãos do modelo monocultor, destrói também os ecossistemas locais, afetando o meio ambiente, destarte um problema socioambiental.

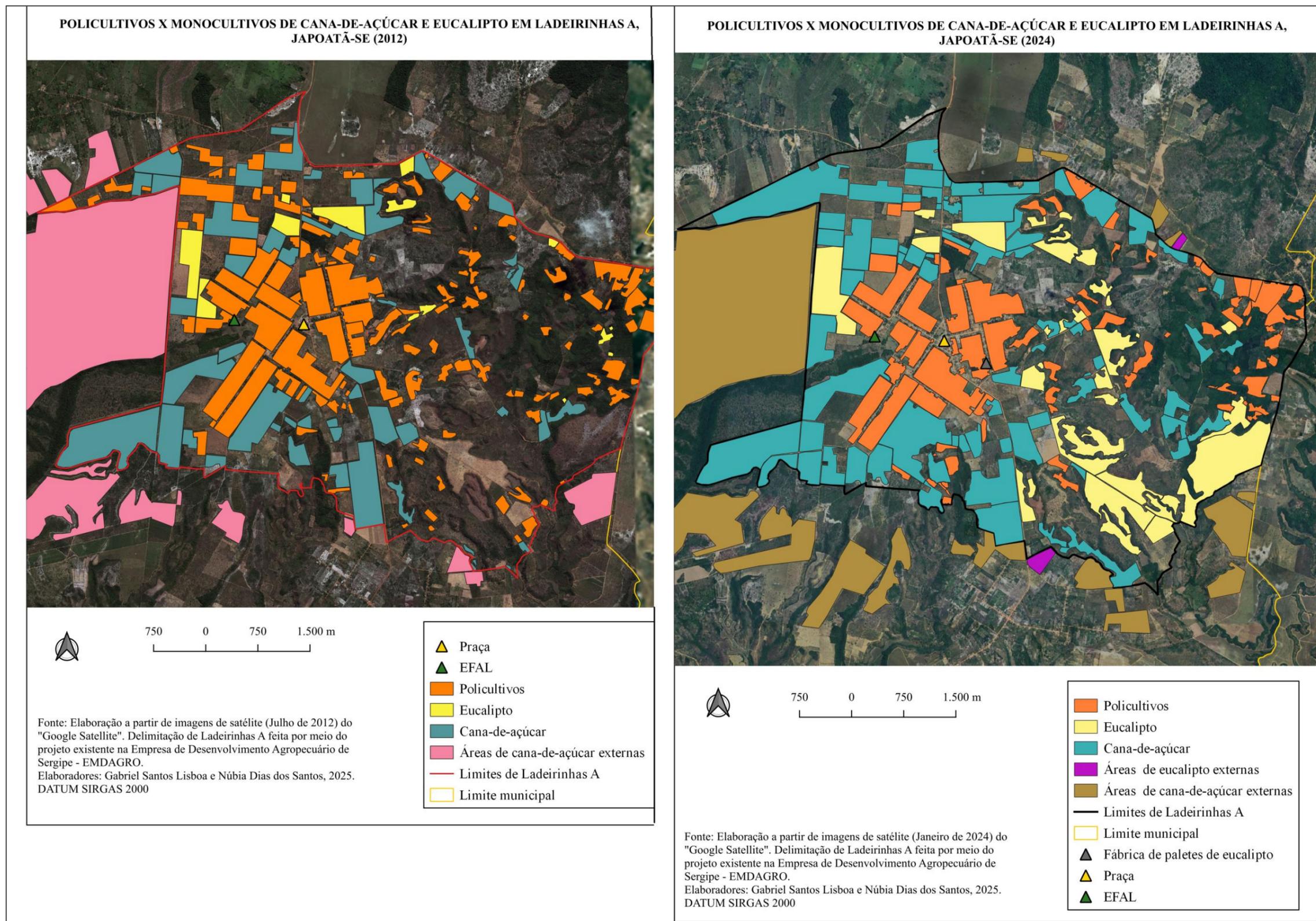
Para analisar a dinâmica dos policultivos e dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto de forma espacial e temporal, foi construído outro mapa das imagens mais recentes no território de Ladeirinhas “A” (Figura 20). O comparativo dos mapas estará em sequência (Figura 21).

Figura 20: Ladeirasinhas “A”, Japoatã/SE – espacialização dos policultivos versus monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto em 2024.



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

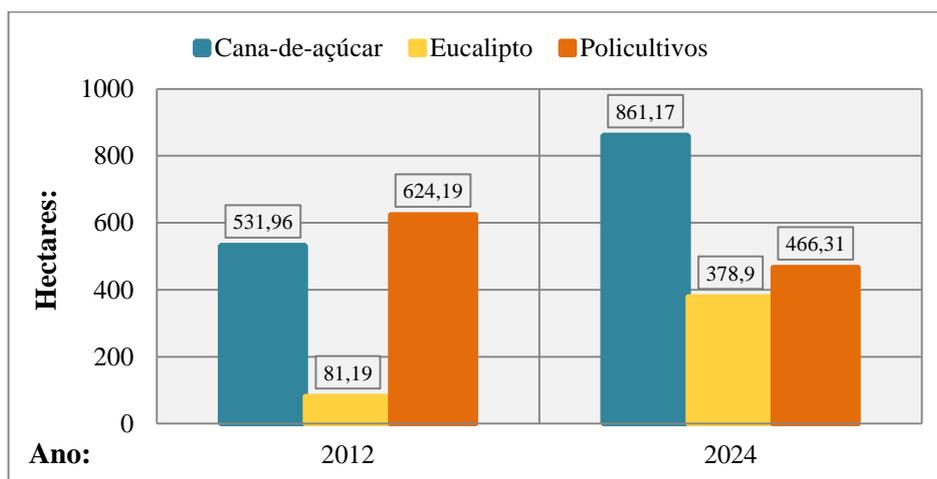
Figura 21: Ladeirasinhas “A”, Japoatã/SE – espacialização dos policultivos versus monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto em 2012 e 2024.



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Os mapas retratam a espacialização das áreas de policultivos versus monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto Ladeirasinhas “A” em 2012 e 2024. Na produção cartográfica dos mapas, no *Google Earth Pro*, tivemos a oportunidade de quantificar as áreas mapeadas (Gráfico 5).

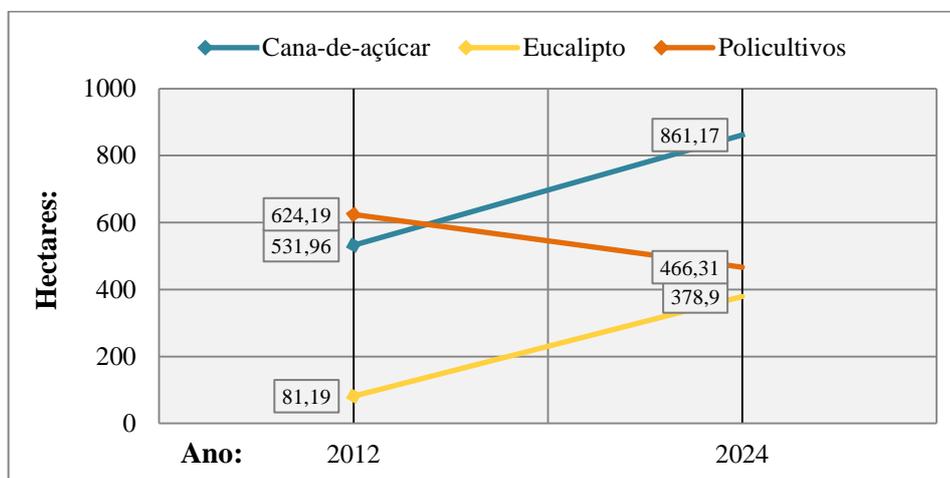
Gráfico 5: A relação entre as áreas ocupadas com cana-de-açúcar, eucalipto versus os policultivos em Ladeirasinhas “A”, Japoatã/SE, entre 2012 e 2024.



Fonte: Organização dos autores, 2025.

É perceptível o quanto as monoculturas da cana-de-açúcar e eucalipto se expandiram em contraposição as policulturas que perderam espaço. Em outra representação, tem-se essa mesma relação apresentada em linhas no gráfico 6.

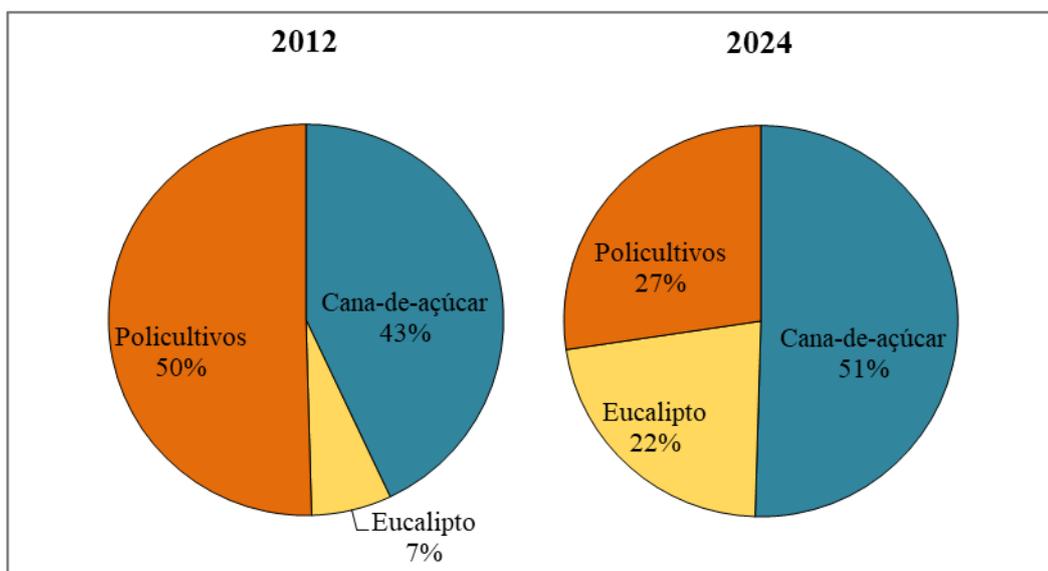
Gráfico 6: Direções lineares da cana-de-açúcar, eucalipto e policultivos em Ladeirasinhas “A”, Japoatã/SE, entre 2012 e 2024.



Fonte: Organização dos autores, 2025.

Notável são as direções de crescimento dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto em Ladeirashas “A”, em contrapartida aos policultivos que tomaram posição acentuada de queda. Isso é preocupante para a diversidade da produção de alimentos na comunidade. Em consequência, também elaboramos gráficos percentuais em formato de pizza no *Excel 2010* (Gráfico 7), para elucidar o contexto retratado.

Gráfico 7: Dados relativos da produção de cana-de-açúcar, eucalipto e policultivos em Ladeirashas “A”, Japoatã/SE entre 2012 e 2024.



Fonte: Organização dos autores, 2025.

Com a visão apresentada no gráfico 7, pode-se perceber que no mapeamento de 2012 os policultivos representaram 50% da amostra analisada, enquanto a cana-de-açúcar ocupava 43% e o eucalipto 7% das coberturas georreferenciadas. Já em 2024, o Eucalipto dá um salto quantitativo de 15% (o maior), e a cana com aumento de 8 % se torna mais que a metade dos cultivos mapeados em Ladeirashas “A”. Ocorrendo uma redução de 23% das áreas de policultivos no território da comunidade.

Ao perguntar a uma camponesa de 52 anos da família de um dos fundadores da comunidade, sobre como ela vê a chegada do eucalipto em Ladeirashas “A”, ela exclamou:

Muito forte. A chegada do eucalipto é muito forte. Inclusive hoje tem uma fábrica que constrói palites, né, de eucalipto. E Ladeirashas hoje transformou a vegetação dela, que era muito murici, muita mangabeira, era muito cajuzeiro, um cajuzinho que era gostoso demais. Hoje não tem mais porquê a cana-de-açúcar e os eucaliptos tomou o espaço. E hoje é difícil a gente encontrar um pé de mangabeira (M. E., Ladeirashas “A”, 2025).

De tal maneira, os mapas mostram que a monocultura da cana-de-açúcar circunda Ladeirasinhas “A” e ocupa área dentro do seu território, seja pela subordinação dos camponeses ao capital pelo setor sucroalcooleiro, seja pela ação do capitalista no campo que compra e arrenda terras para o monocultivo (Figura 22). Em linhas semelhantes, o eucalipto se alastra, principalmente pela fábrica de paletes¹⁰ que se instaurou em Ladeirasinhas “A”, pois essa empresa vem desmatando terras para a monocultura citada. Assim, perdemos em biodiversidade de plantas nativas como ditas no relato da camponesa anterior.

Figura 22: Monocultivo de cana-de-açúcar em Ladeirasinhas “A”, Japoatã/SE, 2024.



Fonte: Acervo pessoal dos autores, Registro de campo, 2024.

A cana-de-açúcar se expandiu desenfreadamente, na imagem anterior, a monocultura se encontra próxima às residências da comunidade Ladeirasinhas “A”, onde se pode ver policultura nos quintais. Dessa maneira, o setor sucroalcooleiro “é capaz de avançar sobre as áreas de agricultura familiar, seja autorizada pelo poder público com articulação política, seja pelo cultivo de cana-de-açúcar em áreas próximas aos pequenos agricultores” (Gosch et al., 2014, p. 338).

O Estado passou a ser o principal financiador do processo expansionista canavieiro, intervindo diretamente no preço da terra (arrendamento e parcerias dos produtores), concedendo grandes áreas para instalação industrial, isenção de impostos e benefícios fiscais (Britts, Silva e Abrita, 2016). A política agrícola praticada no Brasil, considerando a produção agropecuária brasileira, o que se planta e a qual mercado de destino, visou, por meio das leis e dos programas públicos de financiamento como o Proálcool e os incentivos fiscais e

¹⁰ Paletes são estruturas de madeira usadas como base para transportar e armazenar mercadorias.

financeiros, o apoio à grande produção desde antes e à época da ditadura militar (Duval, Ferrante e Bergamasco, 2015).

De acordo com Barreto e Junior (2012), o discurso do agronegócio canavieiro sobre a geração de emprego e renda, se destaca por ser inserido em todos os processos de territorialização, que amparados nas fragilidades de cada município, e por meio dos interesses econômicos e políticos que regem o poder público municipal tem expandido seus canaviais.

Porém, essa justificativa da monocultura da cana-de-açúcar sobre a geração de emprego e renda é criticável. Nessa vertente, Maximino Lelis & Avelino Júnior (2017), refletem que a monocultura da cana-de-açúcar proporciona impactos sociais em decorrência da sazonalidade da maioria dos empregos gerados por esse setor, além disso, ocorre exploração dos trabalhadores rurais, desarticulação de comunidades rurais, ampliação da concentração de renda e de terra. Para esses autores, isso gera uma dificuldade para o desenvolvimento do campesinato e influencia na redução das áreas e das produções dos outros tipos de cultivos, reduzindo a diversidade de alimentos. Além disso, segundo os camponeses:

Agora, eu não sei não, a cana, [...], eles acham que dá lucro, mas a cana, eu acho assim, a cana não é um produto assim, da pessoa poder, porque vai para o usineiro, ele só corta quando quer e tem vontade. [...]. O caba perde, porque ele não vai deixar de colher a dele, vai vir colher do pobre? E o povo só sai perdendo na cana, só sai perdendo. Eu observei aí um dia que teve um monte assim, ficava chorando, com o preço do adubo e tudo, estavam chorando porque eles que perderam a cana (J. S., Ladeirashas “A”, 2024).

Tal observação ressaltada pela camponesa é consenso entre os camponeses da comunidade. A produção da cana-de-açúcar é arriscada e de alto custo em razão do uso e dos preços de insumos químicos quando na lógica do monocultivo. As usinas são as que saem lucrando, os camponeses que plantam cana-de-açúcar acabam sendo subordinados a dinâmica dos preços e ultimamente em Ladeirashas “A” os produtores tiveram prejuízos.

É relevante pontuar o impacto ambiental local. Conforme Britts, Silva e Abrita (2016, p. 69), ao “analisar a queima da palha da cana-de-açúcar, nota-se que ao passar dos anos ela se tornou uma técnica muito utilizada como forma de espalhar a palha, facilitando o manuseio e diminuindo custos”. A queima da palha da cana-de-açúcar é recorrente em Ladeirashas “A”, impactando os ecossistemas e a sociedade circundante.

Por sua vez, a monocultura de eucalipto desterritorializa os camponeses afastando-os do campo por ocupar imensas áreas e ter limitada geração de empregos. Os camponeses submetidos a essa ofensiva enfrentam diariamente seus impactos e a formação de desertos

verdes de eucalipto impacta a sociedade de modo geral, a partir do esvaziamento do campo e do inchaço urbano, da poluição ambiental, entre outros (Lima et. al., 2017).

De maneira semelhante, segundo Assis (2014), os monocultivos de cana-de-açúcar para a produção de agrocombustíveis representam uma expansão das bases de acumulação de capitais e de controle territorial, da mesma forma que engendram formas de dependência como a subordinação de pequenos agricultores, a espoliação de populações camponesas, a mercantilização da natureza e a subserviência ao capitalismo. Assim:

Na trilha desse processo contínuo, pode-se dizer que o avanço da monocultura de cana para produção de agrocombustíveis representa uma forma contemporânea dos métodos da acumulação primitiva, que compõe a escalada de destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água), bem como impulsiona a degradação de ecossistemas e habitats, transformando-os em objetos da exploração agrícola através do emprego de práticas intensivas (Assis, 2014, p. 293).

No contexto de Ladeirinhas “A”, o avanço do capitalismo no campo ocorre por meio das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto. Dessa maneira, ocorre a subordinação dos camponeses, a difícil permanência no campo e a destruição da natureza. Além disso, o “manejo indevido do solo, por um longo período, pode trazer consequências com o esgotamento das reservas orgânicas e minerais, transformando o solo em terras de baixa fertilidade” (Britts, Silva e Abrita, 2016, p. 69-70). Destarte, futuramente a comunidade corre o risco de possuir solos não agricultáveis.

Hoje é evidente o risco para o campesinato de Ladeirinhas “A”, que com a expansão desses monocultivos vê o avanço capitalista concentrando as terras do território da comunidade. Tal contexto pode desencadear um processo de descampesinização como ressaltado por Wanderley (1996).

Nas entrevistas do trabalho de campo, ao ser questionado sobre como ele vê a situação do campesinato de Ladeirinhas “A” em relação às monoculturas desse estudo, um jovem camponês de 24 anos respondeu:

Rapaz, eu acredito assim, os agricultores estão sendo sufocados, porque até na questão do trator ficou difícil achar o trator para arar sua terra e se o cara for limpar tudo de enxada o cara não aguenta não (L. S., Ladeirinhas “A”, 2025).

Tal camponês percebe a crescente presença das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto como elementos negativos para a agricultura camponesa levando em consideração o

desafio ao acesso a maquinário agrícola por conta do monopólio monocultor que finda agregando as máquinas e inflamando os preços do seu uso.

Com a mesma questão indagamos para a camponesa R. R.: “como à senhora vê a situação do povo da roça em relação às monoculturas da cana-de-açúcar e do Eucalipto em Ladeirinhas “A”? É... já refletiu sobre essa questão?”.

Eu já. E assim, quando a gente começa a conversar sobre isso, né, a gente sente que os trabalhadores, eles não têm consciência do processo, né, de degradação, de prejudicial para os futuros filhos, para os netos, porque Ladeirinhas recebeu essa terra, né, não foi de mão beijada, porque o processo aqui os trabalhadores pagaram, né. Mas o que a gente viu aqui em Ladeirinhas foi os agricultores vendendo seu lote grande, né, (que a gente chama de lote grande) para a monocultura da cana. Então assim, eu acredito que o agricultor ele não tem uma preocupação com o avanço da monocultura, tanto da cana quanto do Eucalipto. Não se preocupa se vai passar fome, porque se a gente não plantar uma diversidade, a gente sabe se vai faltar, em algum momento vai faltar. Se der crise, se cair o preço da cana (R. R., Ladeirinhas “A”, 2024).

Ela ressalta uma falta de consciência por parte dos produtores dos monocultivos. E também deixa em evidência a dificuldade de ter o acesso à terra que foi comprada pelos camponeses/as fundadores/as. Além disso, apontou o risco de crise pela monocultura ser uma produção de economia vulnerável. Em consequência exclamamos: “e assim, o eucalipto também está em expansão aqui”. Ela respondeu:

Demais. Agora começou mesmo, dá para perceber, né, que alguns lotes grandes que já estão cheios de eucalipto. Pronto, uma coisa que a gente via muito forte aqui era a mandioca. Todo mundo tinha três tarefas de mandioca para vender e hoje você procura e não tem. Ninguém planta, mas ninguém se tem. Tem um grupo ainda que ainda planta, mas é muito reduzido ao nível que a gente tinha antigamente. O que a gente viu aí de coqueiro sendo derrubado para plantar cana, né (R. R., Ladeirinhas “A”, 2024).

A percepção da camponesa em relação ao pessoal que plantava mandioca e passou a diminuir por conta dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto corrobora com os mapas de 2012 a 2024 na questão da redução dos policultivos em Ladeirinhas “A”. O que era “muito forte” como a mandioca e “hoje você procura e não tem” gera preocupação por ser um enfraquecimento do campesinato policultor causado pelo agronegócio monocultor.

Sobre a questão do agrotóxico, ao observarmos as pessoas que trabalham aplicando veneno em cana-de-açúcar, constatamos que alguns são de Ladeirinhas “A” e de outras comunidades de Japoatã, que o trabalho é clandestino, temporário e sem o uso adequado de equipamentos de proteção individual. Refletindo sobre isso, uma das primeiras moradoras da

comunidade reclamou que seu filho estava trabalhando como aplicador de veneno na cana-de-açúcar, sem ela ter o conhecimento.

Trabalhava na cana, meu irmão. [...] trabalhou sete anos na cana. Na cana, sete anos, como cortador de cana. Cortador de cana. Se acorda três horas da manhã pra chispar no mundo. E outra, ele tava amuando com veneno, e eu não sabia. Era e ó, depois, ele começou a poucar os pés. E, ó, depois, foi que me disseram que ele tava trabalhando com veneno. Veneno, ó. Foi, pegou um atestado e foi pro médico. Chegou lá, o médico passou o exame, passou muito remédio. Hum, e até o ano passado ele ainda foi tirar mais. Ele tirou até, como é que chama? Ressonância. Foi, foi um tratamento sério (J. S., Ladeirinhas “A”, 2024).

Isso é preocupante, então fomos até a secretaria de saúde do município, na sede de Japoatã, atrás de informações e dados sobre os tipos de internações que envolvem questões sobre agrotóxicos ou acidentes no campo no manejo das monoculturas da cana-de-açúcar e eucalipto. Fomos ao hospital, mandaram irmos ao secretário de saúde, fomos, o secretário mandou irmos a outro setor, fomos. Após, findaram declarando que não possuem dados sobre as internações.

Sobre isso, o conhecimento que temos é um caso de morte na monocultura da cana-de-açúcar em 2023 na comunidade Ladeirinhas “A”. Pessoas conhecidas que acabaram passando mal no manejo de agroquímicos, indo ao hospital, assim como nos relataram. No hospital de Japoatã, a enfermeira informou a ocorrência de pessoas serem atendidas com ferimentos de facão no corte da cana-de-açúcar é comum.

Sobre o uso de agrotóxicos, segundo Carson (1969) prevalece à ignorância humana e seus impactos na natureza, devido a fatores econômicos. Para a autora, a relação de animais com variedades de plantas faz um ciclo perfeito de vida, porém surge uma preocupação cada vez maior, porque o efeito tóxico se alastra pelos ecossistemas da Terra. Em Ladeirinhas “A”, com a expansão dos monocultivos, o uso de veneno é visto cada vez mais e facilmente, vimos no eucalipto ser aplicado com uso de *drone* e vimos na cana-de-açúcar com trator, vimos e sentimos o cheiro do veneno.

Essa preocupação deve ser pensada como uma reflexão da importância socioambiental do campesinato em Ladeirinhas “A” desde sua gênese e também com projeções de futuro embasadas no processo político que influencia o modo de vida do campo por meio de associações, cooperativas e atuação do poder público. No entanto, é importante pensar formas de empoderamento do campesinato em Japoatã, pois o problema é visível, mas e a solução?

A solução dos problemas socioambientais causados pelo modelo monocultor no espaço agrário brasileiro se alinha com o que está escrito nas ODS da Agenda 2030 da ONU,

já que essa agenda visa mitigar os impactos ambientais, ressaltando a importância dos povos tradicionais e seu necessário fortalecimento. Por isso que o campesinato tem de ser fortalecido, seja em Ladeirashas “A”, em Japoatã, em Sergipe, no Brasil ou em qualquer outro país do mundo.

Atualmente, ao irmos a campo revendo o contexto do avanço monocultor na comunidade Ladeirashas “A”, observamos a crescente das plantações das monoculturas da cana-de-açúcar e, principalmente, do eucalipto que hoje em dia recebe força de uma agroindústria. Dessa maneira, podemos notar lotes de terra sendo desmatados completamente para o plantio do eucalipto.

CAPÍTULO 4: O CAMPESINATO EM JAPOATÃ/SERGIPE

O presente capítulo tem o intuito de identificar elementos socioambientais do modo de vida camponês e refletir possibilidades de empoderamento do campesinato com relação aos impactos socioambientais causados pelas monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto em Japoatã/Sergipe. Para isso, realizamos uma discussão correlacionando o quadro referencial teórico desse estudo com as entrevistas realizadas em campo na EFAL, na comunidade Ladeirasinhas “A” com camponeses/camponesas, na Associação dos Moradores do Povoado Ladeirasinhas “A” (AMPLA), na Cooperativa de Agroecologia e Agricultura Familiar de Japoatã (COOFAMJAP), na Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) de Japoatã e nas secretarias municipais de Agricultura e Meio Ambiente.

4.1 A cultura camponesa de Ladeirasinhas “A”, sua formação histórica e questões atuais

É importante refletir a história e o desenvolvimento da comunidade Ladeirasinhas “A”, como no contexto atual esse território sofre com a expansão dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto. Para tanto, partimos do entendimento do lugar para ressaltar a singularidade do campesinato e refletir sobre os caminhos para fortalecer esse modo de vida pautado na conservação da natureza e na sua simbiose. Uma camponesa relembra a gênese do Projeto Ladeirasinhas citando a Superintendência da Agricultura e Produção (SUDAP), em que,

Ladeirasinhas “A” foi um projeto do governo [...]. O sindicato trazia a notícia que o governo ia sortear as terras para os agricultores. E assim eu acompanhava meu pai nas reuniões e via, né. Quando eu chegava em casa, minha mãe não gostava dessa ideia nem meus avós, a gente morava perto dos meus avós. Porque dizia que ia ser o comunismo. Ia ser o comunismo que a gente vinha sofrer aqui. Mas na verdade foi diferente. Aqui é uma terra boa, dá de tudo, né. E graças a Deus e o projeto Ladeirasinhas “A” então surgiu assim. Ela trouxe a notícia, o pessoal se escreveu, foram sorteados. Era um pessoal do governo conhecido como SUDAP, que trabalhava por aqui com os agricultores. Meu pai foi um dos sorteados, ganhamos o lote e viemos trabalhar aqui. Onde outros agricultores também de outras cidades do estado de Sergipe vinheram também (M. E., Ladeirasinhas “A”, 2024).

Como relatado pela entrevistada M. E. e identificado em um traslado de escritura de compra e venda da terra (Anexo 2) de Ladeirasinhas “A”, o projeto foi organizado pelo Estado de Sergipe que loteou e sorteu os parcelamentos de terra. Segundo a camponesa M. E., o contato e as reuniões com os camponeses eram organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Japoatã. Importante ressaltar que as terras foram pagas pelos camponeses, então o meio de acesso a terra foi por compra e venda. Ao questionar se a camponesa lembrava quanto foi pago pela terra ela respondeu:

Pior que não, era em cruzado, cruzado, sei lá, um negócio assim. Cruzeiro, era em cruzeiro. No início meu pai pegou dinheiro no banco, saíram os empréstimos para o pessoal começar a trabalhar. A terra era fraca, tinha que ter adubo e como pequeno agricultor não tinha como comprar. Todo mundo pegava esses empréstimos e começava a trabalhar. Comprava adubo, comprava esterco. E para poder dar alguma coisa na terra, que a terra até então não tinha sido produtiva. Ela começou depois que loteou aqui. Aí era assim. Para fazer a casa também, pegou também o empréstimo, o pessoal pagou. Na época até o governo reduziu a quantia, baixou para o pessoal poder ter como pagar. Que ninguém tinha como pagar (M. E., Ladeirinhas “A”, 2024).

Apesar da camponesa não recordar o preço pago na compra da terra mediada pelo Governo Estadual, o documento da terra de seu pai contém informações relacionadas a essa questão. O pagamento se processou durante anos através de empréstimo com o banco do Nordeste (Anexos 4 e 5). O preço pago pela terra foi de Cr\$ 48.653,00 (quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros) pagos parcelados a instituição financeira no período do empréstimo entre 1986 e 1994. Esse processo se aproxima com um projeto que mais tarde ficou conhecido como Cédula da Terra (Brasil, 1998).

Em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso se criou o Projeto Cédula da Terra e o Banco da Terra visando implantar uma autêntica contra reforma agrária via mercado como afirmam as lideranças dos movimentos sociais (Oliveira, 2007). O Programa Cédula da Terra representou um marco na introdução da lógica de mercado nas políticas fundiárias brasileiras ao privilegiar o acesso à terra mediante compra financiada e negociação voluntária, deslocando a centralidade do Estado como agente redistributivo e acentuando a subordinação da reforma agrária à racionalidade financeira.

Além disso, podemos relacionar a gênese da comunidade ao conceito recente de financeirização do território¹¹ na qual os ativos territoriais como a terra, a moradia, os recursos naturais e a infraestrutura, são convertidos em mercadorias e instrumentos de valorização do capital financeiro. Pois, o Projeto de Colonização Ladeirinhas foi organizado pelo Governo do Estado em parceria com o setor financeiro. Foram desmembrados da chamada Fazenda Ladeirinhas 370 lotes e vendidos por meio do Banco do Nordeste, levando em conta o preço pago por lote na época de Cr\$ 48.653,00 (quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros), teremos um total de Cr\$ 18.001.610 (dezoito milhões, um mil, seiscentos e dez cruzeiros).

¹¹ Montenegro (2017, p. 95) traz a financeirização como um processo de individualização que condiciona os indivíduos a assumir responsabilidades e riscos financeiros, visto que benefícios providos outrora pelo Estado são substituídos por investimentos e previdências e seguros privados.

Além do acesso a terra, outras questões são relevantes sobre a chegada e continuidade do campesinato ao longo dos anos. Dessa maneira, questionamos como foi o desenvolvimento da comunidade Ladeirashas “A”. Em resposta a camponesa faz referência a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Sergipe (EMATER-SE)¹².

A gente na época, a gente morava na comunidade aqui vizinha chamada Currais. A gente foi os últimos a vir para cá. Porque meu pai vinha cá, a gente trabalhava e voltava. Por conta que era perto. Mas outras pessoas que vinham de longe moraram em barraco de palha, cama de vara, mesa de vara, essas coisas assim. Porque eles não tinham condições de voltar e nem tinham transporte. Aí tinha que viver nessa situação precária, pegava água do poço. Uns poços que tem d'água vermelha. Só que aí depois, aí o governo mandou cavar um poço, colocou chafariz, colocou energia, fez duas salas para começar a escola, fez um postozinho de saúde que nunca chegou médico [...]. Aí começou assim a se desenvolver. Aí depois, saiu a SUDAP e veio a EMATER-SE. Aí começou a trabalhar com um grupo de jovens, tinha cursos, fazia grupos para ensinar o povo a criar, criar galinha. [...] Os agricultores tinham muitas reuniões com esse pessoal do governo, para ir aprendendo com os técnicos. Que tinha o engenheiro e tinha o técnico [...]. Então eles vinham mostrando como trabalhar o que dava na terra. Porque aqui em Ladeirashas eles tinham um local de experimento. [...] teve um tempo, que o pessoal já morando aqui, na seca de 1980 foi uma fome danada. O pessoal aqui não tinha nada, não tinha manga, não tinha nada. Hoje, graças a Deus, tem uma riqueza. Mas não tinha nada. E algumas pessoas iam pedir nas comunidades vizinhas. E outros se valiam com o que tinha, com feijão de corda, um maxixe e assim foi passando. E a crise passou, graças a Deus. E hoje todo mundo é rico, de tudo tem aqui em Ladeirashas, tem o coco, tem a mandioca, tem a manga, o abacate, a jaca. Graças a Deus a gente já plantou e hoje todo mundo tem (M. E., Ladeirashas “A”, 2024).

O relato demonstra como no início foi difícil à imigração das famílias camponesas para o Projeto Ladeirashas “A”, principalmente aqueles que chegaram de longe e tiveram de residir em moradias improvisadas. A instalação do poço artesiano e a energia elétrica foram importantes para a consolidação do desenvolvimento da comunidade. As instalações de equipamentos sociais relevantes, como a escola e o posto de saúde (que na época não tinha médico), também foram passos necessários.

Podemos perceber que houve a atuação da EMATER-SE com assistência técnica para os camponeses da época. Hoje, a responsável é a EMDAGRO, que será discutida mais a frente. Dentro desse contexto, os camponeses começaram a cultivar a terra e plantar diferentes tipos de cultivos. Em 1980, houve uma época de fome, que foi sanada pela resistência dos camponeses. “E hoje todo mundo é rico, de tudo tem aqui em Ladeirashas, tem o coco, tem a mandioca, tem a manga, o abacate, a jaca” (M. E., Ladeirashas “A”, 2024), principalmente na região da sede do povoado.

¹² A reforma administrativa de 1991 extinguiu a SUDAP e levou à transformação da EMATER-SE em Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO (SEAGRI, 2024).

Em consequência questionamos os camponeses e camponesas entrevistados/as como se realizavam os trabalhos nas roças no início da história de Ladeirinhas “A” com a finalidade de entender a agricultura camponesa na época da instalação da comunidade. Uma moradora antiga ressaltou que:

As roças aqui, era um mutirão. Eu mesmo tinha um mutirão de dez homens, era quando cresceu aqui. Eu fazia um mutirão, porque eu, trabalhando na cana, eu tinha roça, pra tratar dessa roça, agora escuta. E aí, eu e meu filho, pagava o dia de um homem, porque eu só achava que não pagava, né. Meu filho com treze anos, aí eu levava, era ele, meu filho, pra pagar quando era no mutirão deles. Então, a gente ia. E eu sei que esse mutirão foi crescendo, e eu trabalhando assim (J. S., Ladeirinhas, 2024).

Esse trabalho comunitário faz parte das características do campesinato. Como o trabalho no campo possui momentos com a necessidade de mão-de-obra intensa, a organização das famílias em grupos coletivos para sanar os desafios. “É, eu fui trabalhar no mutirão. Eu vinha para cá fazer as comida e levar as panelas cheias de comida pro povo. E lá só ajudava um ao outro. [...] Hoje está mais difícil, né” (N. V., Ladeirinhas, 2024). Entretanto, segundo relato da outra camponesa, os mutirões camponeses foram desaparecendo e hoje é difícil perceber essa forma comunitária de cultivar em Ladeirinhas “A”.

Levando em consideração Santos (1978), que resalta os projetos de regulamentação fundiária do governo como integrados a lógica latifundiária, podemos pensar o projeto Ladeirinhas com a intencionalidade dos agentes públicos e privados para a manutenção da população rural nessa determinada área onde havia a usina sucroalcooleira Santana nas proximidades e, ainda, anos depois se fundou ali perto o Projeto Platô de Neópolis que necessita de mão-de-obra de quem tem conhecimento em agricultura, os camponeses.

4.2 A função social da propriedade da terra camponesa em Ladeirinhas “A” (Japoatã/SE)

Segundo o artigo 1 da Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 da constituição Federal brasileira à “propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei” (Brasil, 1964). Isso significa que a terra deve ser utilizada de forma a atender às necessidades da sociedade, com produtividade de alimentos, preservação ambiental e bem-estar social.

Porém, apesar da propriedade da terra ser estritamente relacionada a uma função social de bem-estar coletivo, as famílias camponesas de Ladeiras “A” tiveram de pagar para ter acesso as suas parcelas de terra. Isso é uma inversão, pois para o cumprimento social da terra o camponês necessitou pagar individualmente para realiza-lo. Conforme aponta Oliveira (2007), trata-se de um modelo que, longe de confrontar a estrutura fundiária desigual, a reproduz sob nova forma, transferindo o ônus da terra aos camponeses e convertendo o direito em dívida.

Como sabemos, o campesinato brasileiro cumpre a função social da terra em produzir alimentos, geralmente de forma orgânica e agroecológica. Sobre o papel dos camponeses de Ladeiras “A”, no processo de plantar e colher alimentos e na criação de animais, elaboramos duas nuvens de palavras a partir das entrevistas realizadas na comunidade (Figuras 23 e 24).

Figura 23: Principais cultivos agrícolas realizados pelos camponeses de Ladeiras “A”, Japoatã/SE, 2025.



Fonte: Organização dos autores, 2025.

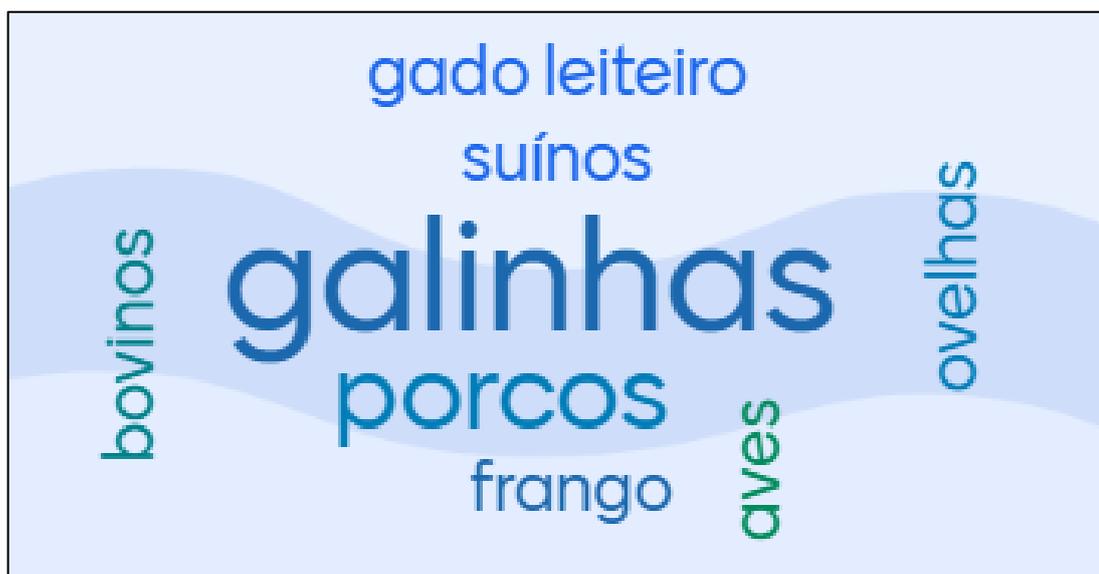
A figura 23 elucida uma representação dos cultivos que os camponeses plantam ou já plantaram. Quanto maior a palavra na nuvem, mais numerosa foi sua repetição nas

entrevistas. Dessa forma, a mandioca, a macaxeira, o feijão, o milho, o maracujá, o inhame, o amendoim e o coco foram as culturas mais ressaltadas.

Segundos as camponesas, “a gente planta mandioca, a gente não vende, no caso a mandioca faz farinha. Nós desmancha faz as tapioca, faz bolo, essas coisas” (M. J., Ladeirinhas, 2024) e “pra comer mandioca ou macaxeira. Macaxeira é bom demais, feijão. Mas esse ano quero plantar maracujá. Hoje em dia tá sumindo. Quero plantar macaxeira e maracujá. Maracujá tá caro. E feijão, né. Maracujá tá caro, né.” (J. S., Ladeirinhas, 2024).

Além dessas culturas enfatizadas pelas camponesas, outras aparecem formando uma diversidade de gêneros alimentícios como a abóbora, a batata, a jaca, a laranja, hortaliças, o caju e a manga. Esse policultivo é observado principalmente na sede da comunidade, onde estão os quintais produtivos dos camponeses e camponesas. Já que mostramos alguns dos tipos de cultivos, vamos refletir também os tipos de criações de animais na comunidade a partir dos relatos dos entrevistados (Figura 24).

Figura 24: Criações de animais em Ladeirinhas “A”, Japoatã/SE, 2025.



Fonte: Organização dos autores, 2025.

Dentre as criações, os animais de pequeno porte como a de aves (galinhas) foi a mais citada pelos campesinos e campesinas, mas também a criação de suínos, bovinos e ovinos foram listadas. Como as respostas foram colocadas na nuvem de palavras na íntegra, obtivemos respostas repetidas com diferentes termologias como bovinos e gado leiteiro, especificamente, aves, galinhas e frango, além de porcos e suínos.

Observando a realidade dos assentamentos rurais, Navas, Hirai e Oliveira (2021) ressaltam a relevância dessas áreas pela diversidade de culturas e criações de animais, pois isso reduz gastos com a compra de alimentação externa, industrializada e ultra processada. Assim, para os autores essas roças diversificadas contribuem para a alimentação saudável de fácil acesso às famílias, como pela variedade de produtos para venda, principalmente nos circuitos curtos de comercialização como as feiras livres, além de complementar a renda dos agricultores.

Segundo Chayanov (1981), a renda nas unidades familiares camponesas deve ser compreendida para além da ótica mercantil, pois uma parcela significativa da produção destina-se ao autoconsumo. Nesse modelo, o trabalho visa prioritariamente à subsistência do grupo doméstico, sendo a comercialização de excedentes uma atividade complementar e condicionada às necessidades da família.

Em Ladeiras “A” é da mesma maneira, a produção de alimentos diversificados na roça realizada pelos camponeses contempla uma variedade de produtos a serem consumidos pelas famílias da comunidade, assim como para a doação entre parentes e amigos, e vendidos nas feiras livres de forma acessível à sociedade trabalhadora tanto do campo quanto da cidade.

A soberania alimentar, além da distribuição de alimentos, se situa em ter qualidade nutritiva na segurança alimentar, com olhar essencial para como se realizam os processos sociais e culturais (Cubas, 2016). A produção de alimentos feita pelo campesinato em Japoatã é soberania alimentar na prática.

Nessa dinâmica, Primavesi (2020) orienta para a variação ao máximo nos cultivos. Logo a rotação de culturas, os cultivos consorciados e a adubação verde são indispensáveis para a manutenção de matéria orgânica no solo, a fonte de energia para equilibrar a vida da terra. Para a autora o que vale é comida e variedade, como o pessoal do campo fala: “bastante comida e muita mistura”.

Nessa vertente, a produção local camponesa gera a renda da terra. Essa renda então é dividida em renda de autoconsumo (Chayanov, 1981), o que é consumido pela família se torna economia em produtos de supermercado, por exemplo. E em renda monetária (Oliveira, 2007) quando a produção da roça é vendida a dinheiro aos feirantes, intermediários ou comercializada diretamente com o consumidor, seja na feira ou na residência do vendedor.

Na nuvem de palavras da figura 23 podemos perceber, em menor tamanho, a presença da cana-de-açúcar e do eucalipto. Logo, alguns camponeses também estão cultivando estes monocultivos, isso ocorre pela questão de viés econômico engendrado na crença que gera

dinheiro em grande volume. Dessa forma temos a subordinação dos camponeses, que ocorre pela própria necessidade do capitalismo no campo em acumular capital a partir do trabalho camponês:

É em função dessa estratégia do capital monopolista com relação à agricultura que grandes monopólios industriais em geral nunca produziram sob relações especificamente capitalistas no campo. Optaram por submeter os camponeses e os elos mais frágeis dos capitalistas do campo. Dessa forma, de certo modo abriram espaço para a expansão da produção camponesa, surgindo um camponês ultra-especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo. Um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado, esse mesmo Estado que de certa forma intervém no setor no sentido de buscar a sua regularidade. Um camponês altamente produtivo, cujo trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso, que inclusive necessita, dependendo do setor, entregar temporariamente parte do processo de trabalho para trabalhadores de empreitada, ou então entregar para os monopólios industriais a última etapa do processo produtivo: a colheita (Oliveira, 2007, p. 32-33).

Como acontece no caso do livro “Colonos do Vinho” de José Vicente Tavares dos Santos (1978) em que os camponeses tinham suas roças e produziam uva para o mercado e acabavam sofrendo com os preços baixos da agroindústria.

Então, no momento em que a mercadoria produzida pelo camponês realiza-se no mercado, apenas uma parcela do valor gerado pelo trabalho do camponês retorna a este sob a forma de dinheiro. Acontece que o valor extraordinário cristalizado no produto do camponês, como consequência da maior utilização de força de trabalho - que poderia teoricamente se plasmar em rendimento e renda territorial do próprio camponês converte-se em um sobretrabalho que será apropriado pelo capital industrial (Santos, 1978, p. 110).

Existe uma variedade de formas em que a produção camponesa escapa ao controle de quem a produziu, ou seja, do próprio camponês. Raras são as unidades camponesas que conseguem o autossustento quase completo, reduzindo ao mínimo ou tornando inexistente, as relações sociais baseadas na cessão de um tributo ou na reserva de uma parcela do produto colhido para ser vendido na feira (Moura, 1986). Por ser classe social (Oliveira, 2007), o campesinato tende a enfrentar os desafios de autonomia ou subordinação para continuar se reproduzindo contemporaneamente no sistema vigente e “a análise do campesinato a partir da economia familiar pressupõe considerar a flexibilidade que caracteriza a unidade de produção camponesa” (Valério, 2021, p. 260). E no caso dos camponeses que vendem seus excedentes na feira diretamente para a sociedade:

Mandioca, maracujá, goiaba, que teve muito, a gente vendia mesmo, não dava vencimento. [...] Eu vendia no Penedo. Eu vendia no Propriá. Nas feiras, nas feiras.

Eu andei muito negociando, meu amigo, a minha vida, a minha vida foi negociar. [...] Eu depois tomei uma queda da carroça, quebrei a munheca, pronto. Aí deixei de ir negociar. Mas a minha vida aqui não foi fácil, não. [...] Para a gente tirar as coisas. A gente trabalhava, mas não tinha assim, como é que se diz, não tinha assim uma certeza de vender aquela mercadoria, né. Ter uma certeza, uma mão certa para comprar (J. S., Ladeirashas, 2024).

O negócio marca um momento em que “o resultado de trabalho se materializa na agricultura, resultado visível para todo o grupo social, que pode acompanhar todos os seus momentos e percalços. Qualquer um sabe quem é trabalhador. É só olhar para seu sítio e roçado” (Garcia Jr, 1989, p. 165). A feira livre como mercado camponês também é traço da história da comunidade Ladeirashas “A”.

As discussões relacionadas a soberania alimentar devem ser centradas nos âmbitos das comunidades locais e regionais comparando com o nível global, por isso se torna fundamental abrir essas discussões para quem deveria de fato falar, os agricultores, para a formulação de estratégias e diretrizes, com menos imposições burocráticas, que ocasionem oportunidades, assim minimizando a subalternidade dos povos tradicionais e dos movimentos socioterritoriais (Cubas, 2016). Portanto, a soberania alimentar é conceito importante para a promoção da autonomia camponesa da mesma maneira que a autonomia camponesa é fundamental para termos a soberania alimentar.

4.3 A agroecologia japoatãense

Os camponeses têm suas atividades baseadas em outra lógica de reprodução para além da eminente capitalista, que busca a acumulação ampliada de capital. Sua organização social é caracterizada por formas específicas de relações de trabalho e apropriação da terra utilizando princípios do trabalho familiar buscando uma condição de vida e de reprodução de sua família, enquanto campesinos (Silva, 2019).

Para Lima et. al. (2017) as comunidades tradicionais como os camponeses possuem uma ancestralidade a partir da experiência histórica de convívio com a flora e a fauna, incluindo o próprio ser humano numa relação entre biodiversidade e sociodiversidade. Assim, podemos defender o campesinato um meio para a conservação ambiental no momento atual de crise ambiental quando fundado no modo de fazer agricultura de forma orgânica, diversificada e sem uso de venenos (Figura 25).

Figura 25: A policultura dos sítios em Ladeirashas “A”, Japoatã/SE, 2024.



Fonte: Acervo pessoal dos autores, registro de campo, 2024.

Percebemos a agroecologia em Japoatã nos policultivos de agricultura orgânica. Essa agroecologia se materializa em culturas como a do coco seco, da macaxeira, da mandioca, das fruteiras e hortaliças plantadas nos quintais, nos sítios e nas roças. Conversando com os camponeses verificamos que, geralmente, o coco, a macaxeira, a mandioca, além de outras culturas de Japoatã são livres de agrotóxicos. O uso de agrotóxicos pelos agricultores em Japoatã está ilustrado no quadro 5:

Quadro 5: Uso de agrotóxicos em Japoatã/SE (2006 e 2017).

Uso de agrotóxicos em 2006	Número de estabelecimentos
Utilizou	234
Utiliza - não precisou utilizar	106
Não utilizou	1291
Total	1631
Uso de agrotóxicos em 2017	Número de estabelecimentos
Utilizou	155
Não utilizou (total)	827
a) Não utilizou - não usa	810
b) Não utilizou - usa, mas não precisou utilizar	17
Sem dados	1
Total	983

Fonte: Censo agropecuário, IBGE 2017.

O quadro 5 mostra a utilização de venenos nos estabelecimentos agropecuários no município japoatãense nos censos agropecuários de 2006 e 2017 (o censo agropecuário de 1995 estava sem dados desta questão). Em 2006 14,34% dos estabelecimentos usaram agrotóxicos, 6,5% declararam fazer uso mas não utilizaram naquele ano, e 79,15% não utilizavam agrotóxico. Em 2017, 15,76% dos estabelecimentos fizeram uso de agrotóxicos e 84,21% não fizeram, equivalente a 827 estabelecimentos, que destes 97,95% não usa agrotóxicos e 2,05% utilizam, mas naquele ano não precisaram. Em dados absolutos, houve redução no número de estabelecimentos agropecuários que utilizam venenos na lavoura entre 2006 e 2017, mas em dados relativos (percentuais) ocorreu uma pequena elevação. Porém, o censo agropecuário mais recente, o de 2017, já tem oito anos, seria interessante dados atuais.

O uso de agroquímicos é intenso nas empresas privadas agrícolas, principalmente do Platô de Neópolis que está inserido no nordeste de Japoatã. Segundo Almeida (2023), o Platô de Neópolis é administrado por empresários do ramo da agricultura, integrantes da Associação dos Concessionários do Distrito de Irrigação do Platô de Neópolis (ASCONDIR), que organiza a produção e exportação agrícola.

Martins (2014), reflete que um saber agrícola e ambiental está desaparecendo, sendo trocado por um saber agrônômico direcionado exclusivamente para o curto prazo do lucro. Segundo o autor, o que é lucrativo neste ano agrícola pode trazer prejuízos econômicos em anos posteriores, o que fica sem ser pensado no cálculo moderno. Este cálculo moderno pode ser relacionado com o que Santos (2010, p. 87) ressalta:

A lógica do sistema capitalista é o mercado, é o movimento, é a circulação: tudo tem de ser sinônimo ou equivalente de riqueza que circula, de mercadoria. Os camponeses foram desenraizados para que o capital pudesse se apossar da terra e dar à terra um uso capitalista, ou seja, um uso moderno, racional. Ao mesmo tempo os camponeses foram desenraizados porque o capital precisava que os camponeses trabalhassem de outro modo, como operários, como assalariados, como vendedores de força de trabalho, portanto como donos de mercadoria, como equivalentes de mercadoria.

Diferentemente da prática da agricultura altamente dependente de agroquímicos, as práticas agroecológicas tem ganhado atenção como mecanismo para a promoção do desenvolvimento rural, por se utilizar de formas sustentáveis de produção, distribuição e geração de renda no modo de fazer agricultura (Navas, Hirai e Oliveira, 2021). Dessa forma, necessitamos de políticas públicas que favoreçam a agroecologia, as pessoas do campo estarão de “portas abertas” para uma troca de conhecimentos sobre agroecologia.

4.4 A percepção dos camponeses de Ladeirinhas “A” sobre a roça

Para compreender a realidade camponesa em Ladeirinhas “A”, além da análise dos dados existentes ou criados em gabinete, necessitamos escutar as percepções dos próprios sujeitos que vivem e se reproduzem no território. Para a Fenomenologia, a percepção dos sujeitos (Husserl, 1990), revela dimensões simbólicas, históricas. Já sobre os camponeses ouvimos sobre uso e manejo da terra, sobre os saberes tradicionais, as estratégias de resistência e formas de organização social (Santos, 2012), às vezes invisibilizadas pelos modelos hegemônicos de desenvolvimento rural.

As pessoas que participaram da entrevista na comunidade se identificaram como camponês/as, agricultor/a familiar ou agricultor/a. Ao perguntarmos aos camponeses/as sobre o que sabiam sobre o termo camponês/campesinato obtivemos respostas curtas como: “Camponês é aquela pessoa que trabalha da infância até hoje numa lida” (G. A., Ladeirinhas, 2025); “Eu já tinha ouvido falar em filmes e documentários. Nos filmes eles colocam os camponeses lá embaixo, tá ligado, os filmes” (L. S., Ladeirinhas, 2025); “Camponês eu sei que é da roça” (N. M. Ladeirinhas, 2025). E respostas longas,

eu fico assim um pouco confusa, né. Porque são muitos termos, mas eu acredito que você está no campo, trabalhar, né, na agricultura familiar, porque meu esposo trabalha também, tem um gadinho, tira leite um pouquinho, a gente vende, né, faz queijo pra família, então acredito que envolve, né, tudo isso, na agricultura familiar (R. R., Ladeirinhas, 2025).

Para tentar diminuir o impacto político da classe campesina que luta por um modelo de sociedade mais inclusiva, por terra livre diferentemente da proposta hegemônica de sociedade pensada pela elite econômica e política colocada em prática pelo Estado, que criou novas denominações para o camponês na perspectiva de destruir sua identidade e seu poder de pressão. Primeiramente, a negação do campesinato ocorre no período da Ditadura Militar quando o camponês recebe a denominação de produtor rural (Santos, 2010).

A partir da década de 1990, com o advento da nomenclatura agricultura familiar e política do Governo Federal a ela vinculada ocorreu o enfraquecimento do termo campesinato em função do avanço da racionalidade urbano-industrial e às ações do Estado interessadas em inserir uma conceituação para que possibilitasse a aplicação de políticas públicas. O conceito de Agricultura Familiar contribuiu para a destinação dos recursos públicos para amplos segmentos empresariais no/do campo, enquadrados nas distintas modalidades de agricultura familiar. Na prática, os camponeses são os menos beneficiados com a política de agricultura familiar em curso.

No Brasil, a concepção de camponês está associada ao atraso. Camponês atrasado, sinônimo de campo atrasado. E campo atrasado se traduz em ausência de um Estado de bem estar social de um lado, e a luta pelo acesso e permanência na terra pelos camponeses, de outro. A nomenclatura agricultura familiar traduz uma concepção mágica da mudança do mesmo sujeito social, que dorme camponês e acorda agricultor familiar. Nesse contexto, esse novo sujeito, ou categoria social como é definido na Lei de agricultura familiar, estaria integrado à lógica capitalista de produção. Sendo assim, a antiga demanda por reforma agrária e justiça social no campo seria substituída por acesso a crédito e ao mercado. Tem-se na prática o antigo mudar para manter exatamente igual (Moreira, 2018). Mais uma vez, o Estado utiliza de artimanha para fingir que muda, sem realizar na prática as mudanças estruturais necessárias para finalmente corrigir a segregação histórica vivenciada pelos camponeses do nosso país.

Apesar de ter características da família camponesa como o domínio da mão-de-obra familiar, a predominância da renda oriunda da atividade agropecuária e a pequena quantidade de terra, são considerados agricultores familiares os potenciais beneficiários dos programas voltados à modernização via créditos e financiamentos monetários (Duval, Ferrante e Bergamasco, 2015).

Já ao questionar como era o modo de vida na roça escutamos respostas como: “Viver na roça é muito bom, trabalhar com a natureza é trabalhar com Deus” (G. A., Ladeiras, 2025); “[...] pra mim viver na roça é um pedacinho do paraíso. Eu amo, eu amo o campo, amo estar no campo, eu me identifico demais com a vida na roça, com a vida no campo” (R. R., Ladeiras, 2025).

Ao ouvirmos os relatos dos camponeses entendemos que o “campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor” (Marques, 2012, p. 59). Sobre este uso da terra pela família camponesa, Ploeg (2008) traz que a agricultura campesina implica em criar ativamente coisas, recursos, relações e símbolos. Para o autor, por meio do trabalho o progresso pode ser alcançado, ou seja, o processo de trabalho é uma arena importante de luta social para o campesinato. “A gente já começou com nossos pais se criando na roça, né. E daí continuamos trabalhando na roça. Eu me sinto muito feliz, [...] uma coisa que a gente sabe fazer é viver na roça, né. É, o modo de vida da gente viver, sobreviver é na roça” (M. J., Ladeiras “A”, 2025), o símbolo do trabalho na roça é ressaltado por esta camponesa.

Ao questionar uma camponesa se ela acha importante o modo de vida da roça ela respondeu:

Sim, com certeza. É importante e muito bonito. Com certeza é importante e muito bonito. Porque desde quando plantamos [...]. E começa a produzir, a gente fica encantado com esse sistema da natureza. E depois a gente já tem a produtividade daquilo ali. É muito bacana, muito bonita e bom. Porque é da roça que a gente tira nossos alimentos. É da roça. Que se não for a roça a cidade não come não. Se a gente não plantar a cidade não come. Aí precisa de mais pessoas também para plantar (M. E., Ladeirinhas “A”, 2024).

Assim como Cubas (2016), os camponeses percebem a importância do campesinato em produzir alimentos para sua subsistência e para a sociedade. É necessário ressaltarmos a frase final citada pela camponesa em relação à necessidade de pessoas para plantar, ou seja, a permanência do campesinato se reproduzindo e se expandindo. Isso se faz com acesso a terra e com educação no campo que mantenha a cultura camponesa na juventude.

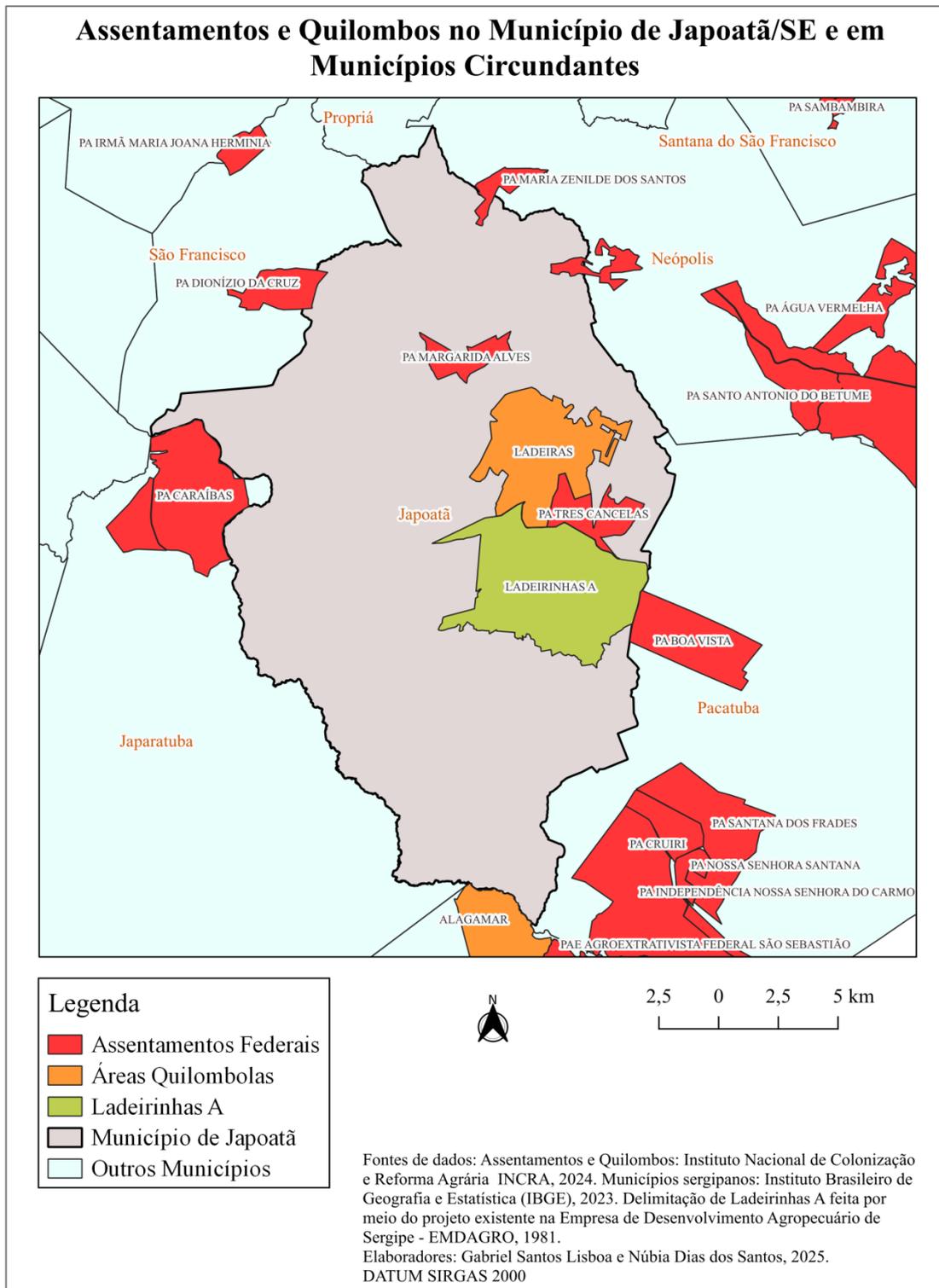
4.5 As possibilidades de fortalecimento do campesinato frente aos impactos dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto

Como verificado e ressaltado as monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto estão em expansão no município de Japoatã e principalmente na comunidade Ladeirinhas “A”. Nosso referencial teórico aponta os impactos socioambientais desse processo de avanço do agronegócio monocultor em áreas camponesas. Destarte, tomemos o desafio de pensar formas para fortalecer o modo de vida camponês enraizado na cultura tradicional como caminho possível para mitigar os impactos da lógica capitalista no campo e, dentro do contexto socioambiental contemporâneo, consigamos ultrapassar as barreiras do preconceito para visualizarmos como na prática ambiental camponesa se encontra o futuro da agricultura sustentável verdadeiramente, e com isso, o futuro da sociobiodiversidade.

Os camponeses lutam no Brasil em duas frentes, a primeira para possuir a terra, se tornarem camponeses proprietários, e a segunda para permanecerem na terra, como produtores de alimentos saudáveis fundamentais à sociedade brasileira. Portanto, o campesinato é uma classe em luta permanente, pois é desconsiderado nas políticas públicas dos diferentes governos (Oliveira, 2007).

Dessa maneira, para elucidar a presença de comunidades camponesas em Japoatã, usamos ferramentas da cartografia as quais possibilitam um primeiro panorama, que ilustra parte dos territórios rurais no município (Figura 26). Assim, por meio de dados do INCRA espacializamos as comunidades rurais delimitadas e georreferenciadas da região.

Figura 26: A presença camponesa em Japoatã/SE e em seu entorno (2025).



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

O INCRA realiza o georreferenciamento de áreas de assentamentos e de quilombos no Brasil. Porém, é importante ressaltar que para além das comunidades presentes no mapa da figura 26, existem outras que fazem parte do espaço agrário de Japoatã. Ladeiras “A” é

destacada por causa da delimitação construída na presente pesquisa. Ainda temos em Japoatã como alguns exemplos de povoamentos rurais Tatu, Currais, Carro-quebrado, Pinga, Poxim, Aroeiras, Espinheiro, Massaranduba, Morros, Ladeiras B, Tapera, Piauí de Baixo e Usina. No município temos dois assentamentos, o Margarida Alves e o Três Cancelas, e a comunidade quilombola Ladeiras. Assim, temos a distribuição da população rural de Japoatã.

Em relação às monoculturas da cana-de-açúcar e de eucalipto em Ladeiras “A”, primeiramente, devemos questionar se o campesinato da comunidade está resistindo aos avanços destes monocultivos. Mas, antes devemos pensar quais são os elementos de resistência do campesinato. A partir daí podemos pensar os meios para o empoderamento camponês em Ladeiras “A” e em Japoatã.

O camponês tem a terra como eixo principal da sua estratégia, como um todo permanente. A estratégia de permanência no campo é a posse da terra. Sem a posse da terra resta o arrendamento, o trabalho temporário. A reprodução e fixação do camponês nos espaços rurais são possibilitadas por meio de um conjunto de estratégias, assim, os camponeses que conquistaram a posse da terra continuam lutando em busca de condições que permitam a sua permanência com dignidade no espaço rural (Santos, 2012). Dessa forma, podemos elencar a busca por autonomia, a posse da terra, a roça, o policultivo, a feira livre como elementos de resistência camponesa. Santos (2012) sintetiza a autonomia camponesa na trilogia terra-trabalho-família, elementos que possibilitam a soberania alimentar.

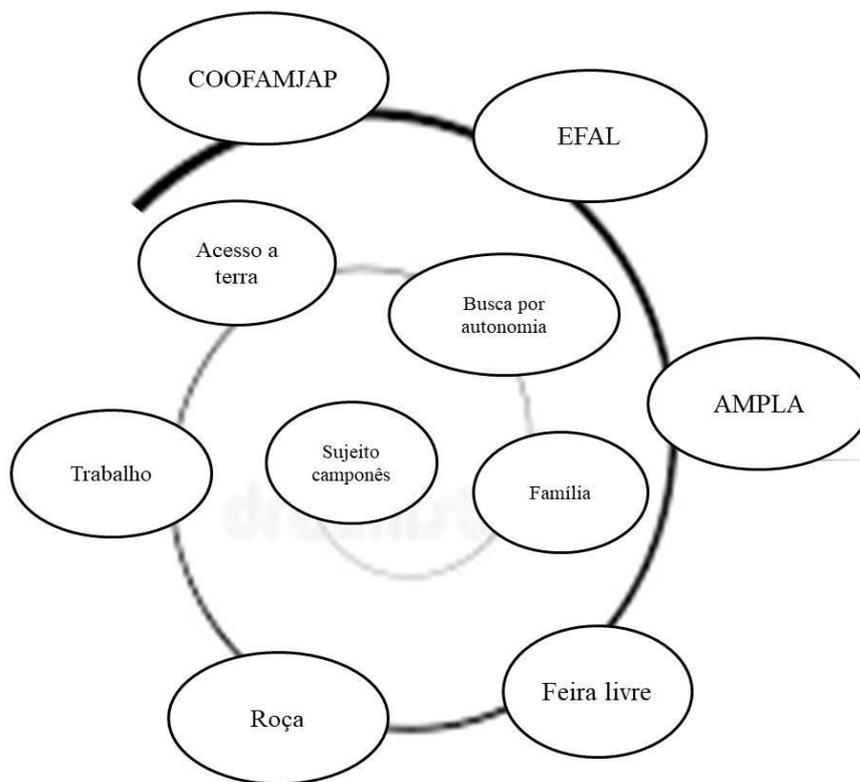
A redenção do campesinato em Ladeiras “A” ao modelo monocultor pode significar o desencadeamento de um processo de descampesinização (Wanderley, 1996) quando os campesinos vendem a terra ou por meio da subordinação (Santos, 1978), se com a posse da terra, trabalham para produzir monocultivo para a indústria. O cerne da resistência camponesa em Ladeiras “A” está na área de residências da comunidade que são quintais produtivos com diversidade, porém essa área começa a ficar cercada por monocultivos em seu entorno.

Além do reconhecimento da especificidade camponesa, também é perceptível a diversidade de formas de subordinação em que os camponeses são submetidos, da mesma forma que é inegável a multiplicidade de estratégias adotadas diante de diferentes situações que podem conduzir para o descampesinamento, ou para sua reprodução enquanto camponês (Marques, 2012).

Entretanto, o primeiro centro de resistência está no próprio sujeito, no ser humano, a partir de suas vontades e desejos em continuar no campo. Após, os polos de resistência

camponesa que temos em Ladeirinhas “A” são a EFAL, a AMPLA, recentemente a COOFAMJAP e todas as pessoas que são camponesas na comunidade que fazem parte da cultura campesina (Figura 27).

Figura 27: Espiral da resistência camponesa em Ladeirinhas “A”, Japoatã/SE, 2025.



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Ao fazer uma indagação aos camponeses sobre a valorização da agricultura dos roceiros em Japoatã, como respostas nós ouvimos: “Rapaz, não. [...] Apoio político geralmente a gente não tem, né. [...] Nós mesmos é isso aí, é nós mesmos e Deus” (M. J., Ladeirinhas, 2024); e “tá faltando incentivo da prefeitura para agricultura familiar” (G. A., Ladeirinhas, 2025). A persistência do campesinato torna-se um desafio frente aos avanços das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto por causa do deliberado abandono do poder público. Todos os camponeses entrevistados nos destacaram a insuficiência do apoio político do poder público municipal em suas atividades.

[...] Eu acho que teria que voltar a ter financiamentos para os agricultores, ter um acompanhamento técnico. Eu acho que tinha que fortalecer as organizações, as entidades. A AMPLA já foi muito forte, distribuía e esteve com insumos para os agricultores, então tá faltando muito isso, né. Eu acho que tem que ter política realmente pública que seja voltada para a agricultura. E também, Gabriel, a questão da valorização para a alimentação escolar, né? Porque hoje tem um fingimento, né?

As pessoas compram fora e dizem que é da agricultura, não é. Então, eu acho que teria que ter uma valorização na compra aí do produto, via prefeitura, não sei, ou governo do estado, mas tem que ter (R. R., Ladeirinhas, 2025).

Todavia, devemos tomar cuidado com o tipo de política pública, pois o que necessitamos é autonomia, diferentemente de subordinação. Para Ploeg (2008), em curto e em longo prazo, os modos de vida no meio rural podem ser melhorados por meio de esforços contínuos para reduzir a dependência¹³. Esse autor defende que é possível ter uma redução da dependência através da sobrevivência e do fortalecimento da base de recursos, onde a natureza cíclica da condição camponesa é evidenciada.

Para entender o arranjo político visitamos algumas secretarias e instituições em Japoatã para compreender sua atuação em relação à agricultura e ao meio ambiente.

I – Atuação da EMDAGRO: segundo o coordenador local, a instituição realiza reuniões com os produtores, promove ações de assistências técnicas às culturas e criações. Fazem acompanhamento no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Dão assistência ao produtor das unidades, 3 mil pequenos produtores são atendidos. E tem como meta cada representante atender 100 produtores, “só que todos os anos nós atendemos acima de 200, agora mesmo 2025 estamos com 186 produtores” (Chefe local da EMDAGRO, Japoatã, 2024).

O chefe local ainda citou três projetos elaborados pelo Dom Távora¹⁴:

1. Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A”: Foi a recuperação do reservatório de água, compra de duas motos bombas, e elaboração de três projetos de irrigação: Irrigação por aspersão, gotejamento e microaspersão. Além da recuperação da pocilga, aquisição de suínos, recuperação do Aviário e aquisição de aves com ração para todos;

2. Associação dos Moradores do Povoado Ladeirinhas “A”: ocorreu a aquisição de um trator, recuperação e manutenção do coqueiral da associação e a aquisição de insumos como adubo;

3. Apicultores de Ladeirinhas “A”: houve um financiamento para construção de um depósito, aquisição financiada de 300 caixas de apiário para a criação de abelhas.

¹³ Neste ponto, é importante enfatizar que, com algumas exceções importantes, a redução da dependência não se refere ao contexto político-econômico em si, mas, e acima de tudo, às inter-relações entre a unidade de consumo e produção e seu contexto. Ou seja, ela se refere à questão de como, por quem, com que meios e através de que encontros e contradições essas inter-relações são estruturadas (Ploeg, 2008, p. 48).

¹⁴ O Projeto Dom Távora é uma ação do Governo do Estado de Sergipe em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), com objetivo de contribuir para a remissão da pobreza rural, mediante apoio aos pequenos produtores, de forma que estes desenvolvam negócios agropecuários e não-agropecuários que contribuam para a segurança alimentar e permitam a inclusão pelo trabalho e pela renda de maneira sustentável (SEAGRI, 2021).

O coordenador local ressaltou que realizam dia de campo e dia especial com agricultores, que são reuniões para amostra técnica de alguma cultura agrícola. “Cada técnico agrícola em seis comunidades. Eu trabalho diretamente em Ladeirinhas “A”, Currais, Massaranduba, Poxim, Carro-quebrado, Ladeiras e Tatu. Porém, são assistidos todos os produtores que buscam assistência” (Chefe local da EMDAGRO, Japoatã, 2024). A EMDAGRO se auto avalia de forma positiva, mas mantém uma visão neutra sobre a expansão dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto.

II – Atuação da secretaria de agricultura de Japoatã: Segundo uma representante do órgão municipal, a secretaria de agricultura atua com a frota de tratores, realiza trabalho de preparo de solo para os agricultores, faz distribuição de sementes, regulamentação de documentos diversos. Além de avaliação de propriedade, preço de terra e declaração de posse.

Porém, “desde que a gente chegou aqui, desde que a gente assiste, assim, a política do município, não tem nenhuma valorização. A Secretaria de Agricultura, infelizmente, não tem técnicos à disposição da comunidade” (R. R., Ladeirinhas, 2025). Se em Japoatã tem uma escola técnica em agropecuária (a EFAL), por que na secretaria de agricultura do município existe a falta de técnicos agrícolas para aturarem dando assistência aos agricultores?

Sobre a questão do trator da prefeitura, a camponesa relatou que seu marido “pediu três vezes e nunca foi atendido. Então, assim, a gente sabe que tem uns desvios, né. Que manda pra fazenda de fulano de tal, que vai fazer, não sei de quem” (R. R., Ladeirinhas, 2025). Dessa forma, o sujeito que tem a necessidade fica excluído, pois “acaba que o agricultor, que deveria ter pelo menos duas horas de serviço, fica sentado na agenda” (R. R., Ladeirinhas, 2025). Essa realidade gera impactos negativos na agricultura de Japoatã.

Ao observar a realidade e ao dialogar com os camponeses percebemos a insuficiência da atuação da secretaria municipal de agricultura de Japoatã. Isso faz parte de um antigo projeto político que marginaliza o povo do campo. Leme (2021) traz uma boa reflexão de como deveria ser a atuação pública para o campesinato:

No que concerne à produção, percebe-se que o campesinato necessita de assistência técnica na unidade camponesa. A orientação especializada deve ocorrer de forma a preservar as características da produção familiar camponesa, respeitando as particularidades do modo de vida deles e sua relação com a natureza (Leme, 2021, p. 100).

Os pequenos agricultores são demandantes de assistência técnica porque “o município de Japoatã é totalmente agricultável, mas infelizmente não tem uma valorização, não. Porque os trabalhadores são muito guerreiros mesmo” (R. R., Ladeirinhas, 2025). A agricultura

camponesa acontece pela luta da sua classe em um meio desigual que torna a vivência na roça desafiadora.

III – Atuação da Secretaria de Meio Ambiente: A secretária de meio ambiente informou que desde 2021, a secretaria de meio ambiente esteve ativa. Segundo ela, trabalharam em vários projetos, dentre eles, a entrega de equipamento de proteção individual (EPI) para os catadores de materiais recicláveis, cestas básicas aos catadores, doação de mais de 2 mil mudas de árvores nativas, fechamento do lixão, reflorestamento de área de preservação permanente, projetos de educação ambiental, ponto de descarte de lixo eletrônico, e plantação de mudas de árvores nativas nas margens de riachos da região.

Podemos observar a inexistência de projetos que integrem agricultura e meio ambiente em Japoatã. Já o projeto da EMDAGRO é orientado para a produtividade agrícola. Acreditamos que é necessário diálogo entre a EMDAGRO, a secretaria de agricultura e a secretaria de meio ambiente em implementar projetos de agricultura orgânica, agroecologia, agricultura sustentável no município de Japoatã para os camponeses e camponesas, atendendo as prerrogativas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

4.5.1 Cooperativa de Agroecologia e Agricultura Familiar de Japoatã (COOFAMJAP)

Existem autores que ressaltam que “há uma necessidade de ser visto pela recampanização, no sentido de se recriarem condições para a reprodução camponesa como necessidade da sociedade” (Duval, Ferrante e Bergamasco, 2015, p. 68). O cooperativismo pode ser um caminho para criar condições para a reprodução socioespacial camponesa desde que seja enraizado na cultura camponesa.

A COOFAMJAP possui atualmente 85 cooperados e foi fundada em 25 de outubro de 2021 com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar do município de Japoatã e cidades circunvizinhas (Figura 28). Para se tornar cooperado são necessários alguns documentos, principalmente o CAF, cadastro de agricultura familiar. O presidente da cooperativa vê a agroecologia como um desafio que tem que ser alcançado. Os cooperados são camponeses de Ladeirinhas “A” e de outras comunidades de Japoatã. Os serviços que a cooperativa oferece são assistência técnica, mecanização, tratores, máquinas agrícolas, auxílio na obtenção de crédito agrícola, auxílio na emissão de CAF, auxílio na regularização dos imóveis.

Figura 28: Cooperativa em Ladeirashas “A”, Japoatã/SE, 2025.



Fonte: Acervo pessoal dos autores. Registro de Campo, 2025.

A gestão da COOFAMJAP é formada por um conselho de administração com cinco conselheiros, uma diretoria executiva com um presidente, um diretor financeiro e um secretário. Tem também um grupo de funcionários contando com técnicos agrícolas, além de englobar estagiários no setor administrativo da cooperativa.

Sobre a questão da comercialização de produtos pela COOFAMJAP foi ressaltada uma parceria com a Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca do Município de Campo do Brito (COOFAMA) e com a Indústria e Comércio de Alimentos LTDA de Teotônio Vilela (AMAFIL), em que o presidente da cooperativa declarou:

A gente iniciou o processo de comercialização de forma mais efetiva, e agora com a contratação do jurídico a gente vai estar fazendo o contrato, que vai garantir o produto e a cooperativa de forma incisiva. A gente já tem contratos com a indústria de coco seco, [...]. A gente trabalha com o mercado institucional, vende alguns produtos dos produtores para prefeituras, e a gente também tem trabalhado no desenvolvimento da mandioca, e aí a gente tem parceria com o Campo do Brito, com a COOFAMA, que é outra cooperativa, que já faz a farinha, e também estamos mantendo contato com a AMAFIL, que é a empresa que industrializa a mandioca (Presidente da COOFAMJAP, Ladeirashas “A”, 2025).

A representação da cooperativa ressaltou que tem tido um foco na comercialização principalmente de cinco produtos, “apesar de ter uma produção diversificada, a gestão da cooperativa entendeu que não dá para focar em tudo, então hoje conta com o foco principal na cana-de-açúcar, mandioca, coco seco (como uma das principais atividades, hoje), banana e abacaxi” (Presidente da COOFAMJAP, Ladeirashas “A”, 2025). De tal forma, podemos

perceber que a COOFAMJAP também trabalha com a cana-de-açúcar, caso seja no modelo monocultor, distancia a cooperativa da agroecologia que é de um dos seus pressupostos.

A cooperativa pode ser um polo de resistência camponesa se atuar para promover a agroecologia no município. E também no “tocante à comercialização, os camponeses necessitam de auxílio para transporte dos produtos até o mercado, criação de espaço para a venda dos alimentos e facilidades na aquisição da certificação das mercadorias” (Leme, 2021, p. 100). A COOFAMJAP pode ser o meio para auxiliar os camponeses e camponesas a venderem seus produtos.

4.5.2 Associação dos Moradores do Povoado Ladeirashas “A” (AMPLA)

Fundada em 01 de maio de 1987, a AMPLA tem atualmente 54 sócios (Figura 29). A atuação da AMPLA em relação à agricultura de Ladeirashas “A” ocorre com “os próprios associados que são agricultores, que são quem plantam e cobram as coisas. Com parceria com a secretaria de agricultura e com a EMDAGRO” (Presidente da AMPLA, Ladeirashas “A”, 2025).

Figura 29: Sede da AMPLA, Ladeirashas “A”, Japoatã/SE, 2025.



Fonte: Acervo pessoal dos autores. Registro de campo, 2025.

Sobre os benefícios dos camponeses de Ladeirashas “A” serem sócios da AMPLA o presidente da associação citou que, “aqui eles adquirem o trator, a grade, o sulcador e apoio para chegar a crédito rural. Associação contribui também com os associados com insumos orgânicos como esterco e insumos químicos também, adubo” (Presidente da AMPLA, Ladeirashas “A”, 2025).

Na AMPLA, o presidente ressaltou que existem dois projetos para acontecer, um de agricultura familiar para o plantio de mandioca em Ladeirashas “A” com verba do Governo

Federal organizado pela secretaria de agricultura com o apoio da EMDAGRO. E outro projeto para compra de material de construção para a reforma da casa de farinha da associação.

Ao questionarmos se a AMPLA tem tido parceria com algum movimento social como o MST ou MPA respondeu que “com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Mas não tem representante do movimento aqui” (Presidente da AMPLA, Ladeirinhas “A”, 2025) e ressaltou que fazem consultoria com um deputado do Partido dos Trabalhadores (PT) para receber apoio do governo nos projetos. A falta de um representante de um movimento social no campo é um déficit negativo para a comunidade que necessita de conhecimento cultural de identidade sobre o campesinato.

Ao perguntar se a associação tem alguma ação em relação ao meio ambiente em Ladeirinhas “A”, ouvimos que “já idealizamos, mas não. Já plantamos aquelas sementes de reflorestamento. Mas temos o projeto, que ainda não saiu do papel, criado por pessoas como ex-presidente da associação, um projeto daqui mesmo” (Presidente da AMPLA, Ladeirinhas “A”, 2025). Essa linha de pensamento em que a direção da AMPLA relatou o intenso desmatamento na comunidade, e assim idealizou um projeto de reflorestamento, é uma possível oportunidade para a conscientização e sensibilização sobre a questão do meio ambiente. Faz necessário que tal projeto seja posto em prática.

4.5.3 Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A” (EFAL)

A Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A” oferece o curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, por meio da metodologia da Pedagogia da Alternância. Esta proposta pedagógica teve origem na França, por volta de 1935, a partir da mobilização de um grupo de agricultores insatisfeitos com a negligência do sistema educacional em relação ao meio rural. Tal iniciativa evidenciava a necessidade de uma educação voltada a adolescentes, que considerasse as especificidades da formação humana em suas dimensões socioambientais e que promovesse, para além da qualificação técnica agrícola, o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais (Araújo, 2021).

A pesquisa de Araújo (2019) constatou na EFAL, a partir dos relatos dos egressos do curso Técnico em Agropecuária, a presença recorrente da temática da agroecologia nas ementas das disciplinas ao longo de sua formação. Tal constatação se confirma *in loco*, por meio da adoção efetiva de práticas agroecológicas nas comunidades onde esses sujeitos estão inseridos, evidenciando a disseminação dos conhecimentos adquiridos na escola. Esse processo é intensificado pela metodologia da Pedagogia da Alternância, que promove a

articulação entre formação técnica e realidade local, destacando o engajamento dos estudantes com as dinâmicas socioprodutivas comunitárias.

Para elucidar a importância da EFAL (Figura 30) realizamos um trabalho de campo com entrevistas para alunos/as e para professores. Conforme parte das respostas as nossas indagações, iremos expor a partir de então nossos diálogos com os participantes da pesquisa. “Quando cheguei aqui eles contaram a história da escola, que as pessoas viviam de agricultura e a EFAL foi criada para que os filhos dos agricultores pudessem trabalhar e ter acesso à educação” (E. E. A. S. 13., Ladeirashas “A”, 2024) relatou uma aluna. A EFAL é polo importante de resistência da cultura camponesa em Japoatã, pois surgiu para fornecer educação do campo para os descendentes dos camponeses de Ladeirashas “A” e da região próxima.

Figura 30: Jardim e edificações da EFAL, Japoatã/SE, 2024.



27 A – Entrada da EFAL. 27 B – Jardim e prédios de sala de aula da EFAL. 27 C – Jardim e prédio de cozinha e refeitório da EFAL. 27 D – Jardim da EFAL. Fonte: Registro de campo, 2024.

Ao perguntarmos aos discentes da EFAL, que aceitaram participar das entrevistas, se a natureza vem sendo cuidada pela sociedade tivemos declarações como: “De uns tempos pra cá, a natureza vem sofrendo muito com o desmatamento e falta de cuidado, né!” (E. E. W. V.

3., Ladeirashas “A”, 2024); “Não. Acredito que não, do jeito que andam as coisas, o objetivo do lucro, quando querem implantar, produzir não querem pensar no meio ambiente. Por onde ando e vejo, não pensam de forma alguma no meio ambiente” (E. E. S. N. 6., Ladeirashas “A”, 2024); “Bom, Pergunta muito complicada, a sociedade é um tanto hipócrita, tanto se fala em natureza, mas na prática não é realizado e se realizado não é de maneira correta” (E. E. C. E. 8., Ladeirashas “A”, 2024); “Não. A sociedade como um todo vê a natureza como o fim lucrativo e não como algo que seja preservado” (E. E. I. R. 11., Ladeirashas “A”, 2024); “Com certeza não. Porque a gente olha ao redor uma área que era cheia de árvores e foi desmatada. E vejo que o calor vem aumentando, antigamente não era assim. Sem contar com as queimadas que vem sendo diárias no povoado” (E. E. A. S. 13., Ladeirashas “A”, 2024).

Em geral, todas as respostas foram negativas. Isso demonstra uma visão de realidade crítica dos estudantes em relação ao cuidado que a humanidade vem traçando com a natureza. Ao centralizarem o objetivo do lucro e a hipocrisia do falso cuidado com o meio ambiente temos a alusão indireta ao antropocentrismo que, segundo Boff (1999), esse pensamento instaura uma atitude centrada no ser humano e as coisas têm sentido se satisfazem seus desejos. Além disso, escutamos uma visão de uma aluna que relacionou com a escala local, citando o desmatamento e as queimadas.

Em sequência questionamos se a EFAL ajudava a entender a importância socioambiental do povo da roça (camponeses), obtivemos uma maioria de respostas positivas. “Ajuda, porque a gente que mora no interior já tem um pouco desse conhecimento. Essa escola traz uma parte interessante que é a teoria, porque você aprende a plantar, adubar, trabalhar, entre outros fatores” (E. E. C. E. 8., Ladeirashas “A”, 2024). Todavia, recebemos uma resposta ambígua: “Mais ou menos. Porque hoje em dia a escola não trabalha muito com o campo, A escola é afetada pelo agronegócio que é predominante” (E. E. L. O. 14., Ladeirashas “A”, 2024). Este aluno adverte sobre a insuficiência no manejo do campo na escola, pela falta de aulas práticas. Se a proposta pedagógica é o fortalecimento do campesinato, a agroecologia pode está sendo negligenciada em função da supremacia do agronegócio na região. A escola pode está sendo influenciado por essa tendência.

Além disso, da mesma forma que o capitalismo no campo impacta os camponeses, também afeta a EFAL. Dialogando com os professores e observando a realidade cotidiana da escola é visto que alguns professores da área técnica (principalmente agrônomos) tendem a trabalhar em prol do agronegócio. Porém, a EFAL é uma escola que defende a agricultura orgânica, ou seja, os insumos utilizados na escola são orgânicos. Assim, o que é ensinado nas

aulas práticas no campo da EFAL são práticas de agricultura orgânica com diversidade de plantios.

Podemos ver isso nas práticas de agricultura que os/as alunos/as relataram ter aprendido no campo da EFAL (Figura 31). “Aprendi a trabalhar com coentro, alface, couve sem usar produtos químicos e tendo um alimento orgânico de qualidade. Aprendi também a compostagem e adubação orgânica” (E. E. W. V. 3., Ladeiras “A”, 2024); “Adubação orgânica, compostagem, cobertura morta, que serve para aumentar a durabilidade da água na planta e proteger do sol” (E. E. J. M. 5., Ladeiras “A”, 2024); “Aprender a fazer compostagem, adubação orgânica, substrato, teve o projeto que fizemos uma horta de tomate cereja, a gente plantou e fez cobertura morta” (E. E. A. C. 7., Ladeiras “A”, 2024); “Compostagem, defensivos naturais, polinização artificial da cultura do maracujá” (E. E. W. S. 12., Ladeiras “A”, 2024); “Horticultura, compostagem, defensivo natural e plantio de sementes” (E. E. A. S. 13., Ladeiras “A”, 2024); “Extrato de mamona, adubação orgânica e compostagem” (E. E. L. O. 14., Ladeiras “A”, 2024).

Figura 31: Área de campo da EFAL, Japoatã/SE, 2024.



28 A – Área produtiva da EFAL com destaque para o milho e macaxeira. 28 B – Área produtiva da EFAL com destaque para o cultivo do mamão. 28 C – Área produtiva da EFAL com destaque para hortaliças. 28 D – Área produtiva da EFAL com destaque para o cultivo da alface irrigado. Fonte: Registro de campo, 2024.

Os traços da cultura campesina (roça) que os/as estudantes aprendem na escola: “O plantio, o cuidado com a terra e com os bichos” (E. E. 1. M. V., Ladeirashas “A”, 2024); “Percebo, como lidar com ferramentas de camponeses: enxada, rastelo, regador. Essas ferramentas que camponeses utilizam” (E. E. J. M. 5., Ladeirashas “A”, 2024); “A questão das culturas anuais, a macaxeira plantada lá atrás, acredito que a horta em várias casas da comunidade tenha” (E. E. C. E. 8., Ladeirashas “A”, 2024); e “práticas de [...] coletividade e plantio tradicional sem uso de máquinas e insumos químicos” (E. E. W. S. 12., Ladeirashas “A”, 2024).

Sobre o campesinato, “faz parte da sua lógica o estabelecimento de estratégias que busquem o aumento da sua autonomia e que viabilizem a sua reprodução social” (Antunes Junior, 2022, p. 7). Os pontos ensinados para os/as estudantes sobre agricultura orgânica na EFAL contribuem para o saber em relação à produção de alimentos saudáveis. Isso corresponde à viabilidade da reprodução social das pessoas no campo.

Uma das questões que refletimos, quando se pensa no campo como espaço de vida, é a continuidade da reprodução camponesa pela juventude. Assim, questionamos aos discentes da EFAL: “Se você for da roça, pretende permanecer na agricultura campesina ou ir morar na cidade?” (Quadros 6 e 7).

Quadro 6: Alunas e alunos da EFAL (Japoatã/SE) que pretendem morar ou continuar na cidade.

1. Pretendo morar na cidade (E. E. 1. M. V., Ladeirashas “A”, 2024);
2. Eu pretendo não continuar na linha da agricultura. Pretendo ir morar na cidade (E. E. P. A. 2., Ladeirashas “A”, 2024);
3. Ir morar na cidade, quero conhecer coisas novas, mas sempre visitando a roça (E. E. J. M. 5., Ladeirashas “A”, 2024);
4. Pretendo morar na cidade (E. E. A. C. 7., Ladeirashas “A”, 2024);
5. Eu pretendo morar na cidade, eu acho que quero mudar de hábitos (E. E. L. A. 9., Ladeirashas “A”, 2024);
6. Tenho os planos de morar na cidade. Pois queira ou não lá tem uma maior possibilidade de emprego. Porém, como estou aqui numa escola agrícola, se tiver oportunidade aqui, eu ficarei. Vai depender muito (E. E. C. E. 8., Ladeirashas “A”, 2024);
7. Sou da roça, mas pretendo morar na cidade (E. E. W. S. 12., Ladeirashas “A”, 2024);
8. Morar na cidade (E. E. A. S. 13., Ladeirashas “A”, 2024);
9. Meus pais são da roça, porém moramos em Aracaju, somos de Canhoba. Pretendo continuar na cidade (E. E. L. O. 14., Ladeirashas “A”, 2024).

Fonte: Entrevistas de Campo, EFAL, 2024.

Dos 14 discentes da EFAL entrevistados, três eram da cidade, desses da cidade um pretende permanecer no meio urbano. Dos 14 estudantes, sete restantes que eram da zona rural pretendem futuramente morar na zona urbana. Todavia, “como estou aqui numa escola

agrícola, se tiver oportunidade aqui, eu ficarei”, assim, houve o relato que se tiver a possibilidade de viver na roça, continuará em seu lugar. E outra aluna que mora em Ladeirinhas “A” disse que pretende migrar, “mas sempre visitando a roça”, esse sentimento de visitar o campo pode fazer a pessoa repensar sua vida, ou seja, o futuro só a Deus pertence. Posteriormente, temos o quadro daqueles que querem a vida na roça (Quadro 7).

Quadro 7: Alunas e alunos da EFAL (Japoatã/SE) que pretendem continuar ou morar no campo.

1. Permanecer na agricultura (E. E. W. V. 3., Ladeirinhas “A”, 2024);
2. Planejo morar na cidade para cursar, porque aqui a gente sai com o curso em técnico em Agropecuária, para fazer zootecnia e voltar para essa região (E. E. L. C. 4., Ladeirinhas “A”, 2024);
3. Moro em Japoatã sede e pretende ficar pelo interior, quanto mais contato com a natureza, melhor (E. E. S. N. 6., Ladeirinhas “A”, 2024);
4. Pretendo permanecer (E. E. E. D. 10., Ladeirinhas “A”, 2024);
5. Na agricultura campesina, abrir mais portas para se continuar trabalhando a agroecologia (E. E. I. R. 11., Ladeirinhas “A”, 2024).

Fonte: Entrevistas de Campo, EFAL, 2024.

Em vista das alunas/os que nos disseram pretender continuar ou vir morar no campo, dos 14, cinco pretendem. Destes cinco, três são da zona rural e dois da zona urbana. Uma aluna enfatizou que irá morar na cidade apenas para cursar e depois voltará para a região, outro aluno almeja ficar pelo interior e ter contato com a natureza sempre, ainda, outro deseja ser camponês e trabalhar com agroecologia (este era citadino). Em relação à permanência da juventude no campo, realizamos uma breve pesquisa com base nos dados do IBGE (Tabela 8).

Tabela 8: Distribuição etária de Japoatã/SE entre 1970 e 2022.

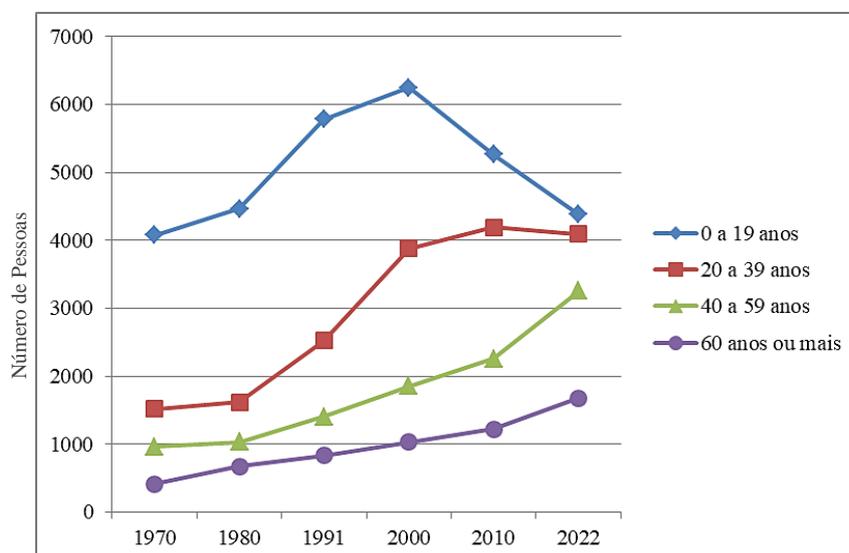
Grupo de idade	Ano					
	1970	1980	1991	2000	2010	2022
0 a 19 anos	4.076	4.464	5.783	6.251	5.270	4.381
20 a 39 anos	1.521	1.619	2.524	3.882	4.189	4.092
40 a 59 anos	962	1.035	1.405	1.852	2.258	3.258
60 anos ou mais	412	672	837	1.035	1.221	1.676
Idade ignorada	7	7
Total	6.978	7.797	10.549	13.020	12.938	13.407

Fonte: IBGE, 2022. Organização: os autores, 2025.

A distribuição etária de Japoatã/SE entre 1970 e 2022 revela a dinâmica dos grupos por idade. É relevante para refletir a permanência da população nos diferentes grupos de faixa etária. Dessa maneira, o grupo etário de 0 a 19 anos teve um crescimento acentuado entre 1970 e 2000, porém tomou uma tendência de queda a partir de 2000, tendo um quantitativo

semelhante ao de 1970. Já o grupo de idade entre 20 e 39 anos cresceu entre 1970 e 2010, apesar de uma tímida redução em 2022. Em sequência, os grupos etários de 40 a 59 anos e de 60 anos ou mais tenderam ao crescimento durante a série histórica (Gráfico 8).

Gráfico 8: Dinâmica dos grupos etários de Japoatã/SE entre 1970 e 2022.



Fonte: IBGE, 2022. Organização: os autores, 2025.

No geral, os grupos etários obtiveram crescimento entre 1970 e 2022. Os jovens (0 a 19 anos), em relação ao pico dos anos 2000 parecem apontar uma tendência futura de redução em seu quantitativo. Os jovens adultos (20 a 39 anos) demonstram estagnação, os adultos médios (40 a 59 anos) e os idosos (60 anos ou mais) tendem a permanência e crescimento no município Japoatã. Visto essas questões gerais, pode-se pensar a permanência da juventude no espaço rural a partir da tabela 9.

Tabela 9: Distribuição etária das populações urbana e rural de Japoatã/SE entre os anos de 1970 e 2010.

Ano	1970		1980		1991		2000		2010	
	Urbana	Rural								
0 a 19 anos	1.288	2.788	1.422	3.042	1.724	4.059	1.732	4.519	1.588	3.682
20 a 39 anos	496	1.025	535	1.084	851	1.673	1.177	2.705	1.471	2.718
40 a 59 anos	306	656	340	695	429	976	569	1.284	848	1.410
60 anos ou mais	169	243	265	407	321	516	390	645	405	817
Idade ignorada	4	3	-	7
Total	2.263	4.715	2.562	5.235	3.325	7.224	3.866	9.154	4.312	8.626

Fonte: IBGE, 2022. Organização: os autores, 2025. (-) Zero absoluto, não resultante de um cálculo ou arredondamento. (...) Valor não disponível.

Entre os anos de 1970 e 2010 (o censo de 2022 apresenta-se sem dados com relação à população rural e urbana no município até o presente período desta pesquisa), observa-se um crescimento demográfico geral tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais do município de Japoatã/SE. No entanto, a evolução desse crescimento apresenta nuances significativas quando se considera a distribuição etária e a localização populacional.

No que se refere à faixa etária de 0 a 19 anos, nota-se que, embora a população rural tenha mantido predominância ao longo de todo o período, seu contingente sofre uma redução após 2000, passando de 4.519 indivíduos (2000) para 3.682 (2010). Na zona urbana, após crescimento gradual até 2000, há uma leve queda em 2010 (de 1.732 para 1.588). Esses dados sugerem uma possível transição demográfica, com redução relativa de nascimentos, refletindo tendências nacionais de queda da fecundidade.

Na faixa 20 a 39 anos, constata-se um aumento expressivo em ambos os espaços, especialmente na área urbana, onde o número quase triplica entre 1970 (496) e 2010 (1.471). Esse comportamento pode estar associado a processos migratórios internos, com jovens adultos se deslocando para o núcleo urbano em busca de oportunidades de trabalho ou estudo. A população rural também cresce nessa faixa, mas de forma menos acentuada no último censo (de 2.705 para 2.718), o que pode indicar estagnação ou início de declínio.

Para a faixa 40 a 59 anos, há crescimento contínuo ao longo das décadas, com aceleração especialmente a partir dos anos 1990. A população urbana salta de 306 (1970) para 848 (2010), enquanto a rural avança de 656 para 1.410 no mesmo período. Esse aumento pode estar relacionado ao envelhecimento da população e à retenção de indivíduos que permanecem ativos economicamente.

Já a população com 60 anos ou mais cresce sistematicamente em ambos os territórios. O número de idosos na zona rural mais que triplica entre 1970 (243) e 2010 (817), enquanto na zona urbana aumenta de 169 para 405. Este dado reforça a tendência de envelhecimento populacional, indicando a necessidade de políticas públicas voltadas à saúde, previdência e mobilidade para esse segmento etário, especialmente no meio rural, onde a infraestrutura tende a ser mais limitada.

Por fim, ao se observar o total populacional, a zona rural mantém-se majoritária até 2010, apesar da redução no ritmo de crescimento na última década (de 9.154 em 2000 para 8.626 em 2010). Dessa forma, apesar da redução do grupo jovem entre 2000 e 2010 (de 4.519 para 3.682), os outros grupos se mantiveram em estagnação ou crescimento em seu número de indivíduos. E quando se leva em consideração a série histórica entre 1970 e 2010, a população

jovem na zona rural cresceu em dados absolutos. A zona urbana, por sua vez, demonstra crescimento contínuo, passando de 2.263 habitantes em 1970 para 4.312 em 2010.

Em decorrência, questionamos se as pessoas que são da roça merecem ser fortalecidas na opinião dos discentes entrevistados. “Sim. Devemos ser mais reconhecido e ter mais apoio da sociedade, comunidade, dos governos, das gestões” (E. E. W. V. 3., Ladeirinhas “A”, 2024). A resposta do jovem camponês, apesar de direta, trouxe uma visão de realidade assertiva. Geralmente, o que é reconhecido na sociedade do capitalismo hegemônico é a modernidade e o consumismo.

Outra jovem ressaltou que “sim, precisa de mais recursos, mais oportunidades. Hoje aqui, praticamente, só planta cana, quando o projeto foi elaborado aqui teve investimentos e recursos para o plantio de frutas, mas acabou” (E. E. L. C. 4., Ladeirinhas “A”, 2024). Ela demonstrou ter conhecimento da história do Projeto Ladeirinhas e mostrou que perceber a realidade da agricultura local, ao citar “só planta cana”.

Ainda ouvimos uma surpreendente declaração de outra aluna, por trazer o artigo 225 da Constituição Federal do Brasil que diz: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988).

Assim, a aluna disse que os camponeses merecem ser fortalecidos, “porque se você prestar atenção no artigo 225 da Constituição Federal do Brasil o meio ambiente deve ser preservado para as gerações futuras e não são. Acredito que a cultura camponesa preserva o meio ambiente” (E. E. L. O. 14., Ladeirinhas “A”, 2024). Um estudo realizado em Ladeirinhas “A” ressalta que:

O modo de vida camponês através do policultivo pode iniciar o processo de recondução da realidade de Ladeirinhas “A” para um ambiente menos degradado, pois no passado o policultivo devolveu ao solo a sua capacidade de nutrientes, o mesmo mecanismo de cultivo pode reequilibrar o balanço hídrico, fortalecer o solo e restringir o avanço do capital silvicultor e a redução da área da cana, ao tempo em que fortaleça a identidade camponesa e contribua para a revitalização das suas estratégias de reprodução social adequadas e condizentes com a sua realidade (Antão e Santos, 2017, p. 13).

Neste segmento, a última pergunta direcionada aos discentes as EFAL foi justamente se eles achavam o modo de vida camponês importante para a sociedade e para o Meio Ambiente. “Sim. Porque muitos vivem com a família, plantando e vendendo suas mercadorias em feiras. Os trabalhadores de roça eles não utilizam muitos produtos químicos igual às

empresas usam” (E. E. W. V. 3., Ladeirashas “A”, 2024); “Sim. Porque ele não usa o mesmo manejo que a maioria dos agricultores usam de produtos químicos, não fazem tanta coisa. Os alimentos que vem de lá, geralmente são de boa qualidade e sem produto químico” (E. E. S. N. 6., Ladeirashas “A”, 2024); “Sim. O modo de vida camponesa faz bem para o meio ambiente e para a sociedade, é cuidar de galinhas, as plantas são orgânicas, os alimentos são orgânicos e não se usa veneno” (E. E. L. A. 9., Ladeirashas “A”, 2024).

Assim como os supracitados, todos e todas responderam positivamente sobre a relevância do campesinato para a humanidade e para a natureza. Ressaltaram a feira livre como mercado de venda de alimentos para a cidade e enfatizaram a qualidade dos produtos e o manejo orgânico nos cultivos.

Na EFAL também foram entrevistados um professor e uma professora que estavam na escola num determinado dia e que aceitaram participar da pesquisa (houve dois professores que não aceitaram). O professor de Agroecologia refletiu a importância da escola, já a professora de Geografia destacou a insuficiências e a necessidade de mudança nas práticas pedagógicas. Ambos disseram que a escola recebe estudantes camponeses/as.

Sobre a necessidade da educação do campo o professor respondeu que “a importância da educação do campo, principalmente para filhos e filhas de agricultores de base familiar, é fundamental pelo fato de oferecer uma educação sólida nas comunidades locais” (P. E. E. S., EFAL, 2024). E a professora enfatizou que:

Ela é... é crucial, né. Ela é fundamental, ela é essencial que realmente ocorra na educação camponesa, principalmente se for dentro do modelo de uma educação da pedagogia da alternância. Qual é o caos, qual é o problema, qual é o entrave? É que as próprias pessoas, né, que estão, que fazem parte da comunidade, a escola família agrícola, desconhecem suas bases, seus fundamentos, sua missão, o seu norte, completamente fora de órbita. Não tem, a fundamentação tá perdida, simplesmente perdida, não tem assim, o norte não tem. É isso (P. E. I. A., EFAL, 2024).

Esses fundamentos da EFAL dito pela professora estão presentes no estatuto da AMEFAL que segundo o artigo 2º, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Lei 9.790 de 23 de março de 1999, a AMEFAL tem por finalidades:

- I. Administrar, coordenar e gerir a Escola Família Agrícola de Ladeirashas “A” - EFAL, representando-a juridicamente;
- II. garantir a formação integral do jovem camponês abrangendo os aspectos profissionais, intelectuais, humanos, sociais, éticos e espirituais;
- III. promover o desenvolvimento local, integrado, sustentável e solidário do e no campo, através da formação de seus próprios sujeitos;
- IV. garantir o fiel desenvolvimento da Pedagogia da Alternância com seus princípios filosóficos, metodológicos e seus instrumentos didáticos específicos;

- V. promover o associativismo e cooperativismo nas comunidades do campo;
- VI. desenvolver ações de cooperação e apoio com outras entidades do campo, comprometidas com o desenvolvimento da pessoa humana;
- VII. promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos;
- VIII. estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos presentes objetivos;
- IX. promover projetos e ações que visem à preservação, a conservação e a recuperação de áreas degradadas no meio ambiente do campo, bem como a proteção da identidade física, social e cultural de agrupamentos camponeses com recursos próprios ou advindos de convênios ou outras formas jurídicas possíveis;
- X. promover e assistir planos de economia solidária através de programas de geração de trabalho e renda;
- XI. trabalhar a questão agrária através da educação e da assessoria aos/as agricultores/as familiares, visando o desenvolvimento social integrado;
- XII. estimular a parceria, o diálogo local e solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades;
- XIII. formar lideranças para as comunidades camponesas;
- XIV. preparar jovens para o trabalho do campo, tornando-os aptos para o exercício da profissão de Técnico em Agropecuária ;
- XV. acompanhar e apoiar a luta e organização dos/as trabalhadores/as do campo;
- XVI. promover a pesquisa e o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas;
- XVII. promover a consciência política e o pleno exercício da cidadania;
- XVIII. assegurar estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo (AMEFAL, 2011, p. 3-4).

É evidenciado o uso dos termos camponês e campesinato pela a associação que mantém a EFAL. Assim, a escola foi fundada para o fortalecimento do campesinato através da educação do campo para os filhos e filhas de camponeses e camponesas. Buscando formar lideranças camponesas para as comunidades. “Trata-se de um direito ao território, a um outro território que possa expressar sua rica diversidade social” (Costa Silva & Conceição, 2017, p. 64). Todavia, ao realizarmos as entrevistas com os/as discentes, foi perceptível o uso do termo agricultura familiar por eles/as. Segundo Moura (1986), a exclusão conceitual e política do camponês é marcante, de maneira que importantes acontecimentos políticos da história brasileira são desprezados.

O inciso IX do artigo 2º do Estatuto da AMEFAL pode ser caminho de mitigação para o problema da presente pesquisa, pois visa a promoção de projetos e ações para o meio ambiente do campo e a proteção da identidade física, social e cultural das comunidades camponesas. Assim temos uma maneira de fortalecer o campesinato em Japoatã, afetado pelo avanço das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto, por meio da educação.

Mas, como bem destacou a professora de Geografia esse caminho ficou esquecido no papel, assim como o Estatuto da Terra, que tem pontos decisivos para a mudança socioambiental. O que ocorre é a propagação do capitalismo através do Estado Brasileiro, a AMEFAL traz um projeto político local, mas o governo traz outro projeto nacional, este

alinhado com modo-de-ser-no-mundo pelo trabalho (Boff, 1999), do sistema de produção do moderno, em que a natureza é vista como atraso, os modos de vida camponeses que são harmônicos ao meio ambiente, também são vistos como ultrapassados. Esse pensamento foi organizado numa ideologia em que o dinheiro é centro de tudo.

Sobre a ideologia do estado na década de 1970, “por ocasião do processo de modernização, os camponeses não foram convocados para participar do projeto de modernização da agricultura sob o argumento tautológico de que eram tradicionais e avessos ao progresso” (Wanderley, 1996, p. 57). Esta visão de mundo ficou engendrada e até hoje influencia negativamente o campesinato. “Ela é, também, responsável, em grande parte, por determinar o “lugar” social do campesinato na sociedade brasileira ao longo de sua história. Trata-se primeiramente de um lugar negado, não reconhecido” (Wanderley, 1996, p. 56).

Já ao questionar se a EFAL tem contribuído para o fortalecimento do campesinato: “Com certeza. Principalmente, pelo fortalecimento das associações de comunidades locais. Além disso, favorece o fortalecimento da agricultura de base familiar e do município de Japoatã e da região” (P. E. E. S., EFAL, 2024). “Não, na minha opinião, de forma nenhuma, porque ela desconhece suas bases, que é agroecologia, espiritualidade, é ser integral. Essas bases aí ela esqueceu” (P. E. I. A., EFAL, 2024). Na imersão na EFAL é fácil perceber uma importância com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), contraditoriamente questões do lugar, do espaço agrário japoatãense, são negligenciadas.

Esse projeto do Estado Nacional com sua educação voltada para uma ideologia modernista representa um perigo para o campesinato, pois as políticas públicas estão afetando no primeiro polo de resistência camponesa, ou seja, no próprio sujeito/a camponês/a. Assim, contribui para destruir a identidade cultural camponesa, invisibilizando a classe social camponesa.

Questionamos qual a posição que a EFAL deve tomar em relação às monoculturas da cana-de-açúcar e eucalipto em Ladeiras “A”. Segundo o professor de agroecologia: “Incentivar as atuais e futuras gerações a produzir de forma diversificada respeitando os princípios ecológicos e ambientais. Ademais, incentivar os agricultores locais a cultivar em policultivos e criações de forma a preservar as espécies nativas” (P. E. E. S., EFAL, 2024). Já a professora de Geografia ressaltou que:

A posição da escola, essa escola aqui era para ser um centro, um centro, inclusive a missão dela, ser um centro de educação que traga toda essa consciência ambiental e toda essa possibilidade de mudança. A escola tem inclusive a missão, né, são os fundamentos da escola exatamente isso, se você trazer uma agricultura

agroecológica, espiritualizada, ancestral, essa seria a missão da escola, trazer esse modelo de agricultura. E o outro pilar da escola é o desenvolvimento do meio, então a escola teria que estar dando que? Formação dentro dessa escola, os alunos terem que sair daqui compreendendo o impacto dos monocultivos, os alunos terem que estar aprendendo os modelos agrícolas alternativos de preservação, de conservação de solo, entendeu. Então assim, a escola tem essa missão, toca a escola, ela desconhece completamente essa missão que ela tem e ela faz exatamente como tem feito a comunidade. Então a comunidade, a escola infelizmente reproduz o que está na comunidade, por quê? Porque ela perdeu as suas bases, ela não tem ideia de quais são os seus fundamentos, sua missão, sua base, ela não tem (P. E. I. A., EFAL, 2024).

Nas duas declarações citadas, são ressaltados projetos práticos de produção de “uma agricultura agroecológica, espiritualizada, ancestral”, incentivando “as atuais e futuras gerações a produzir de forma diversificada respeitando os princípios ecológicos e ambientais”. Essa seria a missão da EFAL para o campesinato segundo esses professores e nos parâmetros do Estatuto da AMEFAL explícita no inciso II.

No tocante aos diálogos mantidos nas entrevistas, ao trazer a pauta sobre se a EFAL ensina aos discentes a importância da roça para a sociedade obtivemos resposta de que: “Sim. Principalmente nas atividades práticas diárias de modo a incentivar a importância dos produtos agropecuários da região para a sociedade local” (P. E. E. S., EFAL, 2024). E também:

Não, e principalmente se for essa questão de roça, eu acho que deveria ser, só uma sugestão aí, seria uma agricultura originária, uma agricultura, entendeu, de base, uma agricultura ancestral, a palavra seria essa. Ela trabalhou porque se a escola é ecológica, ela tem que trabalhar a agricultura ancestral, a agricultura de preservação de solo, a agricultura biodinâmica [...]. Não, mas aqui nós não temos um modelo implantado, zero na EFAL, então é mais um conteúdo que se passa e não estão *linkados*, não traz, não se vive, não se cogita, não se quer, não se conhece, o norte, entendeu? Infelizmente a escola ela perdeu essas bases, então não seria bem roça, eu acho que poderia trazer, o que a humanidade perdeu foi esse conhecimento, essa aproximação da natureza, esse conhecimento mais próximo de quê: como é que funciona a natureza. Natureza funciona de um jeito e a gente quer que funcione do nosso jeito, então entra a técnica, entra a mecanização e quando uma escola de uma escola de base ecológica, agroecológica, ela tem que buscar as suas raízes ancestrais, como é que os povos plantavam? Não, mas aí não quer porque a tecnologia está vindo na frente, então você perde a sua missão, a sua direção que você teria dentro dessa escola para quê? Para contribuir com essa famigerada, monocultivos, queima, entendeu? E tudo que está acontecendo aqui em Ladeiras e em tantos outros cantos, por quê? Porque aqui que poderia ser um polo, um centro de referência, né, [...] (P. E. I. A., EFAL, 2024).

É ressaltado que a EFAL poderia ser um centro de referência para uma agricultura de preservação dos ecossistemas, mas, principalmente, vinculado à relação simbiótica com o ambiente. A professora ressalta agricultura ancestral na forma que os povos plantavam

antigamente, “o que a humanidade perdeu foi esse conhecimento, essa aproximação da natureza, esse conhecimento mais próximo de quê: como é que funciona a natureza”.

Por fim, ao perguntar ao professor se ele achava o modo de vida camponês importante para a sociedade e para o meio ambiente ele respondeu positivamente, “pois a agricultura camponesa de base familiar tende a preservar os recursos naturais, a fauna e a flora local” (P. E. S., EFAL, 2024). E a professora destacou que:

Eu acho muito importante o modo de vida camponês, acho muito importante, mas como eu estou lhe dizendo, eu sinto uma falta, uma lacuna imensa dessa vida e que essa vida ela seja mais íntegra [...]. Tá faltando a gente começar a saber o que é uma ecologia, [...] o que tá faltando é a gente ir pras raízes das coisas, a gente fica combatendo muito lá na ponta, entendeu, as pessoas tão perdidas, não sabe, não tem, aí uma escola que poderia dar esse suporte extraordinário, a base da EFAL é linda, é integral, é corpo, mente, espiritual, ser humano integral, não tem isso, né, aí vem, é agroecológica, aí não tem, aí pra que? Pra que a partir disso desenvolver o meio solidário, [...] Então as pessoas precisam, as pessoas estão muito necessitadas dessas informações, que aqui deveria ser esse centro, esse centro de formação pras comunidades, centro de formação, aqui eu sinto essa falta imensa, a gente aqui era pra ter modelos de agricultura, não pros alunos somente, mas pra comunidade, formação de pessoas aqui dentro, entendeu, vamos formar, vamos fazer turmas formando pessoas dentro de determinados plantios e pode ser consociada, agrofloresta, tudo tem que ter biodinâmica, principalmente se você fala, vai lidar com a terra, como é que você vai plantar sem saber qual é a lua? Como é que você vai plantar sem saber qual o período? Você vai botar uma raiz lá, e o agricultor ainda tem um pouco dessas raiz, ainda tem um pouco desse entendimento. Não, mas a escola se sente atrasada, por quê? Porque a tecnologia, ela engole, ela engole a sua consciência interna e você fica com o que? Você fica com a casca morta, por quê? Não, porque isso é coisa atrasada, tudo que é da natureza sempre foi visto como atraso, só que a natureza, ela tá aí há bilhões de anos, e ela sabe mais do que qualquer um de nós, você não pode tá brigando com a natureza, você briga com a natureza, você sai perdendo sempre. E existe conhecimento suficientemente, hoje nem em todo canto, que você possa, que a gente pode tá buscando e poderia tá trazendo pra essa escola, tá trazendo outro impulso, tá trazendo um outro caminho, que é o caminho da escola, mas sem ela conhecer suas diretrizes, você chega a onde, você não sabe, passam suas bases, você não sabe, entendeu (P. E. I. A., EFAL, 2024).

A resposta da professora é uma crítica à sociedade atual, ela reconhece que os camponeses tem um conhecimento ancestral, mas no contexto contemporâneo vê uma necessidade de resgatar ao máximo essas raízes de conhecimento sobre agricultura. “Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos” (Wanderley, 1996, p. 4). Assim, ela acredita que a EFAL precisa dar ênfase para além da roça, para uma agricultura sustentável e uma formação integral.

De tal forma, para a questão de agricultura e meio ambiente podemos levar em consideração a fala de um aluno, que segundo ele “[...] se for levar em consideração que é

feito no campo e se juntar com o conhecimento, a questão do campo com um olhar mais agroecológico, será saudável para o camponês quanto para o meio ambiente” (E. E. C. E. 8., Ladeiras “A”, 2024). A EFAL pode ser esse centro onde Araújo (2019) declarou que os estudantes egressos se colocaram na categoria de técnicos agrícolas atuantes na propriedade da família e/ou na comunidade em que residem.

Refletimos possibilidades de mudanças locais, mas as globais também devem ser levadas em considerações. O que Boff (1999) traz sobre a mudança no cuidado com a natureza necessita de uma revolução humana mundial. “Este é o campo da luta de classes, das lutas individuais e coletivas pela transformação do espaço social” (Garcia Jr p. 30). As políticas públicas devem promover o fortalecimento do campo e o cuidado com a natureza ao contrário da destruição de ambos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, vivenciamos o campesinato como modo de vida que cumpre a função social da terra cotidianamente, produzindo uma diversidade de alimentos de forma agroecológica, com baixo uso de agroquímicos, embasado numa cultura local com conhecimentos ancestrais de produção e vivência. Estando com seu mercado local, as feiras livres, alimentando a sociedade a preços acessíveis a realidade do lugar. Dessa forma, temos a soberania alimentar na realidade do dia-a-dia camponês.

Nesse estudo buscamos analisar a expansão das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto e seus impactos ao ambiente e a reprodução socioespacial do campesinato em Japoatã/Sergipe a luz da teoria, da produção cartográfica, da observação de campo, de visitas de campos a diferentes instituições e dos diálogos com sujeitos e sujeitas que fazem parte do espaço agrário do município.

Notável são os crescimentos dos monocultivos de cana-de-açúcar e eucalipto em Ladeirinhas “A”, em contrapartida aos policultivos que tomaram posição acentuada de queda. Isso é preocupante para a diversidade da produção de alimentos na comunidade. De tal maneira, os mapas elaborados no presente estudo mostraram que a monocultura da cana-de-açúcar circunda Ladeirinhas “A” e ocupa área dentro do seu território, seja pela subordinação dos camponeses ao capital pelo setor sucroalcooleiro, seja pelo capitalista no campo que compra e arrenda terras para o monocultivo. Em linhas semelhantes, o eucalipto se alastra, principalmente pela agroindústria de paletes que se instaurou em Ladeirinhas “A”.

O Projeto de Colonização Ladeirinhas foi organizado pelo Estado de Sergipe que loteou e sorteou os parcelamentos de terra pagas pelos camponeses, então o meio de acesso a terra foi por compra e venda. Esse processo tem semelhanças com o programa Cédula da Terra que entrou em vigor no final da década de 1990.

Atualmente, em Ladeirinhas “A” temos a produção de alimentos diversificados na roça realizada pelos camponeses que contempla uma variedade de produtos a serem consumidos pelas famílias da comunidade, para a doação entre parentes e amigos, e vendidos nas feiras livres à sociedade tanto do campo quanto da cidade. De tal maneira, notamos a agroecologia em Japoatã nos policultivos de agricultura orgânica materializada em culturas como a do coco, da macaxeira, da mandioca, das fruteiras e hortaliças livres de agrotóxicos plantadas na comunidade.

Os camponeses de Ladeirinhas “A” percebem a importância do campesinato em produzir alimentos para sua subsistência e para a sociedade. É necessário ressaltarmos a

necessidade da permanência do campesinato se reproduzindo socioespacialmente por meio do acesso a terra e da educação no campo que fortaleça a cultura camponesa na juventude.

Sabemos que a persistência do campesinato torna-se um desafio frente aos avanços das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto por causa do deliberado abandono do poder público. Os camponeses de Ladeiras “A” destacaram a insuficiência do apoio político do poder público municipal para com a agricultura camponesa. Assim, ocorre a necessidade de políticas públicas de empoderamento da cultura camponesa.

Se atualmente ocorre um processo de descampesinização na comunidade Ladeiras “A”, pode ocorrer simultaneamente a resistência camponesa. Existindo a expansão dos monocultivos como da cana-de-açúcar e eucalipto, temos um grau de descampesinização, por outro lado, se existem policultivos, feirantes e roceiros, o campesinato ainda resiste. Como toda pesquisa, essa também tem limites, no traçado aqui, uma análise profunda com trabalho de campo específico é necessária para responder a questão de que se o campesinato de Ladeiras “A” resiste aos monocultivos da cana-de-açúcar e eucalipto. Assim, fica aberto a novos estudos.

Em relação à permanência da juventude no campo, uma análise acerca da distribuição etária de Japoatã é relevante. Em geral, a população jovem permanece no espaço rural japoatãense atualmente. Porém, a ausência de microdados se traduz em análises parciais da realidade objetiva, o que exige mais tempo para a realização de pesquisas aprofundadas que anunciem o quadro real da dinâmica populacional do município, principalmente, para o presente estudo, no contexto da população jovem e a possibilidade efetiva de sua permanência no campo com dignidade.

Consideramos o primeiro centro de resistência camponesa como o próprio sujeito, o ser humano, a partir de suas vontades e desejos em continuar no campo. Posteriormente, apontamos possíveis centros de resistência do modo de vida camponês em Ladeiras “A”: a EFAL, a AMPLA, recentemente a COOFAMJAP e todas as pessoas que são camponesas na comunidade que fazem parte da cultura camponesa.

A COOFAMJAP pode ser o meio para auxiliar os camponeses e camponesas a venderem seus produtos. A cooperativa pode ser um polo de resistência camponesa se atuar para promover a agroecologia no município. A falta de um movimento social como o MST ou MPA na AMPLA é um déficit negativo para a comunidade Ladeiras “A” que anseia de conhecimento cultural de identidade sobre o campesinato.

A EFAL, a partir do Estatuto da AMEFAL visa a promoção de projetos e ações para o meio ambiente do campo e a proteção da identidade física, social e cultural das comunidades camponesas. Assim temos uma maneira de fortalecer o campesinato em Japoatã, afetado pelo avanço das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto, por meio da educação. Porém, esse caminho tem que sair do papel de forma plausível.

Em Japoatã o capitalismo no campo é o agronegócio monocultor, reflexo de uma problemática mais ampla da sociedade. O enfraquecimento do campesinato é realizado pela ação do Estado-Capital com a finalidade de invisibilizar o povo da roça, contribuindo para o avanço capitalista no campo que gera a concentração das terras e a expansão dos monocultivos, como ocorre no caso abordado nesse estudo.

A forma que acontece o cercamento das comunidades rurais pelos monocultivos ocorre de maneira silenciosa e ideológica. É difundida uma visão positiva de geração de emprego e crescimento econômico, em contrapartida têm-se os impactos socioambientais como os que foram discutidos ao longo desta pesquisa. Dessa maneira, acreditamos ser relevante uma mudança de modelo de sociedade, pois só se muda a rota planetária mudando a forma de ser gente. Assim, necessitamos de uma cultura pautada nos saberes ancestrais que respeitam o meio ambiente.

Como camponês nunca imaginei estudar na UFS, a visão de mundo dominante me levou a uma tentativa de restrição ideológica, em que fazer uma graduação na UFS estava distante para um jovem da roça (minha realidade). Todavia, o término do meu Ensino Médio na EFAL em 2018 e, aprovação no ENEM para o curso de Geografia em 2019, foram contribuições para uma evolução no meu desenvolvimento enquanto ser humano. Assim, acredito que as pessoas do campo devem ser lembradas e o campo necessita de políticas públicas com vieses educacionais e socioambientais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. V. **Disputa pela Água nos Hidroterritórios do Platô de Neópolis – SE.** Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gicélia Mendes da Silva. Dissertação de mestrado (em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, 2023. São Cristóvão, SE, 2023. 75 f.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4.ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.
- AMEFAL. **Estatuto da Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A”.** Japoatã – Sergipe: AMEFAL, 2011.
- ANTÃO, J. E. R. e SANTOS, N. D. Impactos Socioambientais da Monocultura do Eucalipto na Comunidade Ladeirinhas “A” no Município de Japoatã/SE. In: Anais do IV Encontro Nacional e X Fórum Estado, Capital e Trabalho. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe: **GPECT**, 2017.
- ANTÃO, J. E. R.; SANTOS, N. D.; BARBOSA, J. R. M. B.; BADIRU, A. I. B. Os desafios socioambientais do campesinato no espaço rural do município de Brejo Grande/Sergipe/Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 39 Dez., p. 19–36, 2020. DOI: 10.14393/RCT153902. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/60507>>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- ANTUNES JUNIOR, W. F. Papel do campesinato na salvaguarda de patrimônios culturais imateriais associados à alimentação. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas – SP, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8668090/30868>> Acesso em: 29 set. 2023.
- ARAÚJO, I. P. A. **Modelos agroflorestal, biodinâmico e manejo animal propostos para a Escola Família Agrícola de Ladeirinhas "A", Japoatã/SE** Orientadora Núbia Dias dos Santos. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2021. 212 f.
- ARAÚJO, J. O. B. S. **Perspectiva agroecológica no curso técnico em agropecuária: potencialidades e desafios na Escola Agrícola de Ladeirinhas – Japoatã/SE.** Orientadora Maria José Nascimento Soares. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2019. 116 f.
- ASSIS, W. F. O Moderno Arcaísmo Nacional: investimento estrangeiro direto e expropriação territorial no agronegócio canavieiro. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 02, p. 285-302, Abr/Jun 2014 – Impressa em Agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/J6dB3yVQSyqtQxWj74Wbxph/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 26 jan. 2024.
- BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. de; MARDEGAN, G. E. Monocultura e Concentração da Terra: Efeitos da Expansão da Cana-de-açúcar na Estrutura Fundiária do Estado de São Paulo, Brasil. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 55, p. 38–62, 2020. DOI: 10.47946/rnera.v0i55.6958. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6958>>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- BARBOSA, R. A.; OLIVEIRA, M. L. R.; VILELA, K. F.; ROQUE, M. B. Expansão da monocultura de eucalipto das indústrias de papel e celulose: uma arena de conflitos

ambientais. **POLÊMICA**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 069–090, 2019. DOI: 10.12957/polemica.2019.46671. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/polemica/article/view/46671>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BARRETO, M. J.; THOMAZ JUNIOR, A. Os impactos territoriais da monocultura da cana-de-açúcar no pontal do Paranapanema-SP. **Revista Pegada**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2011>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BENAVIDES, J. C. El modelo del agronegocio y su expansión en la región de la Altillanura colombiana. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 18, n. 50, p. 1-25, ago. 2023. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/68898/36224>>. Acesso em: 29 set. 2023.

BEZERRA, V. S. e VINHA, J. F. S. C. A Trajetória da COAPAR na Microrregião de Andradina (SP): Instrumento de luta para a manutenção do território do campesinato. **Revista Pegada**, São Paulo. vol. 22, 2021. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8575/6644>> Acesso em: 24 set. 2023.

BANCO DE DADOS DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS – BDIA. **Mapeamento de Recurso Naturais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. 10. ed. Petrópolis : Vozes, 1999. 193 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Artigo 225, Capítulo VI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 nov. 1964.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html>. Acesso em: 19 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.393, de 4 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 fev. 1998.

BRITTS, T. H. C.; SILVA, W. G. da; ABRITA, M. B. . O crescimento canavieiro no município de Rio Brillhante-MS e os impactos ambientais causados pela queima da palha da cana-de-açúcar (2001 a 2010). **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 14, n. 01, p. 58–76, 2016. DOI: 10.22238/rc24482692v14n12016p58a76. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1389>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969. 305p.

CHAYANOV, A. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: SILVA, José Graziano da (org.), STOLKE, Verena (org.). *A Questão Agrária*. Brasiliense, 1981. São Paulo. (p. 133-163).

COSTA SILVA, R. G. e CONCEIÇÃO, F. S. Agronegócio e Campesinato na Amazônia Brasileira: Transformações Geográficas em duas Regiões nos Estados de Rondônia e Pará. Niterói, Universidade Federal Fluminense: **GEOgraphia**, vol. 19, n. 41, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13819/9021>> Acesso em: 29 set. 2023.

CUBAS, T. E. A. O papel camponês na produção de alimentos no Brasil: A experiência com os agrofloresteiros do PDS Mario Lago em Ribeirão Preto-SP. São Paulo: UNIARA, 2016. Disponível em: <<https://m.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao6b/papel-campones-producao-alimentos-brasil.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2024.

DUVAL, H. C. .; FERRANTE, V. L. S. B. .; BERGAMASCO, S. M. P. P. . Sobre o uso da teoria do campesinato na contemporaneidade. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 62–78, 2015. DOI: 10.37370/raizes.2015.v35.426. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/426>. Acesso em: 7 abr. 2025.

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE - EMDAGRO. **Pluviosidade Média Mensal por Município - 2022**. Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2023. Disponível: <<https://emdagro.se.gov.br/pluviosidade/>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

FARIAS, P. F. **Japoatã e Eu: nossas Histórias**. Aracaju: Infographics, 2022. 162p.

GARCIA JUNIOR, A. R. **O Sul: caminho da roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT - CNPq, 1989.

GOSCH, M. S.; FERREIRA, M. E.; ABDALA, K. O. e SILVEIRA, M. A. Os Assentamentos Rurais Frente à expansão da monocultura da cana-de-açúcar no estado de Goiás. **Espaço & Geografia**, Vol.17, No 1 (2014), Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40010/31106>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo: Parte I**. São Paulo: Editora Vozes, 2005.

HOLANDA, F. U. X. Decolonizar a ideia de desenvolvimento. **Revista Letra Magna** – Instituto Federal de São Paulo. v. 19 n. 33, 2023. p. 68-81. Disponível em: <<https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/magna/article/view/2298>>. Acesso em: 05 jul. 2024.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1990. 133p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cadastro Central de empresas: Japoatã**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2023. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=2803401#/S/CL/A/Q>>. Acesso em: 22 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=2803401#/S/CL/A/Q>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **História: Japoatã Sergipe – SE In: Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/japoata/historico>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Município Japoatã - Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/japoata/panorama>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Lista de Bens Registrados por Estado**. Brasília/DF: IPHAN, 2024. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1383>>. Acesso em: 07 out. 2024.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LENIN, W. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Netto; revisão de Paulo Bezerra São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LEME, S. M. O papel do estado e do campesinato na condução de políticas públicas para a produção e a comercialização camponesa: análise a partir dos circuitos curtos de comercialização. Recife: **Revista de Geografia** - V. 38, Nº 4, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/250998/39930>>. Acesso em: 29 set. 2023.

LIMA, A. R.; GIRARDI, E. P.; MANCIO, D.; NUNES, D. da C. Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 34, p. 12–36, 2017. DOI: 10.47946/rnera.v0i34.4977. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4977>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

LIMA, M. I. B. SANTOS, F. P. RIBEIRO, B. A. A falácia do discurso da modernização no campo e a apropriação da terra e da água pelo capital no Platô de Neópolis - SE. **Revista NERA**, Presidente Prudente v. 24, n. 59, pp. 213-233, 2021. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8744>>. Acessado em: 25 jan. 20124.

MACHADO, A. S. e BORQUEZ, L. C. Campesinato, Agronegócio e Trabalho no Brasil e no México. Recife – PE: **Revista de Geografia**. V. 38, Nº 4, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/251340/39935>>. Acesso em: 25 set. 2023.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomias: Mapeamento da cobertura e uso do solo do Brasil**. Projeto MapBiomias Brasil, 2024. Disponível em: <<https://mapbiomas.org/>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARQUES, M. I. M. A Atualidade do uso do Conceito de Camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente [S. 1.], n. 12, p. 57–67, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i12.1399. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>. Acesso em: 3 abr. 2025.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **A modernidade do “passado” no meio rural** In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO, Zander (org.). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF : Embrapa, 2014. 1182 p.

MAXIMINO LELIS, L. R.; AVELINO JÚNIOR, F. J. Territorialização do capital e resistência camponesa em Dracena – SP. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 130–155, 2017. DOI: 10.5216/ag.v11i2.37072. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/37072>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MEDEIROS, G. S. **Olhar para o Sol**: Concepção da Análise Fenomenológica Hermenêutica. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Orientador: Prof. Dr. João Bernardes da Rocha Filho. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, 2016. 59 f.

MELO, J. F.; SOARES, M. J. N.; LUCINI, M. Formação por Alternância em Sergipe: O Estudo da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/2295/2017> Acesso em: 26 fev. 2024.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Da financeirização ao lugar: dos nexos hegemônicos às contra-racionalidades do cotidiano. **Geographia**, Niterói, v. 19, n. 40, p. 92–106, out. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13802>. Acesso em: 17 jun. 2025.

MOREIRA, R. **Mudar para manter exatamente igual**: os ciclos espaciais da acumulação : o espaço total : formação do espaço agrário. 1. ed. Consequência Editora, Rio de Janeiro, 2018. 128 p.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986. 78p.

NAVAS (IN MEMORIAM), R.; HIRAI, W. G.; OLIVEIRA, M. A. A. Produção Agroecológica na Zona da Mata Alagoana: Análise do Uso de Agrotóxicos e a Alternativa Orgânica em Assentamento de Reforma Agrária. **REVISTA NERA**, [S. 1.], n. 58, p. 212–228, 2021. DOI: 10.47946/rnera.v0i58.7506. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7506>. Acesso em: 9 jan. 2024.

ONU - NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília - DF, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 14 abr. 2024.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, I. G. R. e SOLLAZI, J. L. Os Camponeses e a Questão Agrária - A Luta pela

Terra no Brasil. **Revista Anhanguera**, Goiânia v. 20, 2019. Disponível em: <<https://unigoias.com.br/wp-content/uploads/05oscamponeseseaquestoagraria20205162.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2024.

PEREIRA, L. A. G.; CORREIA, I. S.; OLIVEIRA, A. P. de. Geografia Fenomenológica: Espaço e Percepção. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 173–178, 2010. DOI: 10.14393/RCG113516271. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16271>>. Acesso em: 8 mar. 2024.

PLOEG, JAN DOUWE VAN DER. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PRIMAVESI, ANA. **Cartilha da terra**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 115 p.

RESENDE, Manoel et al. **Pedologia**: base para distinção de ambientes. 2. ed. rev. e ampl. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2014.

SANTI, T.; PRADO, H. M. Etnoecologia e o campesinato no sudoeste paulista: práticas tradicionais e saber ambiental em perspectiva. **Desenvolvimento Meio Ambiente**, UFPR. V. 59, p. 438-460, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/77173/46496>> Acesso em: 29 set. 2023.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.

SANTOS, N. D. O passado presente na inquietante questão agrária brasileira. In: ARAÚJO, Hélio Mário (org.); SANTOS, Núbia Dias (org.). **Temas de geografia contemporânea: (teoria, método e aplicações)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010. p. 83-128.

SANTOS, N. D. **Pelo espaço do homem camponês**: estratégias de reprodução social no sertão dos Estados de Sergipe e Alagoas. Orientador Celso Donizete Locatel. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012. 291 f.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA (SEAGRI). **Projeto Dom Távora**. SEAGRI, Aracaju/Sergipe, 2021. Disponível em: <<https://seagri.se.gov.br/projeto-dom-tavora/>>. Acessado em: 17 jun. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA (SEAGRI). **Histórico**. SEAGRI, Aracaju/Sergipe, 2024. Disponível em: <<https://seagri.se.gov.br/apresentacao/>>. Acessado em: 15 mai. 2025.

SERGIPE. **Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe – PDR Sergipe**. Aracaju: SEAD/Seplag, 31 de janeiro de 2017.

SIANI, S. R.; ALVES CORREA, D.; LUZZI LAS CASAS, A. Fenomenologia, método fenomenológico e pesquisa empírica: o instigante universo da construção de conhecimento esquadrinhada na experiência de vida. **Revista de Administração da Unimep**, São Paulo, vol. 14, núm. 1, 2016, pp. 193-219. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/301580886_Fenomenologia_Metodo_Fenomenologico_e_Pesquisa_Empirica_O_Instigante_Universo_da_Construcao_de_Conhecimento_Esqu>

adrihada_na_Experiencia_de_Vida>. Acesso em: 21 out. 2023.

SILVA, D. A.; ROCHA, F. S.; ROCHA, K. R. A.; BORGES, S. C. Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A” (EFAL): prática do plano de estudo (PE) – “terra, água fonte de vida/conservação e preservação do meio ambiente”. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, 2020. Disponível em:

<<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/22217>>

Acesso em: 25 jan. 2024.

SILVA, G. R. F.; MACÊDO, K. N. F.; REBOUÇAS C. B. A.; SOUZA A. M. A. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Online Brazilian Journal of Nursing**, vol. 5, Nº 2, 2006, pp. 246-257. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3614/361453972028.pdf>>.

Acesso em: 28 mar. 2024.

SILVA, J. S. Breve Revisitação ao Conceito de Campesinato no Brasil. **REVISTA NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 48, p. 1–17, 2019. Disponível em:

<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6006>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SIQUEIRA, J. E. O; SANTOS, N. D; ANTÃO, J. E. R. Implicações Socioambientais do Cultivo de Eucalipto na Reprodução Social dos Camponeses do Povoado Ladeirinhas – Japoatã/Sergipe/Brasil. In: **Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Curitiba, 2017. Disponível em:

<https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt17_1506887651_arquivo_2017_singajoseedsono-siqueira.pdf>.

Acesso em: 22 jul. 2024.

VALÉRIO, V. J. D. O. Questão Agrária: Campesinato e Desenvolvimento da Agricultura no Capitalismo. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 238–261, 2021. DOI: 10.33026/peg.v22i1.8348. Disponível em:

<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8348>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, ed. online, 2009, 172p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/zjf4z/pdf/velho-9788599662915.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2024.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, 1996.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Brasília: DAN/UNB, 1990, p. 11-73.

ZIMMERMANN, C. L. Monocultura e Transgenia: Impactos Ambientais e Insegurança Alimentar. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, ž v.6, ž n.12, ž p.79-100, 2009. Disponível em: <<https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/21>>. Acesso em: 19 set. 2023.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Proposta de Entrevista para Moradores Antigos de Ladeirashas “A”

- I. Nome:
- II. Idade:
- III. Sexo:
- IV. Conte um pouco da sua história em Ladeirashas “A”:
 1. Quando começou o Projeto Ladeirashas “A”?
 2. Como o senhor/a se identifica (agricultor/a, camponês/a, agricultor/a familiar, etc.)?
 3. O que o/a senhor/a sabe sobre o termo camponês/campesinato?
 4. Como chegou ao Projeto Ladeirashas “A”?
 5. Como foi o desenvolvimento da Comunidade Ladeirashas “A”?
 6. Como era as roças em Ladeirashas “A” antigamente? E hoje em dia?
 7. Como o senhor/a vê a chegada da cana-de-açúcar em Ladeirashas “A”? É algo positivo ou negativo?
 8. Como o senhor/a vê a chegada do eucalipto em Ladeirashas “A”? É algo positivo ou negativo?
 9. O senhor/a acha importante o modo de vida na roça? A roça é necessária para a sociedade? Por quê?
 10. Gostaria de contribuir com algo a mais sobre a história de Ladeirashas “A” ou sobre as outras questões?

Apêndice 2 - Proposta de Entrevista para Camponeses entre 18 – 64 anos

- I. Nome:
 - II. Idade:
 - III. Sexo:
-
1. O/A senhor/a vive a quanto tempo na roça?
 2. Como o senhor/a se identifica (agricultor/a, camponês/a, agricultor/a familiar, etc.)?
 3. O que o/a senhor/a sabe sobre o termo camponês/campesinato?
 4. Como é viver na roça?
 5. Quais os tipos de cultivos você planta/plantou?
 6. Cria ou já criou animais (aves, suínos, bovinos, equinos)?
 7. Você produz para o autoconsumo da sua família? Muito, razoavelmente ou pouco?
 8. Como você negocia suas produções da roça? É na feira, é por meio de intermediário ou outra forma?
 9. A agricultura dos roceiros é valorizada em Japoatã? É necessário valorizar socialmente?
 10. Como você vê a situação do povo da roça em relação as monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto em Ladeiras “A”?
 11. Em sua opinião, o que seria interessante para fortalecer as pessoas da roça em Ladeiras?
 12. Em sua opinião, O crescimento das áreas de monocultor da cana-de-açúcar e do eucalipto é um problema para o meio ambiente e para a sociedade? Por quê?
 13. Gostaria de acrescentar algo sobre sua vivência na roça e o contexto atual de como está a agricultura em Ladeiras “A”?

Apêndice 3 - Proposta de Entrevista para Professores da EFAL

- I. Nome:
- II. Cargo:
- III. Idade:
- IV. Sexo:

1. Qual a meta da EFAL em relação a agricultura camponesa?
2. A escola tem recebido alunos e alunas camponesas?
3. Qual a importância da educação no campo?
4. A EFAL tem contribuído para o fortalecimento do campesinato?
5. Qual a posição que a escola deve tomar em relação as monoculturas da cana-de-açúcar e eucalipto em Ladeiras “A”?
6. É trabalhada na escola a importância da roça para a sociedade?
7. O senhor/a, enquanto professor/a, acha o modo de vida camponês importante para a sociedade e para o Meio Ambiente?

Apêndice 4 - Proposta de Entrevista para Estudantes da EFAL

- I. Nome:
- II. Série (Ensino Médio):
- III. Idade:
- IV. Sexo:

1. Você acha que a natureza vem sendo bem cuidada pela sociedade? Explique.
2. Essa escola (EFAL) ajuda você a entender a importância socioambiental do povo da roça (camponeses)? De que forma?
3. Quais práticas de agricultura orgânica você aprendeu na EFAL?
4. Quais traços da cultura camponesa (roça) você percebeu aprender na escola?
5. Se você for da roça, pretende permanecer na agricultura camponesa ou ir morar na cidade?
6. As pessoas que são da roça merecem ser fortalecidas em sua opinião?
7. Você acha o modo de vida camponês importante para a sociedade e para o Meio Ambiente? Por quê?

Apêndice 5: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
(PRODEMA)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A Importância do Campesinato em Japoatã/Sergipe frente aos Impactos Socioambientais dos Monocultivos da Cana e do Eucalipto.

Pesquisador Responsável: **Gabriel Santos Lisboa.**

Local onde será realizada a pesquisa: **Povoado Ladeirashas "A", Japoatã – Sergipe.**

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) desta pesquisa porque sua contribuição será importante para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a importância do povo da roça para a sociedade e para o Meio Ambiente. Sua contribuição é muito importante, mas não deve participar contra a sua vontade.

Esta pesquisa será realizada porque é necessário pensar um desenvolvimento sustentável do campo centrado em relatar a realidade atual, suas contradições e os problemas graves. Pondo o campesinato como um meio de vida necessário para a sociedade e ao meio ambiente, mostrando o arranjo geográfico híbrido do espaço agrário em que se tem o lado monocultor de produção agrícola e o outro lado que é o campesinato como o modo de vida de produção e reprodução social, com diversificação da agricultura, busca de sobrevivência e cultura da roça.

Os objetivos dessa pesquisa são: Analisar a expansão das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto e seus impactos ao ambiente e a reprodução socioespacial do campesinato em Japoatã/Sergipe. Tendo os objetivos específicos: Analisar os impactos ambientais advindos das alterações socioespaciais das monoculturas da cana e do eucalipto no município sergipano de Japoatã; e Refletir possibilidades de empoderamento do campesinato no Assentamento Ladeirashas "A" em Japoatã/Sergipe com relação aos impactos socioambientais causados pelos monocultivos da cana e do eucalipto.

Os participantes da pesquisa são: Camponeses e camponesas acima dos 65 anos (idosos) de idade de Ladeirashas "A" em Japoatã/Sergipe; Camponeses e camponesas entre 18-64 anos de idade (adultos) de Ladeirashas "A" em Japoatã/Sergipe; e estudantes e professores do curso técnico profissionalizante em Agropecuária integrado ao Ensino Médio da Escola Família Agrícola de Ladeirashas "A" – EFAL em Japoatã/Sergipe. Pretende-se entrevistar, 2 camponeses/as moradores mais antigos de Ladeirashas "A", 8 camponeses/as no intuito de ouvir a experiência vivida dessas pessoas no campesinato, 10 estudantes e 2 professores da EFAL para atender os objetivos da pesquisa sem atrapalhar a dinâmica do tempo da escola. Totalizando 22 entrevistas individuais.

Antes de decidir, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos nesta pesquisa.

Página 1/4

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

Continua,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
(PRODEMA)

A qualquer momento, antes, durante e depois da pesquisa, você poderá solicitar mais esclarecimentos, recusar-se ou desistir de participar sem ser prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma. Caso você já esteja em tratamento e não queira participar, você não será penalizado por isso.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Gabriel Santos Lisboa, nos telefones, celular (79) 999056601, e-mail gabriellisboa368@gmail.com, endereço institucional: Prédio da Pólo de Pós-Graduação / Vivência, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Av. Marechal Rondon, s/n, Bairro Jardim Rosa Elze, CEP 49100-000: São Cristóvão/SE. Este estudo foi analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista, S/N Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br. Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato – Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. “O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2).

Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista s/nº Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br. Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato – Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h.

Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente nós, o pesquisador responsável e/ou equipe de pesquisa, teremos conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Caso você concorde e aceite participar desta pesquisa, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página, nas duas vias. Eu, o pesquisador responsável, farei a mesma coisa, ou seja, rubricarei todas as páginas e assinarei a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

- ✓ DE QUE FORMA VOCÊ VAI PARTICIPAR DESTA PESQUISA: Se você quiser participar, nós iremos fazer uma entrevista com algumas perguntas simples que devem demorar em média uns 15 minutos para serem respondidas oralmente em momento livre para você.
- ✓ RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA: É importante que você saiba esta pesquisa pode oferecer riscos mínimos relacionados ao desconforto por constrangimento devido à exposição do seu pensamento ao pesquisador. Mas não se preocupe, Vamos tomar bastante cuidado. Entrevistaremos num local reservado

Página 2/4

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante de Pesquisa

Continua,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
(PRODEMA)

de forma individual e tudo que for respondido será guardado sigilosamente e não será exposta com seu nome. Caso aconteça algo de errado, você receberá todo cuidado sem custo.

- ✓ **BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** A sua contribuição, a partir da sua experiência, irá somar com as teorias da Agricultura e Meio Ambiente num programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Meio Ambiente que busca fortalecer as comunidades tradicionais numa valorização social dos conhecimentos e saberes étnicos. Além de contribuir para aumentar o conhecimento sobre como resolver os problemas ambientais contemporâneos e ressaltar a importância da autonomia camponesa na produção de alimentos e preservação da natureza.
- ✓ **PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:** Ninguém vai saber sobre as suas informações e seu nome jamais será divulgado. Somente o pesquisador e/ou equipe de pesquisa saberão da sua identidade e nós prometemos manter tudo em segredo.
- ✓ **ACESSO A RESULTADOS DA PESQUISA:** Acesso a resultados parciais ou finais da pesquisa: Quando terminar a gente pode te contar o que descobrimos, os resultados dos exames e da pesquisa.
- ✓ **CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:** Você não terá custos para participar desta pesquisa; se você tiver gastos com transporte e alimentação, inclusive de seu acompanhante (se necessário), eles serão reembolsados pelo pesquisador. A pesquisa também não envolve compensações financeiras, ou seja, você não poderá receber pagamento para participar.
- ✓ **DANOS E INDENIZAÇÕES:** Se lhe ocorrer qualquer problema ou dano pessoal durante a pesquisa, lhe será garantido o direito à assistência médica imediata, integral e gratuita, às custas do pesquisador responsável, com possibilidade de indenização caso o dano for decorrente da pesquisa (através de vias judiciais Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954).

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário(a). Fui informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas.

Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada.

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: _____ local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador Responsável: _____

Assinatura: _____ Local/data: _____

Página 3/4

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

Continua,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
(PRODEMA)

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha quando aplicável: _____

Assinatura: _____ Local/data: _____



Assinatura ou rubrica (quando não afora rubrica)

Página 4/4

<small>Rubrica do Pesquisador Principal</small>	<small>Rubrica do(s) Participante de Pesquisa</small>

Apêndice 6: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para responsáveis legais de menores de idade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Deve ser assinado pelos pais ou responsáveis pelos participantes menores de idade ou legalmente incapazes)

Eu, Gabriel Santos Lisboa da Universidade Federal de Sergipe, estou realizando uma pesquisa intitulada “A Importância do Campesinato em Japoatã/Sergipe frente aos Impactos Socioambientais dos Monocultivos da Cana e do Eucalipto”, que tem como objetivo analisar a expansão das monoculturas da cana-de-açúcar e do eucalipto e seus impactos ao ambiente e a reprodução socioespacial do campesinato em Japoatã/Sergipe. Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: a realização de entrevistas com alunos da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas “A”.

Por essa razão, seu(sua) filho(a) / seu(sua) tutelado(a) está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa. A participação dele(e) consistirá em responder oralmente algumas perguntas simples com relação ao conhecimento sobre a EFAL.

O procedimento utilizado de entrevista poderá trazer algum desconforto do tipo relacionado ao constrangimento e até mesmo estresse pela abordagem do pesquisador. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo, que será reduzido mediante o respeito, a calma e o acolhimento do entrevistador.

Nos casos em que os procedimentos utilizados no estudo tragam algum desconforto ou sejam detectadas alterações que necessitem de assistência imediata ou tardia, eu Gabriel Santos Lisboa ou Dr.ª Núbia Dias dos Santos serei(seremos) o(s) responsável(eis) pelo encaminhamento seu(sua) filho(a) / seu(sua) tutelado(a) ao local oportuno para sanar qualquer desconforto.

Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de contribuir, a partir da experiência de vida do participante, com as teorias da Agricultura e Meio Ambiente num programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Meio Ambiente que busca fortalecer as comunidades tradicionais numa valorização social dos conhecimentos e saberes étnicos da comunidade estudada. Além de contribuir para aumentar o conhecimento sobre como resolver os problemas ambientais contemporâneos e ressaltar a importância da autonomia camponesa na produção de alimentos e preservação da natureza.

Todas as informações que seu(sua) filho(a) / seu(sua) tutelado(a) nos fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa. As resposta, coletadas(os) serão confidenciais e o nome dele(a) não aparecerá nos registro de dados escritos, e nem quando os resultados forem apresentados. É compromisso do pesquisador responsável a manutenção do banco de dados em arquivo sigiloso, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos. Após o término desse prazo, o arquivo ou documentos serão destruídos/inutilizados.

A participação de seu(sua) filho(a) / seu(sua) tutelado(a) em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso você permita que ele(a) participe, não receberão nenhuma compensação financeira. Também não haverá qualquer prejuízo se ele(a) não aceitar ou se desistir após ter iniciado a pesquisa. Garantimos que caso haja alguma despesa decorrente da participação dele(a), vocês serão ressarcidos. Havendo algum dano eventual decorrente da pesquisa, vocês terão direito a solicitar indenização, de acordo com a legislação brasileira.

Se você tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, pode procurar Gabriel Santos Lisboa pelo E-mail gabriellisboa368@gmail.com e telefone 79999056601.

Este estudo foi analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver

Continua,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista s/nº Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br .Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato – Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h.

Se você estiver de acordo que seu(sua) filho(a) / seu(sua) tutelado(a) participe, deverá preencher e assinar o consentimento pós-esclarecido que se segue e receberá uma cópia deste Termo.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, eu

declaro que após leitura minuciosa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores.

Ciente dos serviços e procedimentos aos quais meu filho/minha filha/meu tutelado/minha tutelada será submetida/o e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** para que

_____ participe voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assino o presente termo.

Cidade, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

OU



Impressão dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador

Apêndice 7: Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
(PRODEMA)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Olá,

Fazemos parte de um grupo de pesquisadores!

Me chamo Gabriel Santos Lisboa, e trabalhamos no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Estamos aqui para conversar com você e o adulto que te acompanha. Bora lá!

**Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa que se chama:
“A Importância do Campesinato em Japoatã/Sergipe frente aos Impactos Socioambientais dos Monocultivos da Cana e do Eucalipto”**

Este documento serve para você ficar sabendo de tudo sobre a pesquisa e o que vai acontecer nela, não se esqueça qualquer dúvida é só perguntar para o pesquisador ou seu responsável.

Sua contribuição é importante, porém, você não deve participar se não quiser. Você que decidirá se participará ou não.

Seus responsáveis também precisarão autorizar! Iremos conversar com ele/a e explicar, vocês dois terão que concordar.

Antes de decidir, é importante que você entenda porque esta pesquisa está sendo realizada e como será desenvolvida.

Mesmo se você aceitar agora, você pode mudar de ideia a qualquer momento e dizer que não quer mais fazer parte. Em todos esses casos está tudo bem, você não será prejudicado de nenhuma forma. Para participar você nem seus pais não precisam pagar nada.

Por que a pesquisa está sendo realizada?

Ela está sendo feita para analisar os impactos ambientais advindos das alterações socioespaciais das monoculturas da cana e do eucalipto no município sergipano de Japoatã e para refletir possibilidades de fortalecimento do campesinato no Assentamento Ladeirasinhas “A” em Japoatã/Sergipe. Isso porque é necessário pensar um desenvolvimento sustentável do campo centrado em relatar a realidade atual, suas contradições e os problemas graves. Pondo o modo de vida do povo da roça como um

Página 1/4

<small>Assinatura do Pesquisador Principal</small>	<small>Assinatura do(a) Participante da Pesquisa</small>

Continua,

meio de vida necessário para a sociedade e ao meio ambiente, mostrando o arranjo geográfico híbrido do espaço agrário em que se tem o lado monocultor de produção agrícola e o outro lado que é o campesinato como o modo de vida de produção e reprodução social, com diversificação da agricultura, busca de sobrevivência e cultura da roça.

Quem pode participar?

Alunos/as do Ensino Médio da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas "A" – EFAL.

O que vai acontecer durante a pesquisa?

Se você quiser participar, nós iremos fazer uma entrevista com algumas perguntas simples que devem demorar em média uns 15 minutos para serem respondidas oralmente em momento livre para você.

Quais são os riscos ao participar?

É importante que você saiba esta pesquisa pode oferecer riscos mínimos relacionados ao desconforto por constrangimento devido à exposição do seu pensamento ao pesquisador.

Mas não se preocupe! Vamos tomar bastante cuidado.

Entrevistaremos num local reservado de forma individual e tudo que for respondido será guardado sigilosamente e não será exposta com seu nome. Caso aconteça algo de errado, você receberá todo cuidado sem custo.

Participar desta pesquisa pode ser bom pois:

A sua contribuição, a partir da sua experiência, irá somar com as teorias da Agricultura e Meio Ambiente num programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Meio Ambiente que busca fortalecer as comunidades tradicionais numa valorização social dos conhecimentos e saberes étnicos. Além de contribuir para aumentar o conhecimento sobre como resolver os problemas ambientais contemporâneos e ressaltar a importância da autonomia camponesa na produção de alimentos e preservação da natureza.

IMPORTANTE

Ninguém vai saber sobre as suas informações e seu nome jamais será divulgado. Somente o pesquisador e/ou equipe de pesquisa saberão da sua identidade e nós prometemos manter tudo em segredo.

Acesso a resultados parciais ou finais da pesquisa: Quando terminar a gente pode te contar o que descobrimos, os resultados dos exames e da pesquisa.

E aí, quer participar? Faça um x na sua opção.



Sim ()



Não ()



Se você marcou sim, por favor assine aqui:

Página 2/4

<small>Rubrica do Pesquisador Principal</small>	<small>Rubrica do(a) Participante da Pesquisa</small>

Continua,

Declaração do participante

Eu, _____, aceito a participar da pesquisa. Entendi as informações importantes da pesquisa, sei que posso desistir de participar a qualquer momento e que isto não irá causar nenhum outro problema. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo a minha identidade. Os pesquisadores conversaram comigo e tiraram minhas dúvidas.

Assinatura: _____
data: _____

Acesso à informação

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável **Gabriel Santos Lisboa, nos telefones, celular (79) 999056601, e-mail gabriellisboa368@gmail.com, endereço institucional: Prédio da Pólo de Pós-Graduação / Vivência, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Av. Marechal Rondon, s/n, Bairro Jardim Rosa Elze, CEP 49100-000: São Cristóvão/SE**. Este estudo foi analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista, S/N Bairro: Sanatório - Aracaju CEP: 49.060-110 - SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br .Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato - Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h.

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o assentimento deste participante para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: _____
Assinatura: _____
Local/data: _____

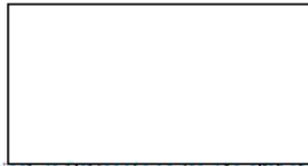
Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha: _____
Assinatura: _____
Local/data: _____

Página 3/4

<small>Rubrica do Pesquisador Principal</small>	<small>Rubrica do(a) Participante da Pesquisa</small>

Continua,

Nos casos em que o participante for iletrado, incluir espaço para impressão digital e deixar espaço para assinatura de ao menos uma testemunha que presenciou o esclarecimento/consentimento:



Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante.

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____;

Assinatura: _____

Página 4/4

--	--

Rubrica do Pesquisador Principal

Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

ANEXOS

Anexo 1: Projeto de colonização Ladeiras “A”, Secretaria da Agricultura do Estado de Sergipe, Polo Nordeste, Projeto Tabuleiros Norte de Sergipe, 1980.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SERGIPE		
POLONORDESTE		PROJETO TABULEIRO NORTE DE SERGIPE
PROJETO DE COLONIZAÇÃO L A D E I R I N H A		
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL		
ARQUITETO RESPONSÁVEL	DESENHO	ESCALA
RUI CARVALHO DE ALMEIDA CREA 25321-06/1979 - 506 - SE	VANDERSON A. RIBEIRO	REVISÃO

Fonte: EMDAGRO, 2024.

Anexo 2: Translado de escritura de compra e venda da terra em Ladeirashas "A", 1982.

BEL. LUIZ DE SANTANA

SERVENTUÁRIO DO 1.º OFÍCIO
Rua de Laranjeiras, 77
TELEFONE 222-5374
ARACAJU - SERGIPE

1. Traslado de Escritura de compra e venda mediante garantia de hipotec.

FIR-82/99

OUTORGANTE:- Superintendencia da Agricultura e Produção - SUDAP.

OUTORGADO:- ~~ERNESTO RUIZ SANTOS~~

CREADOR:- Banco do Nordeste do Brasil S/a.

Livro n.º 459 - fls. 064/066
Aracaju, 02 de junho de 19 82.
Táb. nº 111ão Bel. Luiz de Santana

Substituídos: } Bel. Max Soares de Santana
Luiz de Santana Junior.

Continua,

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DE ARACAJU

Escritura pública de Compra e Venda mediante Garantia de Hipoteca, na forma abaixo declarada:- LIVRO N.º 459

Saibam quantos esta pública escritura virem que,- FOLHA 064

aos 02 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e dois (1982), nesta cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe neste Cartório, perante mim Tabelião e por me haver sido esta distribuída, compareceram partes entre si justas e contratadas, de um lado como primeira contratante, neste instrumento denominada - OUTORGANTE VENDEDORA, a SUPERINTENDÊNCIA DA AGRICULTURA E PRODUÇÃO (SUDAP), Autarquia Estadual, vinculada a Secretaria da Agricultura do Estado de Sergipe, neste ato representada pelo Engº Agrônomo, Luiz Ferreira dos Santos, brasileiro, casado, Secretário da Agricultura do Estado de Sergipe, residente e domiciliado na Av. DeSEMBARGADOR MAYNARD, 440, Aracaju(SE), portador da Carteira de Identidade nº 111.228-SSP/SE, CPF 056.919.235-87; de outro lado, como segundo contratante, também chamado de OUTORGANTE COMPRADOR, o Sr. ~~FRALDO RAMOS SANTOS~~ brasileiro, solteiro, residente no Povoado - Currais, Município de Japoatã-Se, portador do CPF 292.979.075-04, - filho de Manoel Otaviano e Lídia Maria da Conceição; e o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A., com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob número - 07237373/069, neste instrumento denominado BANCO CREDOR, representado pelo Gerente e pelo Chefe do Setor Operacional de sua Agência - na Cidade de Propriá(SE), Srs. IVO TRINDADE, CPF 003.881.734-91, e José Benito dos Santos, CPF 055.083.555-53, respectivamente, as presentes pessoas reconhecidas como os próprios, por mim Tabelião e pelas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, cuja identidade e capacidade jurídica dou fé. E perante as testemunhas, por eles - foi me dito uniforme e sucessivamente que estavam contratadas e acordadas nos termos das cláusulas seguintes:- PRIMEIRA:- A OUTORGANTE VENDEDORA é senhora e possuidora do Imóvel Rural denominado FAZENDA LADEIRINHAS, cadastrado no INCRA sob número 263.109.001.503/03, situado no Município de Japoatã, Estado de Sergipe, medindo 6.060 hectares, adquirida de Agro-Pecuária Manoel Gonçalves S/A através de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 23/01/79, nas Notas do Tabelião Luiz de Santana, Cartório do 1º Ofício de Aracaju-Se, Livro 420, fls. 81, matriculado sob nº 495 e Registrado sob nº R-1 no Livro 02-B, fls. 99, em 25/01/79 no Cartório de Registro Imobiliário de Japarutuba-Se, e no Cartório de Registro Imobiliário de Neópolis-Se, sob nº 904, R-1, Livro 02-A, fls. 30 e verso em 23/01/79. Que desmembra da referida Fazenda Ladeirinhas, uma área de 9,75 hectares destinada a atividade agrícola, correspondente ao Lote de nº 48-A do Projeto de Colonização Ladeirinhas aprovado pelo INCRA através da portaria nº 41, de 16/12/81, expedida nos Autos do Processo INCRA/CR-05/R-1/Nº 836181, conforme -

Continua,

Certificado de Aprovação de Loteamento, situado no Município de Japoatã-Se, com as seguintes confrontações: inicialmente do marco - A75 ao marco A76, 63900' Sudeste, 203m, Estrada XLI; do marco A76 - ao marco A77, 79915' Nordeste, 130m, Estrada XLI; do marco A77 ao marco A64 48920' Sudeste, 155m, Estrada XLI; do marco A64 ao marco-A65, 19900' Sudoeste, 72m, Reserva 6; do marco A65 ao marco A66, - 77920' Sudoeste, 200m Reserva 6; do marco A66 ao marco A67, 23930' Sudoeste, 135m Reserva; do marco A67 ao marco A74, 81930' Sudoeste 175m, Lote 47 A; do marco A74 ao marco A75, 03940' Nordeste 435m,- Estrada XXXVII. Que desmembra ainda da dita Fazenda Ladeirinhas- uma área de 1,45 hectares destinada a edificações residenciais, cor- respondente ao Lote de nº 48 do aludido Projeto de Colonização La- deirinhas, situado no Município de Japoatã-Se, com as seguintes con- frontações: inicialmente do marco C88 ao marco C87, 09900' Sudoes- te, 55m, Rua D1; do marco C82 ao marco C76, 81900' Noroeste, 263,5m, Lote Urbano 47; do marco C76 ao marco C75, 09900' Nordeste, 55m, Lo- te 126A; do marco C75 ao marco C88, 81900' Sudeste, 263,5m, Lote - Urbano 49. As áreas ora descritas perfazem um total de 11,20 hecta- res formando um conjunto indissociáveis, a qualquer título, compos- ta exclusivamente de terras alodiais. SEGUNDA:- Pela presente es- critura a OUTORGANTE VENDEDORA, possuindo dito imóvel livre e desem- baraçado de quaisquer ônus judiciais, extra judiciais e fiscais es- tā justa e contratada para vender as duas áreas desmembradas da Fa- zenda Ladeirinhas, acima caracterizadas, pelo preço certo e ajusta- do de Cr\$48.653,00(quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros), pago através de cheque nominal a ser emitido pelo OUTORGANTE COMPRADOR, em favor da OUTORGANTE VENDEDORA a débito da conta de financiamento que lhe será aberta pelo Banco em virtude- deste contrato, após a transcrição da presente escritura no Regis- tro Imobiliário competente. TEKCEIRA:- Achando-se dessa forma a OU- TORGANTE VENDEDORA certa e ajustada, cede e transfere ao OUTORGAN- TE COMPRADOR por esta e melhor forma de direito, a posse, domínio, direito e ação que possui sobre ditos imóveis os quais passam, as- sim a plena propriedade do OUTORGANTE COMPRADOR para que o mesmo - use, goze e disponha livremente como seus que ficam sendo de hoje- por diante, obrigando-se a outorgante vendedora pela evicção de di- reito, bem como a fazer a presente venda em qualquer tempo, sempre- boa, firme e valiosa. QUARTA:- Que o OUTORGANTE CCMPRADOR aceita a presente escritura de compra e venda em todos os seus termos, por- assim haver acordado com a OUTORGANTE VENDEDORA. QUINTA:- As impor- tâncias fornecidas pelo BANCO vencerão juros, mesmo durante o pra- zo de carência, exigíveis em 30 de junho, 31 de dezembro, no venci- mento e liquidação do contrato, os quais, contados também sobre as despesas que o BANCO fizer até o respectivo reembolso, serão devi- dos a taxa anual de 12%(doze por cento), taxa essa elevável de mais 1% (hum por cento) ao ano à falta de pagamento de qualquer presta- ção de principal ou acessórios independentemente de aviso ou inter-

Continua,

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DE ARACAJU

interpelação e sem prejuízo da exigibilidade da dívida, nos termos da cláusula sétima. SEXTA:- Se o BANCO tiver de recorrer aos meios judiciais para recebimento de seu crédito, terá direito a pena convencional e irredutível de 10%(dez por cento) sobre o principal e acessórios devidos desde o despacho da petição inicial. SETIMA:- A dívida resultante deste contrato será paga dentro de 12(doze) anos a começar nesta data, com prazo de carência de 3(três) anos em prestações anuais e sucessivas da seguinte maneira: em 10/05/86 Cr\$2.436,00(dois mil, quatrocentos e trinta e seis cruzeiros), em 10/05/87 Cr\$2.432,00(dois mil, quatrocentos e trinta e dois cruzeiros), em 10/05/88 Cr\$4.865,00(quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), em 10/05/89 Cr\$4.865,00(quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), em 10/05/90 Cr\$4.865,00(quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), em 10/05/91 Cr\$4.865,00(quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), em 10/05/92 Cr\$4.865,00(quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), em 10/05/93 Cr\$9.730,00(nove mil, setecentos e trinta cruzeiros), em 10/05/94 Cr\$9.730,00(nove mil, setecentos e trinta cruzeiros). OITAVA:- A falta de cumprimento de qualquer das obrigações pelo CREDITADOR, assumidas não só por este instrumento como por outros que tenha firmado ou venha a firmar com o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A., isoladamente ou em conjunto, ou com a participação de terceiros; ou pela ocorrência de quaisquer dos casos de antecipação legal do vencimento poderão o BANCO considerar concomitantemente vencidos os contratos existentes e exigir o saldo devedor deles resultante que será sempre líquido e certo, independentemente de aviso extrajudicial, interpelação judicial ou prévia verificação da conta. NONA:- O CREDITADO se obriga especialmente: I) a bem administrar e conservar os bens gravados, e explorar, direta e indiretamente os imóveis acima descritos; II) a efetuar, nas épocas próprias, o pagamento de impostos, taxas e outras tributações; III) a não gravar, alienar, ceder ou transferir a terceiros, sem prévia anuência escrita do BANCO, os bens constitutivos da garantia, sob pena de exibilidade imediata da dívida, esclarecido que o BANCO poderá anuir somente se a alienação for feita a rural que se enquadre nas exigências do crédito fundiário, pagando o CREDITADO, a título de multa, quando a revenda do imóvel ocorrer durante o período contratual o valor correspondente à taxa de juros de mais 12%(doze por cento) ao ano, como se o financiamento fosse concedido à taxa de 24%(vinte e quatro por cento) ao ano, incidente desde a assinatura do contrato até a data da venda do imóvel, e ficando ele CREDITADO, inabilitado para obtenção de novo financiamento da espécie, bem como obrigado a resgatar imediatamente todos os financiamentos de sua responsabilidade junto ao Banco Creditor. DECIMA:- Para se

Continua,

segurança do principal da dívida, e demais obrigações decorrentes deste contrato, o CREDITADO dá em garantia: EM PRIMEIRA E ESPECIAL HIPOTECA, neste ato constituída, os imóveis descritos na cláusula primeira desta escritura, já caracterizados, bem como as benfeitorias que forem executadas em virtude do crédito aberto ou de qualquer modo, na vigência deste contrato, as quais não poderão ser retiradas, alteradas ou destruídas sem consentimento escrito do BANCO, que poderá exigir do CREDITADO a averbação cabível na matrícula respectiva. Para todos os fins de direito os imóveis hipotecados ficam avaliados em seu conjunto pela importância de Cr\$ 48.652,00 (quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros). DECIMA PRIMEIRA:- Se o CREDITADO vier a falecer ou ficar inabilitado permanentemente para as atividades rurais, o BANCO considerará liquidado o saldo do débito fundiário existente na data em que ocorrer o evento, dando plena quitação ao interessado, desde que a operação de financiamento fundiário pactuada neste instrumento tenha sido ou venha a ser refinanciada pelo Banco Central do Brasil, transferindo para a responsabilidade do referido Banco Central do Brasil o valor daquele saldo. DECIMA SEGUNDA:- O Banco, no caso de a operação pactuada por este instrumento vir a ser refinanciada pelo Banco Central do Brasil, cede e transfere os direitos creditórios dele resultante aquele Órgão, permanecendo com o presente contrato em seu poder na qualidade de mandatário para cobrar, nos termos do contrato de refinanciamento CR-69/07, celebrado entre as duas instituições em 10 de setembro de 1969. DECIMA TERCEIRA:- O lugar do pagamento é a Agência do Banco do Nordeste do BRASIL S/A., na cidade de Propriá (SE) e o foro o de Fortaleza-CE., reservado ao BANCO, todavia, o direito de optar pela Comarca de Aracaju (SE), pelo domicílio do creditado ou da situação dos bens.- Dispensado de prova de quitação para com o IAPAS e INCRA porque goza a vendedora, de isenção tributária, na forma do art. 19, parágrafo 1º da Constituição Federal.- O ITBI, foi pago através do DAR nº 2.373/82, arquivado neste Cartório sob nº 726/1982, juntamente com a certidão do IBDF do seguinte teor:- "Ministério da Agricultura.- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Delegacia Estadual de Sergipe. Certifico, tendo em vista o despacho exarado pelo Senhor Delegado Estadual do IBDF em Sergipe, no requerimento protocolado sob nº 1012, atendendo o pedido da Superintendência da Agricultura e Produção -SUDAP., proprietário(s) do imóvel denominado - Faz. Ladeiras, INCRA 263.109.001.503-3, localizado no município de Japoatã-SE, neste Estado, que não consta nesta Delegacia Estadual, até a presente data, nenhuma multa por infringência prevista no art. 37 da Lei nº 4771 de 15.09.1965 (CÓDIGO FLORESTAL) e em particular nos seus artigos 2º, 3º e 16º contra o referido imóvel ou seu(s) proprietário(s). E, nada mais sendo pedido, eu, (a) Ernestino José de S. Neto, lavrei a presente certidão aos 26 vinte e seis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e dois

Continua,

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DE ARACAJU

oitenta e dois (1982) que vai encerrada pelo Senhor Delegado Estadual do IBDF em Sergipe. Esta Certidão não isenta LIVRO N.º 459 de cobrança pelo IBDF de multas, infrações ou débitos por FOLHA 066 ventura existentes ou cometidos antes da presente data. (a) Eng.º Agr.º Evandro Rocha Cabral de Vasconcellos-Delegado Estadual IBDF SE".- Assim o disseram e dou fé. Feita, lida e achada conforme - vai devidamente assinada na forma abaixo. Foram testemunhas presentes a todo ato Edilma de Jesus e Edmundo de Almeida, brasileiros, capazes, solteiros, residentes e domiciliados nesta cidade. Eu, *[assinatura]*, Tabelião que escrevi e assino.-

O TABELIAO, *[assinatura]*

[assinatura]
Eng.º Agr.º Luiz Tenório
Secretário de Estado da Agricultura

PI BANDO DO NOROESTE DO BRASIL
[assinatura]
Eng.º Agr.º *[assinatura]*
[assinatura]
[assinatura]

INDICADA PELA PROCESSO DE INDICIAÇÃO
ARACAJU, 02 DE junho 19 82
[assinatura]
LUIZ DE SANTANA - Tabelião do
1.º Of. de Aracaju-SE - CPF 002522713-78

Fonte: Registro fotográfico dos autores, 2025.

Anexo 3: Fragmento do documento da terra, desmembramento de lote para residências, em Ladeirinhas “A”, 1982.

Estrada XXXVII. Que desmembra ainda da dita Fazenda Ladeirinhas- uma área de 1,45 hectares destinada a edificações residenciais, correspondente ao Lote de nº 48 do aludido Projeto de Colonização Ladeirinhas, situado no Município de Japoatã-Se, com as seguintes confrontações: inicialmente do marco C88 ao marco C87, 0900' Sudoes-

Fonte: Registro fotográfico dos autores, (grifos nossos), 2025.

Anexo 4: Fragmento do documento da terra, preço pago pela terra no Projeto Ladeirinhas.

Urbano 49. As áreas ora descritas perfazem um total de 11,20 hectares formando um conjunto indissociáveis, a qualquer título, composta exclusivamente de terras alodiais. SEGUNDA:- Pela presente escritura a OUTORGANTE VENDEDORA, possuindo dito imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais, extra judiciais e fiscais está justa e contratada para vender as duas áreas desmembradas da Fazenda Ladeirinhas, acima caracterizadas, pelo preço certo e ajustado de Cr\$48.653,00(quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros), pago através de cheque nominal a ser emitido pelo

Fonte: Registro documental em campo, 2025.

Anexo 5: Fragmento do documento da terra, forma de pagamento da terra pelos camponeses de Ladeirinhas “A”, 1982.

tição inicial. SETIMA:- A dívida resultante deste contrato será paga dentro de 12(doze) anos a começar nesta data, com prazo de carência de 3(três) anos em prestações anuais e sucessivas da seguinte maneira: em 10/05/86 Cr\$2.436,00(dois mil, quatrocentos e trinta e seis cruzeiros), em 10/05/87 Cr\$2.432,00(dois mil, quatrocentos e trinta e dois cruzeiros), em 10/05/88 Cr\$4.865,00(quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), em 10/05/89 Cr\$4.865,00(quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), em 10/05/90 Cr\$4.865,00(quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), em 10/05/91 Cr\$4.865,00(quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), em 10/05/92 Cr\$4.865,00(quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), em 10/05/93 Cr\$9.730,00(nove mil, setecentos e trinta cruzeiros), em 10/05/94 Cr\$9.730,00(nove mil, setecentos e trinta cruzeiros). OITAVA:- À falta de cumpri-

Fonte: Registro documental em campo, 2025.